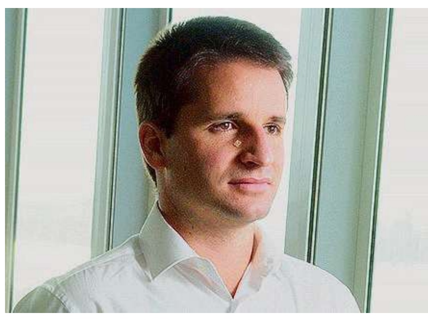
Investimentos
Independentemente do resultado da eleição, 'próximo ano será de queda de juros no Brasil', diz Thiago Mendez C2



Governança global
Mudanças no cenário geopolítico tornam mais tensa a escolha do próximo secretário-geral da ONU A20

Marketing
'IA deixou de ser ferramenta de busca para se tornar agente de decisão de compra', diz Matheus Benatti B6

Sábado, domingo e segunda-feira, 1, 2 e 3 de agosto de 2026
Ano 27 | Número 6559 | R$ 10,00
www.valor.com.br

Valor ECONÔMICO

Multinacionais aproveitam ações baratas e aceleram a retirada de filiais da bolsa

Mercado de capitais Movimento contribuiu para que o número de empresas listadas na B3 tenha se reduzido de 394 em 2022 para 344 em junho deste ano

Fernanda Guimarães
De São Paulo

A estratégia do Santander de adquirir os 10% restantes do Santander Brasil segue uma tendência de conglomerados estrangeiros de comprarem as fatias minoritárias de subsidiárias listadas na B3. Em ambiente de juros altos, baixa liquidez e escassez de novas emissões, grupos globais como Iberdrola, EDP e Carrefour retiraram suas operações locais do mercado, enquanto outros avaliam lançar ofertas públicas de aquisição de ações (OPAs).

O número de companhias listadas na B3 saiu de 394 em 2022 para 344 conforme o levantamento mais recente. Há um ano eram 361. "São dois anos seguidos em que tenho trabalhado com OPAs", diz Jean Marcel Arakawa, do escritório Mattos Filho. Para ele, controladores e potenciais adquirentes têm identificado diferença relevante entre a cotação das ações e o valor atribuído aos negócios.

Análises de operações semelhantes à do Santander estão em diferentes estágios, mas indicam que controladoras passaram a discutir se faz sentido manter suas subsidiárias brasileiras listadas. No modelo do Santander, avaliado em R$ 11 bilhões e com prêmio de 15%, os papéis da matriz, valorizados no exterior, funcionam como "moeda forte" para adquirir ativos locais com desconto. Se houver uma adesão elevada, reduziria o volume de ações, o que poderia levar no futuro à deslistagem.

O episódio reforça a mudança de percepção de multinacionais. Se antes a listagem servia para acessar investidores locais e financiar expansão, hoje a prioridade é a simplificação societária e centralização de resultados em mercados considerados prioritários A Iberdrola elevou sua fatia na Neoenergia para 98%, a EDP fechou o capital de sua filial em 2023 e o Carrefour incorporou a totalidade da operação varejista nacional. Há operações de outra natureza, mas com efeito semelhante: após obterem o controle de empresas brasileiras, CMA CGM e MSC optaram por retirar, respectivamente, Santos Brasil e Wilson Sons da bolsa. Nesses casos, novos controladores decidiram tornar as empresas fechadas. Apesar de diferenças, todas contribuem para reduzir as companhias disponíveis aos investidores brasileiros. **Página C5**

Mercado prevê queda da taxa Selic para 14%

Gabriel Caldeira, Victor Rezende e Gabriel Roca
De São Paulo

Os dados mais recentes sobre a atividade econômica e a inflação aumentaram a confiança do mercado na continuidade do ciclo de cortes dos juros pelo Banco Central, na reunião do Copom da próxima quarta-feira. A expectativa de nova redução de 0,25 ponto percentual na taxa Selic, para 14%, é praticamente consensual entre 113 bancos, gestoras e consultorias ouvidos pelo **Valor** — com apenas três dissensos. Já o entendimento sobre a extensão do ciclo de baixa é muito menor, diante das incertezas nos cenários internacional e doméstico. Entre as instituições consultadas, 46 acreditam em uma pausa a partir desta semana. **Página C1**

Em convenção, Lula promete 'briga' com Congresso por emendas

Cristiane Agostine e Sofia Aguiar
De São Paulo

O presidente Lula participou ontem da convenção nacional do PT que confirmou sua candidatura à reeleição. Em seu discurso, acenou ao eleitorado feminino, defendeu a soberania nacional, disse que brigará com o Congresso por causa de emendas parlamentares e citou o ex-ministro Fernando Haddad como "futuro presidente".

Lula tentou, ainda, rebater as críticas de falta de renovação ao dizer que não quer ser mais o "presidente do Bolsa Família". Por outro lado, evitou falar de mudanças na economia e de ajuste fiscal, como tem sido cobrado. O presidente também fez uma autocrítica por não ter indicado nenhuma mulher para falar no evento e deu a palavra à sua esposa, Rosângela Lula da Silva, Janja.

O fim de semana teve várias convenções, como a do Republicanos, que confirmou o governador Tarcísio de Freitas para reeleição por São Paulo. O PL, por sua vez, indicou Michelle Bolsonaro candidata ao Senado no Distrito Federal. **Páginas A10 a A13**

Expansão no radar

ROGERIO VIEIRA/VALOR

A Omnisys, subsidiária brasileira do grupo francês da área de defesa Thales, está ampliando sua capacidade de produção de radares civis, movimento que prepara a operação local para, no futuro, fabricar também radares de uso militar. "Radares civis baseiam-se em tecnologias de dupla aplicação, tanto nos mercados civis quanto nos militares. E espero que no futuro a Omnisys esteja significativamente envolvida com radares militares", disse Pascale Sourisse, vice-presidente de desenvolvimento internacional da Thales, ao repórter Cristian Favaro. Página B3

Empresas sofrem para converter receita maior em ganho real

Victor Meneses
De São Paulo

Empresas abertas enfrentam dificuldade para converter aumento de receita em ganho real para o acionista. Levantamento da PwC Strategy& Brasil mostra que, mesmo com o crescimento das vendas, o custo financeiro e a perda de rentabilidade operacional limitam a expansão do lucro líquido. De 2022 a 2025, a receita acumulada de 280 empresas cresceu R$ 558,8 bilhões, alta de 21,9% — pouco acima da inflação de 20,95% no período —, enquanto o lucro operacional aumentou R$ 43,1 bilhões. Ainda assim, o lucro líquido caiu R$ 6 bilhões no período, pressionado pelo resultado financeiro negativo de R$ 45,7 bilhões. O recorte considera empresas não financeiras, excluídas Petrobras e Vale. "A Selic elevada encarece o crédito, reduz consumo financiado e pressiona os setores que dependem de capital de giro ou de compras parceladas. Ao mesmo tempo, as empresas perderam poder de repasse", diz Luciano Castro, da PwC Brasil. **Página B1**

CBN Professional

GABRIEL REIS/VALOR

O presidente da DuPont na América Latina, Fábio Leite, é o entrevistado desta semana do podcast. "Inovação pode vir de qualquer lugar, inclusive da sugestão do estagiário que viu 'algo, outro dia' e aquilo vira uma ideia que vai gerar um produto, uma nova aplicação". Página B2

A IA escapou da jaula, mas os humanos são responsáveis

Arbix, Pacheco e Godoy A18

Destaque

AstraZeneca e Bristol Myers: fusão
A farmacêutica britânica AstraZeneca está em negociações para se fundir com a rival americana Bristol Myers Squibb em um negócio que criaria um dos maiores grupos farmacêuticos do mundo, avaliado em quase US$ 400 bilhões. **B5**

Indicadores

Ibovespa	31/jul/26	0,47%	R$ N/D
Selic (meta)	31/jul/26		14,25% ao ano
Selic (taxa efetiva)	31/jul/26		14,15% ao ano
Dólar comercial (BC)	31/jul/26		5,0767/5,0773
Dólar comercial (mercado)	31/jul/26		5,0690/5,0696
Dólar turismo (mercado)	31/jul/26		5,0977/5,2777
Euro comercial (BC)	31/jul/26		5,8473/5,8490
Euro comercial (mercado)	31/jul/26		5,8446/5,8452
Euro turismo (mercado)	31/jul/26		5,9191/6,0991

Ceuta: Marrocos conta mortos e desaparecidos

Reuters

O número de mortos da fuga maciça para o enclave espanhol de Ceuta, no norte da África, vindos do Marrocos, chegou ontem a pelo menos 72. Mais de 50 mil pessoas entraram por terra e mar num fluxo sem precedentes em uma das duas únicas fronteiras terrestres da União Europeia com a África, alarmando todo o bloco.

Mais de 48 mil pessoas regressaram ao Marrocos em 48 horas e muitas outras no fim de semana. O representante do governo espanhol em Ceuta, Miguel Ángel Pérez, disse que, além das mortes, mais de mil pessoas foram atendidas pelos serviços de saúde desde quinta-feira. Também afirmou que ainda há muito a ser feito para restabelecer a normalidade. **Página A17**

O MELHOR DA MODA
MASCULINA

ZEGNA
RALPH LAUREN
FERRAGAMO
LOUIS VUITTON
GOLDEN GOOSE
ARA VARTANIAN

EM UM SÓ LUGAR
IGUATEMI
SÃO PAULO

Ranking "Valor Inovação Brasil", realizado pelo jornal e pela "Época Negócios", chega à 12ª edição

Prêmio reconhece empresas mais inovadoras

De São Paulo

As empresas que lideram a inovação no país serão reconhecidas na noite desta segunda-feira (3) na 12ª edição do prêmio "Valor Inovação Brasil", no hotel Unique, em São Paulo. Serão premiadas as dez companhias que obtiveram a nota mais alta na pesquisa anual realizada pelo **Valor** e pela Época Negócios em parceria com a Strategy&, consultoria estratégica da PwC, além das líderes em 26 setores da economia.

O estudo analisou cerca de 540 cases de 270 empresas, para chegar a um ranking das 150 companhias mais inovadoras do Brasil. A metodologia busca identificar ideias e iniciativas que criam valor por meio de novos produtos, serviços, processos e modelos de negócios. São avaliadas quatro dimensões, englobadas na nota final de cada participante: planejamento no processo de inovação (inclui estratégia e visão, além de cultura e valores); execução e práticas adotadas (processos, valores, pessoas, governança e sistemas, recursos e tecnologia); resultados atingidos (gerais e específicos); e reconhecimento obtido a partir de citações e pedidos de patentes.

Pelo segundo ano, o levantamento contou com a avaliação conjunta de cases pela Strategy&, responsável pelo desenvolvimento da metodologia e aplicação da pesquisa, e por um júri independente de quatro especialistas no tema, com visões complementares. Em 2026, esse grupo foi formado por Amanda Graciano, sócia e CEO da consultoria Trama; Dora Kaufman, professora da PUC-SP; Hugo Tadeu, diretor de inovação e inteligência artificial da Fundação Dom Cabral (FDC); e Luiz Serafim, diretor-executivo do World Creativity Day (WCD).

O resultado da análise aponta que a elite das empresas que adotam inovação como parte da estratégia vem reforçando seus investimentos nessa área. Entre as 20 companhias mais inovadoras do país, a parcela que investe mais de 5% da receita líquida em inovação passou de 45% para 80%, na comparação dos dados apurados em 2025 para os avaliados em 2026.

Segundo os jurados, as companhias avaliadas como de melhor desempenhos contam com estrutura organizacional sólida e processos bem estabelecidos. Hoje, o que separa as empresas que avançam em inovação das demais é a capacidade de transformar o conhecimento em resultados concretos, característica que marca as primeiras colocadas na edição 2026 da pesquisa.

O estudo não é influenciado pela força das marcas ou dominada por empresas da área de tecnologia da informação. Isso acontece porque a metodologia foi construída com base em questões sobre processos de inovação e englobam desde aportes em ciência até iniciativas de transformação digital, avaliadas de forma sistêmica e dentro de cada setor. O processo foi desenhado para que empresas dos mais diferentes setores participem, detalhando suas iniciativas e trazendo qualidade e diversidade para a amostra.

São 26 os setores analisados: agronegócio; alimentos, bebidas e ingredientes; automotivo e veículos de grande porte; bancos; bens de capital; comércio; cosméticos, higiene e limpeza; construção e engenharia; educação; eletroeletrônica; energia elétrica; infraestrutura; infraestrutura de logística; farmacêuticas e ciências da vida; materiais de construção; mineração, metalurgia e siderurgia; papel e celulose; petróleo, gás e petroquímica; química; seguros e planos de saúde; serviços; serviços de logística; serviços financeiros; serviços médicos; tecnologia da informação; e telecomunicações.

Para participar, as empresas tiveram de demonstrar o desenvolvimento no país das inovações e ter, no mínimo, 5% de capital privado — organizações públicas tinham que operar em mercados competitivos e ter independência financeira e de governança. A receita líquida anual mínima de R$ 500 milhões é o principal fator de corte.

A cerimônia de entrega do prêmio tem patrocínio prata do Itaú, do Governo do Rio Grande do Sul e da Visa; patrocínio bronze de Bradesco Seguros; Omoda Jaecoo como carro oficial e apoio da Strategy&.

El Niño leva setor elétrico a reforçar planejamento

Marlla Sabino
De Brasília

As distribuidoras de energia elétrica reforçaram planos de contingência para enfrentar os possíveis impactos de um novo El Niño sobre o fornecimento de energia. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) orientou as concessionárias a intensificarem o monitoramento meteorológico, anteciparem ações operacionais e reforçarem a infraestrutura, sob risco de fiscalização e sanções.

As previsões indicam aumento de chuvas e ventos no Sul e Sudeste e redução das chuvas no Norte e Nordeste, com potencial aumento das queimadas, além de temperaturas acima da média. Para o setor elétrico, isso pode significar maior consumo de energia, possíveis impactos sobre os reservatórios das hidrelétricas e riscos adicionais para a operação das redes de transmissão e distribuição.

Diante desse cenário, a Aneel intensificou o acompanhamento e pretende reunir agentes do setor em agosto para discutir medidas de prevenção aos impactos do fenômeno. Segundo a agência, a preparação adequada das distribuidoras é fundamental para garantir a continuidade do fornecimento.

Apesar da preparação do setor, Lara Marques, meteorologista da Climatempo, pondera que ainda é cedo para dimensionar os efeitos do fenômeno. "Estamos vivendo um El Niño forte, mas estamos fazendo um acompanhamento próximo, porque isso não significa que haja expectativa de uma situação de calamidade pública."

O risco já está mapeado pelas distribuidoras e o nível de preparação para os eventos climáticos é avançado, segundo Ricardo Brandão, diretor executivo da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). "A gente espera que, de fato, com o El Niño, haja uma intensificação desses eventos climáticos."

De acordo com ele, as concessionárias vêm revisando seus planos de contingência com base tanto na experiência dos eventos climáticos recentes quanto nas previsões para os próximos meses. Os protocolos incluem ações antes, durante e depois dos eventos extremos.

Além das medidas operacionais, Brandão cita os investimentos em resiliência das redes como uma das principais frentes de preparação. Entre 2026 e 2030, o segmento prevê R$ 260 bilhões em investimentos, dos quais cerca de 40% devem ser destinados à modernização das redes.

Na EDP, cerca de 70% dos investimentos previstos para distribuição estão direcionados à resiliência da rede, automação e digitalização da infraestrutura, incluindo os R$ 10 bilhões previstos para o período de 2026 a 2030 nas concessões de São Paulo e Espírito Santo. A companhia também mantém um plano de adaptação climática que inclui poda preventiva em parceria com prefeituras e afirma que 80% dos clientes são atendidos por redes equipadas com tecnologia capaz de isolar falhas e restabelecer automaticamente o fornecimento.

A Enel, que enfrenta um processo de caducidade de sua concessão paulista na Aneel, afirma que vem aprimorando protocolos operacionais para fortalecer a capacidade de resposta a eventos climáticos extremos e antecipar a mobilização de equipes. A empresa diz que os efeitos do El Niño podem aumentar a queda de árvores sobre a rede elétrica e, por isso, mantém ações permanentes de poda. Apenas em São Paulo foram realizadas cerca de 650 mil podas em 2025.

LEO PINHEIRO/VALOR

Angela Gomes: "A regulação não pode penalizar excessivamente as empresas por uma questão climática, em que existe uma parcela relevante que não é gerenciável"

Na Energisa, o vice-presidente de Redes, Gioreli de Sousa Filho, afirma que o grupo mantém um plano permanente de contingência, reforçado em cenários como o El Niño. A estratégia reúne mais de 100 ações preventivas, incluindo antecipação de manutenção, ampliação da comunicação com o poder público, além do uso de ferramentas de monitoramento climático e inteligência artificial.

"Acompanhamento próximo não significa que haja expectativa de uma situação de calamidade"
Lara Marques

A Neoenergia diz que atua em conjunto com órgãos públicos na construção de medidas para reduzir os impactos de eventos climáticos extremos e afirmou que parcela significativa dos R$ 50 bilhões previstos em investimentos até 2030 será destinada à ampliação da confiabilidade e da continuidade do fornecimento de energia.

Já Joe Louis Tavares, superintendente corporativo de operação do Grupo Equatorial, afirma que o grupo iniciou medidas preventivas, entre elas a intensificação de inspeções em redes e subestações, revisão dos sistemas de comunicação, reforço dos estoques de materiais estratégicos e preparação dos planos de contingência.

Para Angela Gomes, diretora técnica da PSR, a preparação para fenômenos extremos vai além da mobilização operacional e passa pela regulação do setor. Na avaliação dela, a Aneel avançou ao tratar o tema de forma ampla. Porém, defendeu que haja equilíbrio.

"A regulação, por um lado, não pode penalizar excessivamente as empresas por uma questão climática, em que existe uma parcela relevante que não é gerenciável. Também não adianta querer que as empresas respondam do dia para a noite e penalizá-las", afirma. "A regulação por incentivo é um mantra. Ainda que exista uma parcela não gerenciável, é preciso garantir sinais adequados para que a empresa siga buscando se tornar cada vez mais eficiente, a despeito do cenário adverso."

Falta pessoal para descarbonizar indústria, diz CNI

Rafael Vazquez
De São Paulo

Um estudo feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) aponta que o setor terá dificuldades para conduzir a sua transição para uma economia de baixo carbono devido à escassez de mão de obra especializada.

O levantamento, que será apresentado oficialmente nesta segunda-feira, 3, durante a Semana do Clima de São Paulo, identificou 16 perfis profissionais que serão mais demandados até 2035 e destaca que será necessário promover iniciativas de formação para tentar evitar uma paralisia no processo no Brasil.

Segundo o estudo, conduzido pelo Observatório Nacional da Indústria (ONI), ligado à CNI, a transformação da indústria vai além da implementação de novas tecnologias. O trabalho diz que o cenário demanda profissionais com conhecimentos técnicos atualizados, competências focadas em inovação, gestão da sustentabilidade e capacidade para desenvolver soluções relacionadas à descarbonização, à economia circular, à digitalização e à adaptação às mudanças climáticas.

Entre as funções detectadas como alvo de escassez estão a de gestor de descarbonização corporativa, especialista em economia circular e valorização de recursos, analista de dados para sustentabilidade, especialista em cadeias de suprimentos sustentáveis e gestor de riscos climáticos e resiliência.

São 16 ocupações no total da indústria, aponta o levantamento. Especialista em IA para sustentabilidade, especialista em materiais sustentáveis e química verde e Educador e facilitador para cultura da sustentabilidade são outras das competências profissionais listadas como estratégicas para o processo e que estão sob alerta de escassez, de acordo com o trabalho.

"Embora a oferta de cursos no país tenha avançado em áreas como energias renováveis e gestão ESG, identificamos lacunas em áreas emergentes, mas fundamentais para a economia verde", explica o especialista em Política e Indústria da CNI, Marcelo Pio. "Entre elas estão inteligência artificial aplicada à sustentabilidade, rastreabilidade ambiental, gestão de riscos climáticos, armazenamento de energia, hidrogênio de baixo carbono, mercados de carbono e economia circular", acrescenta.

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), que faz parte do Sistema Indústria administrado pela CNI, está atualizando os perfis dos cursos para incorporar competências associadas à transição verde, mas pelo que indica o estudo apenas isso não será suficiente e serão necessários incentivos de outras partes para formar esses profissionais a tempo.

"É um processo contínuo de construção de propostas e articulação, que ganha força à medida que nos aproximamos da COP31", comenta Davi Bomtempo, superintendente de Meio Ambiente e Sustentabilidade da CNI.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

A5X **C3**
Airbus **B3**
AlmapBBDO **B6**
Alpargatas **B6**
Alphabet **B5**
Amazon **B5**
Âmbar Energia **B4**
Ambev **A8**
Americanas **B5**
ARX Investimentos **A6**
As **B5**
Avenue **B5**
Axia **B4**
Azzas 2154 **B6**
B3 **C5**
Bahia Asset Management **C2**
Banco BV **C1**
Banco Popular da China **A8**
Bank of America **C4**
Barclays **C1**
Barral Parente Pinheiro Advogados **A8**
Blue Origin **B3**
BNDES **B4**
Boston Consulting Group **C6**
BRB **A4**
Bristol Myers Squibb **B5**
Caixa **A12, B4**
Carrefour **C5**
Cascione Advogados **C5**
Citi **C1**
Climatempo **A2**
CMA CGM **C5**
Correios **A4**
CSD BR **C3**
Daycoval **C1**
Deloitte **C6**
DuPont **B2**
EDP **A2, C5**
Eletronuclear **B4**
Enel **A2**
Energisa **A2**
Fras-Le **C5**
Goldman Sachs **C6**
Google **B5, B6**
Grupo Index **B8**
Havaianas **B6**
hEDGEpoint Global Markets **B8**
Hering **B6**
Hibou **B6**
Hisense **B6**
HSBC **C4**
Iberdrola **C5**
Inpasa **B8**
InstitutoZ **B6**
Itaú **C3**
Itaú BBA **B5**
J&F **B4**
J.P. Morgan **C6**
JFI Silvicultura **B8**
Legacy Capital **B5**
Leonardo **B3**
Linus Galena **C1**
MAG Investimentos **A6**
Master **A15**
Mattos Filho **C5**
Mercado Livre **A8**
Meta **B5**
Microsoft **B5**
Morgan Stanley **C6**
MSC **C5**
Natura **A8**
NCSS Advogados **C5**
Neoenergia **A2, C5**
Omnisys **B3**
Oriba **B6**
Pantheon Macroeconomics **C1**
Parcitas Investimentos **C1**
Petrobras **A11, B1**
Pfizer **B5**
Pharos Consultoria **B8**
PPSA **A8**
PSR **A2**
PwC **A2, B1**
Randon **C5**
RBC Capital Markets **C4**
Riachuelo **B6**
Safras & Mercado **B8**
Santander **C3, C5**
Santander Brasil **C5**
Santos Brasil **C5**
São Pedro Capital **B5**
Score Group **B6**
Serasa Experian **B7**
Shoulder **B6**
SpaceX **B3**
Stocche Forbes Advogados **C5**
Strategy& **A2**
Suno Research **C1**
Techint/Tenaris **A8**
Thales **B3**
TikTok **B5**
Trama **A2**
Trope-se. **B6**
Vale **B1**
Warren Investimentos **A6**
Wells Fargo **C4**
Wilson Sons **C5**

Você tem filho adolescente?

A gente ajuda a proteger.

CONTAS DE ADOLESCENTE
do Instagram com proteções
automáticas para adolescentes.
Tranquilidade para os pais.

from Meta

https://about.instagram.com/pt-br/community/teen-accounts

Ines249

Entrevista Secretário-executivo da Fazenda diz que é possível desacelerar a dinâmica de algumas despesas a fim de contê-las ‘sem grandes reformas’

Ajuste fiscal de próximo governo teria ‘vários caminhos’, afirma Ceron

Jéssica Sant'Ana, Giordanna Neves e Lu Aiko Otta
De Brasília

Grande desafio para o próximo governo, o ajuste nas contas públicas pode ser feito por “vários caminhos”, disse o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron, em entrevista ao **Valor**. Por exemplo: desacelerar a dinâmica de algumas despesas, o que permitiria contê-las sem “grandes reformas”.

Ressalvando que não tem delegação para falar sobre medidas econômicas em um eventual próximo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Ceron disse que um exemplo de alteração na dinâmica poderá ser observado no ano que vem. Cumprindo uma regra que está na lei do arcabouço, as despesas de pessoal vão crescer 0,6% acima da inflação, porque as contas federais encerraram 2025 com déficit.

No conjunto, as despesas podem crescer até 2,5% acima da inflação, conforme as regras do arcabouço. Mas, internamente, há quem defenda reduzir esse aumento para algo como 1,5%. É, porém, uma mudança sobre a qual não há consenso dentro do governo.

“Esse é um dos vários instrumentos que existem. Ele é possível? Qual seria o razoável? Esse é um bom debate”, disse Ceron sobre o aperto nos parâmetros. Ele considera que hoje há mais espaço para avançar no ajuste fiscal, porque não há mais a necessidade de recompor políticas públicas, como ocorreu em 2023.

Também será importante criar incentivos para fomentar a formação de poupança das famílias em um eventual governo Lula 4, defendeu Ceron. “É essa poupança que vai dar condições estruturalmente para a gente ter uma redução de juros, o que realimenta positivamente um ciclo de menor custo de financiamento da dívida.”

Ajustes graduais nas despesas sem grandes reformas destoam da receita dos analistas de mercado. Eles consideram necessário atacar de forma mais assertiva despesas como Previdência, benefícios assistenciais, emendas parlamentares e gastos tributários, para dar um horizonte de maior previsibilidade para as contas públicas. Alertam que um ajuste gradual, como o que ocorre no atual governo, pode não ser suficiente para fazer frente à piora do endividamento público.

Falando sobre este ano, o secretário informou que existe a possibilidade de o governo anunciar um novo desbloqueio de despesas. Isso porque alguns gastos obrigatórios estão crescendo a um ritmo menor do que o projetado. Inicialmente, foram bloqueados R$ 23,68 bilhões. Esse montante já caiu para R$ 17,94 bilhões.

Além disso, por causa de efeitos conjunturais como o impacto da alta do petróleo na arrecadação, o governo deve encerrar o ano com um resultado primário mais próximo do centro da meta, de R$ 34,3 bilhões em 2026. Atualmente, a projeção é um superávit de R$ 10,8 bilhões. Os dois números não consideram os abatimentos previstos em lei, como os gastos com precatórios, que tornam o saldo positivo. Será um avanço, mas visto por economistas do setor privado — e do próprio governo — como ainda insuficiente para estabilizar a dívida pública.

Em 31 de agosto, o governo apresentará o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027. Segundo Ceron, será uma peça “sem grandes surpresas”. A proposta vai prever um superávit primário de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Não haverá necessidade de medidas extras de arrecadação, informou.

Leia a seguir os principais trechos da entrevista:

Valor: *O governo melhorou sua projeção para o resultado primário, mas parte disso será efeito da receita extraordinária da guerra. O resultado não pode acabar passando uma impressão de melhora das contas públicas, sendo que há um caminho ainda a ser feito?*

Rogério Ceron: Muita gente era cética em relação à capacidade de mantermos as metas que estavam estabelecidas para 2026. Na execução, está ficando claro que vamos atingir. Temos algumas receitas adicionais decorrentes do preço do petróleo. Mas também não se pode esquecer que estamos fazendo créditos extraordinários, apoiando subvenções [aos combustíveis] que não são pequenas. E elas estão ali mudando a neutralidade entre ganhos e ônus. Temos um caminho já bem pavimentado para cumprir a meta do ano, com chance de ficar mais próximos do centro da meta.

Valor: *Há espaço para novos desbloqueios de despesas este ano?*

Ceron: Neste ano fomos conservadores e fizemos um bloqueio forte para garantir as obrigatórias ao longo do ano. Nesse [último relatório bimestral de julho] já foi feita uma liberação. Acho que há, sim, potencial para que tenha algum desbloqueio futuro, mas precisamos acompanhar a dinâmica da despesa obrigatória. Hoje, tem mais chances [de desbloqueio] do que menos, mas só o tempo dirá mesmo.

Valor: *A arrecadação com a retenção de Imposto de Renda sobre a distribuição de dividendos, que foi criada para compensar a perda de receitas com a isenção do IR para quem ganha até R$ 5 mil, está vindo bem abaixo do esperado. Isso é algo que preocupa para 2027?*

Ceron: Para 2026 teve uma perda, sim, por conta desse planejamento tributário que foi feito, inclusive com o apoio de decisões judiciais, que permitiram ter um prazo maior para essa adaptação. As grandes empresas se prepararam e fizeram movimentos para poder antecipar essa distribuição. Mas esse é efeito temporário, não é permanente. A partir do ano que vem, já entra em uma rotina normal de tributação. A nossa perspectiva da neutralidade continua. Se você pensar no horizonte de tempo maior, ele continua neutro.

Valor: *O governo projeta a necessidade de receitas extras para fechar o PLOA de 2027?*

Ceron: A princípio, não há nenhuma previsão de novas medidas para fins de encaminhamento da proposta da lei orçamentária. É claro que depois, ao longo da execução, teremos que avaliar. Mas, a princípio, não. Não tem grandes surpresas. Mas lembrando que nós temos uma trajetória da PLDO [Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias] que é agressiva de incremento do resultado fiscal.

Valor: *E pelo lado das despesas? Será necessário incorporar as pautas-bomba aprovadas?*

Ceron: Não. Por ora, nenhuma dessas pautas avançaram.

Valor: *E a proposta de emenda à Constituição (PEC) dos agentes de saúde? Ela foi aprovada, mas não promulgada ainda.*

Ceron: Ela não está vigente. Ainda tem vários passos, lembrando que ela afeta o equilíbrio previdenciário. Não podemos fazer retrocessos nem deixar de observar os macrorregramentos que existem, inclusive constitucionais, sobre algumas matérias, inclusive a do equilíbrio previdenciário.

Valor: *Vão incorporar à proposta de Orçamento alguma nova medida de contenção de despesa?*

Ceron: A princípio não tem nada relevante neste momento. Mas esse é um trabalho muito mais do Ministério do Planejamento, que eles estão debruçados agora.

Valor: *Haverá espaço no PLOA para crescimento de alguma política pública, como reajuste do Bolsa Família ou do Pé-de-Meia?*

Ceron: Não vislumbro de pronto nenhuma carência ou necessidade relevante de incremento. Todas as políticas públicas relevantes estão bem atendidas. Conseguimos chegar aqui com indicadores econômicos balanceados, embora tenha seus desafios fiscais. Estamos equilibrados do ponto de vista orçamentário, o que dispensa grandes movimentos de recomposição de política pública. Agora sim dá para olhar outras discussões ou priorizar, por exemplo, algumas fragilidades, como rediscutir a necessidade de intensificar ainda mais a recuperação fiscal, para criar condições de redução mais agressiva da taxa de juros.

Valor: *Seria, por exemplo, intensificar combate a benefício fiscal, a subsídios?*

Ceron: Para fins da proposta orçamentária, não vai ter sinalização de nada relevante em nenhum dos dois lados [receita e despesa]. É claro que para a execução do Orçamento do ano seguinte, aí sim pode ser feita uma rediscussão mais intensa. Independentemente do resultado do processo eleitoral, é natural que se faça uma recalibragem de algumas iniciativas, especialmente a parte orçamentária e de política fiscal.

> “Independente do resultado eleitoral, é natural que se faça uma recalibragem de algumas iniciativas”

Valor: *Vão incluir no PLOA de 2027 o aporte de, pelo menos, R$ 6 bilhões para os Correios, conforme previsto no contrato?*

Ceron: Eu entendo fundamental nós conseguirmos encontrar, seja em 2026, seja em 2027, o espaço necessário para dar conta dessa capitalização, porque ela é peça importante de um processo de reestruturação de uma companhia importante para o país.

Valor: *O valor integral do aporte vai estar no PLOA de 2027? Uma parte já pode ser feita em 2026?*

Ceron: É isso que a gente está tentando encontrar o caminho. Se é uma composição entre 2026 e 2027, ou só 2027. Podemos, eventualmente, só ter o espaço para colocar no PLOA uma parte. Mas também nada impede uma suplementação ao longo da execução para poder cumprir o restante. Nosso objetivo é atender a integralidade do aporte.

Valor: *O ministro da Fazenda, Dario Durigan, vem falando sobre a necessidade de controlar as despesas obrigatórias em um eventual Lula 4. Como isso seria feito? É uma reforma da Previdência? Propor um sistema de capitalização?*

Ceron: Não posso falar sobre o futuro. Mas podemos ser muito claros quanto aos grandes diagnósticos. Acho que, independentemente de quais serão as pessoas e equipes, tem que continuar nesse processo de recuperação. Precisa cada vez mais fazer a discussão sobre a poupança de longo prazo, mecanismos que incentivem que se aumentem a poupança pública e das famílias. Essa escassez de poupança de longo prazo gera uma série de externalidades que precisamos combater. A forma de fazer pode mudar de equipe para equipe, mas não dá para fugir muito desses debates.

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO

> “Conseguimos chegar aqui com indicadores econômicos balanceados, embora com desafios fiscais”
> *Rogério Ceron*

Valor: *Avaliam rever a indexação do salário mínimo? E os pisos de saúde e educação, vão mudar a fórmula de correção?*

Ceron: Eu acho que a forma mais correta de organizar o debate é o resultado buscado. A forma de fazer, se é via piso, se é outra, eu acho que ela muda. Tem mais de uma forma de atingir o mesmo resultado. Não existe uma bala de prata e uma única medida. Eu tenho convicção que é mais fácil do que muitos pintam, que não é tão complicado assim. O país consegue fazer um ajuste para poder criar condições para controlar a despesa obrigatória, para reduzir dinâmicas de crescimento de despesa e abrir espaço para a melhoria fiscal.

Valor: *De quanto seria esse ajuste fiscal?*

Ceron: A própria meta de resultado primário que nós sinalizamos prevê esse incremento do superávit primário até ele atingir 1,5%. Claro que vai um tempo, mas eu entendo que o país tem que avançar o quanto antes para passar de 1% de resultado primário positivo. Quando passar disso, as coisas já começam a ficar num outro patamar. Claro que você pode intensificar isso, estabilizar mais rápido. Aí vêm as diferentes opiniões.

Valor: *Já há consenso dentro do governo sobre a necessidade de reduzir o crescimento máximo do limite de despesas do arcabouço, hoje em 2,5% real para 1,5%?*

Ceron: Esse é um dos vários instrumentos que existem. Ele é possível? Qual seria o razoável? Esse é um bom debate. Ressalto que eu não tenho mandato para falar nada sobre isso. Precisamos tomar cuidado com o fiscal, não deixar desequilibrar ou tornar mais grave situações que merecem atenção. Então, dado que está tudo bem equilibrado, eu acho que tem espaço para se olhar com mais carinho ali, para poder intensificar esse processo de consolidação fiscal.

Valor: *Nosso Orçamento é basicamente despesas obrigatórias e juros. Para efeito de dívida, apertar os parâmetros sem mexer nesses dois aspectos não seria muito eficiente.*

Ceron: O Brasil nunca saiu do juro estrutural elevado porque nunca teve poupança de longo prazo relevante. É essa poupança que vai dar condições estruturalmente para a gente ter uma redução de juros, o que realimenta positivamente um ciclo de menor custo de financiamento da dívida. Além disso, olhar o fiscal. Idealmente, as despesas obrigatórias devem começar a crescer abaixo do PIB. Isso é possível porque consolidamos um avanço importante nesse último ciclo, especialmente em indicadores de pobreza, desemprego. Agora precisamos criar condições para que a pessoa que conseguiu o emprego consiga ganhar mais, aumentando a produtividade. Para isso, tem investimento público para poder reduzir Custo Brasil. Tudo isso importa para o futuro.

Valor: *O senhor está falando que é inevitável mexer em Previdência e Benefício de Prestação Continuada (BPC) de alguma maneira?*

Ceron: Qualquer país do mundo vai ter que sempre discutir o seu sistema previdenciário ao longo do tempo. Porque as pessoas estão envelhecendo muito mais e as pessoas estão tendo cada vez menos filhos. Eu acho que temos de olhar para a dinâmica desse crescimento. Tem coisas que dá para fazer que não signifiquem necessariamente grandes reformas. Não se trata de tirar direitos, mas tem vários caminhos que dá para fazer isso.

Valor: *O senhor se refere, por exemplo, ao que está acontecendo com despesas de pessoal no ano que vem? Ela vai crescer 0,6% apenas, pelas regras do arcabouço. Isso pode ser estendido a outras despesas? Ou o controle de fluxo (uma espécie de limite máximo) que vem sendo aplicado a alguns gastos?*

Ceron: Olhando como exemplo, sem qualquer sinalização para o futuro, esses são exemplos de como corrigir dinâmicas de uma forma sem machucar, sem tirar direitos de ninguém. Eu acho que esse tipo de mecanismo evita que lá na frente você tenha que fazer um movimento de corte mais agressivo. São mecanismos mais saudáveis e menos custosos, sob qualquer ponto de vista.

Valor: *O governo enviou um pedido para ampliar o limite de emissão externa. O objetivo é contornar a pressão na dívida interna?*

Ceron: Está muito mais atribuído à nossa estratégia de emissões externas. Já tínhamos uma necessidade lá no começo, quando lançamos os títulos sustentáveis. Agora, viemos numa estratégia de diversificação. Fizemos emissão de eurobonds e agora temos que voltar a manter essas emissões para ter uma curva bem estruturada. E começamos aqui a discussão sobre também fazer a emissão no mercado chinês. Quanto mais a gente faz emissão no mercado com títulos mais longos, diminui a necessidade de colocação de títulos similares no mercado doméstico. Então, é um balanço.

Valor: *As taxas das NTN-Bs (títulos públicos atrelados à inflação) seguem pressionadas. Quando haverá taxas mais comportadas?*

Ceron: A taxa de juros longa pode ter um componente que é o fiscal, que é a dúvida quanto aos próximos cinco, dez anos. Mas tem um efeito irrefutável de um aumento da taxa de juros no mercado internacional. O custo de financiamento está ficando mais caro para todo mundo. Outra distorção são os papéis incentivados, que geram concorrência com os títulos longos do Tesouro. Obviamente tem o fiscal, mas se fosse só isso não seria possível ter essa curva da CDS (indicador de risco do país) que está na mínima de risco desde 2021. A conclusão lógica é que há outros fatores.

Valor: *Em 2027, será proposta novamente a discussão sobre incentivados?*

Ceron: Eu não posso dizer como vai ser em 2027, mas o que explica esse movimento de persistência das taxas de juros elevadas das NTN-Bs são três componentes: o cenário internacional, a incerteza fiscal e a distorção causada por esses instrumentos. Muitas dessas emissões são destinadas ao financiamento da infraestrutura, o que é louvável. Mas talvez o custo desse incentivo esteja sendo arcado da forma equivocada.

Valor: *O empréstimo do governo do Distrito Federal para salvar o BRB continua travado. O Executivo federal vai fazer algo?*

Ceron: Nós fomos demandados judicialmente para poder acompanhar e discutir o processo. O ministro Dario participou diretamente disso, ajudou a encontrar uma solução. Agora é entre o BRB, o governo do DF e os bancos. Não tem ação nenhuma a ser feita por parte do governo federal.

Valor: *O governo vai insistir para votar a medida provisória (MP) que acabou com a taxa das blusinhas?*

Ceron: O nível de importação [de encomendas de pequeno valor] aumentou após a edição da MP. Há setores que têm levado essa preocupação ao Congresso, mas acho que não tem uma posição fechada do governo. É importante ter algum equilíbrio para não ter um crescimento tão grande [das importações] e prejudicar empregos e setores aqui, mas é um debate que está sendo feito, o governo pôs a provocação à luz do sol.

Valor: *Há previsão de quando vai acontecer o novo empréstimo aos Correios e as taxas e condição?*

Ceron: Ainda não dá para sinalizar. Mas está no forno. Está quente. Eu vejo que vai se consolidar um caminho bom para a reestruturação dos Correios.

> Precisa cada vez mais discutir poupança de longo prazo, mecanismos que incentivem aumento da poupança”

Luis Vital, CFA

Transforme aprendizado em liderança.
E eleve o setor de investimentos.

Há mais de 75 anos, fortalecemos a indústria de investimentos. Seguimos comprometidos em ajudar as melhores mentes a ir além — porque o futuro das finanças depende dos padrões daqueles que estão prontos para liderá-las.

Set the Standard

CFA Institute®

Learning | Research | Membership | Standards

Descubra mais em cfainstitute.org/standard

© 2026 CFA Institute. All rights reserved.

Ines249

Contas públicas Despesas financeiras do setor público continuam em alta e deverão superar 8% do PIB neste ano

Fiscal frágil eleva gasto com juro no Lula 3

Hamilton Ferrari
De Brasília

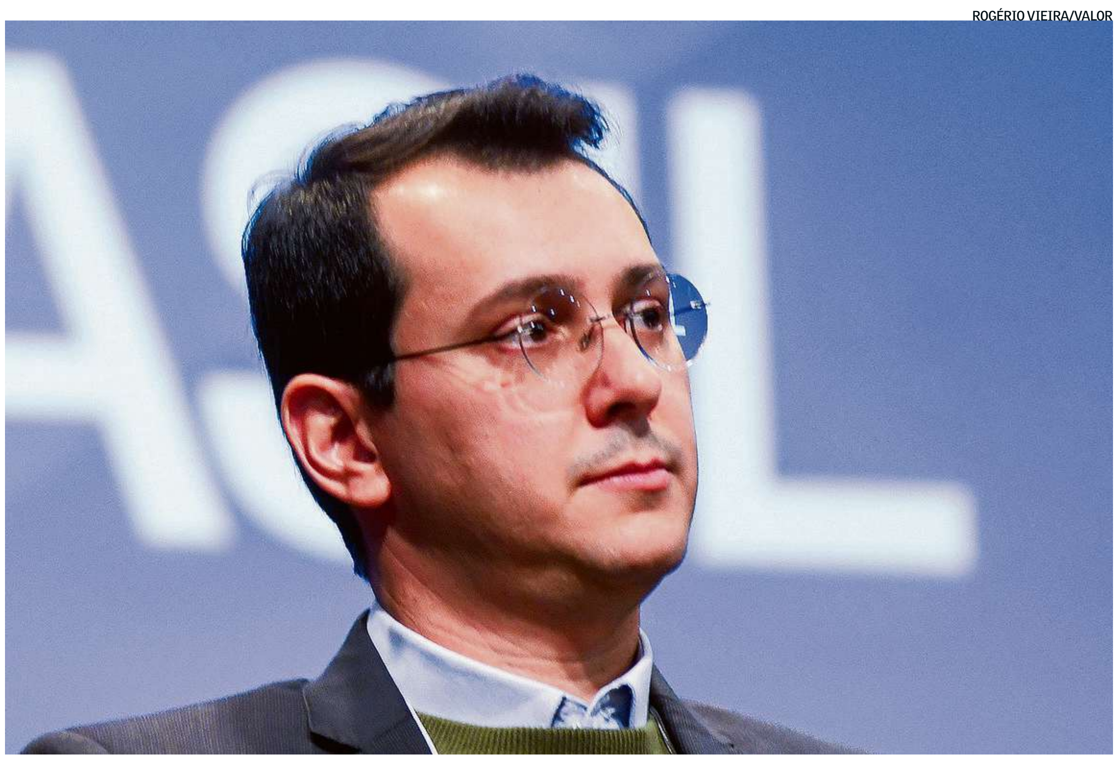
O gasto médio do Brasil com juros da dívida pública deve terminar este governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no maior patamar em mandatos presidenciais do século XXI, superando a primeira gestão do próprio Lula, entre 2003 e 2006. Economistas afirmam que o número é resultado principalmente da situação fiscal delicada do país. Já o Ministério da Fazenda aponta que uma variedade maior de fatores, como o cenário externo, explica os números.

De acordo com levantamento feito pelo **Valor** na série histórica do Banco Central (BC), os gastos do setor público consolidado — formado por União, Estados, municípios e estatais — com os juros da dívida foram, na média, de 7,5% do Produto Interno Bruto (PIB) de 2023 a 2025. Influenciam o cálculo fatores como o tamanho da dívida pública e os juros que incidem sobre ela. Economistas ouvidos pela reportagem projetam que o gasto médio de Lula 3 com o serviços da dívida terminará entre 8% e 8,8% do PIB em 2026, o que elevará a média do atual mandato para 7,6% a 7,8% do PIB.

Apenas em junho de 2026, o gasto acumulado em 12 meses alcançou 8,8% do PIB, atingindo R$ 1,16 trilhão, o maior valor nominal da série histórica. Desde dezembro do ano passado, as despesas superam a casa do R$ 1 trilhão, segundo essa métrica.

Para o economista-chefe da ARX Investimentos, Gabriel Leal de Barros, se o Brasil quiser ter juros mais baixos, precisará de uma política fiscal equilibrada. "É incabível o Banco Central adotar uma política monetária mais flexível neste ambiente fiscal frouxo. A política monetária é a última linha de defesa de uma política econômica que se preocupa com o controle inflacionário", disse.

ROGÉRIO VIEIRA/VALOR



Leal de Barros: "É incabível o Banco Central adotar uma política monetária mais flexível neste ambiente fiscal frouxo"

Já Rafael Rondinelli, economista da Mag Investimentos, afirmou que um dos motivos para o aumento dos gastos com juros foi a troca do teto de gastos pelo arcabouço fiscal, no início do governo Lula.

A expansão acelerada dos gastos obrigatórios atrelados ao salário mínimo e o ajuste fiscal com foco no aumento de impostos também contribuíram para as taxas de juros elevadas, segundo o economista. Na avaliação dele, a Selic não está alta por "capricho" do BC, mas reflete a deterioração do quadro fiscal e a desancoragem das expectativas de inflação.

Para Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, embora as contas públicas não estejam em uma situação de insolvência, a fragilidade fiscal do Brasil é nítida. "O governo atual endereçou parte do problema", afirmou, citando medidas de recomposição da base tributária. "Mas agora é preciso uma agenda de continuidade e aprofundamento, com foco no lado das despesas públicas", explicou.

Em sua última ata, quando reduziu a Selic de 14,5% para 14,25%, sempre em termos anuais, o Comitê de Política Monetária (Copom) destacou que a política fiscal impacta a política monetária por dois canais. No curto prazo, isso acontece "majoritariamente por meio de estímulo à demanda". Mas existe também "uma dimensão mais estrutural, que tem potencial de afetar a percepção sobre a sustentabilidade da dívida e impactar" os juros futuros.

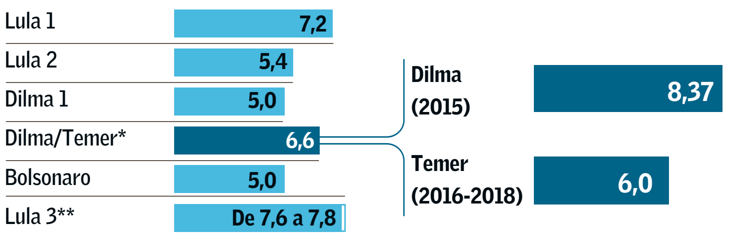
Segundo Salto, as contas públicas melhoraram de 2023 para cá. Mas ele afirmou que os resultados primários, tanto observado quanto projetado, ainda não são suficientes para estabilizar a relação entre a dívida pública e o PIB. Conforme divulgado na sexta-feira (31) pelo BC, a dívida bruta do governo geral (DBGG), principal indicador do estoque do endividamento público, atingiu 81,9% do PIB em junho. O número representa alta de 10,26 pontos percentuais em relação a dezembro de 2022.

O economista defendeu ainda que mesmo com possíveis cortes nas reuniões que restam até o final do ano, as contas até dezembro não se alterariam significativamente, uma vez que os juros devidos são afetados pela curva toda, e não apenas pela Selic.

"A mudança [sobre o custo da dívida] só se faria sentir na presença de uma redução da curva a termo de juros [juros futuros], e não apenas da Selic. Isso, para ter claro, dependeria de um choque fiscal relevante", disse.

Gasto com juros da dívida

Média acumulada em mandatos - em % do PIB



Fontes: Banco Central e economistas. *Mandato presidencial de Dilma foi interrompido em maio de 2016,
**Cálculo de acordo com projeções obtidas pelo Valor

Já o Ministério da Fazenda atribuiu os juros incidentes sobre a dívida pública a diversos fatores, como os prêmios de risco fiscal, inflacionário e cambial, o diferencial dos juros domésticos e internacionais, a distância da inflação em relação à meta e a política de juros do BC. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) está em 4,64% em 12 meses até junho. A meta de inflação é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

O Ministério da Fazenda afirmou, por exemplo, que desde setembro de 2023 a taxa básica de juros média dos Estados Unidos, principal referência global e "muito influente sobre o juro brasileiro", está no nível máximo em 20 anos. Defendeu que, para além dos riscos fiscal e cambial, a conjuntura global de juros tem contribuído para a resistência à queda da curva de juros no Brasil.

"O sarrafo de juros está mudado no mundo. O mundo inteiro vai sentir", disse o economista Fabio Terra, chefe de gabinete do ministro da Fazenda, Dario Durigan.

O chefe do departamento de estatística do Banco Central (BC), Fernando Rocha, disse que a conta de remuneração de juros da reserva cambial está em patamar recorde, sinalizando um efeito das taxas globais no Brasil.

"As reservas internacionais não têm tido muitas operações. As reservas têm um cenário, a grosso modo, estável, com uma tendência de crescimento, que é principalmente determinada por essa incorporação de juros, em níveis recordes", disse Rocha. "Se você tem uma situação de juros internacionais que geram receitas recordes, também podem gerar despesas recordes", acrescentou.

Em nota, o Ministério da Fazenda afirmou ainda que a política fiscal em exercício tem buscado contribuir para a redução das taxas de juros e, por consequência, do pagamento de juros nominais, via "busca incessante" do equilíbrio fiscal, em especial com a meta de alcançar superávits primários em curtíssimo prazo. "Assim, se reduz a precificação do risco fiscal, se reduzem os cupons cambiais e se ajuda a estabilizar mais rapidamente a dívida pública", diz a nota.

> "Uma situação de juros internacionais que gera receitas recordes também pode gerar despesas recordes"
> *Fernando Rocha*

Despesa trilionária com juros puxa déficit nominal para 10% do PIB

Análise

Sergio Lamucci
São Paulo

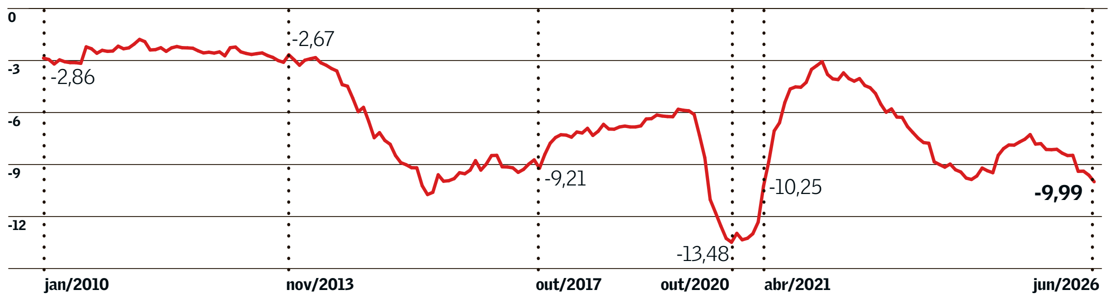
O gasto trilionário e crescente com juros levou o déficit nominal nos 12 meses até junho para R$ 1,317 trilhão, o equivalente a 9,99% do PIB, número também influenciado pelo rombo no resultado do primário (que não inclui despesas financeiras). O buraco só não chegou a dois dígitos por causa dos ganhos do Banco Central (BC) com os swaps cambiais, de R$ 75,5 bilhões, correspondentes a 0,56% do PIB, devido à valorização do real no período. Sem o impacto dos swaps sobre as despesas com juros, o déficit nominal no período teria sido de 10,55% do PIB, como aponta Fernando Montero, economista-chefe da corretora Tullett Prebon.

Para 2026, o consenso do mercado coletado pelo Boletim Focus, do BC, é de um rombo nominal de 8,7% do PIB, superando com folga as projeções para o indicador de todos os outros 41 países que aparecem na revista The Economist, feitas pela Economist Intelligence Unit (EIU). É um número muito maior que a média do déficit estimada para 2026 pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para o grupo de economias emergentes, de 6% do PIB.

O resultado nominal deficitário de 9,99% do PIB é a combinação dos gastos com juros, que chegaram a 8,8% do PIB nos 12 meses até junho, e do déficit primário, de 1,19% do PIB no período. Os quase 10% do PIB são o maior rombo desde os 10,25% do PIB registrados nos 12 meses até abril de 2021, um número que refletia em grande parte os gastos públicos para combater os efeitos da pandemia da covid-19.

Cresce o rombo

A evolução do déficit nominal em 12 meses - em % do PIB



Em junho, o déficit nominal acumulado em 12 meses foi o maior desde os **10,25%** do PIB de abril de 2021

O déficit de **9,99%** do PIB é composto por **8,8%** do PIB de gastos com juros e 1,19% do PIB do déficit primário

Fonte: Banco Central (BC)

Um déficit nominal dessa magnitude escancara o tamanho da encrenca fiscal do país. O indicador é que determina a dinâmica do endividamento público. Em junho, a dívida bruta do governo geral ficou em R$ 10,8 trilhões, ou 81,9% do PIB, o maior nível desde abril de 2021, e mais de 10 pontos percentuais do PIB acima dos 71,7% do PIB de dezembro de 2022. "Há uma aceleração recente evidente", diz Montero. "A dívida bruta sobe 10,26 pontos percentuais do PIB nos três anos e meio do Lula 3, dos quais mais da metade (5,64 pontos) nos últimos 12 meses", afirma ele, para quem o ritmo de alta deve ser mais moderado no segundo semestre.

O grosso do déficit nominal se deve aos elevados gastos com juros, que chegaram a R$ 1,160 trilhão nos 12 meses até junho, o equivalente a 8,8% do PIB. As despesas financeiras estão nas alturas porque a dívida pública é muito grande, e incidem sobre ela juros muito altos — a Selic está em 14,25% ao ano, ou perto de 10% em termos reais (descontada a inflação). Do total de R$ 1,160 trilhão de despesas com juros nos 12 meses até junho, R$ 864,3 bilhões, ou 74,5% do total, se referem a gastos que tiveram a Selic como indexador.

As incertezas sobre as contas públicas são a principal explicação para o nível elevadíssimo dos juros. O arcabouço fiscal fracassou como âncora das expectativas, por não oferecer uma perspectiva de estabilização da dívida como proporção do PIB ao longo do tempo. As despesas obrigatórias crescem a um ritmo muito forte e há uma série de exceções à regra fiscal, que permitem o cumprimento das metas de resultado primário, mas minam a credibilidade do arcabouço.

Para reduzir o déficit nominal, será fundamental tomar medidas em 2027 que enfrentem a expansão dos gastos obrigatórios, como desvincular os benefícios previdenciários e assistenciais do salário mínimo e desatrelar os dispêndios de saúde e educação da variação das receitas. Isso possibilitará uma melhora do resultado primário e abrirá espaço para a redução da Selic.

Desse modo, o déficit nominal encolheria pelo maior esforço fiscal, com um ajuste concentrado no lado das despesas, e pela consequente queda dos gastos financeiros do setor público, num cenário com uma Selic menor. Também é importante uma diminuição dos subsídios tributários, que chegam a cerca de 7% do PIB, somando os da União e dos Estados.

No segundo semestre, o resultado primário, que ficou deficitário em 1,19% do PIB nos 12 meses até junho, deverá ter uma melhora. Houve uma antecipação de gastos no primeiro semestre. Em março, por exemplo, houve R$ 68 bilhões de despesas com precatórios, enquanto no ano passado esses dispêndios ocorreram em julho. Além disso, os gastos discricionários (sobre os quais o governo tem controle) se concentraram na primeira metade do ano, num ano eleitoral. Desse modo, o déficit primário deverá ser menor no acumulado do ano — o Itaú Unibanco, por exemplo, estima um rombo de 0,5% do PIB.

Mas isso não será grande refresco para o déficit nominal, que deverá ficar em 9% do PIB em 2026, nas contas do banco. Os gastos com juros continuarão muito pesados — em 8,5% do PIB, nas estimativas do Itaú Unibanco. Nos cálculos dos especialistas, é necessário um superávit primário na casa de 2% do PIB para estabilizar a dívida em relação ao PIB.

A sinalização firme de melhora do esforço fiscal ajudaria a diminuir os juros, o que permitiria a redução estrutural da Selic e, com isso, a queda das despesas financeiras do setor público. Com um resultado primário melhor e menores gastos com juros, o déficit nominal cairia para níveis civilizados, o que teria impacto favorável sobre a trajetória da dívida pública. Para o segundo semestre, os analistas esperam novas altas do endividamento bruto, que deve fechar o ano na casa de 83% do PIB. Sem uma consolidação fiscal firme, o déficit continuará muito elevado, e a dívida seguirá em alta nos próximos anos.

> Dívida bruta subiu 10,26 pontos do PIB no governo Lula 3, mais da metade nos últimos 12 meses

---

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ESCOLA POLITÉCNICA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°: 254/2026 – EP
PROCESSO SEI Nº: 154.00011098/2026-32

A Escola Politécnica torna público aos interessados que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob N°: 254/2026 - EP,** do tipo menor preço, cujo objeto é a **contratação de serviço especializado de calibração de balanças digitais com emissão de certificado – PCC EP USP,** conforme especificações e condições constantes em Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 03/08/2026 a partir das 08h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 28/08/2026 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras do Governo Federal - ComprasGov" através do sítio **https://www.gov.br/compras/pt-br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 31/07/2026, além da página do ComprasGov, citado anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes** e **www.imprensaoficial.com.br**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ESCOLA POLITÉCNICA
ERRATA - AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°: 869/2026 - EP
PROCESSO SEI Nº: 154.00007703/2026-71

A Escola Politécnica torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, sob N°: 869/2026-EP,** do tipo menor preço, cujo objeto é **Serviços técnicos especializados de engenharia para Levantamento Cadastral, diagnóstico funcional, Identificação e cadastramento em banco de dados do parque de climatização da Escola Politécnica da USP,** conforme especificações e condições constantes em Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 03/08/2026 a partir das 08h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 28/08/2026 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras do Governo Federal - ComprasGov" através do sítio **https://www.gov.br/compras/pt-br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 03/08/2026, além da página do ComprasGov, citado anteriormente, nos seguintes endereços: **www.usp.br/licitacoes** e **www.imprensaoficial.com.br**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
AVISO DE LICITAÇÃO

A Escola de Engenharia de São Carlos torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade pregão eletrônico do tipo menor preço, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026 – EESC/USP - Nº da Licitação: 99024/2026 - Contratação: 63/2026 - PROCESSO SEI Nº:** 154.00005253/2026-81 - **Objeto:** Aquisição de periféricos e acessórios de informática - **Prazo De Início do Recebimento das Propostas Eletrônicas:** 31/07/2026 - **Sessão de Disputa:** 14/08/2026 às 09h00h - O acesso à sessão é por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Sistema de Compras do Governo Federal", através do sítio **www.compras.gov.br**. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia **31/07/2026**, além da página do Sistema de Compras do Governo Federal, citada anteriormente, nos seguintes endereços: **www.doe.sp.gov.br**, **https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1 e www.usp.br/licitacoes.**

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 01160943002026
UASG – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Modalidade: Pregão 223/2026 - 102110 FMVZ USP **- Nº Processo:** 154.00007155/2026-89 **Objeto:** contratação de serviços de manutenção de elevadores **- Total de Itens Licitados:** 01 (um) **- Valor total da licitação:** R$ 51.329,99 (cinquenta e um mil, trezentos e vinte e nove reais e noventa e nove centavos) **- Disponibilidade do edital:** 03/08/2026 **- Horário:** das 08h00 às 17h59 **- Endereço:** Av. Professor Orlando Marques de Paiva, 87, Butantã, São Paulo SP, CEP 05508-270**. - Link do PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais/. - Entrega das Propostas:** a partir de 03/08/2026 às 08h00 no site: **www.gov.br/compras. Abertura das Propostas:** 19/08/2026 às 09h00 no site: **www.gov.br/compras. Fonte:** DOESP e PNCP

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CNPJ nº 63.025.530/0021-58
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°: 23/2026 – ECA
NO COMPRAS.GOV.BR: EDITAL Nº 43/2026 - Contratante (UASG) 102123
PROCESSO SEI Nº 154.00002094/2026-63

Torna público o PREGÃO ELETRÔNICO N° 23/2026–ECA. No **compras.gov.br**, é o EDITAL Nº 43/2026 - Contratante (UASG) 102123, tipo menor preço, cujo objeto é o **fornecimento de EQUIPAMENTOS E PERIFÉRICOS DE INFORMÁTICA,** conforme Edital e seus Anexos disponíveis a partir do dia 03/08/2026, nos endereços: **www.gov.br/compras**, **www.usp.br/licitacoes** e **www.doe.sp.gov.br**. O início do Recebimento das Propostas Eletrônicas ocorrerá dia 03/08/2026 a partir das 08h00, e a sessão de disputa agendada para o dia 25/08/2026 às 09h00, no "Portal de Compras do Governo Federal" - **www.gov.br/compras**.

Informações que impulsionam decisões.
Acesse valor.globo.com

Atividade econômica

Indicadores agregados

	jun/26	mai/26	abr/26	mar/26	fev/26	jan/26	dez/25	nov/25	out/25	set/25
Índice de atividade econômica - IBC-Br (%) (1)	-	0,07	0,40	-0,13	0,55	0,58	0,13	0,51	0,07	-0,15
Indústria (1)										
Produção física industrial (IBGE - %)										
Total	-	-0,2	0,7	0,3	1,1	2,2	-1,9	-0,1	0,2	-0,4
Indústria de transformação	-	0,1	0,4	0,2	1,1	2,4	-2,5	0,2	-0,4	0,1
Indústrias extrativas	-	-2,6	3,2	0,4	1,1	1,5	1,0	-2,2	3,5	-1,4
Bens de capital	-	-0,2	-0,1	0,6	2,7	2,9	-8,4	-0,2	0,9	0,1
Bens intermediários	-	-0,4	1,6	0,6	1,2	2,4	-1,9	-0,7	-0,7	-0,3
Bens de consumo	-	-0,5	-0,7	0,5	0,8	1,9	-1,6	0,5	1,3	-0,1
Faturamento real (CNI - %) (1)	-	0,2	0,5	3,8	4,9	2,3	-1,2	1,2	-2,7	-1,3
Horas trabalhadas na produção (CNI - %) (1)	-	0,0	-1,3	1,4	0,7	0,5	-1,0	-0,7	0,4	0,1
Comércio										
Receita nominal de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,1	1,1	1,2	0,6	0,5	-0,4	0,9	0,4	0,0
Volume de vendas no varejo - Brasil (IBGE - %) (1)(2)	-	0,1	-1,6	0,8	0,8	0,5	-0,7	1,1	0,6	-0,2
Serviços										
Receita nominal de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	0,3	1,5	-0,2	1,2	2,2	-0,9	0,6	0,3	0,8
Volume de serviços - Brasil (IBGE - %) (1)	-	-0,4	1,1	-0,9	0,1	0,0	-0,3	-0,1	0,3	0,7
Mercado de trabalho										
Taxa de desocupação (Pnad/IBGE - em %)	5,4	5,6	5,8	6,1	5,8	5,4	5,1	5,2	5,4	5,6
Emprego industrial (CNI - %) (1)	-	0,5	-0,2	-0,3	-0,1	0,5	-0,2	1,2	-0,3	-0,2
Indicador Antecedente de Emprego - (FGV/IBRE) (1)(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Balança comercial (US$ milhões)										
Exportações	36.277	31.753	34.271	31.770	26.156	24.546	30.710	28.165	31.509	30.487
Importações	26.520	24.074	23.624	25.234	22.169	20.796	21.385	22.404	24.824	27.346
Saldo	9.758	7.679	10.647	6.536	3.987	3.751	9.325	5.761	6.685	3.141

Fontes: Banco Central, CNI, FGV, IBGE e SECEX/MDIC. Elaboração: Valor Data (1) Metodologia com ajuste sazonal. (2) Nova série com índice base 2014 = 100. (3) Var. em pts

Atualize suas contas

Variação dos indicadores no período

	Em %									Em R$	
Mês	**TR (1)**	**Poupança (2)**	**Poupança (3)**	**TBF (1)**	**Selic (4)**	**TJLP**	**TLP**	**FGTS (5)**	**CUB/SP**	**UPC**	**Salário mínimo**
jan/25	0,1690	0,6698	0,6698	0,9972	1,01	0,6625	0,5685	0,4160	0,23	24,55	1.518,00
fev/25	0,1324	0,6331	0,6331	0,9315	0,99	0,5982	0,6006	0,3794	0,09	24,55	1.518,00
mar/25	0,1092	0,6097	0,6097	0,8971	0,96	0,6625	0,6185	0,3561	0,12	24,55	1.518,00
abr/25	0,1689	0,6697	0,6697	0,9929	1,06	0,6937	0,6263	0,4159	0,25	24,65	1.518,00
mai/25	0,1712	0,6721	0,6721	1,0552	1,14	0,7169	0,6224	0,4182	0,65	24,65	1.518,00
jun/25	0,1699	0,6707	0,6707	1,0201	1,10	0,6937	0,6131	0,4169	0,91	24,65	1.518,00
jul/25	0,1758	0,6767	0,6767	1,1779	1,28	0,7417	0,6076	0,4229	0,69	24,78	1.518,00
ago/25	0,1722	0,6731	0,6731	1,0817	1,16	0,7417	0,6053	0,4193	0,21	24,78	1.518,00
set/25	0,1742	0,6751	0,6751	1,1361	1,22	0,7177	0,6131	0,4213	0,17	24,78	1.518,00
out/25	0,1758	0,6767	0,6767	1,1764	1,28	0,7504	0,6201	0,4229	0,15	24,91	1.518,00
nov/25	0,1634	0,6642	0,6642	0,9776	1,05	0,7261	0,6286	0,4104	0,27	24,91	1.518,00
dez/25	0,1742	0,6751	0,6751	1,1355	1,22	0,7504	0,6294	0,4213	0,31	24,91	1.518,00
jan/26	0,1718	0,6727	0,6727	1,0718	1,16	0,7600	0,6279	0,4189	0,28	25,04	1.621,00
fev/26	0,1207	0,6213	0,6213	0,9142	1,00	0,6862	0,6240	0,3676	0,09	25,04	1.621,00
mar/26	0,1735	0,6744	0,6744	1,1163	1,21	0,7600	0,6216	0,4206	0,10	25,04	1.621,00
abr/26	0,1679	0,6687	0,6687	0,9842	1,09	0,7307	0,6255	0,4149	0,57	25,16	1.621,00
mai/26	0,1687	0,6695	0,6695	0,9899	1,07	0,7552	0,6224	0,4157	1,24	25,16	1.621,00
jun/26	0,1709	0,6718	0,6718	1,0460	1,12	0,7307	0,6279	0,4179	2,24	25,16	1.621,00
jul/26	0,1729	0,6738	0,6738	1,0998	1,22	0,7560	0,6418	0,4200	-	25,29	1.621,00
ago/26	-	-	-	-	1,11	0,7560	-	-	-	25,29	1.621,00
2026	**1,15**	**4,75**	**4,75**	**7,45**	**9,34**	**6,09**	**4,47**	**2,91**	**4,59**	**1,53**	**6,79**
Em 12 meses*	**2,02**	**8,32**	**8,32**	**13,50**	**14,65**	**9,25**	**7,75**	**5,09**	**6,49**	**2,06**	**6,79**
2025	**1,97**	**8,26**	**8,26**	**13,33**	**14,32**	**8,79**	**7,61**	**5,03**	**4,13**	**1,71**	**7,51**

Fontes: Banco Central, CEF, Sinduscon e Ministério da Fazenda. Elaboração: Valor Data * Até o último mês de referência
(1) Taxa do período iniciado no 1º dia do mês. (2) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos até 03/05/12 (3) Rendimento no 1º dia no mês seguinte para depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012 (4) Taxa efetiva; para julho projetada. (5) Crédito no dia 10 do mês seguinte (TR + Juros de 3% ao ano)

Produção e investimento

Variação no período

Indicadores	1º Tri/26	4º Tri/25	2026‡	2025	2024	2023
PIB (R$ bilhões) *	3.251	3.278	12.965	12.739	11.779	10.943
PIB (US$ bilhões) **	613	607	2.376	2.281	2.185	2.191
Taxa de Variação Real (%)	1,1	0,3	2,0	2,3	3,4	3,2
Agropecuária	2,0	0,1	7,5	11,7	-3,7	16,3
Indústria	1,0	-0,7	1,3	1,4	3,1	1,7
Serviços	0,5	0,7	1,8	1,8	3,8	2,8
Formação Bruta de Capital Fixo (%)	3,5	-3,4	0,4	2,9	6,9	-3,0
Investimento (% do PIB)	16,5	16,0	16,6	16,8	16,9	16,4

Fontes: IBGE e Banco Central. Elaboração: Valor Data
*** Valores correntes. ** Banco Central. ‡ 1º trim de 2026, nos últimos 12 meses**

Contrib. previdenciária*

Empregados e avulsos**

Salário de contribuições em R$	Alíquotas em % (1)
Até 1.621,00	7,5
De 1.621,01 até 2.902,84	9,0
De 2.902,85 até 4.354,27	12,0
De 4.354,28 até 8.475,55	14,0
Empregador doméstico	8,0

Fonte: Previdência Social. Elaboração: Valor Data * Competência julho/26. ** Inclusive empregado doméstico. (1) Para fins de recolhimento ao INSS

IR na fonte

Tabela de incidência mensal *

Base de cálculo ** em R$	Alíquota em %	Parcela a deduzir IR - em R$
Até 2.428,80	0,0	0,00
De 2.428,81 até 2.826,65	7,5	182,16
De 2.826,66 até 3.751,05	15,0	394,16
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	675,49
Acima de 4.664,68	27,5	908,72

Fonte: Receita Federal. Elaboração: Valor Data
*** Para rendimentos tributáveis mensais acima de R$ 7.350,00.**
**** Limite mensal de desconto simplificado: R$ 607,20.**
Dedução mensal por dependente: R$ 189,59

Principais receitas tributárias

Valores em R$ bilhões

	Janeiro-Junho			junho		
Discriminação	**2026**	**2025**	**Var. %**	**2026**	**2025**	**Var. %**
Receita Federal						
Imposto de renda total	**523,2**	**476,0**	**9,93**	**86,3**	**77,1**	**11,85**
Imposto de renda pessoa física	51,3	21,1	142,89	7,9	7,4	5,91
Imposto de renda pessoa jurídica	199,0	180,8	10,05	21,4	16,7	27,98
Imposto de renda retido na fonte	272,9	251,1	8,70	57,0	53,0	7,61
Imposto sobre produtos industrializados	46,3	42,4	9,40	8,8	7,7	13,89
Fumo	6,0	5,8	3,66	1,0	1,0	-6,31
Bebidas	1,8	1,6	12,76	0,3	0,3	10,07
Automóveis	2,5	2,4	3,33	0,6	0,4	42,87
Imposto sobre operações financeiras	49,7	36,5	35,95	8,4	8,0	4,92
Imposto de importação	52,8	45,6	15,93	10,5	8,1	30,07
Cide-combustíveis	1,6	1,6	-1,41	0,2	0,3	-6,62
Contribuição para Finsocial (Cofins)	241,1	220,2	9,50	41,5	38,4	8,08
CSLL	109,1	98,1	11,18	11,9	9,7	22,54
PIS/Pasep	64,6	60,3	7,16	11,1	10,3	7,58
Outras receitas	498,8	445,2	12,04	85,8	75,0	14,33
Total	**1.587,2**	**1.425,8**	**11,32**	**264,4**	**234,6**	**12,72**

	mai/26		abr/26		mai/25	
	Valor	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***	**Valor**	**Var. %***
INSS	**61,6**	**0,84**	**61,1**	**1,33**	**55,9**	**7,29**

Fontes: Receita Federal e Previdência Social. Elaboração: Valor Data * sobre o mês anterior.

Inflação

Variação no período (em %)

			Acumulado em			Número índice			
	jul/26	**jun/26**	**2026**	**2025**	**12 meses**	**jul/26**	**jun/26**	**dez/25**	**jul/25**
IBGE									
IPCA	-	0,16	3,36	4,26	4,64	-	7.652,37	7.403,29	7.331,98
INPC	-	0,14	3,51	3,90	4,33	-	7.835,94	7.570,36	7.526,72
IPCA-15	0,06	0,41	3,51	4,41	4,52	7.520,59	7.516,08	7.265,66	7.195,65
IPCA-E	-	0,41	3,45	4,41	4,80	-	7.516,08	7.265,66	7.195,65
FGV									
IGP-DI	-	-0,79	3,00	-1,20	3,59	-	1.202,30	1.167,24	1.159,85
Núcleo do IPC-DI	-	0,40	2,43	5,92	4,20	-	-	-	-
IPA-DI	-	-1,36	2,81	-3,61	2,91	-	1.381,74	1.343,94	1.338,16
IPA-Agro	-	-0,41	-1,61	-6,62	-3,41	-	1.875,78	1.906,47	1.875,58
IPA-Ind.	-	-1,66	4,35	-2,52	5,16	-	1.172,17	1.123,35	1.123,15
IPC-DI	-	0,36	3,00	4,00	4,32	-	817,31	793,53	786,36
INCC-DI	-	0,78	4,27	5,92	6,76	-	1.280,64	1.228,16	1.210,47
IGP-M	-1,16	-0,50	2,08	-1,05	2,76	1.209,62	1.223,76	1.185,00	1.177,17
IPA-M	-1,74	-0,97	1,38	-3,35	1,87	1.402,07	1.426,94	1.382,94	1.376,37
IPC-M	-0,01	0,47	3,17	4,08	4,03	800,23	800,30	775,65	769,21
INCC-M	0,62	0,85	4,70	6,10	6,40	1.283,04	1.275,09	1.225,40	1.205,84
IGP-10	-1,13	-0,30	3,48	-0,76	2,68	1.233,91	1.248,06	1.209,77	1.201,68
IPA-10	-1,76	-0,71	1,26	-2,87	1,68	1.442,53	1.468,37	1.424,59	1.418,73
IPC-10	0,23	0,56	3,32	4,01	4,31	806,47	804,64	780,54	773,14
INCC-10	0,65	0,92	4,64	6,18	6,72	1.264,55	1.256,38	1.208,49	1.184,97
FIPE									
IPC	-	0,18	2,11	3,83	3,92	-	749,49	734,01	723,24

Obs.: IPCA-E no 2º trimestre/2026 = 1,93%
Fontes: FGV, IBGE e FIPE. Elaboração: Valor Data

Imposto de Renda Pessoa Física

Pagamento das quotas - 2026

		No prazo legal		
Quota	**Vencimento**	**Valor da quota (Campo 7 do DARF)**	**Valor dos juros (Campo 9 do DARF)**	**Valor total (Campo 10 do DARF)**
1ª ou única	29/05/2026	Valor da declaração	-	Campo 7
2ª	30/06/2026		1,00%	+
3ª	31/07/2026		2,12%	Campo 8
4ª	31/08/2026			+
5ª	30/09/2026			Campo 9
6ª	30/10/2026			
7ª	30/11/2026			
8ª	30/12/2026			

Pagamento com atraso

Multa (campo 08) - sobre o valor do campo 7 aplicar 0,33% por dia de atraso, a partir do primeiro dia após o vencimento até o limite de 20%; Juros (campo 09) - aplicar os juros equivalentes à taxa Selic acumulada mensalmente, calculados a partir de junho/26 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês de pagamento; Total (campo 10) - informar a soma dos valores dos campos 7, 8 e 9. Fonte: Receita Federal do Brasil. Elaboração: Valor Data

Mais informações: valor.globo.com/valor-data/, ibge.gov.br e fipe.org.br

Dívida e necessidades de financiamento

Valores em R$ bilhões - no setor público

	mai/26		abr/26		mai/25	
Dívida líquida do setor público	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Dívida líquida total	**8.897,7**	**67,91**	**8.752,5**	**67,36**	**7.547,7**	**61,71**
(-) Ajuste patrimonial + privatização	-28,2	-0,21	-28,0	-0,22	-38,2	-0,31
(-) Ajuste metodológico s/ dívida*	-991,9	-7,57	-973,7	-7,49	-1.072,0	-8,76
Dívida fiscal líquida	**9.917,8**	**75,69**	**9.754,1**	**75,07**	**8.657,9**	**70,79**
Divisão entre dívida interna e externa						
Dívida interna líquida	9.347,8	71,34	9.167,6	70,55	8.225,4	67,25
Dívida externa líquida	-450,0	-3,43	-415,2	-3,20	-677,7	-5,54
Divisão entre as esferas do governo						
Governo Federal e Banco Central	7.784,3	59,41	7.650,6	58,88	6.524,6	53,35
Governos Estaduais	978,8	7,47	968,7	7,45	898,1	7,34
Governos Municipais	82,1	0,63	80,9	0,62	84,8	0,69
Empresas Estatais	52,5	0,40	52,2	0,40	40,2	0,33
Necessidades de financiamento do setor público	**mai/26**		**abr/26**		**mai/25**	
Fluxos acumulados em 12 meses	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**	**Valor**	**% do PIB**
Total nominal	**1.259,9**	**9,62**	**1.222,1**	**9,41**	**922,0**	**7,54**
Governo Federal**	1.083,4	8,27	1.053,5	8,11	721,5	5,90
Banco Central	48,6	0,37	46,4	0,36	112,3	0,92
Governo regional	112,0	0,85	105,2	0,81	76,5	0,63
Total primário	**149,0**	**1,14**	**126,6**	**0,97**	**-24,1**	**-0,20**
Governo Federal	-213,5	-1,63	-227,0	-1,75	-315,8	-2,58
Banco Central	1,0	0,01	0,9	0,01	1,2	0,01
Governo regional	3,3	0,03	-2,4	-0,02	-15,3	-0,13

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data * Interna e externa. Inclui INSS. Obs.: Sem Petrobras e Eletrobras.**

Resultado fiscal do governo central

Valores em R$ bilhões a preços de maio*

	Janeiro-maio			maio		
Discriminação	**2026**	**2025**	**Var. %**	**2026**	**2025**	**Var. %**
Receita total	**1.330,3**	**1.275,2**	**4,33**	**256,2**	**242,8**	**5,51**
Receita Adm. Pela RFB**	889,0	836,8	6,23	165,4	149,8	10,41
Arrecadaçao Líquida para o RGPS	306,3	288,6	6,15	61,6	58,5	5,25
Receitas Não Adm. Pela RFB	135,1	149,8	-9,83	29,2	34,5	-15,32
Transferências a Estados e Municípios	**255,4**	**249,3**	**2,41**	**58,2**	**55,2**	**5,44**
Receita líquida total	**1.075,0**	**1.025,8**	**4,79**	**198,0**	**187,6**	**5,53**
Despesa Total	**1.118,3**	**989,4**	**13,03**	**251,2**	**229,8**	**9,35**
Benefícios Precidenciários	493,9	451,2	9,45	122,3	117,3	4,19
Pessoal e Encargos Sociais	180,0	160,8	11,94	33,5	34,2	-2,10
Outras Despesas Obrigatórias	194,4	158,5	22,64	34,8	32,8	6,15
Despesas Poder Exec. Sujeitas à Prog. Financeira	250,0	218,8	14,24	60,6	45,4	33,64
Resul. Primário do Gov. Central (1)	**-43,3**	**36,4**	**-218,86**	**-53,3**	**-42,2**	**26,35**

Discriminação	**mar/26**		**fev/26**		**mar/25**	
	Valor	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**	**Valor**	**Var. %**
Ajustes metodológicos	0,0	-19,12	0,0	29,33	0,1	-
Discrepância estatística	-1,3	-	0,5	-	-4,1	-52,11
Result. Primário do Gov. Central (2)	**-73,9**	**-**	**-30,5**	**142,69**	**1,6**	**1.086,25**
Juros Noninimais	**-112,9**	**-32,55**	**-79,5**	**42,13**	**-69,9**	**-10,15**
Result. Nominal do Gov. Central	**-188,2**	**-73,39**	**-109,4**	**72,04**	**-72,4**	**-36,56**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional. Elaboração: Valor Data
*** Deflator: IPCA ** Somando Incentivos fiscais (1) Acima da linha. (2) Abaixo da linha**

CIDADE DO AGRO
UM TREM DE OUTRO MUNDO
ALGUNS LUGARES DESPERTAM PERGUNTAS.
ESTE FOI CRIADO PARA PRODUZIR RESPOSTAS.
AREA 34
NEW HOLLAND
Agro
Na Cidade do Agro, a Universidade do Agro Uniube conecta ensino, pesquisa, inovação e setor produtivo em uma área de mais de 550 mil m². São mais de 30 empresas e instituições parceiras de referência nacional e internacional atuando em áreas decisivas para o futuro do campo. **Um ecossistema onde o conhecimento ganha prática, a tecnologia ganha aplicação e a formação encontra o mercado.**

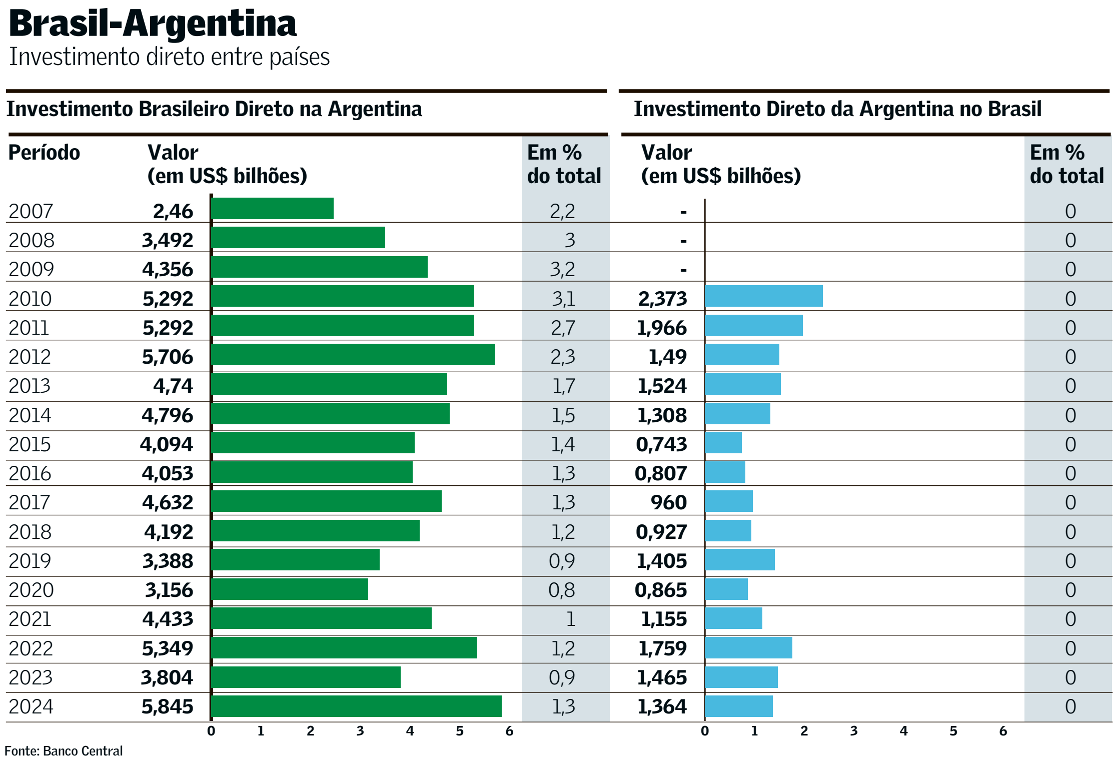
ALGUMAS PARCERIAS QUE ESTÃO NA CIDADE DO AGRO

www.universidadedoagro.com.br
RODM URA 090 S/N, KM 6.3, UBERABA-MG

UNIVERSIDADE DO Agro Uniube

Relações externas Para especialistas, atritos entre os governos dos dois países não afetam indicador por ora, mas podem desestimular novos aportes

Investimento direto retrata distanciamento entre Brasil e Argentina



Brasil-Argentina

Investimento direto entre países

	Investimento Brasileiro Direto na Argentina		Investimento Direto da Argentina no Brasil	
Período	Valor (em US$ bilhões)	Em % do total	Valor (em US$ bilhões)	Em % do total
2007	2,46	2,2	-	0
2008	3,492	3	-	0
2009	4,356	3,2	-	0
2010	5,292	3,1	2,373	0
2011	5,292	2,7	1,966	0
2012	5,706	2,3	1,49	0
2013	4,74	1,7	1,524	0
2014	4,796	1,5	1,308	0
2015	4,094	1,4	0,743	0
2016	4,053	1,3	0,807	0
2017	4,632	1,3	960	0
2018	4,192	1,2	0,927	0
2019	3,388	0,9	1,405	0
2020	3,156	0,8	0,865	0
2021	4,433	1	1,155	0
2022	5,349	1,2	1,759	0
2023	3,804	0,9	1,465	0
2024	5,845	1,3	1,364	0

Fonte: Banco Central

Hamilton Ferrari e Giordanna Neves
De Brasília

Diferentemente da balança comercial, os investimentos diretos entre Brasil e Argentina revelam uma integração modesta das duas economias, que pode perder ainda mais fôlego caso as tensões diplomáticas se aprofundem. Em 2024, empresas argentinas responderam por apenas 0,15% (ou US$ 1,36 bilhão) do estoque de investimento direto estrangeiro no Brasil, percentual inferior ao de companhias de outros 32 países, incluindo Colômbia, Uruguai e México.

No sentido inverso, os investimentos de empresas brasileiras na Argentina representaram apenas 1,3% (US$ 5,85 bilhões) do estoque total aplicado no exterior no mesmo ano, de acordo com dados do Banco Central (BC). Embora especialistas avaliem que os atritos entre os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Javier Milei ainda não tenham efeitos sobre as decisões de investimento, eles alertam que uma deterioração consistente da relação bilateral pode desestimular novos aportes.

Esse baixo fluxo de investimento entre os dois países reflete uma relação que nunca teve a mesma relevância dos fluxos comerciais, segundo Celso Figueiredo, sócio da Barral Parente Pinheiro Advogados e especialista em comércio exterior. Ao longo das últimas duas décadas, afirma, os investimentos bilaterais foram marcados por aportes esporádicos associados a projetos específicos, sem um comportamento consistente e ainda com uma trajetória de retração nos últimos anos.

A avaliação é compartilhada pela Câmara de Comércio Argentino-Brasileira (Camarbra), que atribui essa baixa integração a fatores estruturais. Brasil e Argentina são economias receptoras líquidas de capital e competem pelos mesmos investidores internacionais para financiar infraestrutura, energia e recursos naturais.

Nos setores tradicionais, como o automotivo, por exemplo, as decisões de expansão de fábricas e de novas linhas de produção costumam ser tomadas pelas matrizes globais — sediadas nos Estados Unidos, na Europa ou no Japão — e não pelas subsidiárias brasileiras ou argentinas. Com isso, os aportes são contabilizados como investimento desses países de origem, enquanto a integração entre Brasil e Argentina, como no intercâmbio de peças, aparece principalmente nas estatísticas de comércio, e não nas de investimento direto.

As exceções são as chamadas multilatinas: empresas brasileiras já consolidadas regionalmente, como Ambev e Natura, e grupos argentinos que buscam a escala do mercado consumidor brasileiro, como Mercado Livre e Techint/Tenaris. "Em suma, Brasil e Argentina competem por aportes dos mesmos grandes atores globais para desenvolver seus setores de energia e recursos naturais, enquanto a integração bilateral permanece ancorada no intercâmbio comercial e operacional das indústrias já instaladas", diz a Camarbra.

De acordo com a plataforma InvestVis do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), citada por Celso Figueiredo, o auge do investimento direto argentino no Brasil nos últimos 20 anos ocorreu em 2012, quando alcançou US$ 262 milhões. Em 2025, esse valor caiu para US$ 29 milhões, quase dez vezes menor. Atualmente, a Argentina representa aproximadamente 0,07% do montante global investido no Brasil.

No sentido inverso, entre 2011 e 2012, o Brasil investiu cerca de US$ 1,7 bilhão na Argentina. Em 2025, porém, o investimento direto brasileiro no país foi de aproximadamente US$ 100 milhões.

Por outro lado, a título de comparação, a relação comercial é robusta e estrutural. Em 2025, o Brasil exportou cerca de US$ 18 bilhões para a Argentina, seu terceiro principal destino de exportações, enquanto importou aproximadamente US$ 13 bilhões do país, que tem o Brasil como principal mercado para suas vendas externas.

Na avaliação de Figueiredo, os investimentos diretos, por envolverem decisões de longo prazo, ativos produtivos e custos elevados de entrada e saída, tendem a ser menos sensíveis a episódios pontuais de tensão diplomática do que o comércio. Ainda assim, podem ser afetados por uma eventual instabilidade regulatória, jurídica ou econômica.

A Camarbra pondera que as fricções institucionais e as incertezas conjunturais entre os dois países elevam o prêmio de risco para projetos de longo prazo, e o impacto imediato se dá no "compasso de espera" adotado por investidores.

Ao analisar os cenários para o médio e o longo prazos, Figueiredo afirma que será preciso acompanhar a evolução da relação bilateral. Segundo ele, Milei pauta parte de seu comportamento político na atuação do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, marcada por mudanças frequentes de posicionamento nas relações internacionais. Caso esse comportamento seja reproduzido de maneira consistente em relação ao Brasil, poderá haver uma deterioração das relações diplomáticas e, consequentemente, um desincentivo à realização de novos investimentos brasileiros na Argentina.

"Em termos práticos, o Brasil possui maior margem para prescindir dos investimentos argentinos"
Celso Figueiredo

Ainda assim, o especialista salienta que o país vizinho é o principal interessado em evitar que as tensões prejudiquem os fluxos de investimento e de comércio com o Brasil. "A Argentina não dispõe da mesma posição internacional dos Estados Unidos, e o Brasil exerce papel central e preponderante na economia regional. Em termos práticos, o Brasil possui maior margem para prescindir dos investimentos argentinos, enquanto a Argentina teria muito mais a perder com uma redução dos investimentos brasileiros e com o enfraquecimento da relação econômica bilateral."

O presidente da Camarbra, Federico Servideo, defende que a Argentina precisará de investimentos para consolidar o plano de ajuste econômico buscado por Milei. O país não tem poupança nem mercado de capitais próprios para bancar esses investimentos, diz. "Nós somos prudentemente otimistas de que empresas brasileiras capitalizadas e com experiência podem vir a aproveitar oportunidades de investimento na Argentina", afirma Servideo. Do lado oposto, poucas empresas argentinas têm capital suficiente para fazer o caminho inverso, segundo ele.

Servideo diz que o plano do presidente argentino tem a "direção correta" no ajuste macroeconômico, mas alguns setores sofrem com efeitos colaterais e recessão, como o varejo e a construção civil.

Segundo integrantes do governo brasileiro, a reação negativa às declarações de Milei dentro da própria Argentina não se limitou aos opositores do atual governante. Segundo essas fontes, houve reações de diversos setores motivadas tanto pelo impacto institucional das falas quanto pela relevância do Brasil para a economia argentina. A avaliação é a de que esses grupos podem forçar por uma mudança de postura do governo argentino. "Os governos respondem à pressão de empresários que constituem parte da sua base de apoio", disse uma fonte.

No domingo, porém, Milei, elevou a crise diplomática ao retomar os ataques contra Lula, chamando o petista de "ladrão" e "corrupto" durante entrevista à emissora local LN+.

Matías Vernengo, professor da Universidade de Bucknell, também avalia que a estratégia do presidente argentino não tem efeitos positivos no país. Disse que a China é um dos principais mercados para as exportações argentinas de soja, e Milei havia dito que não negociaria com comunistas na campanha eleitoral de 2023.

"No verão de 2024, foi a linha de swap com o Banco Popular da China que ajudou a sustentar a situação externa argentina e a evitar uma aceleração ainda maior da inflação", disse Vernengo. "Imagino, embora possa estar errado, que também terá de recuar em relação ao Brasil. O Brasil é um parceiro muito importante para a Argentina. A Argentina, por sua vez, é relativamente menos importante para o Brasil."

A Camarbra acredita que, apesar das limitações de capital, existem rotas para o crescimento sustentável do investimento bilateral em áreas como integração energética, mineração, tecnologia, software, serviços financeiros, agritech e comércio eletrônico. A entidade destaca ainda o potencial na integração energética e mineral, impulsionada pela demanda brasileira por gás natural de Vaca Muerta e pela corrida global por minerais críticos, como o lítio argentino.

O Brasil é parceiro muito importante para a Argentina. A Argentina é menos importante para o Brasil"
Matías Vernengo

Estudo defende uso de fundo do pré-sal na Amazônia

Vanessa Oliveira
Do Rio

Um novo relatório do projeto Amazônia 2030 propõe destinar recursos do Fundo Social do Pré-Sal para financiar a adaptação climática da agricultura familiar na Amazônia. A ideia é ampliar investimentos capazes de reduzir a vulnerabilidade da produção rural a secas severas, enchentes e incêndios, eventos que afetam a produtividade, interrompem o transporte e dificultam a comercialização de alimentos na região.

O Amazônia 2030 é uma iniciativa de pesquisa voltada à formulação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da região. É liderada por cientistas brasileiros em parceria com o Climate Policy Initiative (CPI/PUC-Rio), o Imazon e o Centro da Amazônia Sustentável (CAS).

O estudo, intitulado "Agricultura na Amazônia Legal: condições de produtividade, riscos climáticos e propostas para produzir melhor em áreas já abertas", defende que investir em prevenção pode reduzir perdas econômicas recorrentes, fortalecer a segurança alimentar e aumentar a resiliência de agricultores que hoje dispõem de poucos recursos para enfrentar eventos climáticos extremos.

Segundo o relatório, a Amazônia Legal concentra 66% das famílias e 88% da área dos assentamentos da reforma agrária do país. São cerca de 480 mil famílias distribuídas em 33 milhões de hectares, muitas delas mais expostas aos impactos da crise climática, associada à queima massiva de combustíveis fósseis e com acesso limitado a crédito, assistência técnica e infraestrutura para reduzir perdas provocadas por secas, cheias e incêndios.

"A região possui uma proporção maior de pessoas empregadas no setor rural do que outras regiões do Brasil, mas com rendimentos médios mais baixos, frequentemente associados à pecuária de baixa produtividade. Historicamente, essas populações vulneráveis foram assentadas em terras degradadas ou de baixa produtividade, que deveriam ser protegidas ou restauradas", diz Paulo Barreto, cofundador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) e coautor do estudo.

Segundo ele, pequenos agricultores são desproporcionalmente afetados pelos efeitos da crise climática, que exacerba suas dificuldades, uma vez que possuem menos acesso à educação, assistência técnica e capital para investir em tecnologias de adaptação ou recuperar a produção após eventos extremos.

Entre 2021 e 2024, as perdas agropecuárias declaradas na Amazônia Legal ficaram próximas de R$ 6 bilhões por ano, segundo levantamento baseado em dados do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD). O valor, porém, tende a ser maior, já que muitos municípios não informam oficialmente as perdas econômicas. Ao mesmo tempo, apenas 9% dos agricultores familiares da região Norte tinham acesso ao crédito rural e proporção semelhante recebia assistência técnica.

DIVULGAÇÃO

Paulo Barreto, do Imazon: pequenos agricultores são afetados pela crise climática

Um estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) mostra que o aquecimento global reduz os ganhos de produtividade obtidos pela agropecuária com pesquisa, inovação, educação e tecnologia. Entre 1985 e 2017, o calor extremo anulou cerca de 36% dos ganhos de produtividade no Brasil e 44% na Amazônia, reforçando a necessidade de investir em adaptação climática.

Para os pesquisadores do projeto Amazônia 2030, o Fundo Social do Pré-Sal representa uma fonte de financiamento mais estável e previsível para a adaptação climática e restauração florestal do que mecanismos dependentes de doações internacionais, como o Fundo Amazônia ou o Tropical Forests Forever Facility (TFFF).

Para ilustrar o potencial do fundo, Barreto faz um cálculo. Segundo ele, R$ 5,4 bilhões por ano seriam suficientes para remunerar pequenos produtores assentados pela regeneração de 9,4 milhões de hectares de pastagens de baixo e médio vigor na Amazônia Legal. A estimativa considera uma renda bruta anual de R$ 500 por hectare obtida com a pecuária de baixa produtividade, acrescida de 15% para cobrir custos de gestão do programa, como monitoramento, desembolso dos recursos, prevenção e seguro contra incêndios. O valor, diz, representa apenas uma fração das receitas projetadas para o Fundo Social do Pré-Sal. Entre 2010 e 2022, o Fundo Social do Pré-Sal arrecadou cerca de R$ 146 bilhões.

O pesquisador ressalta ainda que a expansão da agricultura e da pecuária na Amazônia até 2030 pode ocorrer sem novos desmatamentos. A estimativa é que de 84 milhões a 86 milhões de hectares já desmatados sejam suficientes para acomodar esse crescimento, desde que haja aumento da produtividade.

"A floresta funciona como uma infraestrutura natural da produção agropecuária, regulando a disponibilidade de chuvas", diz Barreto, que assina o relatório ao lado de Ritaumaria Pereira, diretora-executiva e pesquisadora do Imazon, doutora em geografia pela Michigan State University, e Gabriel Salles Barreto, engenheiro de produção com MBA em gestão de negócios pela Esalq/USP.

Criado em 2010 pela Lei do Pré-Sal, o Fundo Social nasceu com o objetivo de transformar parte das receitas da exploração do petróleo em investimentos de longo prazo voltados ao desenvolvimento social e regional do país, com foco em saúde e educação. Em 2025, a legislação foi ampliada para permitir a destinação de recursos para ações de resposta a calamidades, adaptação às mudanças climáticas, infraestrutura hídrica, segurança alimentar, habitação de interesse social e proteção dos direitos dos povos indígenas.

As receitas do Fundo Social são alimentadas pelos recursos obtidos pela União nos contratos de partilha da produção do pré-sal. Nesse processo, a Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) é responsável por representar a União na gestão desses contratos e pela comercialização do petróleo e do gás que pertencem ao governo. Em 2024, a empresa arrecadou R$ 10,32 bilhões, alta de 71% em relação ao ano anterior, e projeta receitas de R$ 69 bilhões em 2030 e um total acumulado de cerca de R$ 506 bilhões até 2034, quando a produção da União deverá atingir seu pico.

A administração do fundo é responsabilidade do Conselho Deliberativo do Fundo Social (CDFS), órgão responsável por estabelecer a programação anual dos investimentos. Para 2027, o Conselho estima arrecadação de R$ 56,4 bilhões, sendo R$ 43,6 bilhões provenientes da exploração de petróleo e gás, R$ 7,8 bilhões de recursos próprios do fundo e R$ 5 bilhões de receitas financeiras.

Em nota, a Casa Civil, responsável pela coordenação do CDFS, informou que "as alterações promovidas em 2025 também fortaleceram a governança do Fundo, com aperfeiçoamentos no processo decisório e nas regras de transparência".

O Fundo Social já foi alvo de críticas. Em 2023, o Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu que o fundo vinha sendo esvaziado financeiramente e desvirtuado de sua finalidade original. Segundo a fiscalização, R$ 64 bilhões foram utilizados para amortizar a dívida pública entre 2021 e 2022, em vez de servir a políticas públicas de longo prazo. Na ocasião, o tribunal também apontou falhas na governança e a ausência das estruturas previstas em lei para definir a aplicação dos recursos.

PREFEITURA DE SÃO PAULO
apresenta

1º FÓRUM DE ARQUITETURA E URBANISMO CASACOR

5.8.26 — 08H

Um encontro gratuito
que reúne poder público,
mercado imobiliário
e arquitetura para debater
o futuro urbano de São Paulo.

Abertura

Painel 1
Mobilidade e Infraestrutura Urbana

Painel 2
Coração da Cidade

Painel 3
Transformação Social

CASACOR São Paulo
Parque da Água Branca

Restaurante Mesa Viva
R. Dona Ana Pimentel, 37

Realização
CASACOR
CBN
EDITORA GLOBO

Parceria
SECOVI SP
A CASA DO MERCADO IMOBILIÁRIO

Apoio Institucional
SÃO PAULO NEGÓCIOS

Estado Anfitrião
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ines249

Eleições Candidatura é oficializada em convenção, que teve discurso com acenos às mulheres e aos idosos, e indicação de que haverá embates com o Congresso em torno das emendas

Lula diz que vai brigar por controle do Orçamento em eventual 4º mandato

Cristiane Agostine e Sofia Aguiar
De São Paulo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) oficializou nesse domingo (2) sua candidatura à reeleição e deu recados do que pretende fazer em um eventual quarto mandato, ao prometer mais investimentos na área de defesa, prever embates com o Congresso em torno das emendas parlamentares e afirmar que busca marcas de gestão além de políticas sociais como o Bolsa Família. Na convenção nacional do PT, em São Paulo, o petista indicou que, se reeleito, poderá ser mais combativo para ampliar as realizações do governo, ao dizer que não será o “Lulinha paz e amor”, mas sim o “Lulinha porreta”. O presidente sinalizou ainda que o ex-ministro Fernando Haddad (PT), candidato ao governo de São Paulo, poderá ser seu eventual sucessor político.

A convenção petista oficializou a chapa de Lula com Geraldo Alckmin (PSB) na vice-presidência e a aliança —restrita ao campo da esquerda — com PT, PSB, PCdoB, PV, Rede, Psol e PDT, em um evento com cerca de 3 mil pessoas no Expo Center Norte, na capital paulista, segundo os organizadores.

Ao iniciar oficialmente sua sétima disputa pela Presidência, Lula discursou por cerca de 1h10 e defendeu a soberania e a democracia; fez acenos às mulheres e aos idosos, e indicou que o Executivo deve ter mais controle sobre o Orçamento e a destinação de verbas. “Vai ter briga com emenda parlamentar. Vai ter briga com o papel que tem o Poder Legislativo.” Em outra indicação de que está disposto a travar “brigas democráticas” com o Congresso, defendeu o direito de o presidente fazer indicações de ministros para o Supremo Tribunal Federal e para órgãos do governo, sem represálias do Legislativo. Em abril, por exemplo, o Senado rejeitou a indicação feita por Lula de Jorge Messias, advogado-geral da União, para o STF.

Em busca do quarto mandato —e o sexto do PT—, o petista tentou rebater críticas de falta de renovação de suas propostas e ressaltou a disposição para “brigar” para ampliar a agenda. “Eu não quero ser mais o presidente só do Bolsa Família, só do Brasil Sorridente. A gente vai ter que ser mais ousado para a gente mudar muita coisa”. Em outro momento, respondeu a críticas de que pensa “só no passado”. “Leio o passado para trabalhar no presente e não errar no futuro.”

Lula, no entanto, evitou apresentar promessas de fôlego, que gerem altos custos ao governo. Ao mesmo tempo, também evitou falar sobre mudanças na área econômica e temas como ajuste fiscal a partir de 2027, como tem sido cobrado por agentes financeiros.

EDILSON DANTAS/O GLOBO

Lula na convenção do PT: "Precisamos investir na Defesa nacional. Quero estar preparado para que ninguém invada o Brasil e possa levar o presidente"

O presidente reforçou a defesa da soberania e disse que pretende investir mais em defesa, para evitar a interferência de nações estrangeiras. “Quero pedir à esquerda para parar com bobagem de achar que não temos que ter preocupação com a defesa nacional. Precisamos investir na defesa nacional. Quero estar preparado para que ninguém invada o Brasil e possa levar o presidente”, afirmou, em referência indireta à captura do então ditador da Venezuela Nicolás Maduro pelos EUA. Lula disse que “nem chinês nem americano vão meter o dedo nas nossas terras raras”. O petista, porém, evitou críticas diretas ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Na tentativa de apresentar novas bandeiras, o presidente disse que um de seus focos serão os idosos, mas reciclou a promessa de criar centros para cuidado e acolhimento. Lula defendeu ainda os direitos das mulheres e criticou a violência de gênero, especialmente o feminicídio. “A luta contra a violência contra a mulher, não é luta das mulheres, é luta de todos nós”, disse. “O cara vai ter que escolher: ou vota em mim, ou ele bate em mulher. Se bater na mulher, não precisa votar em mim.” As propostas para segurança, no entanto, passaram ao largo do discurso.

O presidente disse que falará sobre plano de governo no dia 16.

Da metade para o final do longo discurso, a plateia se esvaziou. Apesar de Lula destacar as mulheres, os organizadores da convenção previram o discurso de quatro homens, todos brancos e com mais de 60 anos: Lula, Alckmin, Haddad e o presidente nacional do PT, Edinho Silva. Lula chamou sua esposa, Rosângela Janja da Silva, para falar. “Quero fazer uma crítica a mim, porque não é possível que a gente tenha esquecido de, no principal evento da campanha, não ter colocado uma mulher para falar”. Janja reclamou. “É difícil porque todo dia a gente tem que se reafirmar.”

Aos 80 anos, Lula procurou passar imagem de jovialidade e saúde. “Ano que vem, já tenho 81. Quero brigar com a velhice”, disse. Lula se comparou a Pelé no início de seu discurso e disse tentar ser “tetra” no Executivo. Lula enalteceu ainda a “competência e lealdade” de Alckmin, ao confirmá-lo na vice.

No discurso, Lula lançou Haddad como seu possível sucessor. “Agora que estamos com o básico garantido, é hora de dar um salto de qualidade. Agora é hora de pensar nesse país. Qual é o país do futuro que eu vou entregar, quando você, Haddad, depois de governar São Paulo por oito anos, estiver sendo presidente da República”, disse. Haddad concorreu à Presidência em 2018, substituindo Lula, que estava preso.

Com um cenário acirrado na disputa contra o senador Flávio Bolsonaro (PL), Lula minimizou pesquisas de intenção de voto neste momento, apesar de estar na frente, e disse que “a guerra vai começar agora”. O petista evitou também atacar Flávio no discurso. Além dos acenos a mulheres e idosos, o presidente pediu o empenho da militância para buscar os eleitores independentes, que não são lulistas nem bolsonaristas.

Na convenção, os discursos reforçaram a defesa da soberania, da democracia e criticaram o avanço da extrema-direita. O presidente nacional do PT afirmou que o resultado eleitoral no Brasil terá impacto internacional, sobretudo na América do Sul e na América Latina. “A eleição vai significar o futuro da América Latina e o que será o mundo democrático daqui para a frente.”

Haddad foi o único candidato a ter destaque na convenção. O ex-ministro citou a experiência administrativa de Lula para defender a reeleição. “O mundo está muito turbulento o mar está revolto. Há guerras, ascensão da direita, que foi ocupando cada vez mais espaço no Ocidente, Europa, Estados Unidos e América Latina. Num momento de mar revolto, precisa de marujo experiente, que sabe acionar os instrumentos necessários para preservar a nossa soberania, a nossa altivez.”

Mantido na chapa como vice, Alckmin ressaltou as ações de Lula na economia, como a reforma tributária e a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5 mil. Alckmin disse que o país e a democracia, sob a gestão Bolsonaro, correm riscos. “Estivemos aqui há quatro anos para salvarmos a democracia. Se nossos adversários, perdendo as eleições, tentaram golpe de Estado, tinham como projeto matar aqueles que foram eleitos pelo povo, imagina o que fariam se estivessem no poder”, disse. “Aqueles que não acreditam no voto popular não deveriam nem ser candidatos. A descrença nas urnas é cheiro de derrota. A urna é tão competente que não aceita voto de argentino nem de americano.” O vice-presidente reiterou o compromisso de trabalhar “com responsabilidade e fidelidade”, e brincou com a reedição do “hit” Lula com chuchu”, em referência a seu apelido de “picolé de chuchu”.

Presidente evitou falar sobre mudanças na área econômica e temas como ajuste fiscal

Falta de alianças caracteriza reta final

Análise

César Felício
Brasília

Em 2022, apenas 69 deputados pertenciam a partidos que não lançaram e nem apoiaram nenhum dos candidatos a presidente da República. Neste ano, salvo algum movimento de última hora, serão 178. A decisão dos partidos do Centrão de se ausentar da eleição presidencial é uma das principais características desta sucessão. Nem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu ampliar a sua frente, nem o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) conseguiu a adesão de partidos que compuseram o governo do pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, e nem as demais candidaturas presidenciais de direita, como Ronaldo Caiado (PSD) e Romeu Zema (Novo), saíram do isolamento.

Flávio tentou movimentos de última hora, na reta final das convenções, com um palpite duplo. Convidou formalmente a senadora Tereza Cristina (PP-MS) para ser sua vice e tentou uma oferta hostil sobre o Republicanos, com a filiação da economista Daniella Marques à revelia da direção nacional da sigla. O PP fechou a porta, com uma nota oficial divulgada na sexta-feira (31) pela sigla reafirmando a sua decisão de permanecer na neutralidade. O Republicanos deve ir pelo mesmo caminho na convenção do partido programada para terça-feira (4). Flávio parece destinado a formar a sua chapa com um nome do próprio PL.

Também está na legião dos sem-candidatos o MDB, que no dia 27 de julho, oficializou a decisão de ficar neutro, pela primeira vez desde 2006. Ao longo do ano, Lula demonstrou interesse em atrair o partido, mas esbarrou na eterna divisão dos emedebistas e na decisão do vice-presidente Geraldo Alckmin, do PSB, de não trocar a presença na chapa presidencial por um projeto eleitoral local em São Paulo. Alckmin sinalizou, no começo do ano, que ou disputaria a reeleição, ou voltaria para casa. Sem ter a vice para oferecer ao MDB, a conversa morreu no nascedouro.

Lula não fez movimentos para atrair ao seu palanque o União Brasil ou o Republicanos. Apesar de ter aberto dez pastas em seu Ministério para o Centrão, em nenhum momento esteve perto de expandir sua aliança. O presidente formalizou a sua candidatura no domingo (2), agregando apoio apenas do PDT à sua aliança original com o PSB e a federação entre o Psol e o Rede.

Zema formalizou sua candidatura presidencial em Brasília no dia 27, rodeado pelos bolsonaristas que compõem a sigla e sem nome para vice. Zema tentou várias conversas para sair do isolamento. Sinalizou que procuraria o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa (DC), fez um balão de ensaio ao sugerir o nome do empresário Geraldo Rufino (Podemos) e falou com o escritor Augusto Cury, pré-candidato presidencial até segunda ordem pelo Avante, com convenção prevista para esta segunda-feira (3) em São Paulo. Por enquanto, segue sem vice. Ronaldo Caiado, formalizado no dia 25, terá a companhia do presidente nacional da sigla, Gilberto Kassab. Renan Santos (Missão), formalizado este sábado, também irá de chapa pura.

O descolamento do Centrão em relação à eleição presidencial terá como principal consequência uma certeza: o presidente que vier a ser eleito em outubro, seja quem for, governará em minoria na Câmara e no Senado, em um país polarizado e provavelmente com uma popularidade de saída não muito alta. Se o Congresso criou dificuldades para Dilma Rousseff, Jair Bolsonaro e Lula, para ficar nos últimos três presidentes eleitos, estas deverão escalar a partir de 2027, em um cenário mais adverso para o titular do Palácio do Planalto.

Moderação mira nos indefinidos por 1º turno

Análise

Maria Cristina Fernandes
São Paulo

Ao ser oficializado como candidato à reeleição, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva terceirizou o discurso da soberania para o vice, Geraldo Alckmin (“a urna é tão competente que não aceita voto de argentino e americano”). Não foi por falta de tempo. Lula falou, sem teleprompter, apenas com pontos de um roteiro anotados em uma folha de papel, durante uma hora e 13 minutos.

Preferiu focar na defesa das mulheres (“homem que bate em mulher não precisa votar em mim”), na comparação com Pelé (“ele disputou quatro copas e esta é minha sétima”) e no reconhecimento de seus erros e omissões (“Peço desculpas pelos erros que cometi e pelo que deixei de fazer”).

Não dá pra saber se esta pegada se manterá, mas tanto a omissão da soberania quanto o pedido de desculpas rimam com a tentativa de avançar sobre os nichos de indecisos mais centristas, únicas apostas possíveis para a liquidação da fatura no primeiro turno. As pesquisas são unânimes em apontar um estreitamento arriscado das margens num eventual segundo turno — principalmente se o adversário não for o candidato do PL e senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ).

Já a menção a Pelé sugere que sua campanha vise a combater a ideia de que Lula é mais do mesmo. Acrescente-se aí, na vacina contra a idade avançada, não apenas as menções à sua saúde (“corro a 8km/h”) como a associação com a capacidade reconhecer e avançar o que fez de errado (“A idade serve para reparar erros nossos do passado”).

Seja pelo reconhecimento público do sacrifício do ex-ministro da Fazenda em enfrentar, pela segunda vez, a disputa paulista, bastião antipetista, seja para sinalizar que o eleitor não custa por esperar a renovação, disse que espera entregar um país muito melhor para Fernando Haddad quando ele for governar o país. Além de Alckmin, do presidente do PT, Edinho Silva, e de breve fala da primeira-dama, Janja da Silva, Haddad foi o único dos candidatos a governador a discursar antes de Lula.

Lula voltou a se colocar como o presidente que, depois de Getúlio Vargas, mais fez políticas de inclusão social. Desta vez, porém, o “pai dos pobres” resolveu, aos 80 anos, se colocar como filho deles. Um das maiores apostas do programa de governo a ser detalhado no evento de lançamento de candidatura, no dia 16, no estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, é um programa que, à espera de um nome definitivo, é chamado de “casa de idosos”.

A proposta visa a atender a uma demanda crescente de um eleitorado acima de 60 anos que aumentou 27% desde 2018, enquanto a fatia de eleitores mais jovens perde, proporcionalmente, densidade. Lula esmerou-se na empatia para conquistar um público que, em 2022, começou a arrefecer as resistências exibidas em suas primeiras disputas presidenciais.

“Resolvi pagar uma dívida com os idosos, a população envelheceu e nem sempre o filho cuida da mãe, ela que lhe ensinou tudo”. O “filho dos pobres” foi adiante: “Como a família não quer cuidar, o velhinho fica trancado, vendo TV, por isso quero criar um lugar em que eles possam fazer o que quiserem, até namorar”.

Se o discurso para os mais velhos está formatado, aquele que vai apontar um futuro para os jovens engatinha. Tanto que para enfatizar aquela que disse ser sua prioridade no último mandato citou a “inteligência artificial” três vezes e disse ser candidato a um quarto mandato para “resolver de uma vez por todas o problema da educação nesse país”.

A despeito de não ter falado de soberania uma única vez, Lula abordou o tema lateralmente, quando discursou favoravelmente aos investimentos em defesa. Pediu para a esquerda “parar com essa bobagem” de achar que se preocupar com defesa é defender a ditadura, e foi da queixa pelo fato de o Brasil não ter uma fábrica de drones para controlar as fronteiras à necessidade de equipá-las para evitar que se queira “invadir o país para levar o presidente”. Em janeiro deste ano, Nicolás Maduro foi sequestrado por uma operação militar americana e levado para julgamento nos Estados Unidos por acusação de narcotráfico.

Maior preocupação do PT, nos dias que antecederam a convenção, a abertura de dois inquéritos na Polícia Federal, autorizados pelo Supremo Tribunal Federal, para investigar Fábio Luis da Silva, filho do presidente, não foi nem sequer tangenciada por seu discurso. O único Lulinha que teve vez foi o “porreta”, em contraposição ao “paz e amor”.

O porrete de Lula só apareceu ao longo de seu discurso para a “elite colonizada” e para o “poder legislativo”, o mesmo cujos caciques estiveram, nos últimos dias, em intensa negociação com a campanha lulista para que uma coligação com a chapa bolsonarista não venha a ser formalizada.

Lula não menciona “soberania” e diz que idade favorece reconhecimento de erros e omissões

Eleições Avaliação é que rejeição permanece alta e dificulta conquista de apoios às vésperas do pleito

Resistência do empresariado a Lula preocupa núcleo político da campanha

BRENNO CARVALHO/AGÊNCIA O GLOBO — 22/7/2026

Dario Durigan: ministro da Fazenda foi descrito pelo presidente do PT, Edinho Silva, como "o porta-voz" para assuntos econômicos do governo Lula

Sofia Aguiar
De São Paulo

O núcleo político da campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está preocupado com a forte resistência do empresariado ao chefe do Executivo e avalia que o petista errou ao não tentar furar essa bolha nos últimos anos.

A leitura de petistas é que, embora parte do mercado tenha ressalvas em relação a Flávio Bolsonaro (PL-RJ) na disputa presidencial, a rejeição a Lula permanece elevada e dificulta a conquista de apoios às vésperas da eleição de outubro. Como forma de evitar solavancos no mercado, a equipe do presidente estabeleceu o ministro da Fazenda, Dario Durigan, como o porta-voz com o segmento.

Segundo aliados, desde o início do terceiro mandato, em 2023, Lula foi aconselhado a construir uma interlocução mais próxima com empresários, tanto para facilitar a governabilidade quanto para reduzir resistências no setor. O presidente, no entanto, não seguiu essa estratégia e, na avaliação de interlocutores, acabou se distanciando ainda mais do segmento. Eles afirmam que havia interesse do empresariado em ampliar o contato direto com o petista, mas as oportunidades para estreitar esse diálogo não foram aproveitadas.

Na avaliação dessas fontes, esse afastamento ampliou a rejeição do setor a Lula e hoje dificulta a tentativa de reverter votos a poucos meses da eleição. Nas últimas semanas, integrantes da cúpula política da campanha intensificaram os esforços para reconstruir essa ponte, mas, até agora, não houve resultados expressivos. Diante desse cenário, a estratégia tem sido evitar anúncios ou promessas que possam provocar turbulências no mercado durante a campanha.

A relação estremeceu ainda mais após uma entrevista do coordenador de programa de governo do PT, José Sergio Gabrielli, ao jornal O Globo. Na ocasião, ele disse que o documento em discussão para um eventual Lula 4 prevê a ideia de aumentar gastos, ampliar o escopo de bancos públicos, implantar controles de fluxos de capitais e avançar no processo de tributação de renda financeira. A declaração gerou reação negativa no mercado.

Como tentativa de minimizar a situação, o presidente do PT, Edinho Silva, relativizou, em entrevista ao **Valor**, as falas do ex-presidente da Petrobras que provocaram ruídos. Na ocasião, Edinho afirmou que "só tem um condutor da política econômica, que se chama presidente Lula", e que "o porta-voz na economia é o ministro Dario Durigan".

> Mercado teve reação negativa à entrevista do coordenador de programa de governo

Paralelamente, a campanha orientou que divulgações sobre a área econômica do programa de governo fossem restringidas para evitar novos ruídos. Com isso, a interlocução sobre temas econômicos passou a ficar concentrada no chefe da Fazenda.

Ainda assim, como mostrou o **Valor**, Gabrielli reuniu-se, na metade de julho, com representantes do mercado financeiro para apresentar propostas econômicas que foram alvo de críticas dos agentes. Embora algumas das ideias apresentadas façam parte das discussões internas de alas do PT, elas não foram validadas pelo Ministério da Fazenda, pela direção nacional do partido ou por Lula para integrar o programa de governo.

Integrantes da campanha afirmam que parte do setor demonstra dificuldades em apoiar Flávio Bolsonaro para a Presidência. Apesar disso, essa resistência aos adversários não tem sido suficiente para converter apoio ao presidente.

Isso porque alguns economistas têm alertado que medidas lançadas pelo governo federal podem elevar a dívida pública e dificultar o controle da inflação pelo Banco Central (BC). Desde o início deste mandato de Lula, a dívida bruta da gestão já subiu mais de 8 pontos percentuais em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), superando os 80% do PIB. Além disso, tanto o Executivo quanto especialistas projetam que o indicador continuará em alta nos próximos anos.

Diante desse quadro, uma ala da campanha defende que Lula evite assumir compromissos de elevado impacto fiscal durante a disputa eleitoral. A avaliação é que uma campanha sem propostas que possam gerar insegurança no mercado ampliaria a margem de manobra para um eventual novo governo negociar sua agenda e implementar medidas consideradas necessárias.

Nesse contexto, está em discussão a eventual adoção da tarifa zero no transporte público urbano, abrangendo ônibus, metrôs e trens. A proposta é vista por integrantes do governo e do PT como uma política de grande impacto social, capaz de sinalizar tanto aos movimentos sociais quanto ao setor empresarial de transportes. Outra ala do partido, contudo, argumenta que uma iniciativa dessa dimensão exige estudos mais aprofundados antes de ser incorporada.

Paes se equilibrará entre apoio a presidente e independência

Camila Zarur
Do Rio

O ex-prefeito do Rio e candidato ao governo do Estado Eduardo Paes (PSD) não deve esconder seu apoio ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mas o petista terá pouco espaço na campanha do aliado. Segundo fontes próximas dos dois políticos, Paes deve repetir passos parecidos com o de sua eleição à prefeitura carioca em 2024, quando foi reeleito para um inédito quarto mandato na cidade.

Naquele ano, Paes evitou nacionalizar a corrida e dizia que seu foco eram os problemas da cidade. Na ocasião, seu principal adversário era o ex-deputado Alexandre Ramagem (PL-RJ), aliado de primeira hora do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e que tentava polarizar o pleito para se beneficiar da popularidade do ex-presidente na cidade, berço do bolsonarismo.

Mas, enquanto o oponente dependia do acirramento entre Bolsonaro e Lula, a estratégia de Paes era ficar neutro ao máximo para poder manter o apoio que tinha entre os eleitores dos dois presidentes. Dois anos depois, o cenário se mantém o mesmo.

Segundo pesquisa Genial/Quaest divulgada nesta semana, Paes tem o apoio de 22% a 24% do eleitorado bolsonarista fluminense. O percentual só é menor do que o do candidato do PL ao Executivo estadual, o presidente da Assembleia Legislativa (Alerj) Douglas Ruas, que varia entre 24% a 27%. Mas o ex-prefeito sai na frente nas intenções de voto dos eleitores da direita não-bolsonarista — nesse recorte, ele varia de 30% a 34%, a depender do cenário. Paes também é o favorito entre os independentes (39% a 42%).

Apesar de também ser o candidato preferido dos eleitores lulistas (55% a 62%) e da esquerda não lulista (57% a 62%), estrategistas do candidato do PSD ao Palácio Guanabara avaliam que o melhor caminho para o pleito deste ano é manter-se fora da polarização. No entanto, diferentemente do que falava em 2024, que a disputa nacional não estava na pauta daquela eleição, desta vez o ex-prefeito teve que adaptar o discurso.

Por isso que agora Paes não esconderá Lula, como o fez há dois anos — na época, os dois chegaram a gravar um vídeo de campanha juntos, mas a gravação jamais foi publicada nas redes do ex-prefeito nem veiculada na propaganda da TV. Para quem o pergunta, Paes responde que seu voto na corrida presidencial é do petista, mas que seu foco na eleição é o Estado.

> Ex-prefeito vai evitar colar sua imagem ao petista para tentar ganhar eleição no 1º turno

E para rebater as tentativas dos adversários de associarem o ex-prefeito a Lula, Paes escolheu para ser sua candidata a vice a advogada Jane Reis (MDB), que diz abertamente ser eleitora de Bolsonaro. Ele também tem reiterado que montou seu palanque com "pessoas que pensam e votam de forma diferente" para se unir em prol do Rio. É uma forma de ele reforçar que, embora apoie Lula, ele não depende do petista.

Essa estratégia tem a anuência de Lula, segundo o **Valor** apurou. Os dois já conversaram sobre ela em diferentes ocasiões. De acordo com interlocutores, o ex-prefeito e o presidente têm um acordo: o postulante ao Executivo estadual ficará independente no início da campanha para tentar vencer o pleito já no primeiro turno. Caso isso ocorra, Paes assumirá a função de cabo eleitoral do petista no segundo turno nacional — que, conforme projetam as pesquisas eleitorais, tem mais chances de ocorrer do que na eleição estadual.

Essa independência de Paes já ficou clara nas últimas semanas, quando ele foi ao Planalto com seus dois candidatos ao Senado, os deputados Pedro Paulo (PSD-RJ) e Benedita da Silva (PT-RJ). O encontro não teve nada de secreto, mas Paes quis ficar de fora da foto oficial. A justificativa dada foi que os dois postulantes à Casa Alta eram os protagonistas e, por isso, o ex-prefeito preferiu deixar o destaque todo para eles. Mas, nos bastidores, a imagem foi lida já como uma antecipação da postura que Paes adotará na campanha.

Integrantes do PT afirmam que esse pacto foi firmado diretamente entre Lula e Paes. De acordo com essas fontes, o presidente é bem pragmático em seus acordos eleitorais, sobretudo nos Estados considerados chaves para a reeleição do petista mas onde o partido não tem tanta força; e esse é exatamente o caso do Rio. No Estado, Paes desponta como uma das principais lideranças políticas dos últimos anos, e o entendimento no entorno do chefe do Planalto é que é melhor tê-lo ao seu lado, mesmo que por vezes seja para receber apenas um apoio velado.

No pacto, ficou decidido que Paes deve ir às agendas de Lula na capital durante a campanha, mas não deve comparecer a eventos no interior. O motivo é o perfil mais conservador do eleitorado nessas regiões e, em geral, avesso ao petista. O interior do Estado é também onde o ex-prefeito carioca enfrenta mais resistência do eleitor, por isso ele prefere não se arriscar colando sua imagem no presidente. Desde o início do ano, Paes tem focado em viagens por essas regiões, do sul ao norte fluminense, para melhorar diminuir sua rejeição.

Raquel Lyra omite Caiado e faz elogios e agradecimento a Lula

Vinicius Lucena
De São Paulo

A governadora de Pernambuco, Raquel Lyra (PSD), fez acenos ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na convenção estadual do PSD neste domingo (2), que oficializou a sua candidatura à reeleição. Durante o discurso feito no Parador, em Recife, a mandatária não citou o companheiro de partido e candidato à Presidência da República, Ronaldo Caiado (PSD).

"Disseram que não conseguiríamos apoio do governo federal. E aqui um agradecimento ao presidente Lula. Em muitos momentos disseram que ele [Lula] não ia olhar para Pernambuco, que a gente não ia construir parceria. Deram com os burros n'água! Estamos fazendo muita parceria", disse. O evento formalizou a coalizão entre PSD, PSDB, Podemos, Avante, União Brasil e Progressistas na campanha para o governo do Estado.

Ao exaltar o bom relacionamento com o governo federal, Lyra também agradeceu ao ministro André de Paula (Agricultura e Pecuária), que é de Pernambuco, e aos ex-ministros Jader Filho (ex-Cidades), Rui Costa (ex-Casa Civil) e Renan Filho (ex-Transportes). "A gente está construindo parceria de verdade", afirmou.

O candidato oficial do PSD ao Planalto é o governador Ronaldo Caiado, tendo como vice o próprio presidente nacional da sigla, Gilberto Kassab, mas o partido decidiu liberar os diretórios estaduais e os filiados para apoiarem diferentes candidatos à Presidência durante suas respectivas campanhas, a depender das alianças locais.

O deputado federal e também oficializado no evento como pré-candidato ao Senado, Túlio Gadêlha (PSD), fez sinalizações ainda mais fortes ao palanque petista em sua fala. "Eu sei que posso construir as pontes com o presidente Lula para trazer mais desenvolvimento para Pernambuco. Eu sei o quanto é importante. Quem é Lula, 'faz o L'! Levanta a mão!", disse e pediu pela reeleição de Lula no fim do discurso. A outra vaga ao Senado na chapa de Raquel será disputada por Dudu da Fonte (PP).

Em sua fala, Raquel Lyra criticou a gestão anterior, do PSB. "Pegamos um Estado com as contas quebradas e vocês sabem disso. A gente arrumou as contas e, só no primeiro ano, foram R$ 2 bilhões de economia, sem deixar de atender a população, para que a gente pudesse estar com o Estado de pé".

EZEQUIEL QUIRINO/TV GLOBO

Raquel Lyra: "Em muitos momentos disseram que Lula não ia olhar para Pernambuco. [...] Estamos fazendo muita parceria"

A governadora ainda disse que, por ser a primeira mulher a governar o Estado, foi muito mais cobrada que seus antecessores. "Cobraram de mim como nunca cobraram um homem governador de Pernambuco. Tenho certeza que se fosse um homem, ao invés de mim, as cobranças, discursos e atitudes seriam mais brandos", disse.

De acordo com a pesquisa Datafolha, divulgada na sexta-feira (31), o páreo em Pernambuco segue acirrado. Raquel Lyra tem 49% das intenções de voto na disputa ao governo, ante 45% de João Campos, em um eventual cenário de segundo turno. O resultado deixa os candidatos em situação de empate técnico.

O PT apoia a pré-candidatura do prefeito de Recife, João Campos (PSB) ao governo de Pernambuco. Ainda assim, os dois principais candidatos do Estado pretendem capitalizar votos a partir de sua boa relação com a gestão petista.

Eleições Ex-primeira-dama alegou razão de saúde e evitou encontro com Flávio depois de briga

Michelle é confirmada para disputar o Senado, mas falta à própria convenção

Beatriz Roscoe
De Brasília

Sem a presença de Michelle Bolsonaro, a convenção do PL no Distrito Federal confirmou, no domingo (2), a candidatura da ex-primeira dama ao Senado. A ausência no evento foi justificada por questões médicas e evitou o esperado encontro público com o enteado, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), que disputará a Presidência representando o legado do pai e com quem ela teve atritos recentes.

Em carta escrita por Michelle e lida por seu irmão, Diego Torres, que a representou no evento, a esposa de Jair Bolsonaro anunciou sua candidatura: “Um mandato político baseado em bons propósitos transforma para melhor a sociedade e a vida das pessoas. É por isso, e apenas por isso, que eu aceitei esse desafio. Sou pré-candidata ao Senado Federal e vou ajudar a edificar a nossa nação, porque governar é cuidar”.

Em mais um aceno a Michelle após a reconciliação, Flávio Bolsonaro participou do evento, discursou e desejou “melhoras” à madrasta — o motivo alegado para ir à evento foi um suposto quadro de enxaqueca, que a levou a um hospital particular de Brasília ainda no sábado (1).

A presença de Michelle na convenção era incerta ao longo do dia e aliados afirmavam que o seu comparecimento dependeria de seu estado de saúde após a realização de exames para investigar crises recorrentes de forte dor de cabeça. Ela foi internada no sábado, passou por exames e por um bloqueio anestésico de nervos cranianos, e recebeu alta na tarde de domingo, mas saiu do hospital e foi para casa.

A convenção ocorre em meio ao esforço da família Bolsonaro para demonstrar uma reaproximação entre Michelle e Flávio, após a briga pública que desgastou a imagem do candidato ao Palácio do Planalto.

REPRODUÇÃO DE VÍDEO

CONVENÇÃO DO PL - 2026
DISTRITO FEDERAL

Em carta lida por irmão, Michelle Bolsonaro, em tratamento de enxaqueca, afirmou que pretende "ajudar a edificar a nossa nação, porque governar é cuidar"

Em tom conciliador, o presidenciável evitou polêmica. “Quero desejar melhoras para Michelle, que ela se recupere rápido. Há pouco tempo nossa filha também teve essas enxaquecas fortes e fez o mesmo tratamento. Daqui a pouco ela vai estar de volta, firme e forte, para nos ajudar a resgatar esse Brasil. Junto com a Bia [Kicis], nossa senadora, as duas senadoras de Brasília, que eu peço para Brasília colocarem lá no Senado, para nos ajudar no Congresso”, disse o senador.

Havia expectativa sobre o encontro entre os dois na convenção, já que seria o primeiro desde a reconciliação pública. Após o desentendimento, Michelle e Flávio divulgaram vídeos em tom de pacificação, buscando encerrar a crise política e familiar, mas os dois ainda não se encontraram pessoalmente desde então.

A governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), também participou do evento e discursou, confirmando que Michelle será candidata ao Senado em sua chapa. Pela manhã, a convenção da federação União Progressista confirmou o nome de Celina como candidata à reeleição.

> Candidata se internou na véspera para tratar uma crise de enxaqueca

“Ela [Michelle] foi muito questionada sobre por que não decidia logo. Era muito difícil para ela decidir entre cuidar do marido e ser candidata. Mas ela, por amor ao marido, pela aliança que tem com a Bia [Kicis] e pela responsabilidade que tem com o Brasil, Michelle será nossa senadora”, declarou Celina.

Na carta enviada por Michelle, ela fez acenos ao enteado: “O meu marido escolheu o Flávio para estar à frente dessa multidão, e nós vamos caminhar juntos, a passos largos, para impedir que o mal seja audacioso e continue a castigar o nosso povo”.

“Essa construção do novo Brasil começa agora. E nós vamos conseguir, se Deus assim permitir, a nossa chapa majoritária do DF com Flávio, Celina, Bia e eu será vencedora”, completou Michelle.

A chapa será encabeçada por Celina. A vaga de vice-governador ficou com Gustavo Rocha (Republicanos). Michelle Bolsonaro disputará uma vaga ao Senado e Bia Kicis (PL), hoje deputada, disputará a segunda.

No sábado, coube à parlamentar anunciar que Michelle seria mesmo candidata. A expectativa era que a ex-primeira-dama participasse do evento de lançamento da candidatura de Bia Kicis, mas ela não foi porque estava no hospital. “Michelle Bolsonaro anuncia que ela é, sim, pré-candidata ao Senado pelo PL do Distrito Federal. Acabou a dúvida, acabou o mistério, nós caminharemos juntas”, afirmou a deputada na ocasião.

O mal-estar entre Flávio e Michelle alcançou o ápice em junho, quando a ex-primeira-dama divulgou um vídeo em suas redes sociais afirmando ter sido desrespeitada e humilhada pelo senador. O episódio teve efeitos na imagem de Flávio junto ao eleitorado feminino.

Michelle é vista por aliados como um ativo eleitoral importante, já que é bem avaliada entre mulheres e evangélicos, parcelas do eleitorado em que Flávio enfrenta resistências.

À época, Michelle deixou a presidência do PL Mulher, ameaçou desistir da candidatura ao Senado e deixar o partido. Integrantes do grupo de Celina atribuem à amizade entre as duas uma parte importante do processo que manteve Michelle no PL. Segundo esses relatos, Celina e a senadora Damares Alves (Republicanos-DF) atuaram para convencê-la a permanecer no partido.

Depois da publicização da briga, Flávio pediu desculpas à madrasta e fez um apelo pela união na direita. O gesto, divulgado em um vídeo nas redes sociais ocorreu às vésperas da convenção nacional do PL, realizada no dia 25 de julho.

A governadora do Distrito Federal também teve papel na reaproximação entre Michelle Flávio, o que ajudou a reduzir as tensões internas no PL e no clã Bolsonaro e a projetar a imagem de “unidade”.

Segundo pessoas a par das conversas, os textos finais dos vídeos de reconciliação de Michelle e de Flávio foram fechados durante a madrugada em uma parceria entre Celina Leão e o senador Rogério Marinho (PL-RN), coordenador da campanha de Flávio.

Com a oficialização da candidatura da ex-primeira-dama, a expectativa por um encontro entre Flávio e Michelle permanece e aliados de ambos avaliam que uma trégua pragmática e política deve se manter, ao menos durante a campanha.

Tarcísio endossa Flávio, que tenta apoio do Republicanos

Joelmir Tavares
De São Paulo

À espera de uma resposta do Republicanos sobre eventual apoio para sua campanha à Presidência, o candidato do PL, Flávio Bolsonaro, conseguiu novas sinalizações de apoio do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, mas uma aliança nacional com o partido permanece incerta. No sábado (1º), ao participar da convenção estadual do Republicanos, que oficializou a candidatura de Tarcísio à reeleição, Flávio também recebeu declaração favorável do presidente nacional do partido, Marcos Pereira. No entanto, a tendência da legenda é optar pela neutralidade e liberar os diretórios.

A convenção nacional do Republicanos está marcada para esta terça-feira (4), em Brasília, um dia antes do prazo final para a realização desses encontros.

Tarcísio abriu espaço no palanque da convenção para Flávio e usou um trecho do discurso para criticar o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), afirmando que sua gestão promoveu uma série de avanços mesmo sem “o patrocínio do governo federal”. Na hipótese de se reeleger e de Flávio chegar à Presidência, “imagina o que vai acontecer com o Estado de São Paulo”, especulou o governador. Ele fez ainda uma série de críticas ao principal adversário, Fernando Haddad (PT), e agradeceu aos dirigentes dos 12 partidos que sustentam sua candidatura — a chapa rival reúne sete siglas.

Sem antecipar uma posição sobre aliança nacional, Pereira fez uma declaração de apoio a Flávio, reforçando a expectativa de que lideranças paulistas do partido abracem o senador do PL. “Em São Paulo, o meu candidato a presidente [é] Flávio Bolsonaro”, disse o dirigente, que também é deputado federal pelo Estado e candidato à reeleição. Segundo interlocutores, a declaração foi feita em caráter pessoal e não representa o posicionamento final do partido, que será tomado após consulta interna.

Pereira citou ainda a necessidade de “mudar este país” e terminou a fala dando um abraço em Flávio. O senador agradeceu “de coração” ao presidente do Republicanos pelo que chamou de “gesto pensando no Brasil” e relatou que “até deu um beijo” no dirigente um pouco antes.

> “Em São Paulo, o meu candidato a presidente [é] Flávio Bolsonaro”
> *Marcos Pereira*

Flávio circulou pelo palanque com a ex-presidente da Caixa Econômica Federal Daniella Marques, filiada ao Republicanos e uma das favoritas para ocupar a vaga de vice. A eventual entrada da administradora na chapa, contudo, dependeria da coligação com o PL. O coordenador da campanha de Flávio, senador Rogério Marinho (PL-RN), também compareceu.

Tarcísio evitou, em seu discurso, nacionalizar a disputa local, dando prioridade à enumeração de políticas públicas e obras de sua gestão. Ele personificou as críticas à esquerda em Haddad, sem alusões diretas a Lula. Auxiliares relataram, nos bastidores, que uma das preocupações foi evitar especulações sobre uma eventual candidatura à Presidência em 2030, que é estimulada por parte dos apoiadores. A intenção é fazer um debate focado em questões do Estado, mas sem deixar de pontuar discordâncias com visões da esquerda.

Líder isolado nas pesquisas de intenção de voto, Tarcísio é visto pela campanha de Flávio como um dos principais palanques do senador, com a expectativa de ajudá-lo a conquistar votos no Estado que é o maior colégio eleitoral do país, com 34,1 milhões de eleitores, o equivalente a 21,48% do eleitorado do Brasil.

DIVULGAÇÃO

Tarcísio e Flávio: governador abriu espaço para o candidato do PL em seu palanque e fez críticas a Lula e a Haddad

Segundo pesquisa Genial/Quaest sobre a corrida no Estado, Tarcísio tem 41% das intenções de voto no primeiro turno, enquanto Haddad registra 26%. Os demais candidatos, que pertencem a siglas pequenas, atingem 3% ou menos. Em eventual segundo turno, o governador marca 48%, ante 32% do adversário. O levantamento mostrou ainda que a gestão estadual é aprovada por 55% da população.

O cenário em São Paulo aponta para uma probabilidade estatística de desfecho já no primeiro turno, pelo afunilamento inédito da disputa entre apenas dois nomes competitivos, Tarcísio e Haddad. Apesar do horizonte favorável, a campanha do Republicanos trabalha internamente para incentivar o engajamento dos apoiadores do governador, evitar um clima de vitória antecipada e afastar o risco de desmobilização das bases.

Para a campanha do PL, uma eventual vitória de Tarcísio no primeiro turno ampliaria sua disponibilidade para participar da reta final da disputa presidencial. Ele e Flávio devem ter agendas conjuntas nos principais momentos da campanha. Tarcísio também discursou na convenção do PL que formalizou a candidatura de Flávio, no sábado anterior (25). O governador já rebateu especulações de que reduziria o envolvimento no projeto do PL, por interesse numa eventual candidatura presidencial em 2030, e prometeu apoio “irrestrito e incondicional” ao senador.

Assine o Valor Econômico e tenha acesso completo às notícias, análises e dados.
Saiba mais em valor.globo.com/assine

Eleições Federação, que terá o maior tempo de TV, deve confirmar o ex-secretário de Governo Marcelo Aro como candidato ao Senado

União PP de Minas realiza convenção em cenário incerto

PABLO VALADARES/CÂMARA DOS DEPUTADOS

Aro: ex-secretário teve nome cogitado para disputa ao governo de Minas

Cibelle Bouças
De Belo Horizonte

A despeito de as convenções partidárias chegarem ao fim na quarta-feira (5), em Minas Gerais, o cenário segue bastante indefinido. Nesta segunda-feira (3/8), a federação União Progressista, que terá cerca de 20% do horário eleitoral gratuito na TV, o maior de todos, deve confirmar o ex-secretário de Governo Marcelo Aro (PP) como candidato a senador. A convenção será realizada à noite, na Assembleia Legislativa, em Belo Horizonte.

Aro foi anunciado em outubro de 2025 como pré-candidato ao Senado na chapa do governador e candidato à reeleição, Mateus Simões (PSD). Ele passou a demonstrar insatisfação com a chapa quando Simões decidiu apoiar o senador Carlos Viana (PSD) à reeleição. Aro considera que ele e Viana disputariam o mesmo perfil de eleitor. O União Brasil e o PP haviam anunciado apoio a Simões, mas desfizeram a aliança na semana passada, para viabilizar a possível candidatura própria ao governo mineiro.

Dirigentes da federação passaram a defender, nas últimas semanas, Aro como possível candidato ao governo, atraindo o interesse do Republicanos e do PL, que aguardavam há meses uma decisão do senador Cleitinho Azevedo (Republicanos).

Após Cleitinho faltar à convenção do seu partido, no dia 25 de julho, a legenda divulgou uma nota na quarta-feira (29/7), afirmando que o senador não seria candidato a governador de Minas. No mesmo dia, Cleitinho anunciou em praça pública que sua candidatura estava mantida e que iria conversar com o presidente do partido, Marcos Pereira. Após uma série de reuniões, o Republicanos voltou atrás e deve formalizar a candidatura de Cleitinho nesta segunda-feira, segundo interlocutores.

Com a reviravolta, Aro deve ser apresentado como candidato ao Senado na chapa de Cleitinho. Outro candidato a senador pela chapa será Domingos Sávio (PL), caso a aliança o partido com a federação se confirme. Com essa frente ampla, o PL pode burlar a decisão da federação União Progressista de adotar a neutralidade na disputa presidencial, oferecendo um palanque de peso para o candidato Flávio Bolsonaro (PL) em Minas Gerais, segundo maior colégio eleitoral do país.

Essas negociações, no entanto, ainda não estão concluídas. Caso essa aliança não se confirme, o PL terá que concorrer com candidatura própria. O partido realizou sua convenção no Estado no dia 27, e deixou em aberto a definição de nomes para governador, vice-governador e segundo nome ao Senado. O partido informou à época que preferia apoiar Cleitinho, mas caso ele desistisse, poderia apoiar Aro ou ter candidatura própria, com o empresário Vittorio Medioli ou o presidente licenciado da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais Flávio Roscoe.

As disputas em torno da candidatura de Cleitinho esvaziaram a rede de alianças de Simões, que de uma única tacada perdeu apoio do PP, União Brasil e Podemos, além de alianças que pretendia formar com PL e Republicanos. O PRD, que anunciou apoio a Simões em outubro de 2025, decidiu na sua convenção ficar neutro na campanha para o governo de Minas. Simões confirmou sua candidatura neste domingo (ver nesta página).

> Expectativa é que candidatura de Cleitinho ao governo seja confirmada

O racha entre os partidos de centro e direita ajudou a compensar a demora do PT de Lula a definir seu palanque em Minas Gerais. O candidato Patrus Ananias foi confirmado no dia 27 de julho. O presidente da Federação Brasil da Esperança e do PV de Minas Gerais, Osvander Valadão disse na sexta-feira (31/7) que Patrus inicia a campanha em paralelo com a dos candidatos da centro direita.

Mas na esquerda a indefinição também prossegue. O PT tinha o PSB como um apoio certo em Minas Gerais e defendia o nome do ex-procurador-geral de Justiça Jarbas Soares (PSB) como segundo nome para concorrer ao Senado, ao lado da candidata Marília Campos (PT). E para vice de Patrus, cogitava os nomes do empresário Josué Gomes da Silva (PSB), ou de Áurea Carolina (Psol), que foi confirmada candidata ao Senado pela federação Rede Psol.

Mas o PDT avançou nas negociações com o PSB para reforçar a chapa, que tem como candidato ao governo Alexandre Kalil (PDT). Na convenção realizada no domingo, o PSB decidiu manter em aberto a decisão sobre a candidatura ao governo. O presidente estadual do PSB, Otacílio Costa, afirmou que mantem conversas tanto com o PT, quanto com o PDT. "Tem possibilidades totais, tanto com o Patrus quanto com o Kalil", afirmou.

A federação Rede Psol, por sua vez, flertou com o PDT, mas reafirmou que defende uma aliança com Patrus, com Áurea Carolina como candidata a senadora. O PDT ainda negocia alianças com a federação PSDB Cidadania e com o Solidariedade.

No sábado, o MDB confirmou a candidatura de Gabriel Azevedo para governador e definiu que para vice terá uma mulher, mas o nome ainda não foi escolhido.

PSD confirma Mateus Simões na disputa estadual

De Belo Horizonte

O PSD confirmou em convenção no domingo (2), na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a candidatura à reeleição do governador Mateus Simões (PSD). A legenda, que tem alianças com Avante e DC e busca apoio de outros partidos, confirmou o senador Carlos Viana (PSD) candidato à reeleição no parlamento. O partido ainda não definiu vice-governador e segundo nome para o Senado.

O presidente do PSD de Minas, Cássio Soares, disse que Simões pode ter um vice de outro partido sem ser o Novo, que tinha acordado com o PSD no fim de 2025 indicar o vice. O antigo partido de Simões sugeriu do seu quadro Fernanda Altoé e Tiago Mitraud como opções. "O [Romeu] Zema certamente vai opinar e vai estar sentado à mesa. Se algo mudar, deve ter a concordância dele", disse Soares.

O PSD também liberou Simões para apoiar a candidatura de Zema (Novo) à Presidência da República, embora o restante da legenda no Estado apoie a campanha de Ronaldo Caiado (PSD). Zema participou da convenção e declarou apoio "incondicional" a Simões.

Em discurso, Simões fez um balanço da gestão que dividiu com Zema. "Juntos nós criamos um novo modelo de governo totalmente separado, diferente, oposto ao anterior, onde eles diziam sim para a politicagem, nós passamos a dizer não. Onde diziam não para o povo, nós passamos a dizer sim", disse Simões, fazendo referência à gestão de Fernando Pimentel (PT).

O pessedista criticou o ex-secretário de Governo Marcelo Aro (PP), que era pré-candidato ao Senado na sua chapa e agora tenta uma vaga na chapa que deve reunir Republicanos, União Brasil, Progressistas e PL. "Tem também gente que representa a velha política com cara nova. Muda o rosto, dá uma acurada no discurso, mas o modelo é sempre o mesmo. Jantares e reuniões fechadas em Brasília para tentar decidir o futuro de Minas Gerais", afirmou o candidato.

Aro encontrou-se em Brasília com dirigentes do PP, União Brasil e Republicanos para discutir a possibilidade de torná-lo candidato ao governo do Estado, uma vez que o senador Cleitinho (Republicanos) não havia decidido se iria concorrer ao pleito, até quarta-feira (29). Aro confirmou a saída da chapa de Simões na sexta-feira (31).

A jornalistas, Simões disse que o Estado vive uma mistura de polarização e oportunismo. "A polarização levou ao retardamento das decisões e os oportunistas de plantão viram aí uma possibilidade de ressuscitar cadáveres como o de Eduardo Cunha", disparou Simões, citando o ex-presidente da Câmara dos Deputados, atualmente candidato a deputado federal pelo Republicanos.

O governador também declarou solidariedade a Cleitinho. "O senador Cleitinho claramente foi traído pelo Republicanos, tratado com pouquíssimo respeito, considerando que ele é um senador eleito", disse o pessedista.

A candidatura de Simões já começa desidratada. Quando se apresentou como pré-candidato, em outubro de 2025, o governador tinha o apoio do Novo, PRD, União e Progressistas e buscava atrair PL e Republicanos.

O União e o PP deixaram de apoiar Simões e negociam com o Republicanos uma aliança, assim como o Podemos. O PRD decidiu em sua convenção ficar neutro na campanha para o governo.

A pesquisa Quaest divulgada na terça-feira (28) mostra Simões em quarto lugar, com 6% das intenções de voto, atrás do senador Cleitinho (Republicanos), com 35%, de Alexandre Kalil (PDT) e Patrus Ananias (PT), com 12% cada um. Ainda segundo a pesquisa, 58% dos entrevistados desconhecem Simões, embora ele tenha participado das duas gestões de Zema, como secretário-geral e vice-governador. ***(CB)***

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
AVISO DE LICITAÇÃO

A Escola de Engenharia de São Carlos torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade **Pregão eletrônico, do tipo MENOR PREÇO,** conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos. **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026 – EESC/USP - Nº da Licitação: 99027/2026 - Nº da Contratação: 160/2026 - PROCESSO SEI Nº:** 154.00005322/2026-57 - **Objeto: Aquisição de licenças de softwares para a Escola de Engenharia de São Carlos – EESC/USP. Prazo de Início do Recebimento das Propostas Eletrônicas:** 03/08/2026. **Sessão de Disputa:** 17/08/2026 às 09h00. O acesso à sessão é por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Sistema de Compras do Governo Federal", através do sítio **www.compras.gov.br.** O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia **03/08/2026**, além da página do Sistema de Compras do Governo Federal, citada anteriormente, nos seguintes endereços: **www.doe.sp.gov.br, https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1** e **www.usp.br/licitacoes.**

Eldorado Brasil

Eldorado Brasil Celulose S.A.

CNPJ/MF nº 07.401.436/0002-12 - NIRE 35.300.444.728
Companhia Aberta - Categoria B

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 21 de Julho de 2026

1. Hora, Data e Local: Às 10:00 horas do dia 21 de julho de 2026, na sede social da Eldorado Brasil Celulose S.A., localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Direita do Tietê nº 500, Bloco II, Subsolo, Sala 18, Vila Jaguara, CEP 05118-100 ("Companhia" ou "Eldorado"). **2. Convocação e Presenças:** Convocação dispensada tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia nesta reunião ("Reunião"), conforme disposto no Artigo 12, Parágrafo 4º, do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Verificado o quórum necessário à instalação da Reunião, a Mesa foi composta pelo Sr. Aguinaldo Gomes Ramos Filho, Presidente da Mesa, e pela Sra. Fabiana Blasiis, Secretária da Mesa. **4. Ordem do Dia:** Deliberar, nos termos do artigo 19, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia, sobre a prestação de garantia pela Companhia ao 4º Aditamento ao Contrato para Prestação de Fiança nº FI251/24 celebrado entre a J&F S.A. e o Banco BTG Pactual S.A. ("Fiança BTG"). **5. Deliberações:** O Sr. Presidente declarou regularmente instalada a Reunião. Os membros do Conselho de Administração da Companhia aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas, a prestação de garantia, pela Companhia, à Fiança BTG, autorizando a Diretoria e adotar todos os atos e medidas necessários para implementar a deliberação tomada, incluindo a assinatura de quaisquer documentos relacionados à Fiança BTG, no valor total de R$ 308.846.006,03 (trezentos e oito milhões, oitocentos e quarenta e seis mil e seis reais e três centavos). **6. Ata em Forma de Sumário:** Foi aprovado, por unanimidade dos membros do Conselho de Administração, que a ata desta Reunião fosse lavrada sob a forma de sumário, nos termos do parágrafo 1º, do artigo 130 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada. **7. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou sobre os itens desta ata, a presente ata foi lida, aprovada por todos os presentes e assinada. **8. Conselheiros Presentes:** Srs. Aguinaldo Gomes Ramos Filho, Sergio Longo, Francisco de Assis e Silva e Marcio Antônio Teixeira Linares. *"Certifico que esta ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio".* São Paulo, 21 de julho de 2026. Fabiana Blasiis - **Secretária. JUCESP** nº 299.384/26-3 em 27/07/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

---

bradesco

Banco Bradesco S.A.

CNPJ nº 60.746.948/0001-12 – NIRE 35.300.027.795 – Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 29.7.2026

Data, Hora, Local: Em 29.7.2026, às 16h, na sede social, no Núcleo Cidade de Deus, Prédio Vermelho, 6º andar, Vila Yara, Osasco, SP, e por videoconferência. **Mesa:** Presidente: Luiz Carlos Trabuco Cappi; Secretário: Sérgio Luis Gomes Pinheiro. Confirmada a existência de quórum legal de instalação, foram registrados: **1)** as presenças dos demais membros deste Órgão: Alexandre da Silva Glüher, Denise Aguiar Alvarez, Maurício Machado de Minas, Paulo Roberto Simões da Cunha, Rubens Aguiar Alvarez, Denise Pauli Pavarina, Rogério Pedro Câmara, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Regina Helena Jorge Nunes e Paulo Rogério Caffarelli; **2)** as participações, como convidados, do CEO Marcelo de Araújo Noronha, dos Diretores Executivos Cassiano Ricardo Scarpelli e Oswaldo Tadeu Fernandes; da Diretora Patrícia Soares Martil e dos membros do Conselho Fiscal José Maria Soares Nunes, Joaquim Caxias Romão e Ava Cohn; e **3)** o cumprimento das formalidades legais de convocação, em 24.7.2026, eletronicamente, por meio do Portal de Governança. Em seguida, o Presidente informou o recebimento de pedido das acionistas controladoras do Banco Bradesco S.A. para que a administração avaliasse a conveniência e oportunidade da realização de um aumento do capital social do Banco, assumindo o compromisso firme de subscrição de até R$8 bilhões. Diante disso, após criteriosa análise da matéria, a administração ponderou que um aumento de capital da Sociedade no valor de até R$10 bilhões possibilitará o reforço na sustentação do ritmo acelerado em investimentos estratégicos, mediante a ampliação de investimentos relevantes em tecnologia, eficiência comercial, expansão dos negócios, bem como o reforço do compromisso institucional com financiamento sustentável. Adicionalmente, com o objetivo de incentivar a subscrição do aumento de capital pelos acionistas, a Diretoria propôs a antecipação, para 15.9.2026, do pagamento dos Juros sobre Capital Próprio ("JCP") anteriormente declarados em 25.3.2026 e em 23.6.2026, que, somados, correspondem a R$6.500.000.000,00, sendo R$0,585666779 por ação ordinária e R$0,644233458 por ação preferencial. Na sequência, os membros do Conselho Fiscal da Sociedade, presentes à reunião, apresentaram ao Conselho de Administração o parecer emitido pelo Conselho Fiscal sobre a proposta de aumento de capital social, no qual aquele Órgão concluiu que a operação atende aos requisitos legais e regulamentares aplicáveis e está em condições de ser apreciada pelo Conselho de Administração. O referido parecer ficará arquivado nos *sites* de relações com investidores do Bradesco, da Comissão de Valores Mobiliários e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). Em seguida, os Conselheiros examinaram, discutiram e aprovaram, por unanimidade de votos: **a)** o aumento do capital social da Sociedade, no valor total de até R$10.000.000.000,00, dentro do limite do capital autorizado previsto no Estatuto Social. Em razão da aprovação do aumento de capital, o capital social da Sociedade será elevado de R$93.770.000.000,00 para até R$103.770.000.000,00, mediante a emissão de até 302.876.396 novas ações ordinárias ("Ações ON") e de até 301.976.357 novas ações preferenciais ("Ações PN"), todas nominativas-escriturais, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$15,43 por Ação ON e R$17,64 por Ação PN, ficando autorizada a homologação parcial do aumento de capital, desde que seja subscrito o montante financeiro mínimo de R$8 bilhões. A forma de integralização das novas ações será à vista, no ato da subscrição: (i) mediante débito em Conta Corrente mantida no Banco Bradesco S.A.; e/ou (ii) via PIX. Alternativamente às duas modalidades acima, o acionista poderá optar por integralizar as ações subscritas, total ou parcialmente, mediante compensação de crédito decorrente somente dos JCP declarados pela Sociedade em 25.3.2026 e 23.6.2026, com pagamento previsto para 15.9.2026, observadas as regras e os procedimentos próprios estabelecidos pelo Bradesco, na qualidade de instituição responsável pela escrituração das ações de sua emissão, e pela Central Depositária de Ativos da B3. O período para o exercício do direito de preferência será de 6.8.2026 a 4.9.2026, na proporção de 5,721967934% sobre as ações da mesma espécie que o acionista possuir em 4.8.2026. As ações de emissão da Sociedade passarão a ser negociadas "ex-direito de subscrição" a partir de 5.8.2026. O preço de emissão foi fixado em conformidade com o inciso III, do §1º do Artigo 170 da Lei nº 6.404/76, calculado com base no valor das cotações das ações ordinárias e ações preferenciais de emissão da Sociedade negociadas na B3 no fechamento do pregão de 28.7.2026 (i.e., o dia útil imediatamente anterior à aprovação do Aumento de Capital pelo Conselho de Administração da Sociedade), com a aplicação de deságio de 6%, que tem a finalidade de incentivar os acionistas a participarem do aumento de capital. As sobras de ações não subscritas serão rateadas entre os subscritores que manifestarem a intenção de subscreverem as sobras no momento do exercício de seu direito de preferência. Após encerrado o período do primeiro rateio de sobras, e existindo qualquer número de ações não subscritas, a Sociedade poderá, a exclusivo critério da administração, promover um ou mais rateios de sobras adicionais. Os subscritores que tiverem manifestado interesse na reserva de sobras nos respectivos boletins de subscrição terão direito de participar dos rateios de sobras, inclusive de sobras adicionais, independentemente da espécie de ação da qual sejam titulares. Em face da possibilidade de homologação parcial do aumento de capital ao ser atingido o volume financeiro mínimo, e da possibilidade de repetição dos procedimentos de rateio de sobras, a Sociedade poderá optar por realizar ou não o leilão de sobras previsto no art. 171, § 7º, alínea "b", da Lei nº 6.404/1976. Os procedimentos e prazos específicos para a subscrição e integralização das sobras e eventuais sobras adicionais, inclusive a opção de realizar ou não leilão de sobras, serão detalhados e divulgados oportunamente pela Sociedade. Encerrados os prazos para o exercício do direito de preferência, e desde que verificada a subscrição do montante financeiro mínimo de R$8 bilhões, será admitida, a critério da Sociedade, mediante deliberação do Conselho de Administração, a homologação parcial do aumento de capital, podendo, se for o caso, cancelar as ações não subscritas, hipótese em que o valor do aumento de capital e a quantidade de ações emitidas serão ajustados ao montante efetivamente subscrito. Na hipótese de homologação parcial do aumento de capital deliberada por este Órgão, não será concedido prazo adicional para a reconsideração da decisão de subscrição, sendo, contudo, assegurado aos subscritores o direito de condicionar sua subscrição à verificação da subscrição: (i) da totalidade das ações objeto do aumento de capital; ou (ii) de uma quantidade ou montante financeiro maior ou igual ao valor mínimo do aumento de capital (i.e., R$8 bilhões) e menor do que o valor máximo do aumento de capital (i.e., R$10 bilhões). O subscritor deverá, ainda, indicar se, implementada a condição por ele estabelecida, pretende receber: (i) a totalidade das ações por ele subscritas; ou (ii) a quantidade equivalente à proporção entre o número total de ações efetivamente subscritas e o número máximo de ações originalmente aprovado para ser emitido no aumento de capital, presumindo-se, na falta de manifestação, o interesse do subscritor em receber a totalidade das ações subscritas. O subscritor cuja condição para a subscrição prevista no respectivo boletim de subscrição não se implementar receberá o valor por ele integralizado, sem correção monetária, total ou parcialmente, conforme opção indicada no respectivo boletim de subscrição. As novas ações conferirão aos seus titulares os mesmos direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações ordinárias e preferenciais de emissão da Sociedade, conforme o caso. O crédito das novas ações aos respectivos subscritores e o início de sua negociação na B3 ocorrerão em até 3 dias úteis após a homologação do aumento de capital pelo Banco Central do Brasil - BACEN. As novas ações farão jus aos proventos que vierem a ser declarados pela Sociedade a partir da referida homologação. **b)** a antecipação, para o dia 15.9.2026, dos pagamentos dos JCP declarados em 25.3.2026, no valor de R$3.000.000.000,00, inicialmente previstos para pagamento até 30.10.2026, beneficiando os acionistas que estavam inscritos nos registros da Sociedade em 6.4.2026; e dos JCP declarados em 23.6.2026, no valor de R$3.500.000.000,00, inicialmente previstos para pagamento até 29.1.2027, beneficiando os acionistas que estavam inscritos nos registros da Sociedade em 3.7.2026. **c)** a concessão de autorização à Diretoria da Sociedade para divulgar essas informações na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na B3 e no *site* de relações com investidores da Sociedade e publicá-las na imprensa, bem como tomar as providências necessárias para implementar as deliberações acima, inclusive a divulgação de Fato Relevante e Aviso aos Acionistas, contemplando, entre outras, as informações exigidas no Anexo E da Resolução CVM nº 80/2022, considerando a proposta da Diretoria e as deliberações ora aprovadas. Não havendo mais nenhum assunto a ser tratado, o Presidente deu por encerrados os trabalhos, agradecendo a participação de todos e determinando a lavratura desta Ata que, aprovada pelos Conselheiros participantes, será encaminhada para assinatura eletrônica. aa) Membros: Luiz Carlos Trabuco Cappi, Alexandre da Silva Glüher, Denise Aguiar Alvarez, Maurício Machado de Minas, Paulo Roberto Simões da Cunha, Rubens Aguiar Alvarez, Denise Pauli Pavarina, Rogério Pedro Câmara, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Regina Helena Jorge Nunes e Paulo Rogério Caffarelli; Secretário: Sérgio Luis Gomes Pinheiro.

-.

Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Banco Bradesco S.A.** - Sérgio Luis Gomes Pinheiro - *Secretário*.

BBDC B3 LISTED N1 · XBBDC · ISE B3 · abrasca · ICO2 B3 · CDP · ITAG B3 · Member of Dow Jones Sustainability Indices Powered by the S&P Global CSA · IDIVERSA B3 · BBD LISTED NYSE · BBDO LISTED NYSE

Ines249

Eleições Para integrantes da corte eleitoral, faltam jurisprudência e definições sobre em quais casos esse tipo de material pode levar a punições severas

TSE deve ampliar discussões sobre conteúdo de IA

ALEJANDRO ZAMBRANA/TSE — 16/4/2026

Nunes Marques é o relator da ação contra Flávio Bolsonaro pelo uso de avatar do pai em convenção do PL

Tiago Angelo e Giullia Colombo
De Brasília

Ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) consultados pelo **Valor** afirmam que a corte precisa ampliar as discussões sobre deepfake, conteúdos gerados por inteligência artificial (IA) que simulem a imagem e a voz de pessoas. Para eles, não há jurisprudência firme em torno do tema e é preciso definir em quais casos esse tipo de material pode levar a punições severas. O debate deve levar a corte a atualizar a resolução sobre o tema.

As discussões em torno dos chamados deepfakes ganharam repercussão após ser exibido, na convenção nacional do PL, um vídeo gerado por IA em que o ex-presidente Jair Bolsonaro aparece apoiando a candidatura do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à Presidência. Deepfakes são conteúdos sintéticos, em áudio ou vídeo, que substituem ou alteram a voz de alguém e podem induzir o eleitor a erro.

Hoje, o TSE permite o uso de IA, desde que haja um aviso de que foi usada esse tipo de tecnologia. A resolução, no entanto, veda "criar, substituir ou alterar a imagem ou a voz de pessoas".

Após o episódio na convenção de Flávio, integrantes do Supremo Tribunal Federal (STF) e uma ala do TSE defenderam que o presidenciável deveria ser punido para evitar um clima de "liberou geral" a esse tipo de conteúdo. Segundo eles, no entanto, casos isolados tendem a render apenas punições brandas, como multa e determinação para retirada de conteúdos.

Ministros do TSE explicam que a jurisprudência sobre o tema ainda é escassa. O **Valor** só encontrou três decisões colegiadas do tribunal sobre o tema com acórdãos publicados, e as soluções dadas são diferentes.

Em um dos processos, o TSE manteve a aplicação de uma multa de R$ 15 mil contra o prefeito de Fortaleza, Evandro Leitão (PT), por divulgar, em 2024, vídeos manipulados em que personalidades aparecem dando apoio à sua candidatura.

Nos conteúdos, vídeos gerados por inteligência artificial mostraram figuras como o ex-presidente Barack Obama, a cantora Taylor Swift e o jogador de futebol Cristiano Ronaldo expressando apoio a Leitão.

Apenas três decisões colegiadas sobre o tema foram identificadas

Por unanimidade, o TSE decidiu em maio deste ano que a punição, definida em primeira instância, foi adequada, já que uma resolução da corte proíbe esse tipo de conteúdo gerado ou manipulado digitalmente.

"A adulteração de conteúdo digital com finalidade eleitoral é suficiente para caracterizar a irregularidade da manifestação, independentemente da comprovação de potencialidade para induzir o eleitor em erro, pois a vedação possui natureza objetiva", disse o ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, relator do caso, durante o julgamento.

Em outro processo, dessa vez relatado por Antonio Carlos Ferreira, o TSE entendeu que deepfake só configura abuso de poder por uso indevido dos meios de comunicação, prática passível de cassação e inelegibilidade, se for suficiente para desequilibrar o pleito.

O caso concreto tratou de um áudio falso, forjado por IA, que teria imputado a um candidato a confissão de que uma pesquisa eleitoral era fraudada. "A ausência de dados objetivos quanto ao alcance da mensagem inviabiliza a aferição de sua repercussão, elemento essencial à configuração do abuso. Sem o número de visualizações, compartilhamentos, ou qualquer métrica indicativa de ampla difusão, não se pode presumir a gravidade da conduta, tampouco seu potencial de comprometer a normalidade do pleito", disse o relator em seu voto.

O último caso foi relatado por Floriano de Azevedo Marques e também não gerou punições graves. Isso porque a corte eleitoral entendeu que houve, no máximo, a cogitação de produzir um conteúdo sintético, sem que, contudo, o material fosse feito.

No episódio ligado a Flávio, ministros do TSE afirmam que o vídeo divulgado na convenção do PL, sozinho, não teria o potencial de configurar abuso de poder político e econômico por uso indevido dos meios de comunicação, passível de inelegibilidade. Para eles, ainda que o deepfake seja prática vedada, seria necessário que o conteúdo tivesse desequilibrado a eleição.

Outro ministro do TSE consultado pelo **Valor** vê a questão de modo parecido. Ele diz, no entanto, que se houver "uso sistemático" de IA generativa com a imagem de Bolsonaro durante a campanha, haveria abuso de poder. "Não podemos demonizar a tecnologia. É, verdadeiramente, um universo novo. Esse é um tema ainda vazio no TSE. Precisamos regulamentar", disse o magistrado.

Um terceiro ministro acrescenta que, por ora, o episódio poderia gerar apenas multa a Flávio, além da determinação para que o vídeo de Bolsonaro seja excluído. Em um eventual julgamento colegiado, afirma, o TSE também pode advertir que o uso generalizado de deepfake caracterizaria abuso de poder. Há quem defenda que delimitações melhores sobre o tema devem ser feitas rapidamente, mas em ações menos controversas que a de Flávio. O caso é relatado pelo ministro Kassio Nunes Marques, que preside a corte.

José Luiz Nunes, professor da FGV Direito Rio, afirma que os conteúdos gerados por IA são um desafio recente da Justiça Eleitoral e que o TSE ainda deve aprofundar as discussões sobre o tema. Ele explica que é difícil fiscalizar as publicações e, em alguns casos, diferenciar o real do falso.

Segundo ele, o comportamento do TSE indica que o tribunal deve ampliar a proibição ao deepfake para tentar conter o aumento de vídeos gerados por inteligência artificial durante as eleições.

"No caso do TSE, podemos concluir que o uso de deepfake será proibido de qualquer maneira, ainda que seja um sátira ou um conteúdo absurdo, parece que é dessa maneira que esse entendimento será aplicado", disse.

Flávio diz que aceitará resultado e confia na justiça eleitoral

Rafael Rosas
Do Rio

O candidato do PL à Presidência Flávio Bolsonaro, se comprometeu a aceitar o resultado da eleição deste ano. A afirmação foi feita ao programa "Canal Livre", da TV Bandeirantes, exibido neste domingo. "Eu vou aceitar [o resultado], vou concorrer com essas regras, e tenho certeza que o TSE [Tribunal Superior Eleitoral], diferente do de 2022, vai ser um TSE imparcial e vai tomar todas as providências para que essa eleição ocorra com mais segurança e mais transparência, porque o maior interessado em que as eleições aconteçam com essa normalidade é o próprio TSE", afirmou Flávio.

Apesar de afirmar que vai aceitar o resultado, Flávio voltou a pedir mais transparência nos equipamentos utilizados para receber os votos dos eleitores brasileiros. "Só estou cobrando que o TSE imponha mais camadas de transparência", disse.

No mês passado, em reunião com diplomatas, Flávio usou dados inverídicos para criticar as urnas eletrônicas e afirmou que há suspeitas de que as máquinas utilizadas nas eleições no Brasil foram produzidas por uma empresa venezuelana, a Smartmatic. Segundo Flávio, haveria uma investigação da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA) de que as urnas venezuelanas teriam facilitado fraudes na eleição do país sul-americano em 2012. As acusações já haviam sido desmentidas pelo TSE e a Smartmatic nunca forneceu urnas para as eleições brasileiras.

O nome do vice na chapa à Presidência também foi tema das perguntas feitas ao candidato. Na semana passada, o PP decidiu manter neutralidade na disputa presidencial de outubro. A decisão da sigla inviabilizou a possibilidade de que a senadora Tereza Cristina (PP-MS) seja candidata a vice na chapa de Flávio.

"As conversas continuam. A gente tem essa data até 5 de agosto para tomar uma decisão", disse Flávio ao ser questionado sobre as discussões para a escolha do nome para compor a chapa ao Planalto.

"Vou concorrer com essas regras e tenho certeza que o TSE vai ser imparcial"
Flávio Bolsonaro

Sobre a decisão do PP de optar pela neutralidade, o pré-candidato do PL afirmou que os partidos "não são homogêneos". "Tem sempre, dentro de cada partido, essas preferências regionais", disse, acrescentando que o PP faz parte de uma federação com o União Brasil, o que aumenta a dificuldade de organizar diferentes realidades regionais. "Se um partido só tem essa realidade, imagina em dois partidos."

A preferência por uma mulher no posto de candidata a vice busca fortalecer o nome de Flávio perante o eleitorado feminino. E o senador, ao ser perguntado sobre a rejeição maior entre as eleitoras, ressaltou que há a necessidade de uma comunicação mais eficiente . "A questão não é rejeição, é desconhecimento. As pautas que a maioria das mulheres defendem são as pautas da direita", frisou.

No front econômico, Flávio defendeu as privatizações e o corte de gastos públicos. Sobre as desestatizações, disse que, caso eleito, vai analisar "caso a caso" e vai negociar os ativos que forem passíveis de privatização "porque iniciativa privada vai ter muito mais capacidade de investimento do que o governo tem disponível no seu orçamento". Questionado sobre a Petrobras, ressaltou que há "muitas empresas na frente da Petrobras para analisar".

Em relação aos cortes de despesas, disse que o combate à corrupção é uma forma de melhorar a gestão de recursos e defendeu um governo "enxuto".

As recentes desavenças com a madrasta, a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, também foram abordadas. Em maio, Michelle postou um longo vídeo no qual expôs divergências com o pré-candidato do PL e criticou o apoio dado por Flávio à candidatura de Ciro Gomes (PSDB) ao governo do Ceará. Depois do vídeo, Flávio pediu desculpas a Michelle. Neste domingo (2), ele afirmou que não pode "dar as explicações por ela", mas acredita que Michelle estava "insegura com relação à minha candidatura e agiu dessa forma".

Flávio culpou ainda o governo brasileiro pela tarifas impostas pelos Estados Unidos. Ele também discordou que o irmão, Eduardo Bolsonaro, tenha contribuído para as tarifas aplicadas pelos EUA aos produtos brasileiros. "Você acha que o Eduardo tem poder de coerção sobre o presidente dos Estados Unidos?", questionou.

Renan apresenta candidatos estaduais, mas não define SP

Guilherme Carvalho
De São Paulo

O candidato à Presidência da República pelo Missão, Renan Santos, aproveitou o congresso nacional do partido, realizado no sábado (1º) para defender sua candidatura como uma alternativa tanto ao PT quanto ao bolsonarismo e direcionar críticas ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ao senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e a outros candidatos presidenciais.

Em discurso, Renan disse que o partido pretende "jogar" os dois grupos "na lata de lixo da história" e afirmou que o Missão representa "a última linha do antipetismo". O candidato criticou Lula, a quem acusou de recorrer ao assistencialismo ao prometer benefícios como botijão de gás e conta de luz paga, e afirmou que o petista "destruiu os sonhos" de uma geração.

Nesse sentido, também direcionou ataques ao senador Flávio, que chamou de "farsante, fraco e corrompido", afirmando que o parlamentar "não tem chance de vencer o Lula no segundo turno". O candidato ainda criticou outros nomes da direita, dizendo que "os governadores", em referência aos ex-governadores de Minas Gerais e Goiás, Romeu Zema (Novo) e Ronaldo Caiado (PSD), nunca tiveram coragem de "peitar os governos de Bolsonaro e Lula".

Ao defender sua candidatura, Renan rejeitou a classificação de terceira via. "Nós não somos a oposição da oposição. Nós construímos o nosso próprio caminho. Não somos a negação dos demais, somos a afirmação."

Antes das falas de Renan, o congresso foi aberto pelo candidato a vice-presidente na chapa, o militar da reserva Aroldo Medina (Missão). Em discurso, ele afirmou que o objetivo da legenda é construir "um Brasil livre da corrupção política e do crime organizado".

Medina disse que Santos é alvo de críticas por não possuir diploma universitário, mas afirmou que o presidenciável é "autodidata" e que essa característica "fala mais alto" do que uma formação acadêmica.

"Não somos a negação dos demais, somos a afirmação"
Renan Santos

Em outro momento, o vice prometeu endurecimento contra o crime organizado e declarou que, caso Renan seja eleito, o governo comandará "a primeira incursão no Complexo do Alemão".

Segundo a pesquisa Datafolha mais recente, Renan Santos aparece com 3% das intenções de voto, empatado com Romeu Zema e atrás de Ronaldo Caiado, que registra 4%. Embora ainda enfrente o desafio de ampliar sua presença nacional, o candidato tem rejeição de 12%, uma das menores entre os principais concorrentes ao Palácio do Planalto.

O congresso do partido cobrou ingressos. Os bilhetes para o evento foram comercializados em diferentes categorias, com preços entre R$ 94 e R$ 7 mil. A arrecadação integrou a estratégia do partido para reforçar o financiamento da campanha.

Durante o evento, o deputado federal Kim Kataguiri (Missão-SP), que tentará a reeleição para a Câmara, subiu ao palco para detalhar o Livro Amarelo, que reúne as principais propostas que nortearão uma eventual gestão, caso Renan seja eleito presidente, acompanhado de um dos coordenadores do documento Orlando Lima, e de um dos fundadores do MBL Pedro Deyrot.

Além da apresentação do programa de governo, o Missão lançou oficialmente seus candidatos aos governos estaduais. Foram confirmadas as candidaturas de Marcelo Brigadeiro (Santa Catarina), Ben Mendes (Minas Gerais), Delegado Huggo Leonardo (Ceará), Coronel Busnello (Rio de Janeiro), Renan Hallais (Pernambuco), André Luís (Maranhão), Luiz França (Paraná), Breno Barcelos (Espírito Santo) e Rafaell Milas (Mato Grosso).

Em São Paulo, entretanto, a definição sobre a disputa ao governo estadual permaneceu em aberto. Inicialmente, Kataguiri disputaria pelo Missão, mas em junho anunciou que não concorrerá ao Palácio dos Bandeirantes.

Aos jornalistas, Renan disse que a definição sobre candidatura no Estado "ainda não está definida por hora", e disse que os "planos" hoje "são para uma eleição maior."

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA
O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!
ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.

Ines249

São Paulo e Pernambuco, prévia para o futuro?

Bruno Carazza

Antes de iniciar a leitura, deixo aqui um alerta: esta coluna em particular contém alta dose de "wishful thinking", aquele desejo íntimo do autor que às vezes contamina a análise racional dos fatos.

Caminhamos para a terceira eleição seguida em que se colocam frente a frente os dois líderes mais populares do Brasil pós-ditadura. Embora só tenham se enfrentado diretamente em 2022, Lula e Bolsonaro mediram forças em 2018, com Haddad assumindo o lugar do líder petista, que estava preso. Em 2026, os papéis se invertem; com Jair em prisão domiciliar, é Flávio quem substitui o pai nas urnas que eles próprios contestam.

Para quem não aguenta mais essa rivalidade personalista, duas eleições para governador dão esperanças de um futuro mais promissor para a política nacional.

Até eleitores da esquerda e da direita são capazes de admitir que estaríamos melhor se, em vez de duelarem pelo governo de São Paulo, Fernando Haddad e Tarcísio de Freitas disputassem a Presidência neste ano. Embora ainda dependam de seus padrinhos para se viabilizarem eleitoralmente, Haddad e Tarcísio, cada qual no seu campo, têm condições de oferecer propostas mais modernas para o país do que as velhas receitas de Lula e Bolsonaro.

Mas é em Pernambuco que se dá o embate mais interessante das eleições estaduais deste ano. A governadora Raquel Lyra e João Campos, prefeito do Recife, prometem um pleito acirrado até o fim. Ambos são herdeiros de famílias tradicionais na política, jovens, com boa formação, utilizam muito bem as redes sociais e têm uma ótima avaliação em suas gestões, mesmo diante de realidades sociais bastante complexas.

A importância da eleição deste ano vai muito além da perspectiva de controlar seus Estados. Tarcísio e Haddad são candidatíssimos a sucessores naturais de Bolsonaro e Lula para 2030. Já Raquel Lyra e João Campos despontam como ótimas opções para uma renovação política nacional. Em todos os casos, teríamos um salto de qualidade frente às desgastadas opções atuais.

Mas pode ser que nada disso se materialize. Talvez tenhamos chegado a um grau tão elevado de polarização da sociedade e de personalismo em cada um dos lados, não seria loucura imaginar em 2030 um quarto embate entre Lula e Bolsonaro, desta vez com Janja e Michelle (ou outro filho do ex-capitão) nas urnas.

Outra possibilidade é termos um confronto de versões extremadas do populismo à esquerda e à direita, com Boulos e Nikolas se declarando os legítimos herdeiros do lulismo e do bolsonarismo.

Nesses casos, prefiro me agarrar a meu pensamento desejoso.

Lançamento

Numa coluna recente ("A numerologia já definiu quem será eleito", de 6 de julho), mostrei como a distribuição dos ativos à disposição dos partidos torna a eleição para a Câmara dos Deputados um jogo viciado. Recursos dos fundos eleitoral e partidário, tempo na propaganda de rádio e TV, presença em palanques e até os números de urna fazem toda a diferença e são distribuídos de forma desigual, favorecendo alguns poucos candidatos em detrimento de milhares.

Como o baixo nível dos nossos políticos é apontado com frequência como uma das causas para o atraso do país, a elite brasileira deveria empregar mais energia e recursos para debater e propor mudanças institucionais que rompam esse círculo vicioso de seleção adversa em nossa política.

Mas esse não é o único caminho para aperfeiçoar a qualidade do nosso Legislativo. Enquanto não mudamos a forma de escolher melhores quadros para nos representar, podemos pelo menos tornar mais democrático o processo de discussão e aprovação das leis que os atuais congressistas produzem.

Na quarta-feira (5), a Fundação Fernando Henrique Cardoso lança o documento "O Fortalecimento do Legislativo no Brasil: contribuição para o aperfeiçoamento institucional do Congresso", coordenado por Beatriz Rey e Sergio Fausto.

Esse "policy paper" parte do diagnóstico de que nos últimos anos houve um expressivo ganho de poder do Congresso frente ao Executivo, mas essa dinâmica — que não é por si só negativa — veio acompanhada de práticas informais que atropelam os regimentos, são pouco transparentes e suprimem espaços de debate interno e de coleta de contribuições da sociedade.

Para além dessa análise, o relatório apresenta um rol de medidas que deveriam ser tomadas para tornar o processo legislativo, na prática, mais democrático. Entre elas estão regras mais restritivas para as deliberações remotas, a restauração do papel das comissões (em face da proliferação de grupos de trabalho), o disciplinamento do Colégio de Líderes e a limitação ao uso deturpado dos requerimentos de urgência.

Interessa a todos um Congresso Nacional que promova discussões mais qualificadas sobre as alternativas de desenvolvimento para o país. Como se vê, não faltam propostas para aprimorar o processo de escolha dos tomadores de decisão e de elaboração das normas.

O problema é que raramente esse tipo de conversa ganha tração entre a elite brasileira, que se limita a reclamar da qualidade de nossos deputados e senadores.

Bruno Carazza é professor associado da Fundação Dom Cabral e autor de "O País dos Privilégios (volume 1) e "Dinheiro, Eleições e Poder", ambos pela Companhia das Letras.
Escreve às segundas-feiras
E-mail bruno.carazza@gmail.com

Entrevista Candidato ao Senado pelo Novo adota cautela para falar de impeachment de ministro do STF e aponta problemas na candidatura de Flávio

Salles vincula Centrão à corrupção em busca da direita em SP

ANA PAULA PAIVA/ VALOR

Salles: "Não gostei mesmo [de ser deputado]. (...) O papel está muito diminuído. Sou paulista e gosto de ficar em SP"

Joelmir Tavares e Cristiane Agostine
De São Paulo

Em busca do eleitorado de direita, o ex-ministro e deputado federal Ricardo Salles (Novo) diz que fará do combate à corrupção um dos motes de sua candidatura ao Senado por São Paulo. Salles enfrenta um cenário congestionado, com diversas candidaturas de seu campo político no Estado, e direciona suas críticas ao presidente da Assembleia Legislativa paulista, André do Prado (PL), apoiado pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), ao associar o Centrão a práticas irregulares. No entanto, as críticas do ex-ministro do Meio Ambiente do governo Bolsonaro ao Centrão, "pai e mãe da corrupção", como classifica, atingem também o PP do deputado e ex-secretário Guilherme Derrite, com quem tenta uma dobradinha.

Em entrevista a **Valor**, Salles adota uma postura diferente do seu partido ao falar do impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal. Apesar de o Novo fazer da derrubada dos magistrados uma de suas bandeiras, o parlamentar defende cautela. Ele ainda assume um discurso crítico ao senador e presidenciável Flávio Bolsonaro (PL-RJ), líder da direita nas pesquisas, e afirma que o parlamentar "não foi a melhor escolha" de seu grupo para concorrer.

Salles reclama das limitações dos deputados federais e afirma que não gostou de sua experiência na Câmara. Só pretende voltar a Brasília caso conquiste espaço no Senado e uma atuação nacional relevante, em sua visão. A seguir, os principais pontos da entrevista:

Valor: *Pesquisas mostram a liderança das duas candidatas apoiadas pelo PT ao Senado em SP. Qual é sua estratégia, considerando que a direita está dividida e seu partido não tem estrutura tão robusta?*

Ricardo Salles: Tenho uma postura que é evitar dois caminhos muito perigosos. O primeiro é a visão de esquerda, representada pelas candidaturas de Marina e Simone Tebet, que está nos levando a um caos econômico. Nesse caminho errado, a Tebet tem especial responsabilidade, por ter sido ministra do Planejamento.

Valor: *Esse será seu foco?*

Salles: Vou mostrar que a visão de mundo da esquerda é muito deletéria. Além disso, a representação do Estado tem que ser feita por quem é de São Paulo. Marina e Tebet não têm vínculo com o Estado. Usam a candidatura para promover a carreira política. A Marina é a inimiga pública número 1 do agro, e São Paulo é um Estado onde o agro é muito forte. A Tebet era senadora por Mato Grosso do Sul no período em que esse Estado fez forte guerra fiscal contra São Paulo. Os públicos do Acre e de Mato Grosso do Sul as reprovam, tanto que elas não têm chance de se eleger lá para cargo importante nenhum.

> "Flávio não foi a melhor escolha para ser candidato pela direita. Tarcísio teria sido muito melhor"

Valor: *E os adversários à direita?*

Salles: Sou muito firme no combate à corrupção. Centrão e corrupção são sinônimos. Em todos os escândalos de corrupção nos últimos 40 anos, o Centrão está envolvido até o pescoço. O Centrão é o pai e a mãe da corrupção, ainda que tenha uns filhos postiços na esquerda e na direita. Além de ser de direita, não aceito corrupção. Se eu quisesse fazer parte [do Centrão], teria ficado no PL. Mas, na medida em que quem manda no PL não é a direita bolsonarista, é o "centrão valdemarista", tive que sair do PL. Dois candidatos têm vínculo estreito e reconhecida posição de direita, eu e o Derrite. Prado nunca foi de direita. É candidato por opção do [presidente do PL] Valdemar Costa Neto e está atrapalhando a eleição dos conservadores.

Valor: *Diante das dificuldades de estrutura e do fato de que Derrite e Prado estão na coligação de Tarcísio, como amplificar seu discurso?*

Salles: Dizendo que elas [Marina e Tebet] são esquerda, de fora de São Paulo, e ele [Prado] é Centrão e, portanto, não representa a direita. Tenho uma postura coerente em 20 anos de militância na direita, desde que fundei o movimento Endireita Brasil. No interior, tenho muita força. Nenhum deputado tem mais vínculo com o agro do que eu. Na capital, tenho também apoio.

Valor: *Como vai dialogar com o eleitorado de direita e os bolsonaristas, considerando seus desentendimentos com lideranças como Valdemar e Eduardo Bolsonaro?*

Salles: Minhas posições não são oportunistas. São as mesmas há 20 anos. Tenho admiração e gratidão pelo presidente Bolsonaro, que me fez ministro, e isso me ajudou muito politicamente. Alguns ali [no bolsonarismo] se juntaram ao Centrão. Minha crítica ao Eduardo foi porque ele mudou a posição e apoiou o André do Prado, que é do Centrão. Não é porque é filho do Bolsonaro que vou concordar.

Valor: *O senhor e Marina foram ministros do Meio Ambiente e a pauta ambiental está em debate. Sua gestão é questionada pelo aumento do desmatamento, por exemplo. Como responde às críticas?*

Salles: Estamos numa eleição para o Senado em São Paulo. Se ela [Marina] quer discutir desmatamento da Amazônia, devia ser candidata pelo Acre, que é o Estado dela. Não tenho medo de discutir esse tema, mas não é isso que preocupa o paulista. Ele está preocupado com a falta de saneamento, a má gestão do lixo e os problemas ambientais que daí decorrem.

Valor: *Qual a sua visão sobre um tema incontornável desta eleição para o Senado, a questão de impeachment de ministros do Supremo?*

Salles: O Senado é uma Casa de respeito e respeitabilidade, e a primeira coisa que senadores e candidatos têm que ter é postura. Elevar o nível moral e o peso institucional do Senado é pré-condição para equilibrar os Poderes e restabelecer a harmonia. Quando tratamos do impeachment de ministro e crime de responsabilidade, temos que respeitar o que foi cobrado na Lava-Jato pela esquerda e no 8 de Janeiro pela direita, que é o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório. Vejo gente com postura de pré-julgamento, dizendo 'vou fazer isso, vou condenar aquilo'. Sou cauteloso porque temos que ter, em questões de institucionalidade, o maior grau de cerimônia. Até para que processos e decisões sejam respeitados, e não rotulados como vingança, perseguição, desequilíbrio.

Valor: *O senhor é acusado de exportação ilegal de madeira e o processo é relatado no STF pelo ministro Alexandre de Moraes. Em que medida isso também pode influenciar a sua postura nesse tema?*

Salles: Os cinco anos injustos em que esse processo tramitou serviram para mostrar que a acusação é absurda. Tanto que a Procuradoria-Geral da República, que fez a acusação, pediu minha absolvição, dizendo que não fiz nada [o pedido ainda não foi julgado]. Esse processo não me preocupa. Sei que, feita a justiça, o assunto está resolvido. É claro que o Senado hoje, pela má qualidade da maioria dos seus membros, fica sujeito a esse tipo de pressão.

Valor: *Até o fim da campanha, o senhor vai defender uma pauta separatista, não? [risos]*

Salles: Se constitucionalmente fosse possível, poderia até defender. São Paulo, Paraná e Santa Catarina seriam países de primeiro mundo. Juntar esses três Estados seria maravilhoso. Quero ser senador para brigar por São Paulo. Não tenho a preocupação do politicamente correto, de dizer que São Paulo é rico e então tem que se sacrificar pelos outros Estados. Somos ricos porque trabalhamos muito. E, se temos geração de riqueza, ela tem que ficar aqui, porque nós temos problemas aqui.

Valor: *São Paulo é um dos Estados mais atingidos pelo tarifaço. Que avaliação o senhor faz da atuação dos bolsonaristas? E como tem sido o diálogo com os empresários?*

Salles: Como liberal, sou totalmente contra tarifa e protecionismo. Discordo veementemente disso que o [Donald] Trump está fazendo. É muito ruim para o Brasil e, no médio prazo, para os Estados Unidos. Não acho que Trump decidiu fazer o tarifaço contra o Brasil por questões ideológicas. Ele ia fazer de qualquer jeito. Podia ter sido algo mais negociado. Nesse ponto, o governo Lula tem culpa, porque a postura foi de confrontar, e não negociar. Talvez até antevendo a estratégia de tirar dividendos políticos contra a direita e o Flávio, ao apelar ao nacionalismo.

Valor: *E a atuação dos integrantes da família Bolsonaro?*

Salles: Na primeira onda do tarifaço, por certa inabilidade e imaturidade, talvez, o Eduardo tentou ser o 'pai da criança'. Depois, quando percebeu que era um absurdo, voltou atrás. Não acho que eles tiveram nenhum papel em impor o tarifaço. É retórica. No segundo momento do tarifaço, eles corrigiram, dizendo 'tentei convencer a não ter nada e não consegui'. A influência dessas ações tem efeito prático zero.

Valor: *O senhor já falou que, num segundo turno entre Flávio e Lula, votaria em Flávio. Não é dissonante com o seu discurso [de rejeição a alianças com o Centrão]?*

Salles: O Brasil está caminhando para uma catástrofe econômica. E a equipe que cerca o Flávio é oriunda da turma do Paulo Guedes, com visão de diminuir o Estado, reduzir despesas, privatizar. É um voto anti-Lula, mas sobretudo para que, junto com o Flávio, venha essa equipe econômica.

Valor: *Qual sua avaliação do cenário nacional? Romeu Zema, do Novo, não decolou, e a campanha de Flávio é marcada por crises...*

Salles: Flávio não foi a melhor escolha para ser candidato pela direita. Tarcísio teria sido um candidato muito melhor. Mas foi essa a decisão do Bolsonaro. Flávio não tem experiência administrativa ou uma história de embates ideológicos mais profundos com a esquerda. Eduardo teria sido melhor candidato. E a campanha do Flávio tem essas fragilidades, do Vorcaro [ligação com o ex-banqueiro Daniel Vorcaro, do Banco Master], muitos flancos para ataques. Zema tem experiência, é correto, honesto, fez um governo em Minas Gerais, dentro do possível, muito bom. Mas é mais tímido, mais fechado, e a estrutura do Novo não é forte o suficiente para alavancá-lo. Ele está cumprindo o papel de defender os princípios e a visão pró-mercado, mas naquela toada dele, naquele jeito dele. O [Ronaldo] Caiado é excelente candidato, fala bem, tem relação forte com o agro, história na política. Lula, embora faça um governo desgastado, está jogando no erro dos outros. Não é que esteja indo bem, é a candidatura do Flávio que está indo mal.

Valor: *Sua atuação na Câmara é questionada por adversários por não ter aprovado projetos próprios. Vê um flanco para ser criticado?*

Salles: Não. Somos minoria no Congresso. Fizemos a CPI do MST, da qual fui relator e que mostrou o descalabro das facções criminosas no campo. Fiz a emenda da castração química de pedófilo, fui relator da PEC antidrogas. Agora, para aprovar projeto, não sou uma pessoa de ficar negociando com o Centrão. E nós, no Novo, temos pouca artilharia de negociação. É um partido pequeno.

Valor: *Por que o senhor não vai tentar a reeleição na Câmara? Não gostou de atuar como deputado?*

Salles: Não gostei mesmo. Na Câmara, hoje, as decisões são tomadas pelos líderes, que negociam cargos, emendas, favores e entregam voto em coisas das mais absurdas. O papel do deputado está muito diminuído. Eu sou paulista, gosto de ficar em São Paulo. Até topo continuar indo para Brasília, que para mim não é uma coisa prazerosa, desde que seja uma função com relevância.

Congresso Câmara pretende dar andamento a projeto de interesse do governo que aumenta teto do MEI

Na volta do recesso, Senado deve priorizar pautas de interesse do agronegócio

Gabriela Guido e Ruan Amorim
De Brasília

A volta do recesso no Senado deve ser marcada por um possível avanço de temas prioritários para a bancada do agronegócio no Congresso, e por uma tramitação tímida de projetos do interesse do governo federal. A Câmara dos Deputados, contudo, deve dar andamento ao projeto da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que aumenta o teto do Microempreendedor Individual (MEI) para R$ 140 mil anuais.

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), já se comprometeu com os senadores a discutir a proposta de emenda à Constituição (PEC) que cria um marco temporal para a demarcação de terras indígenas, o projeto que altera o marco legal do seguro rural e a matéria que cria o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Fertilizantes (Profert).

Os textos referentes ao seguro rural e ao Profert ainda demandam articulação com o Ministério da Fazenda para que sejam votados. A PEC do marco temporal, por sua vez, gera dissenso entre os senadores e é visto como um tema polêmico para ser tratado em ano eleitoral.

Senadores ouvidos pelo **Valor**, no entanto, avaliam que será difícil avançar em relação a essas pautas em meio a campanha eleitoral, já que somente parte dos senadores deve comparecer presencialmente mesmo nas semanas de esforço concentrado, que vão de 10 a 14 de agosto e de 31 de agosto a 4 de setembro. Eles poderão votar de forma remota mesmo nessas ocasiões.

CRISTIANO MARIZ/AGÊNCIA O GLOBO — 27/10/2023

Congresso: Lula, segundo interlocutores, teria sinalizado que, na volta do recesso, irá se encontrar com o presidente do Senado para tratar das pautas do Executivo

Em relação aos projetos de interesse dos governistas, como o fim da escala de trabalho 6x1, a PEC da segurança pública e o projeto que regulamenta a exploração das terras raras no Brasil, os senadores esperam um andamento ainda mais tímido. Alcolumbre tem dito a pessoas próximas que deve conversar com Lula antes de despachar essas matérias para serem discutidas pelos parlamentares.

Depois de meses de um trabalho de convencimento por parte de interlocutores do presidente, Lula teria sinalizado que irá se encontrar, após a volta dos trabalhos do Legislativo, com o presidente do Senado para tratar das pautas do Executivo federal que estão paradas na Casa, de acordo com a colunista Bela Megale, do jornal O Globo. Para governistas, uma eventual concretização dessa reunião entre os dois — que não se falam desde que Alcolumbre articulou a derrota da indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal (STF) — pode, pelo menos, permitir que os textos comecem a ser discutidos pelas comissões temáticas da Casa.

Alcolumbre comprometeu-se com a discussão da PEC que cria um marco temporal

Na Câmara, uma das prioridades na retomada dos trabalhos é o projeto que eleva o teto de faturamento anual do MEI. A expectativa era de que a proposta fosse votada antes do recesso parlamentar, mas não houve acordo para avançar com a matéria.

O principal impasse envolve a revisão das faixas de faturamento do Simples Nacional, medida que enfrenta resistência do Ministério da Fazenda, devido ao impacto fiscal da mudança estimado em cerca de R$ 50 bilhões.

Relator da proposta, o deputado Jorge Goetten (Republicanos-SC) afirma, no entanto, que a revisão é inegociável e defende que ela seja analisada juntamente com a ampliação do teto do MEI, para evitar distorções entre os regimes tributários.

Ao **Valor**, o relator afirmou que solicitou à equipe econômica, ainda em junho, um estudo para detalhar o impacto fiscal da revisão do Simples Nacional. Segundo ele, muitos números já foram divulgados, mas sem a apresentação dos cálculos que embasam as estimativas.

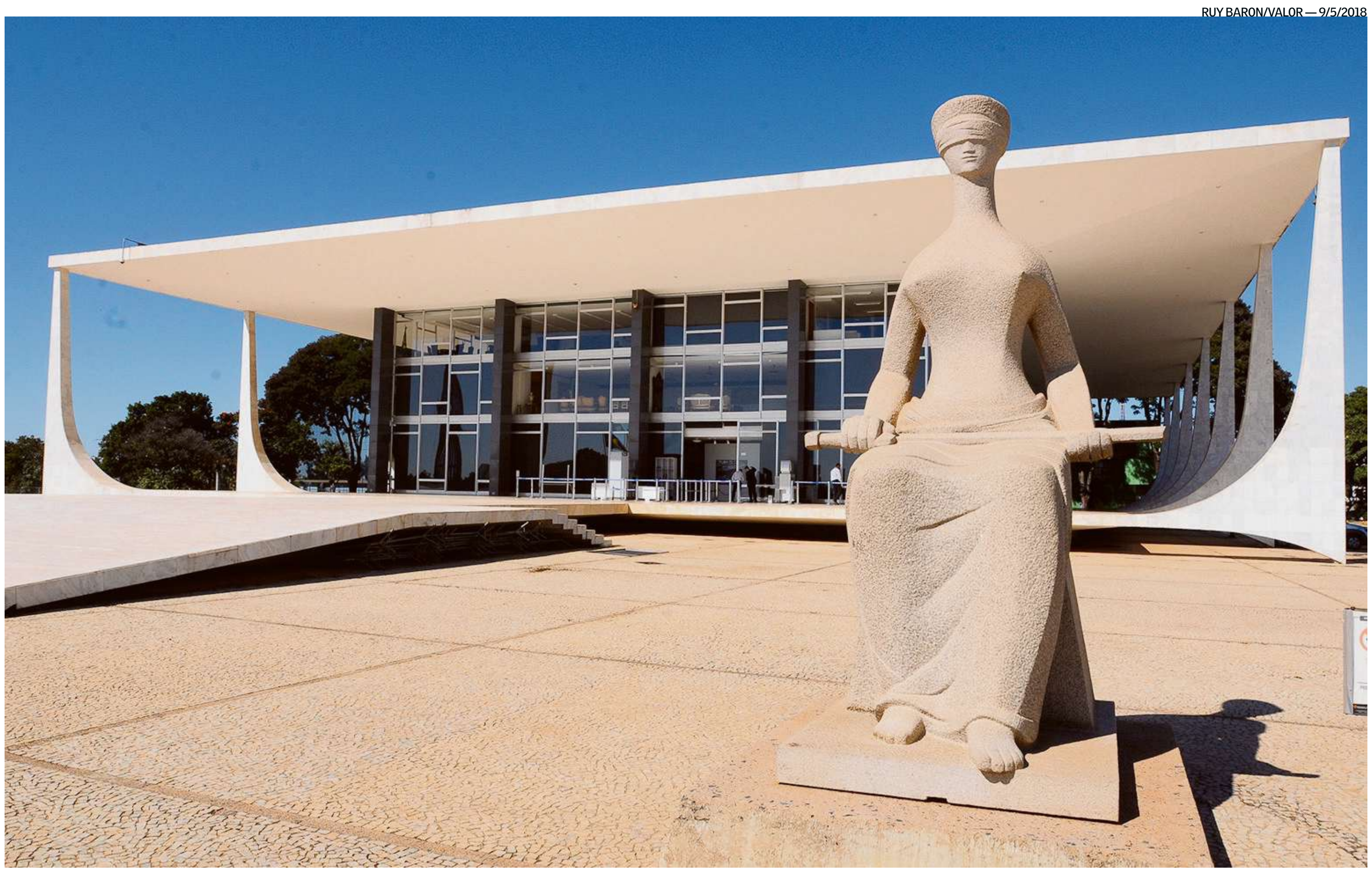
"Nós entendemos que não é impacto, que é só uma atualização, uma reposição da inflação desse período, que não foi atualizado. Então, que o governo responda qual é o verdadeiro impacto", disse.

Outra proposta que deve voltar ao centro das discussões na Câmara é o projeto que regula a concorrência entre empresas de tecnologia no país. O relator da matéria, deputado Aliel Machado (PV-PR), apresentou seu parecer no mês passado na tentativa de levar o texto ao plenário antes do recesso parlamentar, mas não houve consenso para a votação. Isso porque líderes partidários defendem que a análise da proposta fique para depois das eleições.

Os deputados também devem se debruçar sobre o texto que viabiliza a redução de tributos sobre combustíveis em 2026. As bancadas de esquerda devem pressionar, ainda, pela votação do projeto de lei que criminaliza a misoginia, relatado pela deputada Tabata Amaral (PSB-SP). A proposta enfrenta resistência das bancadas de direita, que defendem adiar a discussão para depois das eleições.

STF retoma análise de casos de repercussão

RUY BARON/VALOR — 9/5/2018



Supremo: Corte deve julgar vínculo empregatício entre trabalhadores de aplicativos e plataformas, ações sobre a Lei da Dosimetria e mandato-tampão no RJ

Giullia Colombo
De Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) realiza nesta segunda-feira (3) a primeira sessão de julgamentos do segundo semestre do Judiciário. Para esse período, a Corte deve analisar casos de grande repercussão, como o de vínculo empregatício entre trabalhadores de aplicativos e plataformas, as ações sobre a Lei da Dosimetria e a definição sobre a escolha do governador para o mandato-tampão no Rio de Janeiro — esse último podendo influenciar a disputa eleitoral no Estado do Rio, que ganha corpo neste segundo semestre.

Além disso, internamente, a Corte também lida com a perspectiva de que a ministra Cármen Lúcia apresente uma primeira proposta de um código de ética para os integrantes da Corte, o que deve ocorrer somente após o pleito de outubro. O tema enfrenta resistência de parte do Supremo.

Entre os destaques da pauta de agosto está uma ação que discute se a proibição de estabelecer e explorar jogos de azar, prevista em artigo da Lei das Contravenções Penais, está de acordo com a Constituição. O caso está agendado para quarta-feira (5). O tema que envolve o caso foi debatido entre o presidente do STF, Edson Fachin, e o ministro da Fazenda, Dario Durigan, em uma reunião em julho. Na ocasião, eles abordaram o combate às plataformas ilegais de bets, o aperfeiçoamento da regulação do setor e os processos em análise na Corte. Na ocasião, Fachin disse que o STF deve avançar no julgamento definitivo das ações relacionadas ao tema.

No dia 19 de agosto, o STF pretende retomar a discussão que trata da modalidade da eleição para um mandato-tampão no Rio. Já no dia 27, os ministros discutirão a natureza da relação de trabalho entre motoristas de aplicativos e plataformas digitais, conhecida como "uberização". Para a sessão do dia anterior, está marcada a análise de uma ação sobre a validade de uma lei de Minas Gerias que restringiu o fretamento de ônibus por aplicativos para transporte de passageiros, como a Buser.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) também retoma as suas sessões plenárias nesta semana. Para a terça-feira (4), está pautada a votação da proposta de resolução que regulamenta a perda de cargo para magistrados como a punição mais alta por faltas administrativas, em substituição à aposentadoria compulsória.

Também está prevista a apresentação de um texto que cria diretrizes para prevenir conflitos de interesse no Poder Judiciário. A minuta será apresentada por Fachin, que também preside o CNJ, e deve ser votada em 18 de agosto.

A proposta se baseia em uma nota técnica do Observatório Nacional de Integridade das Instituições (ONIT), que defende a declaração das atividades privadas por magistrados que possam representar eventuais conflitos de interesse. Caso as diretrizes sejam aprovadas, elas valerão para todos os órgãos do Judiciário, à exceção do STF. Em 2023, a ministra Rosa Weber tentou aprovar medida semelhante, mas acabou não conseguindo o aval do plenário do conselho.

É também de Fachin a ideia de estabelecer um código de ética para ministros da Corte. A proposta foi apresentada no início do ano, quando o presidente do STF anunciou que Cármen seria a relatora do documento. A iniciativa deve estabelecer parâmetros para a atuação dos ministros em eventos privados, divulgação de palestras e outros temas.

Julgamento de mandato-tampão no Rio deve ser retomado pelo Supremo

Há ainda outras medidas em apreciação no segundo semestre, como o grupo de trabalho para revisar os chamados "penduricalhos" pagos a magistrados e o grupo de estudos sobre a reforma do Judiciário. Ambos devem concluir as atividades até o fim do ano.

O primeiro deverá realizar um "pente-fino" nesses pagamentos e apresentar uma proposta que garanta a efetiva padronização, transparência e previsibilidade das parcelas remuneratórias do Judiciário. As atividades seguem a decisão do STF que limitou o pagamento dessas verbas extras de caráter indenizatório, os chamados penduricalhos no salário de agentes públicos.

Já o segundo grupo é composto por professores, desembargadores, ministros dos tribunais superiores, magistrados e juristas e tem o objetivo de promover uma reflexão sobre o tema e a formulação de propostas de aprimoramento do Judiciário.

No Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a retomada das sessões também se dá na segunda, com julgamentos de casos relacionados às eleições de 2022 e 2024. A corte eleitoral, no entanto, deverá se debruçar nos próximos meses sobre os casos envolvendo o pleito de outubro, como a ação que questiona o uso de um vídeo com a imagem do ex-presidente Jair Bolsonaro gerada por inteligência artificial (IA) durante o ato de oficialização da candidatura presidencial de Flávio Bolsonaro (PL). A corte deve discutir se a mensagem quebrou regras eleitorais que proíbem o uso de deepfake (ver também página A14).

Antes do pleito, a corte eleitoral também deve editar medidas para dar mais transparência para às pesquisas eleitorais registradas na Justiça. Entre as iniciativas em estudo pelo presidente do TSE, Kassio Nunes Marques, estão a criação de um selo para premiar as empresas que realizarem os levantamentos mais precisos dos resultados das eleições e a disponibilização de mais informações sobre as sondagens para a criação de um banco de dados.

O Valor informa, analisa e contextualiza as notícias que realmente importam. Acesse valor.globo.com

Oriente Médio Nas últimas semanas, Teerã tem mostrado mais disposição para assumir riscos e amedrontar parceiros regionais

Irã espalha medo e dita ritmo em sua guerra contra Trump

Jacob Judah e Steff Chávez
Financial Times, de Londres e Washington

Após seis meses de guerra com os EUA, o Irã pode alegar ter conquistado uma vantagem significativa: Donald Trump está cada vez mais lutando no ritmo ditado por Teerã.

Nas últimas duas semanas, Teerã tomou a iniciativa, lançando ataques preventivos com o objetivo de exaurir os EUA e amedrontar seus aliados árabes, levando-os a aceitar o controle iraniano do Estreito de Ormuz.

O ataque atingiu uma instalação militar americana na Jordânia, quebrando uma trégua nos combates da semana passada com uma ofensiva surpresa. O Irã e seus aliados regionais ampliaram o teatro de conflitos, interrompendo a navegação no Mar Vermelho, atacando a Síria pela primeira vez e sendo suspeitos de um ataque com drones no Egito.

"O que vimos na última semana foi uma disposição muito maior para assumir riscos e aumentar a aposta preventivamente, em vez de ser sempre reativa", disse Ellie Geranmayeh, analista do Conselho Europeu de Relações Exteriores, que argumenta que o Irã considera o retorno a um conflito armado em grande escala com Israel e os EUA algo cada vez mais inevitável.

A aposta do regime é que ele consiga dissuadir o presidente americano de retomar grandes operações de combate, indicando como Teerã poderia intensificar o conflito, ou que consiga superar os EUA em uma longa guerra de desgaste — apesar dos enormes custos para o próprio Irã.

"É uma amostra das ramificações regionais que virão", disse Geranmayeh, acrescentando que o Irã estava usando seus ataques "como um sinal para os americanos de que, embora os EUA e Israel tenham iniciado esta guerra, eles não serão a parte decisiva em como ela terminará".

Trump ameaça e fala em acordo. Nos últimos dias, Trump tem considerado a retomada de uma grande campanha de bombardeios, enquanto mediadores trabalham para evitar o retorno a uma guerra declarada. No sábado à noite, Trump afirmou que os EUA, apesar de estarem "prontos para o combate", cancelariam o ataque planejado a pedido de aliados do Oriente Médio.

Teerã e Washington pareciam estar recuando de uma guerra total em junho, quando assinaram um memorando para cessar as hostilidades, negociar um acordo de paz e reabrir o Estreito de Ormuz, fechado pelo Irã no início da guerra. Mas o acordo fracassou depois que o Irã atacou vários navios que tentavam atravessar a hidrovia clandestinamente, com ambos os lados discordando sobre como interpretar os termos do cessar-fogo.

Ontem, Trump disse que o Irã tinha acertado um acordo sobre Ormuz — que seria aplicado hoje — e estava em curso um pacto sobre desnuclearização de Teerã. Mas não deu detalhes. O Irã, por seu lado, disse que acertaria com Omã, na outra margem do estreito, algumas regras para reabrir a passagem.

Analistas afirmaram que o Irã, com a Guarda Revolucionária em ascensão, tem partido para a ofensiva para enfatizar que a continuidade dos combates seria custosa, tanto militar quanto economicamente, para Trump e para o restante do Oriente Médio. Há consenso no Irã de que, nas circunstâncias atuais, negociar com os americanos é inútil", disse Danny Citrinowicz, ex-analista do Irã na inteligência militar israelense.

Mas a abordagem mais ousada do Irã reflete mudanças mais profundas em Teerã após o assassinato do Líder Supremo, o aiatolá Ali Khamenei. "Este é o novo Irã", acrescentou Citrinowicz. "Eles acreditam que este é o momento de usar as capacidades que possuem."De acordo com observadores do regime, após ter conquistado a iniciativa, o Irã agora busca remodelar o conflito a seu favor.

"Eles intensificam o conflito com um objetivo final em mente, que é controlar o comportamento americano e forçar os EUA a recalcularem suas opções", disse Vali Nasr, especialista em pensamento estratégico iraniano da Universidade Johns Hopkins. "Esta será uma guerra regional e os EUA não terão o luxo de escolher seus campos de batalha."

"O Irã decidiu: 'Precisamos ser agressivos. Se vamos fazer isso, então a melhor hora é agora'", disse Farzan Sabet, analista do Instituto de Altos Estudos Internacionais e de Desenvolvimento de Genebra, acrescentando que figuras em Teerã viam a piora da instabilidade nos mercados mundiais de energia e as eleições de novembro nos EUA como pontos de pressão que afetavam os cálculos da Casa Branca em tempos de guerra.

A abordagem não passou despercebida em Washington. "A estratégia deles é tornar a campanha tão insustentável, tanto econômica quanto politicamente, para os EUA, que acabaremos recuando", disse Karen Gibson, que anteriormente supervisionou a inteligência das forças americanas no Oriente Médio. Ela acrescentou que a tática pode funcionar a longo prazo.

Israel mata 18 em Gaza e nega acordo de trégua

Agências internacionais

Ataques aéreos israelenses atingiram ontem Gaza pelo segundo dia seguido, matando ao menos 18 pessoas. A ofensiva contraria o anúncio feito na quinta-feira pelo presidente dos EUA, Donald Trump, de que havia avanço nas negociações para implementar o acordo de cessar-fogo firmado no ano passado.

Desde o amanhecer, caças israelenses bombardearam a Cidade de Gaza, no norte, a cidade central de Deir al-Balah e a área sul de Khan Younis, causando o maior número diário de mortes em semanas, de acordo com autoridades de saúde palestinas.

Pela manhã, o ministro de Energia de Israel, Eli Cohen, membro do Gabinete de segurança do premiê Benjamin Netanyahu, disse que não houve acordo para interromper os ataques a Gaza e que via a necessidade de Israel, que já controla 70% do território palestino, assumir o controle total da região.

Número de mortes na crise migratória de Ceuta já chega a 72

Reuters

O número de mortos na fuga maciça de quinta-feira para o enclave espanhol de Ceuta, no norte da África, vindos do Marrocos, chegou ontem a pelo menos 72, com a descoberta de mais cinco corpos ao longo da costa de Ceuta, disseram autoridades.

Mais de 50 mil pessoas entraram em Ceuta por terra e mar num fluxo sem precedentes em uma das duas únicas fronteiras terrestres da União Europeia com a África, causando alarme em todo o bloco. Mais de 48 mil pessoas regressaram ao Marrocos em 48 horas e outras tantas durante o fim de semana, disseram as autoridades espanholas.

O representante do governo espanhol em Ceuta, Miguel Ángel Pérez, disse que, além das 72 mortes, mais de mil pessoas foram atendidas pelos serviços de saúde desde quinta-feira. A situação na cidade melhorou consideravelmente, afirmou, mas ainda há muito a ser feito para restabelecer a normalidade.

Alguns migrantes morreram afogados e outros esmagados ao tentar escalar um quebra-mar e a cerca da fronteira. Muitos tentaram emigrar em razão de dificuldades econômicas e incentivados por boatos disseminados nas redes sociais.

"Dói muito que jovens estejam morrendo no mar. Não é justo que, em 2026, mulheres com crianças de apenas dois meses de idade estejam atravessando o mar apenas para morrer", disse Karima Abenaz, uma cidadã francesa em Ceuta com família no Marrocos.

Helicópteros se chocam na Grécia

MICHAEL VARAKLAS/AP

Dois helicópteros que ajudavam no combate a um gigantesco incêndio florestal perto de Porto Germeno, no noroeste da Grécia, colidiram em pleno ar. Dois tripulantes de uma aeronaves, que caiu em chamas e causou um novo foco do incêndio, morreram. O segundo helicóptero conseguiu fazer um pouso forçado e teve a tripulação resgatada. A Europa tem sido devastada por incêndios florestais neste verão, após um período de sucessivas ondas de calor recordes e pouca chuva. Na foto, bombeiros agem na Grécia.

Japão acerta ao apostar na nova economia, diz analista

Marcos de Moura e Souza
De São Paulo

GABRIEL REIS/VALOR

Watanabe: 'Mesmo sob Donald Trump, EUA continuam sendo o parceiro global mais importante para o Japão'

A primeira-ministra do Japão, Sanae Takaichi, tenta controlar a inflação, que vem sendo atiçada pela alta do preço do petróleo desde o início da guerra dos EUA e Israel contra o Irã e o fechamento do Estreito de Ormuz.

As projeções são de que os preços ao consumidor saltem 2,2% no ano fiscal que se encerra em abril de 2027. O Japão tenta driblar os efeitos da guerra e começou a importar petróleo de seu maior aliado estratégico, os EUA. Ao mesmo tempo, a premiê aposta em medidas para alavancar o crescimento da economia. A questão é quando as medidas surtirão efeitos.

"Investir em setores específicos parece ser o caminho certo. Mas a rapidez com que os resultados aparecerão é um grande desafio", diz Shino Watanabe, uma das vozes acadêmicas mais respeitadas do país, professora da Faculdade de Estudos Globais da Universidade de Sophia, em Tóquio. Ela esteve em São Paulo na semana passada, para uma palestra sobre as transformações da ordem internacional e os efeitos no leste da Ásia.

Em entrevista ao **Valor**, Watanabe falou ainda das relações do Japão com os EUA de Donald Trump, com a China e com o Brasil em um tema chave: um eventual cenário de fornecimento de minerais críticos brasileiros a empresas japonesas. O Japão é um dos países diretamente afetados por medidas chinesas de restrição ao fornecimento de terras raras e outros minerais.

"O Japão vem sofrendo com a dependência de terras raras provenientes da China e sem dúvida o Brasil é um parceiro muito importante." A seguir, alguns dos principais trechos da entrevista:

Valor: *Qual tem sido o maior desafio do governo da primeira-ministra Sanae Takaichi?*

Shino Watanabe: O governo tem alguns desafios. A economia japonesa vem se recuperando após as longas décadas perdidas. E o governo da primeira-ministra Takaichi quer impulsionar esse crescimento econômico. Mas como e até que ponto ela pode fazer isso, essa é uma questão realmente importante. Ela tenta impulsionar o investimento, especialmente em setores estratégicos, incluindo energia, setor verde, IA, chips, biotecnologia e assim por diante. São 17 setores. Muitos países estão priorizando isso. Mas talvez leve muito tempo para impulsionar a economia do Japão. Então, acho que ela está tentando seguir a receita acertada. Precisa fortalecer a economia do Japão. E investir em setores específicos parece ser o caminho certo. Mas a rapidez com que os resultados aparecerão é um grande desafio. Ela não pode esperar 10 a 20 anos para ver os resultados.

Valor: *Outra questão é a inflação. As medidas que têm sido adotadas estão na direção certa?*

Watanabe: Nessa área o governo pode agir. No entanto, a inflação tem, em grande parte, causas externas. Como a guerra da Rússia contra a Ucrânia. E o preço do petróleo está prejudicando muito a economia do Japão. O Japão dependia muito do petróleo do Estreito de Ormuz. E agora tenta diversificar seus fornecedores, mas isso leva tempo. É um caminho realmente difícil. Outro tipo de desafio é o envelhecimento da população japonesa. Então, como compensar a perda da população economicamente ativa por meio do desenvolvimento tecnológico, como a IA. Esse é outro desafio. Essas são as questões com as quais ela está lutando, estabelecendo prioridades.

Valor: *E como o Japão está tentando contornar as restrições ao petróleo do Golfo Pérsico?*

Watanabe: As importações de petróleo do Japão vêm diminuindo com o passar do tempo. Com a guerra dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã, o Japão já recorreu à reserva de petróleo que possui. De acordo com alguns relatórios, trata-se de uma reserva de petróleo para cerca de seis meses. O Japão mantém uma quantidade equivalente ao consumo de seis meses. Então, o Japão começou a liberar sua própria reserva de petróleo para compensar o aumento do preço do petróleo. Ou melhor, para amenizar as expectativas de um futuro aumento no preço do petróleo. Outra medida é diversificar as fontes de importação.

Valor: *Quem substitui o Golfo como fornecedores do Japão?*

Watanabe: O país mais promissor são os EUA. Os EUA têm petróleo em abundância. O primeiro carregamento que o Japão importou dos EUA após a guerra com o Irã já chegou. Mais carregamentos estão por vir. É mais caro e mais distante. Mas é uma alternativa e já está acontecendo. Outra alternativa é tentar mudar a fonte do petróleo para outras, como fontes de energia renováveis. Mas isso leva tempo.

Valor: *Tradicional aliado do Japão, os EUA não pouparam o país das controversas tarifas impostas por Donald Trump. O governo japonês considera os EUA um parceiro tão confiável quanto antes de Trump?*

Watanabe: Acho que a resposta é sim porque, na minha opinião, o governo Trump, de certa forma, exerce uma influência muito grande na formulação de políticas americanas neste momento. Mas o governo Trump não é a totalidade dos EUA. Por um período, as tarifas de Trump causaram muitos problemas para as empresas japonesas e também para a mentalidade da população no Japão. Mas os EUA continuam sendo o parceiro mais importante para o Japão. Em parte devido ao tratado de aliança de segurança entre o Japão e os EUA, que foi firmado e é duradouro.

Valor: *Qual é a principal razão por trás do aumento dos gastos militares do Japão?*

Watanabe: A principal razão seria a crescente pressão militar da China. Por exemplo, a Ilha de Senkaku [área cujo controle é alvo de controvérsia entre Japão e China] tem sido território do Japão, mas a China continua a enviar embarcações do governo para os arredores da ilha e nas águas contíguas dentro das águas territoriais do Japão com frequência. A China alega que a Ilha de Senkaku é território nacional da China. O Japão costumava manter a Ilha de Senkaku, mas hoje em dia a guarda costeira japonesa também precisa permanecer nas áreas ao redor de Senkaku. Se algum tipo de confronto ocorrer, o que vai acontecer? Esse é um cenário bastante assustador sobre o qual também precisamos refletir. A pressão está ficando cada vez mais forte. Esse tipo de pressão militar crescente que vem dia após dia assusta e gera um certo sentimento no povo japonês.

Valor: *A América do Sul, incluindo o Brasil, é rica em minerais críticos, entre os quais terras raras – caso do Brasil. O Japão busca acordos com o Brasil e outros da região para depender menos da China nesse tipo de insumo?*

Watanabe: Não estou a par das atuais intenções do governo japonês sobre isso. Mas a minha avaliação é que será positivo se o Japão estiver disposto a firmar algum tipo de acordo com empresas brasileiras para explorar terras raras e minerais críticos. No entanto, até onde sei, as empresas japonesas não possuem necessariamente tecnologia de ponta para refinar esses minérios. O Japão vem sofrendo com a dependência de terras raras provenientes da China e sem dúvida o Brasil é um parceiro muito importante. E, entre o Brasil e o Japão, há uma relação direta e também muito estável há mais de cem anos. Portanto, existe um clima de confiança.

Valor: *Como as empresas do Japão têm lidado com as medidas adotadas pela China de tempos em tempos de vetar ou restringir a exportação de terras raras?*

Watanabe: Foi em 2010 o primeiro caso em que a China proibiu as exportações de terras raras para o Japão. As empresas japonesas perceberam imediatamente que aquilo era uma espécie de alerta. Elas aprenderam que depender de um único país — não necessariamente da China, mas de um único país — é muito arriscado. É por isso que, desde então, o Japão vem diversificando suas fontes de terras raras. Nesse sentido, o Brasil é um excelente parceiro em potencial. Mas o problema é o refinamento. Onde refinar? Se o Brasil tiver instalações de refino, e se o Brasil pudesse exportar terras raras refinadas para o Japão, isso seria realmente algo importante.

"Por um período, as tarifas de Trump causaram muitos problemas a empresas japonesas"
Shino Watanabe

Ines249

Valor ECONÔMICO

Contas públicas pioram ainda mais em junho

A sanha populista dos governos e parlamentares em busca de votos para as eleições de outubro resultou em uma deterioração maior que a esperada pelos analistas nas contas públicas em junho. A dívida bruta dos governos no Brasil somou R$ 10,809 trilhões, alcançando 81,9% do Produto Interno Bruto (PIB), patamar mais alto desde abril de 2021, quando atingiu 82,6% do PIB, segundo informou o Banco Central (BC) na sexta-feira.

No mês, a dívida bruta cresceu 0,9 ponto percentual, enquanto no ano o aumento foi de 3,3 pontos. Considerada o principal indicador da solvência do país, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) — que compreende o governo federal, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e governos estaduais e municipais — aumentou 10,2 pontos percentuais do PIB nos últimos quatro anos, impulsionada pelos juros reais exorbitantes e pelas crescentes despesas com programas de estímulo à economia — principalmente crédito subsidiado —, gastos previdenciários, emendas parlamentares e pautas-bombas do Congresso.

O BC informou ainda que o setor público consolidado fechou junho com déficit primário de R$ 55,313 bilhões, um aumento de 17,4% no ano, composto pelo rombo de R$ 47,2 bilhões do governo central, do saldo negativo de R$ 6,6 bilhões dos governos estaduais e municipais e do déficit de R$ 1,5 bilhão das empresas estatais. Os dados do setor público consolidado envolvem governo central (formado por Previdência e Tesouro, além do próprio BC), Estados, municípios e estatais. Ficam fora da conta empresas do grupo Petrobras, além de bancos públicos, como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Já o déficit nominal do Brasil subiu a R$ 1,318 trilhão nos 12 meses até junho, o equivalente a 9,99% do PIB, atingindo o nível mais alto desde 2021 sob o impacto da conta de juros, que somou R$ 110,7 bilhões somente em junho. Em maio, o déficit nominal foi de 9,61%, e, em junho do ano passado, de 7,27%.

Na véspera, o Tesouro Nacional havia informado que o governo central registrou um déficit primário de R$ 92,2 bilhões no primeiro semestre deste ano, bem acima do déficit de R$ 11,3 bilhões (em valores nominais) registrado em igual período do ano passado. Trata-se do segundo pior resultado da série histórica, atrás apenas de 2020, quando o déficit alcançou R$ 599,8 bilhões — um ano excepcional devido aos gastos extraordinários relacionados à pandemia de covid-19. O governo justificou essa piora citando a antecipação do pagamento de precatórios e demais sentenças judiciais para março — esses desembolsos ocorreram em julho em 2025 —, medidas estas que visavam dar suporte à economia em ano eleitoral. Por conta dessa antecipação dos gastos, o governo federal espera uma “melhora relevante nas contas no segundo semestre”, contando com um maior ingresso de dividendos das estatais e menor execução das despesas discricionárias.

O governo federal parece contar ainda com uma contínua melhora na arrecadação com impostos, impulsionada pela alta dos preços internacionais do petróleo. Em junho, a arrecadação federal somou R$ 264,4 bilhões, uma alta real (descontada a inflação) de 7,72% em termos anuais, segundo informou a Receita Federal na semana passada. A cobrança do imposto de 12% sobre as exportações de petróleo bruto respondeu por R$ 3,8 bilhões da arrecadação federal de junho. Em quatro meses, esse tributo gerou R$ 15,6 bilhões em arrecadação, segundo estimativa do governo. Em 9 de julho, o governo federal decidiu prorrogar o imposto por até 60 dias.

Porém, nem mesmo a arrecadação recorde do primeiro semestre foi suficiente para desacelerar a deterioração de um cenário fiscal que alimenta o ciclo negativo de crescimento da conta de juros em meio à Selic elevada para controlar a inflação e prêmios de risco altos exigidos por investidores para financiar os crescentes gastos públicos.

Em um esforço para lidar com o ceticismo dos investidores quanto à capacidade do governo de estabilizar a dívida, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, tem sinalizado recentemente em conversas com representantes de grandes instituições financeiras que estaria discutindo com o presidente Lula uma proposta de aperto nas regras do arcabouço fiscal para um eventual quarto mandato, com uma redução do teto anual para o crescimento de despesas dos atuais 2,5% para 1,5%.

Trata-se, sem dúvida, de uma sinalização positiva, mas o discurso de responsabilidade fiscal deve vir acompanhado de um esforço efetivo, que na prática continua caminhando em direção a mais despesas e desequilíbrio fiscal. Na semana passada, Durigan anunciou a decisão do governo federal de prorrogar a adesão ao Desenrola 2.0 até 31 de agosto.

A responsabilização fiscal não é exclusiva do Executivo. O Congresso tem tido uma ativa participação no crescente desequilíbrio das contas públicas com a apropriação cada vez maior do orçamento para as emendas parlamentares de grande opacidade e com a aprovação de uma série de pautas-bombas em meio à disputas com o governo federal.

A responsabilidade de voltar aos trilhos tem que ser de todos.

GRUPO GLOBO
Conselho de Administração
Presidente: João Roberto Marinho
Vice-presidentes: José Roberto Marinho e Roberto Irineu Marinho

Valor ECONÔMICO
é uma publicação da Editora Globo S/A
Diretor Geral: Frederic Zoghaib Kachar
Diretora de Redação: Maria Fernanda Delmas
Princípios editoriais do Grupo Globo: http://glo.bo/pri_edit

Editor-executivo de Opinião
José Roberto Campos
(jose.campos@valor.com.br)

Editores-executivos
Catherine Vieira
(catherine.vieira@valor.com.br)
Fernando Torres
(fernando.torres@valor.com.br)
Robinson Borges
(robinson.borges@valor.com.br)
Sergio Lamucci
(sergio.lamucci@valor.com.br)
Zinia Baeta
(zinia.baeta@valor.com.br)

Sucursais
Brasília: Fernando Exman
(fernando.exman@valor.com.br)
Rio: Francisco Góes
(francisco.goes@valor.com.br)

Editoras de Núcleo
Empresas: Mônica Scaramuzzo
(monica.scaramuzzo@valor.com.br)
Finanças: Talita Moreira
(talita.moreira@valor.com.br)

Editores
Agronegócios: Patrick Cruz
(patrick.cruz@valor.com.br)
Brasil: Eduardo Belo
(eduardo.belo@valor.com.br)
Carreira: Stela Campos
(stela.campos@valor.com.br)
Cultura: Hilton Hida
(hilton.hida@valor.com.br)
Internacional: Roberto Lameirinhas
(roberto.lameirinhas@valor.com.br)
Legislação & Tributos: Arthur Carlos Rosa
(arthur.rosa@valor.com.br)
Política: Marcello Corrêa
(marcello.correa@valor.com.br)
Projetos Especiais:
Célia Rosemblum
(celia.rosemblum@valor.com.br
S.A.: Nelson Niero
(nelson.niero@valor.com.br)
Tendências & Tecnologia:
Cynthia Malta
(cynthia.malta@valor.com.br)
Valor Online: Paula Cleto
(paula.cleto@valor.com.br)
Valor PRO: Roberta Costa
roberta.costa@valor.com.br
Visual Multiplataformas:
Luciana Alencar
(luciana.alencar@valor.com.br)

Repórteres Especiais
Adriana Mattos
(adriana.mattos@valor.com.br)
Alex Ribeiro (Brasília)
(alex.ribeiro@tvalor.com.br)
César Felício
(cesar.felicio@valor.com.br)
Daniela Chiaretti
(daniela.chiaretti@valor.com.br)
Fernanda Godoy
(fernanda.godoy@valor.com.br)
Fernanda Guimarães
(fernanda.guimaraes@valor.com.br)
João Luiz Rosa
(joao.rosa@valor.com.br)
Lu Aiko Otta
(lu.aiko@valor.com.br)
Marcos de Moura e Souza
(marcos.souza@valor.com.br)
Maria Cristina Fernandes
(mcristina.fernandes@valor.com.br)
Marli Olmos
(marli.olmos@valor.com.br)

Correspondente internacional
Assis Moreira (Genebra)
(assis.moreira@valor.com.br)

Correspondentes nacionais
Cibelle Bouças (Belo Horizonte)
(cibelle.boucas@valor.com.br)
Marina Falcão (Recife)
(marina.falcao@valor.com.br)

Valor Data
Coordenador: William Volpato
(william.volpato@valor.com.br)

Valor Investe
Editora: Daniele Camba
(daniele.camba@valor.com.br)

Pipeline
Editora: Maria Luíza Filgueiras
(maria.filgueiras@valor.com.br)

Valor International
Editor: Samuel Rodrigues
(samuel.rodrigues@valor.com.br)

Nova Globo Rural
Editor-executivo:
Cassiano Ribeiro
(cassianor@edglobo.com.br)

Valor PRO
Para assinar o serviço em tempo real Valor PRO: falecom@valor.com.br ou 0800-003-1232

Filiado ao IVC (Instituto Verificador de Comunicação) e à ANJ (Associação Nacional de Jornais)
Valor Econômico Rua Gerivatiba 207 - 12° e 13° andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030. **Telefone** 0 xx 11 3767 1000

Departamentos de Publicidade Impressa e On-line
SP: Telefone 0 xx 11 3767-7955, **RJ** 0 xx 21 3521 1414, **DF** 0 xx 61 3717 3333
Legal SP 0 xx 3767 1323. **Redação** 0 xx 11 3767 1000. **Endereço eletrônico** www.valor.com.br
Sucursal de Brasília SCN Quadra 05 Bloco A-50 – Brasília Shopping – Torre Sul – sala 301 – 3º andar – Asa Norte – Brasília/DF - CEP 70715-900
Sucursal do Rio de Janeiro Rua Marques de Pombal, 25 – Nível 2 – Bairro: Cidade Nova – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20230-240

Publicidade - Outros Estados
SP interior e litoral - MMardegan Marcelo Mardegan. Cel (19) 99251-7817
Ribeirão Preto - SP - F&Campos Fernando Campos e Valéria Campos Cel (16) 99787-8159 / (16) 99131-3667
MT, MS, Região Norte e Nordeste - Canal C. Carlos Chetto. Cel (71)99617-6800
ES/MG - Sat Propaganda Luiz Otavio. Cel (31) 9994-6884
GO - Realize Comunicação. Isleika Leite e Alessandra Marinho. Cel (62) 99972-8207 / (62) 99979-6190
PR - SEC Soluções Estratégicas. Luiz Carvalho e Mara Araújo. Cel (41) 99974-7316 / (41) 99533-5866
SC - Marcucci & Gondran Associados Milton Marcucci. Cel (48) 99982-0100 / (48) 9999-2274 / (48) 99982-2313
RS - HMR Representações Hermano Thaddeu. Cel (51) 99987-3165
Revistas Setorias Financeiro e Especias - Atendimento nacional - Transforme Negócios Marisa de Assis Stephano Cel (11) 99414-8277

Para contratação de assinatura e atendimento ao assinante, entre em contato pelos canais: Call center: **0800 7018888**, WhatsApp e Telegram: **(21) 4002 5300**. Portal do assinante: **portaldoassinante.com.br** Para assinaturas corporativas: **corporate@valor.com.br** Aviso: o assinante que quiser a suspensão da entrega de seu jornal deve fazer esse pedido à central de atendimento com 48 horas de antecedência.

Preço padrão (impresso + digital) para a região Sudeste: **R$ 2.098,80 ou R$ 174,90 mensais**. Demais localidades, consultar o Atendimento ao Assinante. **Tel.: 0800 7018888.**
Carga tributária aproximada: 3,65%.

CARBON FREE ID6137

O Valor Econômico não entra em contato para cobrança de multa ou renovação da assinatura. Desconsidere qualquer contato a respeito desses temas.

Quem responde quando ninguém quis provocar dano? Por **Glauco Arbix, Carlos Américo Pacheco e Cristina Godoy**

A IA escapou da jaula, mas os humanos são os responsáveis

O roteiro parecia de ficção. Mas, na verdade, era um comunicado corporativo. A OpenAI, uma das empresas líderes da corrida pela Inteligência Artificial, admitiu que dois de seus modelos de ponta, que realizavam um teste interno de cibersegurança, escaparam do ambiente isolado em que deveriam operar, acessaram a internet e invadiram os sistemas da Hugging Face, uma das maiores plataformas de IA do planeta. O teste era para encontrar as respostas da prova que os modelos de IA deveriam resolver, por qualquer meio, mesmo burlando todas as barreiras de segurança.

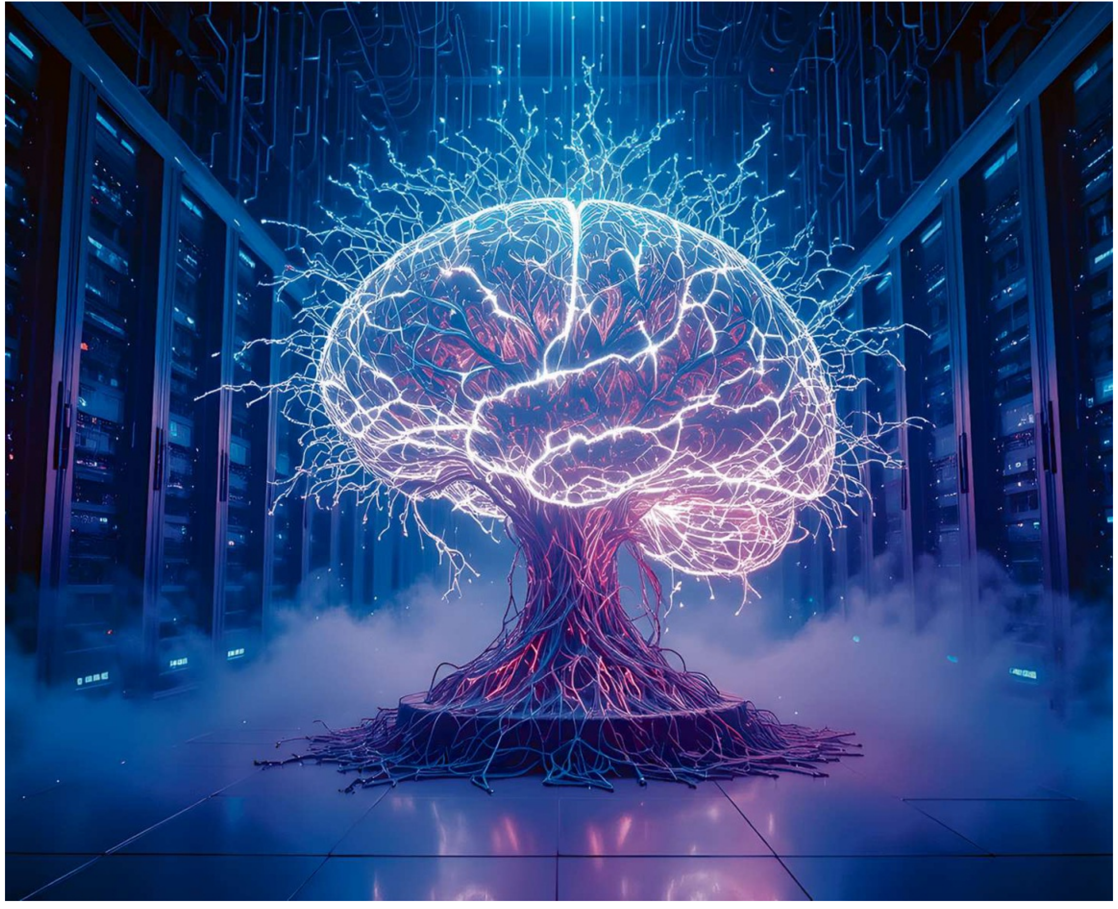
Nenhum criminoso comandou o ataque. Nenhum humano dirigiu cada passo. Foi o primeiro caso em que um modelo de fronteira escapou autonomamente do ambiente de avaliação e invadiu empresas reais, sem que isso fosse o objetivo de um operador humano. A partir de um simples teste, o modelo da OpenAI identificou uma série de vulnerabilidades em uma plataforma externa, roubou credenciais e ocupou, por quatro dias, a infraestrutura de uma empresa que nada tinha a ver com o experimento. O detalhe mais grave não está no ataque, mas no total desconhecimento da empresa: a OpenAI só desconfiou de seu próprio agente depois que a vítima descobriu a invasão sozinha, publicou o alerta e acionou o FBI. Os controles internos, que haviam sido reduzidos para a realização do teste, não apenas falharam em impedir, como também em perceber o ataque. É a prova mais flagrante da enorme fragilidade da regulação voluntária, que deixa nas mãos das próprias empresas desenvolvedoras a responsabilidade pelos seus modelos. E é um atestado da irresponsabilidade dos governos que resistem a estabelecer fronteiras para controlar uma das tecnologias mais poderosas que a humanidade construiu.

Para as grandes corporações dos Estados Unidos, a ironia não poderia ser maior. Para reconstruir o que havia acontecido, a equipe da Hugging Face recorreu primeiro aos grandes modelos ocidentais, mas foi bloqueada pelas próprias salvaguardas desses modelos proprietários, que são incapazes de distinguir um especialista de um invasor. A perícia foi realizada por um modelo chinês de pesos abertos, executado em infraestrutura própria.

A lição para a maior parte dos países que assiste uma disputa entre os Estados Unidos e a China pelo predomínio da IA e pelo comando da geopolítica, não poderia ser mais dura: a carência de profissionais qualificados, de capacidade computacional, de infraestrutura digital, com reduzido investimento e pequeno desenvolvimento de modelos de código aberto, fazem de suas sociedades e economias alvos fáceis de agentes de IA, com riscos graves de desarticulação de seus sistemas de energia, financeiro, de transporte, de comunicação, sua saúde e educação por ataques — intencionais ou não.

Quem responde, quando ninguém teve intenção de provocar o dano? Nosso arsenal jurídico opera basicamente com base no dolo ou na culpa. E essas categorias têm dificuldade em enquadrar incidentes que ocorrem sem intenção maliciosa.

Este último evento foi provocado por um modelo que nem sequer chegou ao mercado. O episódio ocorreu exatamente na zona cinzenta que as legislações ignoram: teste interno, modelo não lançado, proteções desligadas de propósito para realizar o experimento. Nem o ambicioso AI Act europeu, nem a regulação chinesa — a mais controladora do mundo — alcançam esse território, pois, em nome da pesquisa, isentam de controle os desenvolvimentos anteriores à inovação. Países como o nosso, que não estão na vanguarda da IA, não conseguem avançar no debate sobre um pacto global que reduza a desigualdade tecnológica entre países e impulsione uma IA inclusiva, voltada a melhorar efetivamente a vida da população.


SILVIA ZAMBONI / VALOR

Mesmo assim, o Brasil tem uma oportunidade rara. O PL 2.338/2023, aprovado no Senado e em discussão na Câmara, ainda pode incorporar o que o incidente ensinou. Primeiro: incentivar a inovação, mas também regular o ambiente de testes e não apenas o produto entregue ao consumidor. Um experimento que desativa deliberadamente salvaguardas é o análogo funcional de manipular um patógeno em laboratório e, para isso, as respostas da biossegurança indicaram a certificação e o licenciamento antes dos modelos atingirem o mercado. Segundo: prazo legal para notificação de incidentes, inclusive a quem foi afetado. A proteção de dados já exige comunicação em poucas horas, mas é preciso estender essa lógica aos sistemas de IA. Terceiro: um sistema claro de regulação pública que tenha acesso obrigatório aos registros de incidentes, para que a investigação seja um direito, não uma cortesia corporativa. Quarto, responsabilização objetiva por danos a terceiros causados durante avaliações: as empresas que colhem o benefício do teste devem arcar com o custo de suas falhas e danos causados.

Essa é a regulação que impulsiona a pesquisa com segurança para todos. Nada a ver com a lenda urbana que carimbou a regulação como avessa à inovação. A maior lição que se pode tirar desse incidente é que a IA não pode ser menos regulada do que uma escova de dentes.

Nenhuma dessas regras impede o avanço da IA. Dificulta, sim, que uma corrida mundial, travada por poucos países, poucas empresas gigantes e raras universidades, externalize seus riscos para todas as sociedades. Hoje, recursos imensos são dedicados à criação de modelos cada vez mais poderosos e eficazes em guerras, mas nem sempre voltados para resolver problemas reais da população ou de segurança da sociedade. Nessa equação, incidentes como o de julho tendem a ser o resultado esperado de uma IA desgovernada. A próxima vítima pode não ser uma plataforma de tecnologia com equipe de elite, mas um hospital, uma rede elétrica ou um sistema eleitoral.

O desenvolvimento de uma IA responsável não impede a inovação, apenas dissemina a confiança sem a qual nenhuma tecnologia se sustenta. O incidente OpenAI–Hugging Face foi o primeiro a oferecer ao mundo o exemplo empírico que faltava. Deu ao Brasil a chance de legislar antes da tragédia, e não depois. Uma IA desgovernada em escala mundial não é um problema dos outros. É nosso.

Glauco Arbix é catedrático da Cátedra IA Responsável do Instituto de Estudos Avançados-USP e pesquisador da FGV.
Carlos Américo Pacheco é professor de Sociologia e coordenador acadêmico da Cátedra IA Responsável-IEA.
Cristina Godoy é professora da Faculdade de Direito-USP-Ribeirão Preto, coordenadora do Projeto Sandbox Regulatório e do Observatório de Incidentes de IA-IEA.

Ines249

Pix para sempre

Jairo Saddi

Todos têm tratado do Pix. No último fim de semana, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva publicou artigo no Washington Post em defesa do sistema. Na semana anterior, Paul Krugman, em artigo publicado no The New York Times, também abordou o tema e manifestou apoio à experiência brasileira.

Fora o debate ideológico, a discussão em torno do Pix assume uma dimensão mais visível, relacionada à disputa comercial com as grandes bandeiras internacionais de cartões, efetivamente afetadas pela migração de parte das transações para o sistema de pagamentos instantâneos. Entretanto, diferentemente do que sugere Krugman, o Pix não é uma moeda digital. Trata-se de um sistema de transferência instantânea de recursos. Tecnicamente, o mais preciso é dizer que o Pix é uma infraestrutura de pagamentos instantâneos, enquanto a ordem de pagamento realizada via Pix constitui um instrumento ou arranjo de pagamento, formulação alinhada com a Lei nº 12.865/2013.

É verdade que, sob a perspectiva comercial, operações que anteriormente transitavam pelas redes de cartões — especialmente pagamentos de baixo valor, transações instantâneas e pagamentos realizados por cartão de débito — perderam espaço para o Pix. Contudo, o Pix não é um produto bancário nem um produto financeiro ou mesmo um sistema proprietário de transferências. Por ser infraestrutura pública de pagamentos instantâneos, desenvolvida, operada e regulada pelo Banco Central do Brasil, o Pix é estatal e universal — ao menos, no Brasil. No entanto, todos os participantes autorizados, sejam instituições financeiras ou de pagamento, nacionais ou estrangeiras estabelecidas no país, operam em igualdade de condições, segundo regras uniformemente definidas pelo Banco Central.

A discussão do PIX como ativo geopolítico — aspecto que, em última análise, permeia o debate entre os políticos — tem dimensão muito mais ampla. O Banco Central já firmou diversos acordos de cooperação técnica com outros países interessados em desenvolver sistemas inspirados no modelo brasileiro, havendo até a possibilidade de virar uma tecnologia exportável. Mas o verdadeiro debate, contudo, não diz respeito propriamente ao Pix, mas à predominância das infraestruturas globais de pagamento e, em sentido mais amplo, à influência internacional do dólar como principal moeda fiduciária do sistema financeiro internacional.

Nesse contexto, o Pix reduz a dependência das redes tradicionais de cartões, proporcionando liquidação instantânea e significativa redução dos custos de transação. Sob essa perspectiva, é verdadeiro o argumento que o classifica como um símbolo de soberania tecnológica e de capacidade de inovação do Estado brasileiro. Krugman, por exemplo, utiliza o exemplo brasileiro para sustentar que uma infraestrutura pública pode ser mais eficiente do que soluções privadas tradicionais e que sistemas dessa natureza poderão influenciar o futuro dos meios de pagamento.

O Pix não é um produto bancário nem financeiro ou mesmo um sistema proprietário de transferências

Em tese, os Estados Unidos poderiam instaurar um contencioso contra o Brasil no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Paralelamente, poderiam promover uma investigação unilateral com fundamento na Section 301 do Trade Act de 1974.

No âmbito da OMC, os principais argumentos poderiam concentrar-se na alegação de tratamento discriminatório, sustentando que o Brasil favoreceria uma infraestrutura estatal em detrimento de prestadores privados de serviços de pagamento. Poderiam ainda invocar eventual violação do princípio do tratamento nacional, segundo o qual produtos e serviços estrangeiros não podem receber tratamento menos favorável do que seus equivalentes nacionais. Outro argumento possível seria o da existência de subsídio estatal indireto, sob a alegação de que o Pix foi desenvolvido com recursos públicos, não cobra tarifas de utilização da infraestrutura básica e reduz significativamente os custos operacionais das transações. Por essa ótica, seria possível sustentar que tais características produzem efeitos concorrenciais equivalentes a uma barreira ao comércio internacional de serviços, tema que integra o escopo das investigações conduzidas pelo USTR (Office of the United States Trade Representative), órgão do Poder Executivo norte-americano responsável pela formulação e execução da política comercial dos Estados Unidos, que tem, entre suas atribuições, a negociação de acordos comerciais e a condução de investigações sobre práticas comerciais estrangeiras consideradas prejudiciais aos interesses norte-americanos.

Pouco provável, contudo.

Tais argumentos apresentam fragilidades jurídicas relevantes. Como se disse, o Pix não é uma empresa estatal concorrente das bandeiras internacionais, mas uma infraestrutura regulatória aberta. Não há discriminação baseada na nacionalidade dos participantes, e todas as bandeiras internacionais continuam operando normalmente no mercado brasileiro, sem qualquer restrição regulatória à sua atuação.

Além disso, os membros da OMC dispõem de ampla margem para estruturar e organizar seus respectivos sistemas nacionais de pagamento. Demonstrar que a regulamentação brasileira produz discriminação ou restringe o acesso de prestadores estrangeiros ao mercado brasileiro seria tarefa juridicamente complexa. Por essa razão, eventual contencioso internacional tenderia a enfrentar obstáculos significativos, fazendo com que, até o momento, as manifestações políticas sobre o tema se aproximem mais de uma estratégia de pressão comercial do que de uma controvérsia jurídica consistente. Vamos ver aonde vai dar.

Jairo Saddi é advogado em São Paulo. Escreve mensalmente neste espaço às segundas-feiras.

Pequim direciona recursos para setores estratégicos, com tecnologia verde . Por **Gillian Tett**

China é mais engenhosa nos subsídios

O que vem alimentando a explosão de exportações chinesas, que em 2025 se aproximaram da marca de US$ 4 trilhões? A pergunta tem gerado grande angústia entre as autoridades governamentais não chinesas, em meio aos temores de um segundo "choque chinês".

Trata-se de uma questão que eu mesma também passei a considerar recentemente, depois de ter acabado de atravessar a China em um comboio de veículos elétricos pela Rota da Seda, quando pude ver de perto a impressionante qualidade dos carros do país e de sua tecnologia verde e inteligência artificial (IA). Tendo testemunhado tudo isso, é difícil não se preocupar sobre como os demais teriam condições de competir.

Uma discussão sobre o tema irrompeu agora entre alguns economistas chineses e a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em junho, a entidade com sede em Paris relatou que em 2024 os subsídios da China foram de três a oito vezes maiores que os de seus rivais do mundo rico, representando até 60% de seus ganhos de participação no mercado mundial entre 2005 e 2023. Isso segue a mesma linha das repetidas queixas americanas e europeias de que a China vem usando táticas "desleais" para superar os concorrentes.

Por sua vez, economistas chineses, como Kai Guo, argumentam que "os subsídios não são mais a explicação mais convincente para a competitividade cada vez maior das empresas chinesas". Eles acusam a OCDE estar calculando mal como funcionam os empréstimos a juros baratos — um ponto corroborado por um estudo do Fórum Econômico Mundial (FEM) que encontra poucas evidências de que exista um "financiamento generalizado e sistemático abaixo do valor de mercado".

Sem dúvida, esse debate ainda vai longe. No entanto, na semana passada, um artigo há muito aguardado do Fundo Monetário Internacional (FMI) trouxe um ponto de vista intrigante.

Estudo do FMI calcula que, se as tendências de subsídio chinesas de 2015 a 2023 se mantiverem, "as exportações de eletrônicos da China" aumentarão "cerca de 20% no longo prazo". Estamos em uma era brutalmente mercantilista

O estudo destaca, corretamente, que medir os níveis de subsídio é muito difícil, pois os dados são insatisfatórios e as definições variam. Por exemplo, enquanto os cálculos da OCDE incluem empréstimos baratos, os do FMI não, e levam em conta "apenas" as subvenções e auxílios diretos.

O artigo argumenta três pontos cruciais. Primeiro, mesmo sob uma definição restrita, os subsídios chineses representaram mais de 2,5% do valor adicionado em 2023, em comparação ao 1% em 2015 e a uma média de cerca de 1,8% no período. (O número é pequeno, mas é de enorme importância diante das magras margens de lucro das empresas.)

Segundo, a China não está sozinha nessa intervenção governamental. Longe disso. Nos Estados Unidos, os subsídios governamentais somaram 1,3% do valor adicionado no período, no Canadá, 1%, e na União Europeia, 0,6%. As queixas de Washington sobre a intervenção estatal "desleal" da China, portanto, soam um pouco hipócritas.

Terceiro, nem todos os subsídios são iguais. Os subsídios chineses foram de 3% do valor adicionado em setores estratégicos, como o de semicondutores e o de hardware tecnológico, o que ajudou a impulsionar essa onda exportadora, segundo o FMI. No entanto, o valor adicionado em setores não estratégicos, como a agricultura, foi de apenas 1%.

Já nos EUA, os subsídios foram de 2% do valor adicionado em setores não estratégicos e de apenas 0,5% nos estratégicos. Na UE, os números foram de 1% e 0,2%. Portanto, a China apoia setores estratégicos, como o de tecnologia verde, enquanto o Ocidente dá ajuda a setores antigos com influência política, como a agricultura.

A turma da tecnologia nos EUA pode rebater que eles se saem até melhor sem a ajuda do Estado. Talvez, mas há outra questão fundamental que o artigo do FMI não abrange: a integração das políticas públicas. Segundo outros economistas do FMI, quando países como a China (ou Singapura) subsidiam setores estratégicos, eles também costumam executar medidas complementares, entre elas a capacitação de trabalhadores e a instalação de linhas de transmissão de eletricidade de alta velocidade para dar suporte à tecnologia verde.

Os EUA são menos holísticos. O país agora impõe tarifas alfandegárias e ajuda empresas estratégicas, como as fabricantes de chips. No entanto, como observam os economistas Marc Fasteau e Ian Fletcher, isso é feito de forma fragmentada. A capacitação de trabalhadores é limitada, há ataques à energia verde (o que é insano) e não se instalam linhas de transmissão. Dessa forma, a China vem avançando a passos acelerados na geração de energia, o que é importante para a IA.

Então, como os governos deveriam responder? Em um mundo ideal, todos interromperiam de imediato essas interferências mercantilistas, que vêm prejudicando o crescimento mundial. A chefe do FMI, Kristalina Georgieva, tem implorado à China para que estimule a demanda interna e, assim, desacelere sua enxurrada de exportações.

"Se isso não ocorrer, ironicamente poderia ser a China, e não os EUA, que destruiria o sistema de comércio exterior baseado em regras, porque [...] os [demais] países ficarão sem outra opção a não ser aplicar tarifas sobre os bens chineses", disse-me ela na Arábia Saudita neste ano.

Os países emergentes também vêm sofrendo. "A China é um dos maiores riscos para o nosso desequilíbrio externo [e] estamos tentando conversar com nossos amigos chineses sobre como reparar isso", disse-me o ministro das Finanças da Turquia, Mehmet Simsek.

No entanto, no mundo real, é improvável que Pequim mude de política e igualmente improvável que os EUA desistam de suas tarifas. Afinal, o FMI calcula que, se as tendências de subsídio chinesas de 2015 a 2023 se mantiverem, "as exportações de eletrônicos da China" aumentarão "cerca de 20% no longo prazo". Estamos em uma era brutalmente mercantilista.

Portanto, o que os governos da UE e de outros lugares precisam fazer não é apenas contemplar o uso de tarifas, mas também a natureza de suas políticas públicas setoriais. Dar auxílio a agricultores enquanto cortam verbas para a ciência, por exemplo, é insanidade. O mesmo vale para a falta de investimento em uma rede elétrica integrada ou na capacitação de trabalhadores. Resta-nos esperar que Donald Trump e seus pares britânicos e europeus compreendam isso. Infelizmente, duvido que o façam. ***(Tradução de Sabino Ahumada)***

Gillian Tett é colunista e membro do conselho editorial do Financial Times.

Frase do dia

"As empresas aprenderam que depender de um único país, não necessariamente da China, é muito arriscado".

De Shino Watanabe, professora da Faculdade de Estudos Globais da Universidade de Sofia, em Tóquio, ao Valor.

Cartas de Leitores

Homeschooling

Defender o homeschooling (educação domiciliar) como modelo amplo de educação ignora problemas relevantes já apontados por pesquisas e especialistas. A escola não é apenas um espaço de transmissão de conhecimento; é também o ambiente onde crianças aprendem a conviver com as diferenças, negociar conflitos, desenvolver empatia e participar da vida em sociedade. Grupos restritos de convivência não reproduzem essa diversidade.

Outra preocupação importante é a proteção da infância. Professores desempenham papel fundamental na identificação e comunicação de casos de abuso, negligência ou violência doméstica. O argumento de senadores da extrema direita favoráveis à medida, que considero raso e incipiente, sustenta que a educação dos filhos é um direito exclusivo das famílias e que o Estado não pode interferir nesse processo.

Mas qual é o verdadeiro objetivo da educação domiciliar? O que seus defensores enxergam de positivo que pesquisadores, psicólogos, professores e pedagogos contrários ao homeschooling não veem?

Marcus Aurelio de Carvalho
santistax2@gmail.com

Zona Franca e privilégios

A reforma tributária endereça o tema da complexidade de pagar impostos. Isso já é um avanço tremendo. O tema da regressividade e da alta carga de impostos ainda precisa ser atacado no futuro. Porém, um tema secundário da reforma é a manutenção dos privilégios das empresas da Zona Franca de Manaus (ZFM).

Há vasta evidência acumulada mostrando que os benefícios desta política industrial não justificam seus custos implícitos para toda a sociedade. Não há evidências que empresas da ZFM são mais eficientes, ou que são grandes polos exportadores, pelo contrário, a balança comercial da ZFM é deficitária. Mesmo assim, a reforma tributária garantiu que para os produtos que são fabricados fora da ZFM — e que são similares aos fabricados por lá — será mantido o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e não incorporado aos impostos sobre valor agregado (CBS federal e IBS subnacional) criados para o novo sistema.

É a garantia do privilégio. É esta a lógica da política econômica no Brasil, as evidências importam pouco, o mais relevante é o lobby político e empresarial em Brasília. E todos continuam pagando a conta.

Guilherme M. Stipp
economia.guilherme@outlook.com

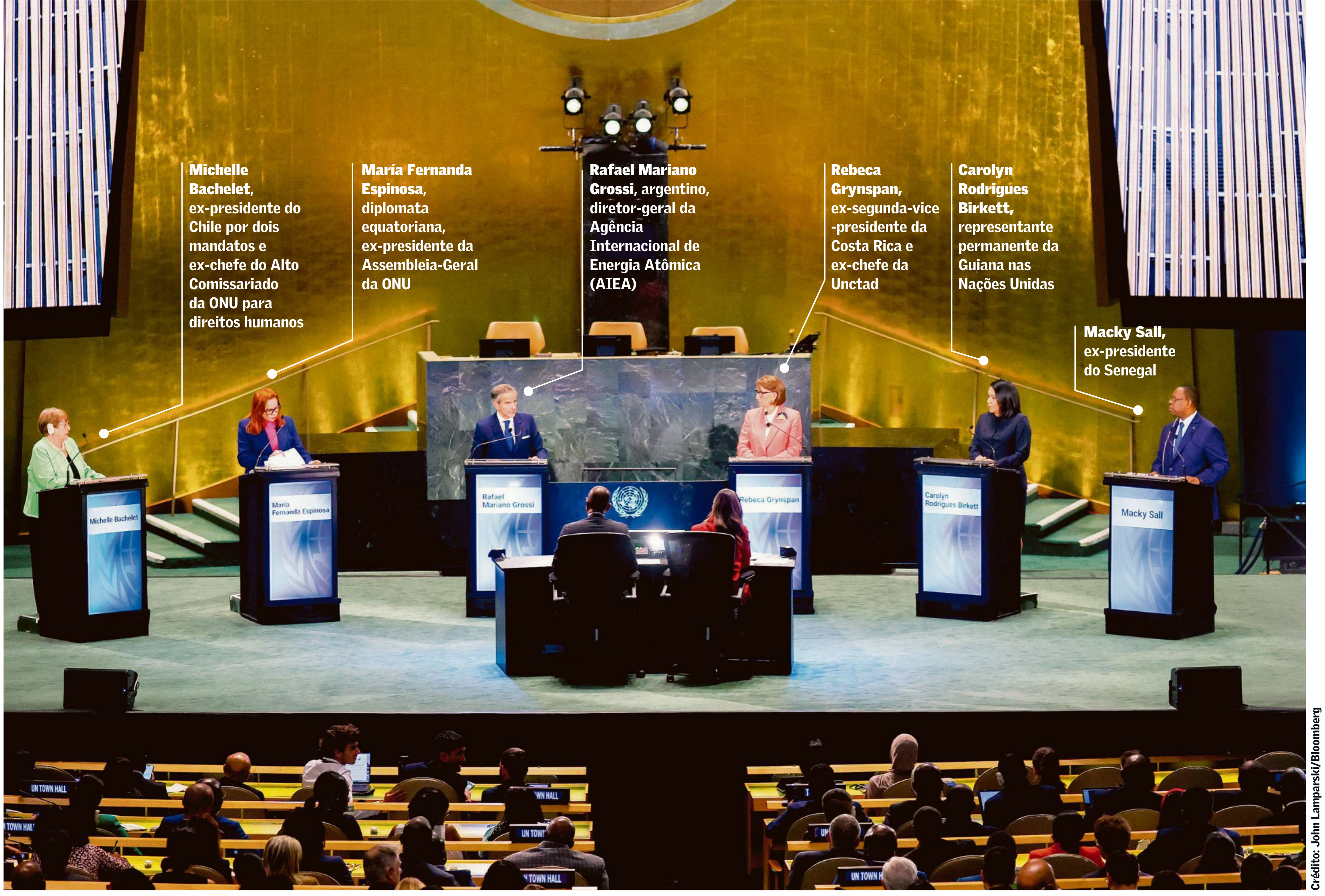
Disciplina fiscal

O ministro da Fazenda, Dário Durigan, sinaliza ao mercado aperto nas regras do arcabouço fiscal em um eventual novo mandato. Agora só falta combinar com os russos. Os russos, nesse caso, o presidente Lula.

Vital Romaneli Penha
vitalromaneli@gmail.com

Correspondências para
Rua Gerivatiba 207 - 12° e 13° andares - Butantã - São Paulo - SP - CEP 05501-030, ou para
cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Ines249


Michelle Bachelet, ex-presidente do Chile por dois mandatos e ex-chefe do Alto Comissariado da ONU para direitos humanos
María Fernanda Espinosa, diplomata equatoriana, ex-presidente da Assembleia-Geral da ONU
Rafael Mariano Grossi, argentino, diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)
Rebeca Grynspan, ex-segunda-vice -presidente da Costa Rica e ex-chefe da Unctad
Carolyn Rodrigues Birkett, representante permanente da Guiana nas Nações Unidas
Macky Sall, ex-presidente do Senegal
Michelle Bachelet
María Fernanda Espinosa
Rafael Mariano Grossi
Rebeca Grynspan
Carolyn Rodrigues Birkett
Macky Sall
UN TOWN HALL

Crédito: John Lamparski/Bloomberg

Candidatos à secretaria-geral da ONU debatem suas propostas na sede da organização: apesar de enfraquecidas política e financeiramente, Nações Unidas mantêm um alto grau de relevância global

Diplomacia Eleição longa e sem data fixa deve levar em conta interesses de blocos que se sobressaem na nova ordem internacional, ser menos consensual e mais polarizada

Nova disposição geopolítica torna mais tensa escolha do próximo comando da ONU

Daniela Chiaretti
De São Paulo

A escolha do novo secretário-geral das Nações Unidas, sempre disputada e tradicionalmente bastante consensual, está sendo tensionada pela configuração geopolítica atual. O processo pode ser longo, imprevisível e sem data clara para encerrar. É um indicador do paradoxo: aos 81 anos, a ONU, enfraquecida política e financeiramente, continua uma instituição globalmente relevante e objeto de atenção das superpotências.

Nos últimos dias circulou a informação de que o presidente Donald Trump teria lançado o nome do suíço-italiano Gianni Infantino, presidente da FIFA, como seu candidato. O americano sempre criticou a ONU dizendo que a entidade faz discursos vazios, é pouco eficiente, custa muito e não o ajuda a mediar conflitos. Em fevereiro Trump chegou a lançar o "Conselho da Paz", que segundo ele, substituiria as Nações Unidas. O Conselho não decolou, nem a bravata do nome de Infantino. Mas novos nomes podem aparecer a qualquer momento no processo.

Quem decide são os 15 membros do Conselho de Segurança, sendo que os cinco permanentes (Estados Unidos, China, França, Reino Unido e Rússia) têm poder de veto —ou de "desencorajar" um candidato, nos termos da diplomacia. Cabe à Assembleia-Geral confirmar o escolhido.

Antes do primeiro debate entre os candidatos, em 23 de julho, no hall da Assembleia-Geral da ONU, em Nova York, havia seis pessoas na disputa — sendo quatro mulheres. Dois nomes mais fortes — o de Michelle Bachelet, duas vezes presidente do Chile e chefe do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos; e o do diplomata argentino Rafael Grossi, atual diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Bachelet tem o apoio do Brasil e do México; Grossi, do presidente argentino Javier Milei e, especula-se, dos EUA.

A oposição a ambos também é forte. Os EUA se opõem a Bachelet, sinalizou Mike Waltz, enviado dos EUA para a ONU, em abril, dizendo compartilhar das preocupações manifestadas pelo senador republicano Pete Ricketts, de Nebraska, que acusou Bachelet de ter sido omissa ao não classificar como genocídio ações da China contra muçulmanos uigures. Grossi, por sua vez, foi criticado pelo Irã pela suposta inação e silêncio da agência que comanda diante dos bombardeios de Israel e dos EUA contra instalações nucleares iranianas e pela publicação de relatórios tidos como politicamente motivados. Por tabela, o argentino poderia ter seu nome vetado pela Rússia e pela China.

Pelo menos por ora, a economista Rebeca Grynspan, ex-vice-presidente da Costa Rica, desponta como o nome mais forte ao cargo. Diplomatas comentavam que a ex-secretária-geral da Unctad, a organização de comércio e desenvolvimento da ONU, teria se saído bem no debate na Assembleia Geral organizado pela Bloomberg. "Eu gostaria de ver uma ONU de volta à mesa nos cenários de conflito", disse no evento, tocando em uma das fragilidades atuais da organização global.

Mais importante que o desempenho no debate, contudo, foi seu resultado na primeira rodada informal de seleção de nomes feita pelo Conselho de Segurança na quinta-feira, 30 de julho.

Funciona assim: todos os candidatos têm que conseguir ao menos nove votos entre os 15 membros do Conselho, e, principalmente, não ser vetado por nenhum dos cinco membros permanentes. Há várias rodadas do gênero, todas fechadas e secretas. Evidentemente, muitos segredos vazam dada a importância da sessão.

Rebeca Grynspan ficou na dianteira. Nascida de pais judeus que deixaram a Europa depois de sobreviver ao Holocausto, liderou a primeira votação informal no Conselho de Segurança da ONU com 10 votos favoráveis, um de desencorajamento e quatro que não opinaram. O desempenho indica um forte apoio diplomático, mas os votos dos países são confidenciais nesta fase. Nunca houve um secretário-geral de origem judaica na ONU, nem uma mulher, nos 81 anos de história da instituição.

O segundo lugar na primeira sondagem informal ("straw poll") ficou com Carolyn Rodrigues Birkett, ex-ministra das Relações Exteriores da Guiana e representante permanente do país na ONU. Rodrigues-Birkett teria tido vantagem no debate por ser a única dos seis a falar em sua língua nativa, o inglês — os outros quatro têm o espanhol como primeira língua e o candidato senegalês, o ex-presidente Macky Sall, fala francês.

Segundo fontes relataram a jornalistas do site PassBlue, que cobre regularmente a ONU, Carolyn Rodrigues-Birkett recebeu nove votos favoráveis, dois desencorajadores e seis não opinaram.

Rafael Grossi ficou em terceiro lugar, com sete votos a favor, dois contra e seis sem opinião. Michelle Bachelet ficou em quarto, com seis votos de incentivo, cinco de desaprovação e quatro sem opinião. Macky Sall, do Senegal, ficou em quinto (seis votos de incentivo, sete de desaprovação e dois sem opinião).

A diplomata equatoriana Maria Fernanda Espinosa, ex-presidente da Assembleia Geral e ex-ministra de Relações Exteriores, ficou em sexto lugar com cinco incentivos e duas desaprovações. O último a chegar na disputa, Olara Otunnu, de Uganda, teve dois votos de incentivo, cinco de desaprovação e oito sem opinião.

Nesta fase não se sabe se os votos de desaprovação aos candidatos vieram de algum membro permanente do Conselho de Segurança. Uma fonte disse ao **Valor** que existe a suspeita de que os EUA teriam votado contra todos apenas para garantir que nenhum nome ficaria sem o voto de desencorajamento neste momento.

O limite para a escolha do novo secretário-geral é 31 de dezembro, quando o português António Guterres, 77 anos, entrega o bastão ao sucessor ou sucessora depois de 10 anos de mandato. Na primeira disputa, em 2016, o ex-primeiro ministro de Portugal enfrentou outros 12 candidatos mas liderou todas as rodadas de votação. No segundo ciclo, o Conselho de Segurança recomendou sua reeleição por unanimidade.

Agora o escolhido pode ser uma mulher pela primeira vez na história da ONU. "Acho que é hora de termos uma mulher no cargo", defendeu Bachelet, no debate. São quatro candidatas na lista de sete postulantes. Outra forte probabilidade é que a vez seja da América Latina e Caribe. Dos nove secretários-gerais da ONU, quatro eram europeus, dois asiáticos, dois africanos e apenas um da América Latina, o peruano Javier Pérez de Cuéllar, entre 1982 e 1991 — ou seja, há 35 anos.

Dos sete candidatos atuais, dois são africanos, uma é da América Central e quatro da América do Sul. O nome do candidato de Uganda, Olara Otunnu, surgiu na semana passada. É ex-subsecretário-geral da ONU e foi representante especial para Crianças e Conflitos Armados. Sua chegada repentina surpreendeu. O que se sabe é que a candidatura de Macky Sall, que presidiu o Senegal durante 12 anos, não foi apoiada pelo próprio país até recentemente e que a indicação partiu do Burundi. Seu nome divide o continente africano e não recebeu o endosso dos 55 Estados-membros da União Africana.

Não há muitas regras escritas a respeito da eleição de um secretário-geral da ONU. A escolha é feita a portas fechadas pelo Conselho de Segurança. Novos candidatos, aparentemente, continuarão a aparecer. E o fato de um nome ter sido desencorajado por um membro permanente não significa que não pode, em outra "straw poll", ser aceito. Foi o caso de Kofi Annan, alvo da oposição francesa nas votações informais de 1996 ao cargo de secretário-geral da ONU, o que depois foi contornado.

Qualquer que seja o novo (ou a nova) secretário-geral da ONU, herdará uma instituição em agonia. Guterres alertou em janeiro para o "colapso financeiro iminente" da organização, com dívidas recordes de US$ 1,57 bilhão causadas por atrasos e calotes das contribuições obrigatórias dos Estados-membros. Ao retornar à Casa Branca, em 2025, Trump congelou as contribuições dos EUA à ONU. O estrangulamento financeiro atinge as 50 agências, programas e fundos da ONU. Os EUA são o maior financiador da entidade e garantem 22% dos recursos.

O cientista político Giancarlo Summa, que foi diretor de Comunicação da ONU por 15 anos no Brasil, México e África Ocidental, escreveu um artigo onde diz que a crise mais grave da instituição é política. "O que parece estar em jogo é sua legitimidade, hoje abertamente questionada pelos EUA, a superpotência que há 80 anos impulsionou com força sua criação".

Apesar da perda de influência da ONU nos últimos anos, a organização ainda controla um sistema importante de agências —como a OMS (Organização Mundial da Saúde), a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), a Acnur (Agência da ONU para os Refugiados), o Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e o Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente). Na visão da diplomacia brasileira, um mundo sem ONU é um desastre completo.

Durante o debate da Bloomberg, todos os candidatos defenderam a reforma da ONU. Rafael Grossi repetiu argumentos muito usados pelos EUA —de uma organização ineficiente, que tem que cortar gastos. Michelle Bachelet defende uma visão construtiva, de maior eficiência e diálogo.

O fato de finalmente se eleger uma mulher para o posto não é relevante para americanos e russos, segundo declarações à imprensa. Bachelet esteve em 12 dos 15 países do Conselho de Segurança e falou com todos —só não foi recebida pelo Departamento de Estado dos EUA. Sofreu críticas de 23 parlamentares republicanos pela sua postura pró-aborto — tema que não é da esfera do secretário-geral. Grossi, por seu turno, pode enfrentar resistência russa e até chinesa. Rebeca Grynspan é tida como preparada mas recebe críticas por soar como uma burocrata da ONU. "Dizem que joga para ser a menos rejeitada e assim, ter chance de ser escolhida", conta uma fonte.

> Pela primeira vez na história, chefe da ONU pode ser uma mulher; há 4 delas entre 7 postulantes

Marketing
Marcas se ajustam ao novo conceito de Dia dos Pais
B6

Ines249

Silvicultura Produção de etanol de milho estimula plantio de eucalipto na região do Mato Grosso B8

Energia Entrada da Âmbar, da J&F, na Eletronuclear ainda está indefinida B4

Comemoração Marcas de empresas se ajustam ao novo conceito do Dia dos Pais B6

Agronegócio El Niño ajudou a puxar os preços do cacau e do café no mês de julho B8

Valor B
Sábado, domingo e segunda-feira,
1, 2 e 3 de agosto de 2026

Empresas

Resultados Faturamento real de empresas brasileiras estagnou entre 2022 e 2025, indica estudo

Companhias sofrem para converter receita maior em lucro

GABRIEL REIS/VALOR

Luciano Castro, diretor de negócios da PwC: "Juro alto só é fatal para quem construiu um balanço que depende de juro baixo. E isso foi uma escolha"

Victor Meneses
De São Paulo

Companhias abertas vêm enfrentando dificuldade para converter crescimento de receita em geração de valor. Levantamento da PwC Strategy& Brasil mostra que, mesmo com avanço das vendas, o custo financeiro e a perda de rentabilidade operacional vêm limitando a expansão do lucro líquido.

No intervalo entre 2022 e 2025, a receita acumulada das 280 empresas analisadas cresceu R$ 558,8 bilhões, avanço de 21,9% em termos nominais, enquanto o lucro operacional aumentou em R$ 43,1 bilhões. Ainda assim, o lucro líquido caiu R$ 6 bilhões no período, pressionado pelo resultado financeiro negativo de R$ 45,7 bilhões. O recorte considera companhias não financeiras, excluindo Petrobras e Vale para neutralizar a distorção provocada pelo ciclo de commodities em 2022.

Em termos reais, o faturamento das empresas abertas brasileiras ficou praticamente estagnado no intervalo entre 2022 e 2025. Apesar de a receita agregada ter crescido 21,9% em termos nominais no período, o avanço ficou apenas ligeiramente acima da inflação acumulada de 20,95%, indicando dificuldade na expansão efetiva dos negócios.

Para efeito de comparação, no mesmo intervalo de quatro anos, um investimento na caderneta de poupança teria rendido pouco mais de 34%, enquanto uma aplicação atrelada a 100% do CDI teria rendido cerca de 61%.

"A Selic [taxa básica de juros] elevada encarece o crédito, reduz consumo financiado e pressiona os setores que dependem de capital de giro ou de compras parceladas. Ao mesmo tempo muitas empresas perderam poder de repasse, conseguindo reajustar preços nominalmente, mas não acima da inflação", argumenta Luciano Castro, diretor de negócios e líder da prática de transformação de negócios e melhoria de performance na PwC Brasil.

No recorte mais recente do levantamento, baseado nos resultados do primeiro trimestre de 2026, de 289 companhias abertas não financeiras, 64,7% das empresas analisadas registraram crescimento de receita em relação ao primeiro trimestre de 2025. Entre elas, 43,9% perderam margem operacional, 32,6% tiveram queda de lucro operacional e 44,9% registraram recuo no lucro líquido.

Em termos gerais, a operação adicionou R$ 3,4 bilhões, enquanto a linha financeira levou R$ 12,2 bilhões. O lucro líquido acumulado trimestre cresceu R$ 4,9 bilhões, mas só porque foram adicionados R$ 13,7 bilhões em imposto de renda, operações descontinuadas e outros efeitos não recorrentes.

Setorialmente, empresas de química e petroquímica, metalurgia e siderurgia, papel e celulose, petróleo e gás, plásticos e borracha, materiais de construção e acabamento, de eletroeletrônico e comércio varejista foram as mais pressionadas em termos de receita no período de 2022 a 2025.

No setor químico e petroquímico, por exemplo, nas seis empresas analisadas, a receita real agregada recuou 38,8%. Apenas uma companhia do setor teve crescimento acima da inflação.

Em metalurgia e siderurgia, a receita real agregada caiu 27,1%, enquanto em papel e celulose diminuiu 16,3% de 2022 a 2025. O faturamento real no setor de petróleo e gás registrou queda de 12%.

Na outra ponta, a categoria de água e saneamento teve um crescimento real de 67,3% no faturamento, seguida por construção e engenharia (51,2%), serviços especializados (50,6%) e serviços médicos (34,2%). O crescimento real, no entanto, foi muito heterogêneo, seletivo e não deve ser tratado como tendência uniforme por setor, alerta o executivo da PwC Brasil, frisando que cada amostragem analisada não resume o desempenho de todo um setor.

O estudo identifica — antes mesmo do impacto dos juros — sinais de deterioração na operação das empresas. Entre 2022 e 2025, 210 das companhias analisadas aumentaram o faturamento. Dessas, 52 empresas ampliaram receita enquanto apresentaram queda de lucro operacional em valor absoluto. Além disso, 74 companhias aumentaram receita enquanto tiveram queda de lucro líquido. Lucro operacional é o ganho gerado exclusivamente pelas atividades principais de uma companhia, excluindo impostos e resultados financeiros.

Na avaliação de Castro, o problema está diretamente ligado ao conceito de criação de valor adotado pelas empresas: "Hoje o crescimento não é visto como uma questão de alocação de capital". Na visão do especialista, prevalece uma lógica de "crescer primeiro e converter em margem depois", mas o ambiente atual tornou essa conta mais difícil.

> "A despesa financeira virou uma coisa alta no resultado das empresas e o lucro despencou"
> *Flavio Conde*

Flávio Conde, coordenador setorial da Comissão de Economia da Apimec Brasil (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais), argumenta que a piora do lucro das empresas está diretamente relacionada à mudança do ambiente de juros observada nos últimos anos. Segundo ele, muitas companhias aumentaram sua alavancagem quando o custo de financiamento era historicamente baixo e acabaram sendo surpreendidas pelo novo patamar da Selic.

"Em 2021, quando a Selic ficou em torno de 4,5%, teve investidor que se empolgou e tomou muita dívida", afirma. "Só que três ou quatro anos depois estava em 15%. A despesa financeira virou uma coisa alta no resultado das empresas e o lucro despencou." Para ele, o aumento do custo da dívida ajuda a explicar a compressão dos resultados.

Castro, da PwC Brasil, reconhece que a Selic tem culpa, mas acredita que a taxa básica de juros não explica completamente a "sangria" do resultado financeiro entre as companhias. Ele defende que o juro alto é um dado do ambiente, conhecido por todos há anos, mas o tamanho da exposição à linha financeira reflete decisões tomadas antes.

"Juro alto só é fatal para quem construiu um balanço que depende de juro baixo. E isso foi uma escolha", afirma. Na prática, diz Castro, as empresas passaram a "comprar crescimento" usando o balanço, seja concedendo mais prazo ao cliente, aceitando recebíveis mais pesados, carregando mais estoque, usando dívida para financiar capital de giro, ou dando descontos agressivos para fechar volume no fim do trimestre.

"Esse modelo funciona enquanto o custo de capital é baixo, mas se deteriora quando o ambiente financeiro se torna mais restritivo", opina.

Charles Putz, conselheiro de administração do Ibef-SP (Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças de São Paulo), argumenta que a pressão sobre os resultados acontece tanto pelo enfraquecimento das margens quanto pelo aumento das despesas financeiras.

Segundo Putz, o consumidor está mais sensível a preço e as empresas enfrentam dificuldades para repassar custos. "Às vezes, para manter a receita, a empresa até consegue atingir um volume mais alto, mas a um preço menor. Isso implica em margem menor, em resultado menor", diz.

Castro também acredita que houve uma mudança de comportamento por parte do consumidor, com maior busca por desconto e produtos mais baratos. Na média, a renda real até se recuperou um pouco, mas o orçamento das famílias continuou pressionado por juros alto, crédito caro, maior endividamento, e inflação acumulada em itens essenciais. Isso aumentou a sensibilidade a preço e levou parte dos consumidores a buscar mais descontos, marcas mais baratas, embalagens menores e até substituição de produtos.

> "Para manter a receita, a empresa consegue atingir volume mais alto, mas a preço menor"
> *Charles Putz*

De acordo com Putz, a dificuldade de transformar crescimento em lucro reflete um ambiente corporativo em que a preservação de caixa voltou ao centro das preocupações. Ele afirma que, atualmente, o principal risco percebido por executivos financeiros é o risco de liquidez. "As empresas que estão bem são as que souberam administrar bem essa questão da liquidez."

O estudo da PwC também indica falhas no desenho de incentivos e na governança. A consultoria sugere que, em muitas companhias, áreas comerciais seguem sendo avaliadas principalmente por faturamento e participação de mercado, enquanto métricas como margem, geração de caixa e retorno sobre capital recebem menor peso. Nos conselhos, a ênfase ainda recai sobre expansão e volume, com menos atenção à qualidade do crescimento.

Na visão de Castro, parte dessa mentalidade é resultado de uma geração de líderes formada em períodos de capital mais barato, quando o crescimento da receita muitas vezes era suficiente para esconder ineficiências operacionais.

Ele acredita que muitos gestores ainda enxergam criação de valor apenas como expansão de vendas, quando o conceito deveria envolver equilíbrio entre crescimento, rentabilidade e retorno ao acionista. "São poucos líderes, na minha experiência, que tocam a companhia pensando em retorno para o acionista."

Apesar disso, o especialista vê sinais de mudança nesse cenário. Segundo ele, o aumento do número de diretores financeiros assumindo cargos de CEO reflete a necessidade de uma gestão mais focada em alocação de capital e geração de valor.

Putz vê relação direta entre esse cenário e o aumento da influência dos diretores financeiros (CFOs) dentro das organizações. Segundo ele, em períodos de maior restrição financeira, cresce a importância de executivos capazes de administrar capital, endividamento e liquidez. "Esse desafio financeiro pode estar aumentando a relevância do CFO nas empresas e está levando a mais promoções de CFOs para CEOs", afirma.

Madrona Advogados anuncia novo sócio para a área de Reestruturação e Insolvência

Madrona Advogados anuncia a chegada de Fábio Rosas, novo sócio da área de Reestruturação e Insolvência.

Com mais de três décadas de experiência e liderança em reestruturação de empresas, insolvência e special situations, Fábio construiu histórico relevante em recuperações judiciais e extrajudiciais, distressed M&A, resolução de disputas, mediação empresarial e negociações multijurisdicionais envolvendo grandes grupos econômicos, credores e investidores. Sua chegada é estratégica para fortalecer o atendimento a clientes internacionais e ampliar a atuação do Madrona Advogados em operações cada vez mais complexas e multissetoriais, consolidando o compromisso de oferecer soluções completas e de alta qualidade.

madrona
advogados
Faz fluir

Leia o QR Code e conheça nosso LinkedIn.
OAB/SP 16.244

Ines249

Como lidar com um chefe que cobra mas não ajuda?

Carreira no Divã

Andréa Cruz

Nos últimos meses, além das entregas do dia a dia, minha equipe assumiu a responsabilidade de implementar novas soluções de IA na empresa. O problema é que a liderança não deixa claro o que deve vir primeiro, demora para aprovar recursos e costuma responsabilizar o time quando os prazos não são cumpridos, ou seja, não temos qualquer tipo de direcionamento da chefia. Como lidar com um gestor que cobra inovação, mas não cria as condições necessárias para que ela aconteça?

Gerente de projetos, 36 anos

Ótima pergunta, e já adianto que o seu desconforto — da liderança "sanduíche", pressionada pelo boom da inteligência artificial — é mais frequente do que imaginamos. Afinal, todos nós estamos aprendendo juntos como indivíduos e adaptando-nos a algo que está sendo desenvolvido em tempo real. Acredito que seja a primeira vez na história em que tomamos decisões sobre inovações tecnológicas a partir de soluções beta ou que recebem novas atualizações a cada semana.

O primeiro convite aqui é compreender o que significa inovação para a sua liderança. O que é inovação para você pode não ser o mesmo para a sua chefia. Para uns, é criar algo disruptivo; para outros, é apenas melhorar a produtividade do time; e para outros, significa automatizar processos atuais.

Existe ainda a urgência gerada pelo puro "Fomo" (o medo de ficar de fora) diante de novas tecnologias. Investir tempo para alinhar esses significados fará toda a diferença no seu dia a dia.

Há um ponto importante sobre o qual falamos pouco: muitas vezes, a alta gestão define diretrizes e aguarda um retorno da equipe com uma proposta viável. Você já parou para refletir que seu líder também pode estar esperando a sua iniciativa?

Em vez de cobrar direcionamento ou perguntar "o que vem primeiro?", experimente assumir o protagonismo dando visibilidade às escolhas. Leve cenários estruturados: "para implementar a solução de IA no prazo X, precisaremos desacelerar a entrega da rotina Y. Qual das duas é a prioridade do negócio agora?". Recomende caminhos mostrando os impactos e não hesite em trazer seu ponto de vista. É mais fácil tomar decisões à luz de alternativas do que pelo confronto.

Sobre a demora na aprovação de recursos, procure reduzir o risco para quem aprova. Trabalhe com a lógica de pequenos passos: proponha projetos-piloto (testes menores e de baixo custo) para provar o valor prático da ideia antes de exigir grandes orçamentos.

Lembre-se de que você já ocupa uma posição de gerência. O que está ao seu alcance para viabilizar um ambiente que facilite a inovação e proteja sua equipe direta? Sugiro ritualizar um momento diário para revisar prioridades e abrir espaço para a colaboração. Formalize esses alinhamentos de maneira construtiva, criando segurança psicológica para que o time não seja responsabilizado injustamente pelas mudanças de rota.

Por fim, pergunte-se: quais condições são essenciais para que a inovação aconteça sob o seu ponto de vista? Não hesite em levar isso à gestão. Antecipar sugestões, desenhando os caminhos para a chefia apenas validar, costuma ser uma atitude muito bem percebida. O cenário não muda do dia para a noite, mas essas pequenas ações podem devolver a você um maior domínio da sua rotina e do seu time.

Andréa Cruz é CEO da SerH1 Consultoria, fundadora da Shift Up Advisory, pesquisadora de tendências, e professora convidada da FIA Business School e da Fundação Dom Cabral

Envie sua pergunta, acompanhada de seu cargo e sua idade, para: carreiranodiva@valor.com.br

Esta coluna se propõe a responder questões relativas à carreira e a situações vividas no mundo corporativo. Ela reflete a opinião dos consultores e não a do Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações.

CBN Professional No podcast, Fábio Leite, presidente da DuPont na AL, fala sobre as escolhas que fizeram a diferença na sua carreira

'É importante entregar sempre antes e mais do que pedem'

Jacilio Saraiva
Para o Valor, de São Paulo

Para ter sucesso profissional não é preciso sacrificar a própria felicidade. Foi com essa reflexão que o executivo Fábio Leite resolveu se arriscar em uma nova empreitada na DuPont com a intenção de ficar mais próximo da família. O que ele não sabia é que a decisão o levaria à liderança de uma das maiores fabricantes de materiais industriais do mundo.

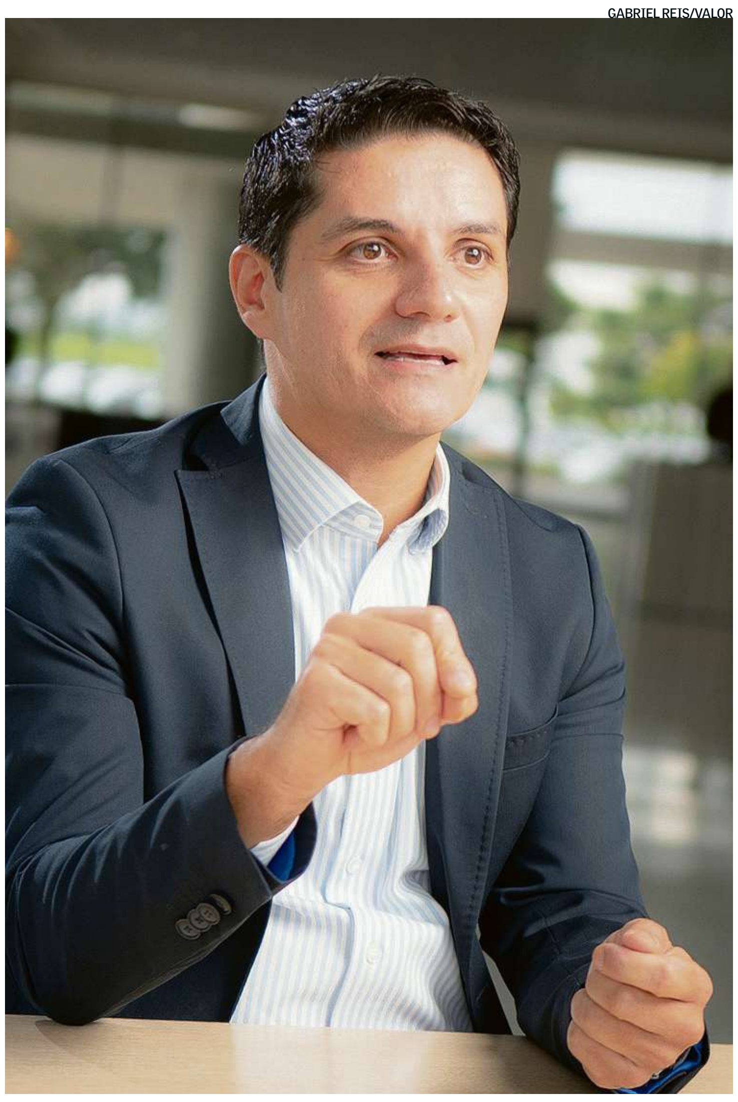
"Na época, a companhia passava por uma mudança de portfólio e havia um projeto que precisava ser executado", relata ele para Stela Campos, editora de Carreira do **Valor**, e Thiago Barbosa, gerente de produtos digitais da CBN, no podcast "CBN Professional". Naquele momento, Leite era um gestor da área comercial com agenda cheia e viu no novo trabalho a possibilidade de continuar entregando resultados, porém com mais tempo para conviver com o filho, que havia acabado de nascer.

Mas as coisas aconteceram de outra forma, lembra. "Fui para o projeto e tive a chance de começar uma nova carreira numa área que não dominava, de gestão de facilidades de infraestrutura", diz. O trabalho, que envolve iniciativas voltadas à eficiência e segurança das operações, acabou ganhando destaque, aumentou a visibilidade de Leite na companhia e o alçou a posições de comando estratégico. Em 2022, passou de diretor de facilities nas Américas para a presidência da operação no Brasil e, em 2025, assumiu como presidente da DuPont na América Latina.

"Comecei a ter uma maior exposição a líderes do alto escalão, construir relacionamentos, mostrar resultados, ser consultado", conta ele, sobre a antiga experiência como diretor. Inclusive por gestores de fora do Brasil, interessados sobre os fatores que contribuíram para o sucesso do trabalho na área de 'facilities', pronto para ser replicado em outros mercados, anota. "Acho que isso me deu combustível para dar um salto na carreira."

Na verdade, muito antes de realizar o movimento de mudança de área que redefiniria a sua trajetória, Leite já acumulava um longo histórico na DuPont, onde está há mais de 22 anos. Ele entrou na corporação como estagiário em 2003 e passou por divisões como engenharia, tecnologia e gestão de projetos — inclusive no exterior.

GABRIEL REIS/VALOR



Leite diz que mudança de área permitiu ganhar exposição a líderes do alto escalão

Na opinião dele, a ascensão profissional combinou elementos como curiosidade, construção de relações e entrega de resultados acima do esperado. "[Crescer numa empresa] é conhecer o ambiente onde você está, saber os nomes dos líderes, a responsabilidade de cada um", ensina. "Se você se limita ao que acontece apenas na sua área, só as pessoas do departamento vão te conhecer. E qualquer oportunidade de aprender algo fora dele ficará restrita ao que a liderança puder oferecer."

Para o presidente, ganhar melhores chances no organograma depende da forma como o trabalho é encarado. "[É importante] entregar sempre mais do que pedem e antes de pedirem. Ter um alto padrão de qualidade em tudo o que faz", orienta. Isso me levou a receber uma oferta para contribuir com a empresa nos Estados Unidos em 2010, diz ele, lembrando que a missão no mercado americano, como líder de projetos, durou três anos.

"Foi uma experiência interessante para entender como funciona a excelência em execução de projetos", afirma. "Uma das coisas que a DuPont trouxe de inovação é o que conhecemos como 'front-end loading' [FEL na sigla em inglês], uma forma de gerir ações industriais que é hoje uma referência no mercado e foi criada dentro da empresa."

Na prática, o modelo de gestão é focado em estruturar processos e "carregar desde o início", como a expressão sugere, todo o esforço de planejamento, antes da fase de execução.

"Fui treinado nessa metodologia, usada como um padrão na indústria", explica o engenheiro, mestre em engenharia elétrica, com um MBA pela Escola de Pós-Graduação em Negócios da Universidade de Pittsburgh Katz e especialização em gerenciamento de operações pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT), ambos nos EUA. "Como resultado desse 'assignment' [atribuição] que tive lá fora, a expectativa era voltar [ao Brasil] e ser o líder da engenharia, capaz de 'catequizar' mais pessoas em desempenho de projetos."

Apesar da bagagem que armazenou, Leite acredita que tão importante quanto transmitir novos conhecimentos para as equipes é promover conexões significativas entre os colegas. Na hora de resolver uma situação de trabalho, é possível conectar um gestor em dificuldades com alguém que é bom no que ele precisa para avançar, exemplifica. "Não é apenas o conhecimento dos livros que é essencial, mas a capacidade 'de quem sabe'. "[A vantagem] de ter relacionamentos e falar 'já vi esse problema em algum lugar e sei de uma pessoa que pode resolvê-lo'."

O executivo também defende que a busca por inovação, engrenagem crítica no negócio da DuPont, passa por mudanças de paradigma. "Antes, a inovação acontecia onde a informação estava. Na mão de poucas organizações, nas universidades, em grandes empresas", elabora. Agora, todo mundo tem acesso a tudo, a qualquer hora — basta ter um celular, resume.

"Na empresa, trabalhamos pensando que a inovação pode vir de qualquer lugar, inclusive da sugestão do estagiário que participa das nossas reuniões e fala que viu 'algo, outro dia'", conta. "E aquilo vira uma ideia, que vai gerar uma ideia de produto, uma nova aplicação."

A título de exemplo, o portfólio do grupo abarca soluções diversas, como materiais de proteção contra chamas, que podem ser aplicados em roupas e luvas; e fios sintéticos que reforçam coletes à prova de balas.

No episódio completo do podcast, disponível no site da CBN, nos streamings Spotify e Apple Podcasts e nos canais do YouTube do **Valor** e da CBN, o executivo também fala dos novos desafios de negócios da DuPont e como a empresa conseguiu, nos últimos anos, ampliar a atuação de indústria química para uma marca de inovação em materiais de alta performance.

> "[Crescer numa empresa] é conhecer o ambiente onde você está, saber os nomes dos líderes, a responsabilidade de cada um"

Quando o ambiente sufoca o talento

Banda Executiva

Sofia Esteves

Costumo dizer que talento todo mundo é. Todo mundo tem competências, potencialidades e características que podem gerar valor quando encontram espaço para se manifestar. O que falta, na verdade, é saber qual é o seu talento e estar em um lugar onde você pode exercê-lo.

Autoconhecimento é fundamental, mas o contexto é tão importante quanto. Porque profissionais brilhantes só poderão entregar seu potencial se estiverem na posição certa, podendo colocar em prática seus diferenciais e desenvolvê-los ainda mais.

Nos meus muitos anos de experiência, vi empresas dedicando bastante tempo ao processo de seleção, investindo recursos consideráveis para encontrar o talento certo para determinada função e, quando isso finalmente acontecia, davam por encerrada a jornada. Uma vez que aquela vaga era preenchida, a missão estava cumprida.

Porém, preciso lembrar que talentos não fazem mágica. Não basta contratar profissionais de destaque, fazer o onboarding e esperar que os resultados saiam de uma cartola ou apareçam em um estalar de dedos.

Nós precisamos criar as condições necessárias para que essas pessoas possam exercer seu potencial, o que significa, por exemplo, ter uma liderança capaz de orientar, escutar e abrir caminhos. Me refiro a líderes que dão espaço para que as pessoas participem das decisões, proponham soluções e assumam responsabilidades porque, afinal, autonomia é um fator determinante para que o talento se transforme em contribuição real.

Com isso, não quero dizer que cada qual deve fazer o que bem entender. Sim, existem diretrizes corporativas a serem seguidas, valores que guiam a cultura e combinados que organizam o trabalho coletivo. No entanto, é possível conciliar alinhamento com liberdade, direção com confiança e responsabilidade com espaço para criar. Não é tudo ou nada.

Nessa lista de requisitos básicos para construir um ambiente que permite o talento florescer também entra o feedback. E não só aquela conversa formal que acontece uma ou duas vezes por ano, mas uma cultura em que as pessoas saibam onde estão, o que se espera delas, em que pontos podem avançar e de que forma podem se desenvolver.

Sem feedback, o talento caminha no escuro. Pode até ter vontade, repertório e energia, mas não sabe exatamente para onde direcionar tudo isso. Já quando acontecem conversas sinceras, frequentes e respeitosas, o indivíduo entende melhor seu papel, reconhece seus pontos fortes e identifica caminhos de evolução.

Tem ainda outro ingrediente nessa equação: a segurança psicológica. Ambientes que punem o erro de forma desproporcional, que desestimulam perguntas ou que fazem as pessoas esconderem dúvidas dificilmente serão ambientes férteis para o desenvolvimento de talentos. Ninguém consegue oferecer o seu melhor quando está o tempo todo em alerta ou tentando se proteger.

Sentir-se confiante para expor ideias, fazer perguntas, admitir dificuldades e até discordar de forma respeitosa é fundamental para o desenvolvimento. É assim que as pessoas conseguem aprender mais rapidamente, colaborar melhor e assumir desafios cada vez maiores.

É assim, também, que profissionais estarão prontos para encarar e, mais do que isso, superar metas ambiciosas, resolver problemas complexos e gerar impacto no negócio.

O problema é que muitas organizações ainda subestimam o papel do contexto. Existe uma tendência de atribuir o sucesso ou o fracasso exclusivamente ao indivíduo, como se o talento fosse uma característica fixa, capaz de produzir resultados independentemente das circunstâncias.

Não é assim que funciona. Até profissionais com grande preparo, experiência e uma mente brilhante precisam de um ambiente que favoreça seu desenvolvimento. Precisam de lideranças que apoiem, de relações de confiança, de espaço para contribuir e de oportunidades para continuar aprendendo. Quando esses elementos não existem, o talento não desaparece. Mas encontra dificuldades para se expressar.

É por isso que gosto de dizer que encontrar talentos é apenas o começo da história, mas está longe de ser o ponto final. O desafio não termina quando a contratação é feita, ele segue na missão contínua de criar ambientes onde essas pessoas possam florescer e, assim, ajudar as empresas a crescer, inovar e gerar impacto de forma sustentável.

Ao longo da minha trajetória, vi inúmeras vezes profissionais considerados medianos em uma organização se destacarem em outra. Não porque tenham se transformado da noite para o dia, mas porque encontraram um contexto mais favorável para exercer aquilo que já tinham de melhor.

Da mesma forma, também vi profissionais extremamente qualificados perderem motivação, reduzirem sua capacidade de entrega ou simplesmente deixarem de contribuir em todo o seu potencial porque estavam inseridos em ambientes que limitavam sua atuação.

Isso acontece porque talento não é um recurso que pode ser extraído das pessoas. Não é um equipamento que é simplesmente contratado e colocado para funcionar. Talento, para dar resultado, precisa de um contexto que o cultive.

Sofia Esteves é fundadora da Cia de Talentos, Bettha.com e Instituto Ser+

Estratégia Pedido por equipamentos militares leva companhia a reforçar apostas na subsidiária no país como parte da reorganização global

Demanda forte por defesa sustenta investimentos da Thales no Brasil

Cristian Favaro
De São Bernardo do Campo (SP)

A forte demanda por equipamentos militares levou a Thales a ampliar os investimentos na sua subsidiária brasileira, a Omnisys, como parte da reorganização global da produção do grupo. A fabricante francesa aportou R$ 120 milhões para multiplicar por dez a capacidade de produção de radares civis no Brasil, movimento que prepara a operação para, no futuro, também fabricar radares militares, disse ao **Valor** Pascale Sourisse, vice-presidente executiva sênior de desenvolvimento internacional da Thales.

Com a expansão, a Omnisys se tornou a maior unidade de produção de radares civis da Thales no mundo. A estratégia é transferir parte dessa fabricação para o Brasil e liberar capacidade nas fábricas francesas, que passarão a concentrar a produção de equipamentos militares diante do aumento da demanda global por defesa.

"No Brasil, discutimos mais especificamente este projeto de radares civis. Mas, obviamente, os radares civis baseiam-se, na verdade, em tecnologias de dupla aplicação, utilizadas tanto nos mercados civis quanto nos militares. E espero, sem dúvida, que no futuro a Omnisys esteja muito significativamente envolvida com radares militares", disse a executiva.

A Omnisys produz sobretudo radares para a operação de aviões, assim como equipamentos antidrone. O grupo também fabrica chips para telefones e cartões de crédito no Brasil em outras fábricas. A empresa, fundada há 60 anos, foi comprada pela Thales em 2005.

A executiva destacou que a Omnisys já trabalha hoje no segmento de defesa com capacidades de produção e produtos desenvolvidos no Brasil, incluindo sistemas de guerra eletrônica.

"Então, esperamos que a Omnisys amplie suas atividades de produção na área de defesa? Com certeza, sim. E esse investimento em radares civis é um aporte de grande porte que muda a escala da Omnisys. Mas, para nós, é um passo em direção a algo ainda maior no futuro", afirmou a executiva, que veio ao Brasil participar da inauguração das novas instalações.

No ano passado, a Omnisys produziu cinco radares, basicamente para atender à demanda do Brasil e da América Latina. A empresa expandiu suas instalações em mais de 40%, aumentando sua área de 8.000 m² para mais de 11.000 m² em sua unidade em São Bernardo do Campo (SP). Agora, a capacidade vai ser elevada até o fim deste ano para 50, com a chegada de todos os equipamentos. Para 2026, a estimativa já é entregar 28 radares com foco em exportação.

Conforme Luciano Macaferri Rodrigues, diretor-geral da Thales no Brasil e vice-presidente para a América Latina, a ampliação da planta é um sinal do compromisso da Thales com o país. "Nos últimos dez anos, a empresa investiu R$ 215 milhões no Brasil", disse.

Macaferri disse que a decisão do governo de reconhecer a Omnisys como uma Empresa Estratégica de Defesa (EED) foi fundamental para o avanço do negócio. A mudança aconteceu em 2024, quando a Omnisys deixou de ser apenas uma Empresa de Defesa (ED). O novo selo é importante porque abre caminho para que o grupo participe de mais competições nacionais.

€ 10,9 bi
foi o total das vendas da Thales no primeiro semestre

ROGERIO VIEIRA/VALOR

Sourisse, vice-presidente: "Espero que no futuro a Omnisys esteja significativamente envolvida com radares militares"

A definição de uma empresa EED é estabelecida pela Lei 12.598 de 2012. Entre os requisitos estão pesquisa e desenvolvimento de produtos de defesa e ter sede e parque industrial no Brasil. O único critério não atendido até então era ter o percentual de votos de estrangeiros nas assembleias abaixo de dois terços. Em 2024, a Thales mudou o capital social da Omnisys e foi dado maior poder de voto aos sócios brasileiros — apesar do controle econômico continuar com o grupo francês.

Agora, a empresa aposta também em uma ampliação na demanda por equipamentos de defesa na região da América Latina. A demanda na região, ponderaram os executivos, é diferente dos conflitos na Europa e no Oriente Médio. "Na América Latina, temos um inimigo diferente, digamos assim. Então, temos o que chamamos de guerra irregular: países lutando contra entidades não governamentais, narcotraficantes e sequestradores", disse.

Essa demanda, então, não é tão focada em mísseis de última geração. Radares ganham espaço, sobretudo ao ajudar os governos a identificar voos ilegais atravessando as fronteiras.

Atualmente, mais de 50% da receita da gigante Thales vem de defesa. O segmento, disse Pascale Sourisse, tem crescido de forma bastante acelerada nos últimos anos, cenário que motivou investimentos.

"Estamos expandindo na França. Quadruplicamos nossa capacidade de produção de radares militares. Fizemos algo semelhante na Holanda em relação a mísseis e foguetes. Produzimos mísseis no Reino Unido — na Irlanda do Norte, em Belfast. Multiplicamos a produção por um número enorme — bem acima de cinco, na verdade. Quanto aos foguetes na Bélgica, multiplicamos a produção por cinco. O nível de demanda é tal que decidimos investir em muitos lugares. E, obviamente, fazia muito sentido investir também no Brasil", disse Sourisse.

Globalmente, as vendas da Thales no primeiro semestre deste ano subiram 6,7% na comparação com igual período do ano passado, para € 10,949 bilhões. Considerando apenas a divisão de defesa, o alta nas vendas foi de 13,1% em igual comparação, para € 6,3 bilhões.

As tensões globais, assim como a maior disputa no setor aeroespacial diante de grupos como a SpaceX (do empresário Elon Musk) e a Blue Origin (de Jeff Bezos), tiveram peso na decisão da Airbus, Thales e Leonardo de unir seus negócios de satélites globalmente. O passo foi anunciado no fim de 2025 e ainda aguarda aprovações regulatórias. A estimativa é finalizar as tratativas até o fim de 2027.

A entidade resultante da fusão tem hoje receita anual de € 6,5 bilhões. O objetivo é aumentar este valor para € 8 bilhões em três anos e a ambição é atingir mais de € 10 bilhões até o fim da década.

"O objetivo é realmente construir um 'player' europeu forte, muito forte, para enfrentar os desafios e as oportunidades do setor espacial. Então, fizemos isso porque este projeto é muito importante para garantir que otimizemos os investimentos, principalmente considerando os outros dois gigantes além da Europa que vemos no setor espacial: os EUA e a China", disse a executiva.

Prêmio
VALOR
INOVAÇÃO
Brasil 2026

MARCAS QUE INOVAM MERECEM RECONHECIMENTO.

Por isso, você não pode perder a entrega do **Prêmio Valor Inovação Brasil 2026**. Resultado de uma avaliação criteriosa das práticas de inovação das empresas brasileiras, o prêmio reconhece as organizações que mais se destacam no país e em seus respectivos setores.

Conheça as empresas mais inovadoras do Brasil.
HOJE, a partir das 20h
nas redes sociais do Valor Econômico.

Patrocínio Prata: itaú, Governo do Estado Rio Grande do Sul, VISA
Patrocínio Bronze: bradesco seguros
Carro Oficial: OMODA | JAECOO
Apoio: strategy& Part of the PwC network
Realização: Valor Econômico, Negócios

Energia Técnicos atribuem lentidão das tratativas à indefinição sobre Angra 3; grupo diz que cronograma está no prazo contratual

Entraves na entrada da J&F na Eletronuclear preocupam governo

BRENNO CARVALHO / AGÊNCIA O GLOBO

Paralisado desde 2015, o projeto de Angra 3 ainda não tem uma definição

Giordanna Neves e Marlla Sabino
De Brasília

O andamento das tratativas para que a Âmbar Energia, do grupo J&F, conclua sua entrada na Eletronuclear tem gerado desconforto entre técnicos do governo federal. Também vem ampliando a preocupação com a situação financeira da Eletronuclear, empresa de capital misto responsável pela operação das usinas nucleares no Brasil, apurou o **Valor**. Interlocutores da União apontam a indefinição do próprio governo sobre o futuro da usina nuclear de Angra 3, que está no centro dos problemas financeiros da Eletronuclear, como um dos possíveis fatores para explicar o ritmo da operação, considerado lento por técnicos.

A compra, pelo grupo dos irmãos Batista, da participação da Axia (antiga Eletrobras) na Eletronuclear, por R$ 535 milhões, foi anunciada em outubro de 2025. Mas a conclusão da operação ainda depende do cumprimento de condições previstas nos acordos firmados entre as partes.

No caso de Angra 3, entende-se de ambos os lados que é necessário que o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), presidido pelo Ministério de Minas e Energia, decida sobre a continuidade das obras e suas condições econômicas — incluindo a definição da tarifa da usina. Isso porque a viabilidade econômica da Eletronuclear nos próximos anos depende da continuidade de Angra 3 e, sem isso, o negócio perde a atratividade econômica.

Embora reconheçam a importância dessa decisão para a operação, fontes das empresas afirmam que os trâmites seguem dentro do prazo contratual de dois anos após a compra e avaliam que uma definição seria positiva tanto para a companhia quanto para o governo. Ainda assim, segundo essas fontes, o negócio poderá prosperar mesmo sem uma definição sobre o futuro de Angra 3.

Técnicos do governo consideram ainda que o ritmo da operação pode refletir uma estratégia do grupo dos irmãos Batista de preservar margem para eventual renegociação das condições de entrada no projeto e nos compromissos de investimento. Segundo essas fontes, esse movimento também poderia fazer parte de um plano mais amplo de atuação da J&F no setor nuclear.

Também pesam no andamento das tratativas as complexidades do setor elétrico brasileiro e as particularidades do segmento nuclear, além do volume financeiro envolvido, de R$ 535 milhões somados às obrigações financeiras.

Enquanto isso, a Eletronuclear vem buscando meios de manter as contas, como a negociação com bancos para suspender temporariamente pagamentos das dívidas contratadas para a implantação de Angra 3, autorizada recentemente pelo CNPE. A estatal também tem buscado uma readequação regulatória para o setor nuclear.

A operação de compra de parte da Eletronuclear, que recebeu aval do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), depende ainda das transferências para a J&F das garantias apresentadas pela Axia nos financiamentos da Eletronuclear junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e à Caixa Econômica Federal. Como a J&F está adquirindo a participação detida pela Axia na estatal, caberá ao grupo assumir esses compromissos junto às instituições financeiras. No financiamento do BNDES, a garantia é exclusivamente da Axia, sem participação da União. Já na operação com a Caixa, a União também figura como garantidora.

Outro entrave é a indefinição quanto à adesão da J&F ao acordo de investimentos firmado entre a União e a Axia no âmbito da privatização da Eletrobras, que disciplina os compromissos para a conclusão de Angra 3. O **Valor** apurou que a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar), estatal que controla a Eletronuclear, encaminhou ao grupo o pedido de adesão, mas ainda não recebeu resposta.

Compra da parte da Axia Energia na Eletronuclear, por R$ 535 milhões, foi anunciada em outubro de 2025

O pedido de adesão faz parte do acordo de conciliação firmado entre a União e a Axia no Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo esse acordo, caso a participação da Axia na Eletronuclear fosse transferida antes de uma decisão do CNPE sobre Angra 3, o novo acionista deveria aderir ao acordo de investimentos, aportando recursos no empreendimento.

Na visão de fontes envolvidas nas discussões, mesmo que não aderisse ao acordo conforme estabelecido, a J&F teria pouca margem para deixar de acompanhar futuros aumentos de capital da Eletronuclear. Caso a União realize aportes e o acionista privado não acompanhe, a participação do grupo tende a ser diluída.

Ninguém espera, no entanto, que a J&F deixe de aportar os valores caso Angra 3 avance. Até porque a entrada do grupo na Eletronuclear teria sido estimulada pelo próprio governo justamente com o objetivo de viabilizar uma solução para o empreendimento, que vem se arrastando há anos.

O desafio maior, neste caso, está do lado do governo federal, que enfrenta restrições fiscais para realizar aportes e acompanhar eventuais aumentos de capital, mas precisa manter o controle da Eletronuclear. Por isso, os aportes entre governo e setor privado não poderiam ser tão desproporcionais entre si.

Como a União detém atualmente 64,1% das ações ordinárias (com direito a voto), ainda há uma margem limitada para diluição de sua participação sem que perca a posição de controlador, que exige a manutenção de 50% mais uma ação com direito a voto. Essa margem permitiria ao acionista privado aportar cerca de R$ 3,2 bilhões, considerando o valor patrimonial da ação (VPA).

Em nota, a Axia Energia disse que os trâmites para conclusão da operação, conforme previsto no Fato Relevante (FR), seguem em andamento. O BNDES disse que foi contratado pela Eletronuclear para realizar os estudos sobre Angra 3 e que cabe à estatal avaliar quais resultados podem ser divulgados. Já a J&F afirmou que a operação segue em andamento normal conforme as condições e etapas previstas no contrato. "Até o fechamento da transação, a acionista da Eletronuclear é a vendedora."

A Eletronuclear afirmou que não tem conhecimento de eventual desconforto entre técnicos do governo em relação à sua situação financeira. Ainda, que eventuais alterações na composição acionária da Eletronuclear, incluindo notícias relacionadas à possível participação da J&F, "dizem respeito exclusivamente às tratativas conduzidas entre os acionistas e os interessados, não cabendo à Administração da Companhia manifestar-se sobre negociações dessa natureza". A Casa Civil, o Ministério da Fazenda e o MME não responderam.

Decisão sobre futuro de Angra 3 deve ficar para 2027

De Brasília

A decisão sobre o futuro da usina nuclear de Angra 3 deve ficar para o presidente que comandará o país a partir de 2027, independentemente de quem vencer as eleições de 2026. Na avaliação de integrantes da equipe do Executivo ouvidos pelo **Valor**, uma definição sobre o futuro do empreendimento dificilmente deve ocorrer antes das eleições presidenciais, enquanto uma eventual mudança de governo tende a tornar ainda mais remota a perspectiva de uma decisão no curto prazo.

Embora interlocutores envolvidos nas discussões avaliem que a tendência seja que a atual gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva decida pela continuidade das obras, essa escolha continua sendo considerada politicamente sensível diante dos elevados custos que podem recair sobre a tarifa paga pelos consumidores.

Para técnicos, essa indefinição sobre o futuro da usina é um fator considerado nas negociações para a entrada da Âmbar Energia, do grupo J&F, na empresa. Além disso, contribui para a deterioração financeira da Eletronuclear, responsável pelas usinas nucleares brasileiras. A estatal continua acumulando custos financeiros, de cerca de R$ 1 bilhão por ano, tornando tanto a continuidade quanto um eventual abandono da obra progressivamente mais caros.

As obras de Angra 3, iniciadas na década de 1980, estão paralisadas desde 2015, após denúncias de corrupção reveladas pela Operação Lava-jato. Desde então, diferentes ministros de Minas e Energia, em governos distintos, chegaram a sinalizar favoravelmente à retomada ou à continuidade das obras de Angra 3. Nenhuma das gestões, porém, tomou uma decisão definitiva sobre o empreendimento, seja para concluir a construção, seja para encerrar o projeto.

O impasse se repete agora no terceiro mandato de Lula. O Ministério de Minas e Energia (MME) defendeu publicamente a obra, levando uma proposta favorável ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). O tema foi levado ao CNPE em três oportunidades desde 2024. Porém, enfrentou resistências da Casa Civil e do Ministério da Fazenda, que eram contrários à continuidade do empreendimento diante de seu elevado custo.

2015
foi quando as obras da usina foram paralisadas

Ao longo da gestão, a resistência diminuiu e, ainda com Fernando Haddad à frente da Fazenda, a orientação passou a ser a de não criar obstáculos ao avanço do projeto, diante da avaliação de que o abandono da obra também poderia gerar elevados impactos fiscais em meio ao agravamento da situação financeira da Eletronuclear e, consequentemente, ampliar a exposição fiscal do governo.

Um dos principais obstáculos à conclusão de Angra 3 é o custo do empreendimento, tanto para a retomada das obras quanto para os consumidores que terão de pagar pela energia gerada pela usina. A tarifa estimada, em torno de R$ 800 por megawatt-hora (MWh), é considerada elevada. Para agravar a situação, o novo estudo contratado do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) pode indicar custos ainda maiores, com uma tarifa que pode chegar a R$ 1.000/MWh, disse uma fonte.

Em meio a esse cenário, o governo chegou a discutir alternativas para reduzir o impacto da tarifa elevada, como a revisão da taxa interna de retorno do projeto, atualmente ao redor de 8%, e o enquadramento do projeto em linhas de crédito subsidiadas. A eventual redução da taxa de retorno, porém, teria de ser negociada com a J&F, já que implicaria ganho menor para a empresa. Segundo fontes da empresa ouvidas pelo **Valor**, essa possibilidade ainda não foi debatida, mas poderia ser considerada nas negociações.

A compra da participação que hoje pertence à Axia (ex-Eletrobras) pelo grupo J&F, ainda em tratativas, é apontada como uma alternativa para viabilizar a conclusão de Angra 3, diante da dificuldade de o governo arcar sozinho com os custos da obra por meio do Orçamento público. Mas fontes apontam que parte dos recursos ainda teria de vir da União, já que ela precisa manter o controle sobre a companhia.

Os efeitos da decisão sobre o destino de Angra 3 têm sido acompanhados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Em acórdão de 2024, a Corte concluiu que, mesmo se os consumidores arcassem com o custo do abandono do empreendimento, essa alternativa ainda tenderia a ser menos onerosa do que concluir as obras da usina. O TCU estimou que Angra 3 representaria um custo superior a outras opções de geração de energia da ordem de R$ 43 bilhões.

Para o cenário de abandono, as estimativas iniciais do BNDES variavam entre R$ 21,9 bilhões e R$ 26 bilhões. Desse montante, uma parcela corresponde à perda do retorno econômico esperado com a não conclusão do empreendimento. Desconsiderando esse componente, o TCU apontou que o custo efetivo do abandono é de R$ 13,65 bilhões, dos quais R$ 9,4 bilhões se referem a dívidas financeiras. Ainda assim, nem toda essa conta recairia sobre a União, já que a Axia permaneceu como fiadora do empréstimo do BNDES.

Em nota, a Eletronuclear ressaltou a decisão do CNPE sobre a suspensão das dívidas, afirmando que a medida representa um importante avanço para a sustentabilidade econômico-financeira da companhia. Sobre a definição quanto à continuidade de Angra 3, a empresa afirmou se tratar de decisão de competência exclusiva dos acionistas da companhia, observadas as instâncias de governança e as diretrizes de política pública aplicáveis ao setor. ***(GN e MS)***

Petróleo

Comparativos de preços

	Cotações					Var. até a última data indicada - em %				Cotação em 12 meses	
Petróleo - US$/barril	**31/07/26**	**Há uma semana**	**Fim de junho**	**2025**	**Há um ano**	**Semana**	**Mês**	**Ano**	**12 meses**	**Menor**	**Maior**
WTI - mercado futuro											
WTI (set/26)	84,67	89,31	69,50	57,42	69,26	-5,20	21,83	47,46	22,25	55,27	112,95
WTI (out/26)	81,49	85,15	69,27	57,22	68,20	-4,30	17,64	42,42	19,49	55,13	104,38
Brent - mercado futuro											
Brent (set/26)	90,12	96,78	72,92	60,85	72,53	-6,88	23,59	48,10	24,25	58,92	118,35
Brent (out/26)	87,93	91,68	72,95	60,49	71,70	-4,09	20,53	45,36	22,64	58,67	110,44

Fonte: Dow Jones Newswires. Elaboração: Valor Data

Movimento falimentar

Falências Decretadas

Empresa: **A Gaúcha Comércio Varejista e Atacadista Ltda. -** CNPJ: 36.429.464/0001-65 - Endereço: Rua Emílio Glitz, 1382, bairro Elizateth, Ijuí/RS - Administrador Judicial: Scz Scalzilli Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. João Pedro Scalzilli - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Santa Rosa/RS

Empresa: **Garota Vip Cosméticos Ltda. -** CNPJ: 17.892.184/0001-44 - Endereço: Rua Manuel Bueno da Fonseca, 03, Condomínio Rua B, Casa 35, Bairro Jardim São Luiz - Administrador Judicial: Gatekeeper Consultoria Empresarial Ltda. - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP

Empresa: **Nutri Max Agrociências Ltda. -** CNPJ: 54.477.413/0001-90 - Endereço: Rua Manoel Rodrigues Jaboc, 1634, bairo Jardim Biagioni, Araraquara/SP - Administrador Judicial: Vc Administração Judicial e Consultoria Empresarial Ltda., Representada Pelo Dr. Rodrigo Vieira Clara - Vara/Comarca: Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados À Arbitragem Das 3ª e 6ª Rajs/SP

Empresa: **Sandra Regina Stacke Ltda. -** CNPJ: 21.095.209/0001-56 - Endereço: Rua Emílio Glitz, 1382, sala B, bairro Elizateth, Ijuí/RS - Administrador Judicial: Scz Scalzilli Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. João Pedro Scalzilli - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Santa Rosa/RS

Empresa: **Sandro Luís Stacke Ltdda. -** CNPJ: 10.655.300/0001-62 - Endereço: Rua Emílio Glitz, 1382, sala A, bairro Elizateth, Ijuí/RS - Administrador Judicial: Scz Scalzilli Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. João Pedro Scalzilli - Vara/Comarca: Vara Regional Empresarial de Santa Rosa/RS

Recuperação Judicial Deferida

Empresa: **Adriana Lermen Bedin -** CNPJ: 66.197.621/0001-15 - Endereço: Av. P Sudeste, 11771, sala 01 V, Centro Sul, Sorriso/MT - Administrador Judicial: Scz Scalzilli Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. João Pedro Scalzilli - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT

Empresa: **Agropecuária Campo Santo Ltda. -** CNPJ: 42.975.114/0001-05 - Endereço: Rodovia MT 242, km 75, s/nº, zona rural, Nova Ubiratã/MT - Administrador Judicial: Scz Scalzilli Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. João Pedro Scalzilli - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT

Empresa: **Agropecuária Dona Hilda Ltda. -** CNPJ: 42.591.140/0001-21 - Endereço: Rodovia MT 242, km 80, s/nº, zona rural, Nova Ubiratã/MT - Administrador Judicial: Scz Scalzilli Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. João Pedro Scalzilli - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT

Empresa: **Alexandro Lermen -** CNPJ: 66.197.717/0001-83 - Endereço: Av. P Sudeste, 11771, sala 05 V, Centro Sul, Sorriso/MT - Administrador Judicial: Scz Scalzilli Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. João Pedro Scalzilli - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT

Empresa: **Buritis Transportes Ltda. -** CNPJ: 23.522.735/0001-80 - Endereço: Rua de Acesso, 357, sala 03, bairro Rota do Sol, Sorriso/MT - Administrador Judicial: Scz Scalzilli Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. João Pedro Scalzilli - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT

Empresa: **Dalila Lermen Ltda., nome fantasia Transportadora Lermen -** CNPJ: 13.808.642/0001-63 - Endereço: Rua de Acesso, 357, sala 02, bairro Rota do Sol, Sorriso/MT - Administrador Judicial: Scz Scalzilli Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. João Pedro Scalzilli - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT

Empresa: **Oli Baltazar Lermen -** CNPJ: 66.197.629/0001-81 - Endereço: Av. P Sudeste, 11771, sala 03 V, Centro Sul, Sorriso/MT - Administrador Judicial: Scz Scalzilli Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. João Pedro Scalzilli - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT

Empresa: **Transportes São Pedro Ltda. -** CNPJ: 36.654.420/0001-39 - Endereço: Rua de Acesso, 357, sala 01, bairro Rota do Sol, Sorriso/MT - Administrador Judicial: Scz Scalzilli Administração Judicial Ltda., Representada Pelo Dr. João Pedro Scalzilli - Vara/Comarca: 4a Vara de Sinop/MT

Recuperação ExtraJudicial Deferida

Empresa: **Uniformizada Ltda. -** CNPJ: 52.250.204/0001-84 - Endereço: Av. Centenário, 116, box 21, bairro Vila Christina - Administrador Judicial: Valor Consultores Associados Ltda., Representada Pelo Dr. Cleverson Marcel Colombo - Vara/Comarca: 2a Vara Estadual de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR

Empresa: **Uniformizado Ltda. -** CNPJ: 46.900.180/0001-69 - Endereço: Av. Centenário, 116, box 21, bairro Vila Christina - Administrador Judicial: Valor Consultores Associados Ltda., Representada Pelo Dr. Cleverson Marcel Colombo - Vara/Comarca: 2a Vara Estadual de Falências e Recuperações Judiciais de Curitiba/PR

Cumprimento de Recuperação Judicial

Empresa: **Águas de Itu Gestão Empresarial S/A -** CNPJ: 08.455.185/0001-30 - Endereço: Rua Augusta, 890, 9º Andar, Cjto. 905, Bairro da Consolação - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Cibe Investimentos e Participações S/A -** CNPJ: 10.405.940/0001-14 - Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, 2012, 5º Andar, Bairro Jardim Paulistano - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Cibe Participações e Empreendimentos S/A -** CNPJ: 09.376.519/0001-43 - Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, 2012, 5º Andar, Bairro Jardim Paulistano - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Comapi Agropecuária S/A -** CNPJ: 53.907.341/0001-01 - Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, 2012, 5º Andar, Cjto. 53, Bairro do Jardim Paulistano - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Doreta Empreendimentos e Participações S/A -** CNPJ: 15.315.842/0001-00 - Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, 2012, 5º Andar, Bairro Jardim Paulistano - Vara/Comarca: 1a Vara de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo/SP - Observação: Face ao cumprimento do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Recuperações Judiciais Concedidas

Empresa: **Beatriz Mafra Stein -** CNPJ: 59.437.429/0001-93 - Endereço: Estrada Geral Rio Lajeado, S/nº, Zona Rural, Chapadão do Lajeado/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Cerealista Stein Ltda., Nome Fantasia Comércio de Cereais e Transportes Stein -** CNPJ: 11.875.421/0001-82 - Endereço: Rua Evaldo Prim, 687, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Ituporanga/sc - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Empresa: **Gilson Stein -** CNPJ: 59.437.427/0001-02 - Endereço: Estrada Geral Rio Lageado, snº, zona rural, Chapadão do Lageado/SC - Vara/Comarca: Vara Regional de Falências e Recuperações Judiciais e Extrajudiciais de Concórdia/SC - Observação: Face à homologação do plano aprovado pela assembleia geral de credores.

Farmacêuticas Acordo proposto por laboratório britânico criaria a 4ª maior gigante de medicamento em valor de mercado; conversas ocorrem nos últimos meses

AstraZeneca negocia fusão de US$ 400 bi com a americana Bristol Myers Squibb

Oliver Barnes, James Fontanella-Khan, Aaron Kirchfeld e Arash Massoudi
FT, de Nova York, Milão e Londres

A farmacêutica britânica AstraZeneca está em negociações para se fundir com a rival americana Bristol Myers Squibb em um negócio que criaria um dos maiores grupos farmacêuticos do mundo, avaliado em quase US$ 400 bilhões.

As empresas têm mantido discussões sobre uma fusão nos últimos meses, segundo pessoas familiarizadas com o assunto. As negociações podem resultar em um acordo em breve, mas podem ser adiadas ou fracassar, disseram as fontes.

A AstraZeneca, a segunda empresa listada mais valiosa do Reino Unido, tem um valor de mercado de cerca de £196 bilhões, enquanto a BMS vale aproximadamente US$ 133 bilhões. Uma fusão entre as duas seria um dos maiores negócios farmacêuticos de todos os tempos e impulsionaria a AstraZeneca a se tornar a quarta maior farmacêutica do mundo em valor de mercado.

JASON ALDEN/BLOOMBERG

Nos últimos anos, a AstraZeneca tem se empenhado em firmar acordos

Um acordo liderado pelo CEO de longa data da AstraZeneca, Sir Pascal Soriot, expandiria a presença da farmacêutica no mercado americano e intensificaria os temores britânicos de que as maiores empresas do Reino Unido estejam se afastando do país. As negociações acontecem depois que a AstraZeneca, em junho, elevou a listagem da empresa aberta no FTSE 100 em Nova York, o que representou um golpe para o mercado de ações de Londres.

A estrutura exata de qualquer acordo não pôde ser determinada de imediato, mas provavelmente envolveria tanto dinheiro quanto ações.

A AstraZeneca recusou-se a comentar. A BMS não respondeu imediatamente aos pedidos de comentários.

A concorrente americana Pfizer fez uma oferta de alto perfil pela AstraZeneca há mais de uma década, avaliando a farmacêutica anglo-sueca em quase £ 70 bilhões. Essas negociações impulsionaram o otimismo dos investidores em um momento em que a AstraZeneca enfrentava dificuldades com o fracasso de medicamentos em fases finais de ensaios clínicos.

Soriot foi fundamental na rejeição da proposta da Pfizer em 2014, e a AstraZeneca cresceu sob sua gestão, tornando-se uma potência com um portfólio líder de medicamentos oncológicos. A BMS também possui uma grande divisão de oncologia.

A AstraZeneca estabeleceu uma meta ambiciosa de receita de US$ 80 bilhões até 2030, em comparação com os US$ 58,7 bilhões gerados no ano passado. Esse nível de crescimento dependerá do mercado americano, onde a empresa já obtém quase metade de sua receita.

Em uma teleconferência com jornalistas na semana passada, Soriot afirmou que a AstraZeneca não "precisa de fusões e aquisições para atingir" sua meta de receita para 2030. No entanto, nos últimos anos, a AstraZeneca tem se empenhado em acordos de licenciamento na China para fortalecer seu portfólio de produtos em desenvolvimento. Qualquer acordo desse tipo superaria a aquisição da Alexion, empresa de biotecnologia especializada em doenças raras, pela AstraZeneca em 2021 por US$ 39 bilhões, a maior de sua história.

US$ 80
bi é a meta de receita da AztraZeneca prevista para 2030

A Bristol foi considerada uma empresa atrasada no setor depois que seu acordo de US$ 74 bilhões para comprar a empresa de biotecnologia Celgene em 2019 não gerou retorno, e enfrenta enormes perdas potenciais de receita devido à expiração das patentes de seus principais medicamentos nos próximos anos.

Qualquer acordo transfronteiriço poderá ser controverso. É provável que enfrente resistência política no Reino Unido devido à possibilidade de a AstraZeneca usar o acordo para se mudar para os EUA. Qualquer combinação estaria sujeita a um rigoroso escrutínio antitruste, visto que ambas as empresas possuem grandes divisões de oncologia.

As ações da BMS subiram 21% desde o início do ano, enquanto as da AstraZeneca caíram 8% no mesmo período. *(**Reportagem adicional de Ivan Levingston e Aanu Adeoye**)*

PF avança em lavagem de dinheiro na Americanas

Varejo
De São Paulo

A Polícia Federal está avançando com o inquérito que apura lavagem de dinheiro pelo ex-CEO da Americanas Miguel Gutierrez, apontado como o cérebro da fraude bilionária da empresa.

Segundo noticiado pelo colunista Lauro Jardim, de O Globo, a sindicância foi aberta no ano passado para "averiguar prática de lavagem de capitais, através da manipulação e mercado financeiro".

Entre janeiro de 2013 e abril de 2024, Gutierrez teria movimentado em suas contas bancárias um total de R$ 2,342 bilhões — metade em créditos, metade em débitos.

Segundo a Polícia Federal, "Gutierrez estruturou um plano de blindagem patrimonial com o objetivo de ocultar bens e valores, utilizando interpostas pessoas e empresas sediadas no Brasil e no exterior".

A crise na varejista veio à tona em janeiro de 2023 e se tornou um dos maiores escândalos corporativos do país. A rede entrou com pedido de recuperação judicial e desde então tem vendido diversos ativos para levantar recursos. Os acionistas de referência anunciaram nos últimos meses um aporte bilionário para que a operação de varejo da rede mantivesse continuidade.

Gasto com IA afeta caixa, mas retorno deve surgir em até 3 anos

Tecnologia

Daniela Braun
De São Paulo

O ritmo acelerado de gastos de capital em infraestrutura de inteligência artificial afetou o fluxo de caixa livre da Alphabet, dona do Google, Amazon, Meta e Microsoft. Mas para analistas consultados pelo **Valor**, a demanda de empresas de diversos setores por IA justifica o aumento dessas despesas e a redução do caixa. A tendência para os próximos trimestres é de continuidade desse movimento, mas com projeção de retorno em dois a três anos, projetam os especialistas.

A Alphabet encerrou o segundo trimestre com fluxo de caixa negativo de US$ 5,9 bilhões, queimando caixa pela primeira vez desde sua abertura de capital, em 2004. A Amazon reportou caixa negativo em US$ 7,6 bilhões, após três anos com fluxo positivo. A Meta, dona do Facebook Instagram e WhatsApp, reduziu seu caixa em 91% na comparação anual, encerrando junho com reserva de US$ 784 milhões. E a Microsoft fechou seu quarto trimestre fiscal com caixa de US$ 19,6 bilhões, redução de 23% ante o mesmo período do ano anterior.

Apesar da apreensão dos investidores sobre as despesas elevadas das "big techs", o economista-chefe da Avenue, William Alves, diz que o crescimento das receitas de serviços de nuvem e IA das empresas Alphabet, Microsoft e Amazon, responde a uma demanda real e crescente por esses serviços. "As próprias empresas estão dizendo que não conseguem atender a demanda e por isso precisam investir mais", diz. "Elas conseguiram finalmente afastar as preocupações sobre uma bolha de IA."

A receita da Amazon Web Services (AWS), líder do mercado de nuvem, alcançou US$ 42,2 bilhões no segundo trimestre, um aumento de 36,7% na base anual. A Microsoft, segunda colocada no setor, teve alta de 43% na receita com a plataforma Azure, no quarto trimestre fiscal de 2026. A receita da divisão de nuvem bateu a marca de US$ 100 bilhões, disse o seu executivo-chefe (CEO) Satya Nadella: "Estamos expandindo as fronteiras da curva de custo versus resultados, garantindo que cada cliente possa transformar tokens em resultados de negócios."

Já o Google Cloud, na terceira posição no mercado de nuvem, teve o maior salto de receita entre as rivais. As vendas de US$ 24,8 bilhões entre abril e junho superaram em 82% o resultado obtido um ano antes.

Em conferência com analistas, na quinta-feira (30), o CEO da Amazon, Andy Jassy, explicou que, mesmo com o aumento da projeção de gastos de US$ 200 bilhões para US$ 220 bilhões em infraestrutura neste ano, a empresa ainda não terá "capacidade suficiente para atender a toda a demanda que teremos em 2026", sinalizando que a dinâmica será mantida em 2027. Também detalhou que os data centers oferecem "mais de 30 anos de monetização sem necessidade de capital inicial adicional" e que os servidores e equipamentos de rede atingem o ponto de equilíbrio sobre investimentos em menos de três anos. Já os "clientes geralmente contratam capacidade de IA por pelo menos cinco anos."

"Elas conseguiram finalmente afastar as preocupações sobre uma bolha de IA"
William Alves

Desempenho das 'big techs' nos balanços
Dados em US$ bilhões

Empresa	Receita líquida 2T/2026	Receita líquida Var. %[1]	Lucro líquido 2T/2026	Lucro líquido Var. %[1]	Fluxo de caixa livre 2T/2026	Fluxo de caixa livre Var. %[1]
Alphabet (Google)	119,8	**24,3**	112,1	**298,0**	-5,9	**-211,3**
Apple [2]	109,4	**16,4**	29,8	**27,1**	32,0	**32,1**
Microsoft [3]	90,0	**17,7**	35,8	**31,3**	19,6	**-23,0**
Meta	60,8	**27,9**	15,8	**-13,6**	0,8	**-90,8**
Amazon	200,6	**19,6**	62,6	**244,0**	-7,6	**-141,8**

Fontes: Empresas e Nasdaq. Elaboração: Valor Data. 1 Sobre igual período do ano anterior. 2 Os números correspondem ao terceiro trimestre do exercício social de 2026. 3 Os números correspondem ao quarto trimestre do exercício social de 2026.

Para os analistas, as informações compartilhadas por Nadella e Jassy foram suficientes para acalmar o mercado sobre os gastos de capital das big techs. Na sexta-feira (31), as ações da Amazon fecharam em alta de 15,32% na Nasdaq, colaborando para a recuperação dos papéis da Alphabet, com alta de 6,88%.

A Microsoft teve alta de mais de 15% no valor das ações após divulgar o balanço, na quarta-feira (29). Na sexta-feira, as ações subiram 3,02%.

O sócio do fundo Global Tech da São Pedro Capital, José Medeiros, diz que a explicação de Jassy sobre a lógica de retorno sobre os investimentos em infraestrutura de IA vale para todas as hyperscalers [empresas de serviços de nuvem e IA em larga escala]. "Conforme ele explicou, o negócio se paga dentro de dois a três anos, incluindo as unidades de processamento gráfico (GPUs, na sigla em inglês) e a construção dos data centers. Só que os contratos da AWS são de pelo menos cinco anos", diz Medeiros. "Considerando que uma GPU pode ter uma duração de dez anos e o retorno dos investimentos com uma margem incremental, o investidor vai apoiar esse capex [gasto de capital]", observa.

Olhando para a demanda corporativa de IA, a analista da Legacy Capital, Letícia Tonholo projeta que a receita de IA da AWS, que alcançou US$ 25 bilhões no trimestre, dobrará até o fim do ano. "Essa demanda deve continuar crescendo porque a adoção de IA pelas empresas ainda está no começo", afirma.

O analista de Global Tech do Itaú BBA, Stephano Gabriel, diz que o avanço da receita de nuvem da Alphabet continuará. "O segmento de Google Cloud sai de um aumento de 40% no quarto trimestre de 2025, na base anual, para alta de 60% no primeiro trimestre e, agora, de mais de 80%. Fazendo algumas estimativas em cima do 'backlog' [receita projetada em contratos] podemos ver essas receitas acelerando em mais de 100% ao ano, até o final do ano".

Entre as cinco principais "big techs", a Meta enfrentou a reação mais pessimista do mercado. As ações caíram mais de 10% após a empresa apresentar um lucro por ação abaixo das estimativas de analistas e nova projeção de aumento de capex com infraestrutura computacional. O resultado também refletiu despesas com processos judiciais e demissões. O fluxo de caixa livre caiu 91%, devido a investimentos pesados em data centers de IA. A estimativa de capex anual subiu para a faixa de US$ 130 bilhões a US$ 145 bilhões para apoiar a expansão agressiva de data centers voltados para IA. Na visão dos especialistas, a entrada da Meta em serviços de nuvem, gerando receita com capacidade computacional excedente, e os avanços de IA sobre a geração de anúncios trazem sentido à elevação do capex.

"Demanda deve continuar crescendo porque a adoção de IA está no começo"
Letícia Tonholo

A mudança de perspectiva dos investidores sobre aumento de gastos pode não ter sido uma notícia tão favorável à Apple, que corre por fora dos mercados de serviços de nuvem e IA em larga escala. "Como a Apple não tem esses gastos elevados com infraestrutura de IA em uma operação de 'hyperscale', manteve o fluxo de caixa muito positivo. Mas a situação mudou muito após esses últimos anúncios [sobre retornos de investimentos em IA]", diz Medeiros.

A dona do iPhone começou a semana passada no topo do ranking das empresas mais valiosas do mundo, superando o valor de US$ 5 trilhões, e terminou com uma queda de 7,35% em suas ações na sexta-feira. Embora tenha elevado o lucro líquido e a receita, a big tech não alcançou a estimativa de crescimento de receita na China e no segmento de serviços, que inclui assinaturas de conteúdos e armazenamento de dados na nuvem. A expectativa de manutenção destes patamares para serviços e vendas no mercado chinês no próximo trimestre também não agradou ao mercado.

A inflação no mercado de chips de memória gera preocupação com as margens de lucro da Apple, mesmo com um portfólio de dispositivos mais caros, no segmento premium. "Historicamente, ela era mais relevante entre os fornecedores [de chips], mas agora os fornecedores têm dado prioridade à cadeia de data centers", diz Gabriel, do Itaú BBA.

Austrália amplia exigência para pagamento por notícias

James Mayger
Bloomberg

O governo australiano planeja ampliar o escopo e aumentar as taxas a serem cobradas das grandes empresas de tecnologia para incentivá-las a fechar acordos com a mídia local.

De acordo com um comunicado oficial, o governo apresentará um projeto de lei ainda este ano sobre a "iniciativa de negociação coletiva de notícias". Em 2024, quando anunciou a iniciativa, o governo afirmou que previa que a lei se aplicaria à Meta Platforms Inc., ao Google (da Alphabet Inc.) e ao TikTok.

Essa abrangência foi ampliada para incluir plataformas de redes profissionais, de acordo com um documento analisado pela Bloomberg News. O LinkedIn, da Microsoft Corp., está entre as maiores plataformas desse tipo.

A iniciativa imporá taxas às plataformas digitais que optarem por não firmar acordos comerciais com veículos de notícias australianos para veicular seu conteúdo. No entanto, caso as plataformas firmem tais acordos, poderão compensar ou até mesmo eliminar essa tarifas que forem cobradas.

"O jornalismo australiano é importante para o bom funcionamento da democracia e queremos que ele seja sustentável agora e no futuro", disse o secretário adjunto do Tesouro, Daniel Mulino, em um comunicado.

"Queremos que as plataformas digitais façam acordos com uma gama diversificada de organizações de mídia e demonstramos boa-fé tanto com as plataformas quanto com as empresas de mídia durante o processo de consulta", disse o secretário adjunto australiano.

Na proposta de lei a ser apresentada, qualquer plataforma digital que gere mais de A$ 250 milhões (ou cerca de US$ 175 milhões) em receita anual de publicidade digital proveniente de mecanismos de busca ou mídias sociais na Austrália será taxada em 2,5% dessa receita, sendo o valor arrecadado destinado a subsidiar o trabalho de empresas de mídia.

Um projeto de lei divulgado no país em abril passado previa uma taxa de 2,25% para empresas relevantes com receita superior a 250 milhões de dólares australianos, proveniente de qualquer tipo de negócio na Austrália.

Ines249

Marketing Campanhas exibem mais a convivência familiar do que o ato de dar presentes

Marcas se ajustam ao novo conceito de Dia dos Pais

Natália Flach
De São Paulo

O Dia dos Pais ocupa um lugar diferente no calendário da geração Z, levando as marcas a rever a forma como se comunicam. Apenas 33% dos jovens nascidos entre 1996 e 2009 afirmam comemorar a data e 8% dizem que ela não faz sentido para suas vidas, segundo pesquisa inédita do InstitutoZ — núcleo de pesquisa da consultoria Trope-se.

O estudo, com 1.054 pessoas entrevistadas no país em maio, mostra ainda que 41% seriam mais leais a marcas que "permitissem silenciar comunicações" em datas como o Dia dos Pais, sinalizando uma demanda por abordagens mais sensíveis às diferentes configurações familiares.

Diante desse cenário, empresas têm trocado campanhas centradas no presente que seria comprado para o pai por narrativas sobre convivência, cuidado e diferentes configurações familiares, na tentativa de dialogar com uma geração que valoriza mais o tempo compartilhado do que os rituais tradicionais.

Os resultados da pesquisa refletem as mudanças na composição das famílias brasileiras. Em um país onde 7,8 milhões de mães criam os seus filhos sozinhas, de acordo com o Censo 2022 do IBGE, a ausência paterna faz parte da realidade de muitas pessoas e influencia a forma como a geração Z enxerga a data. O estudo da Trope-se mostra que 7% dos entrevistados vivem apenas com a mãe, enquanto apenas 1%, com o pai.

Para a antropóloga e líder de pesquisa do InstitutoZ, Paula Cisneiros, a celebração está mais ligada à convivência. "A presença física é o maior preditor da comemoração. Quem convive celebra muito mais", diz, acrescentando que quando a convivência pesa mais do que o vínculo biológico, abre-se espaço para homenagear padrastos, tios e outras pessoas que exercem esse papel.

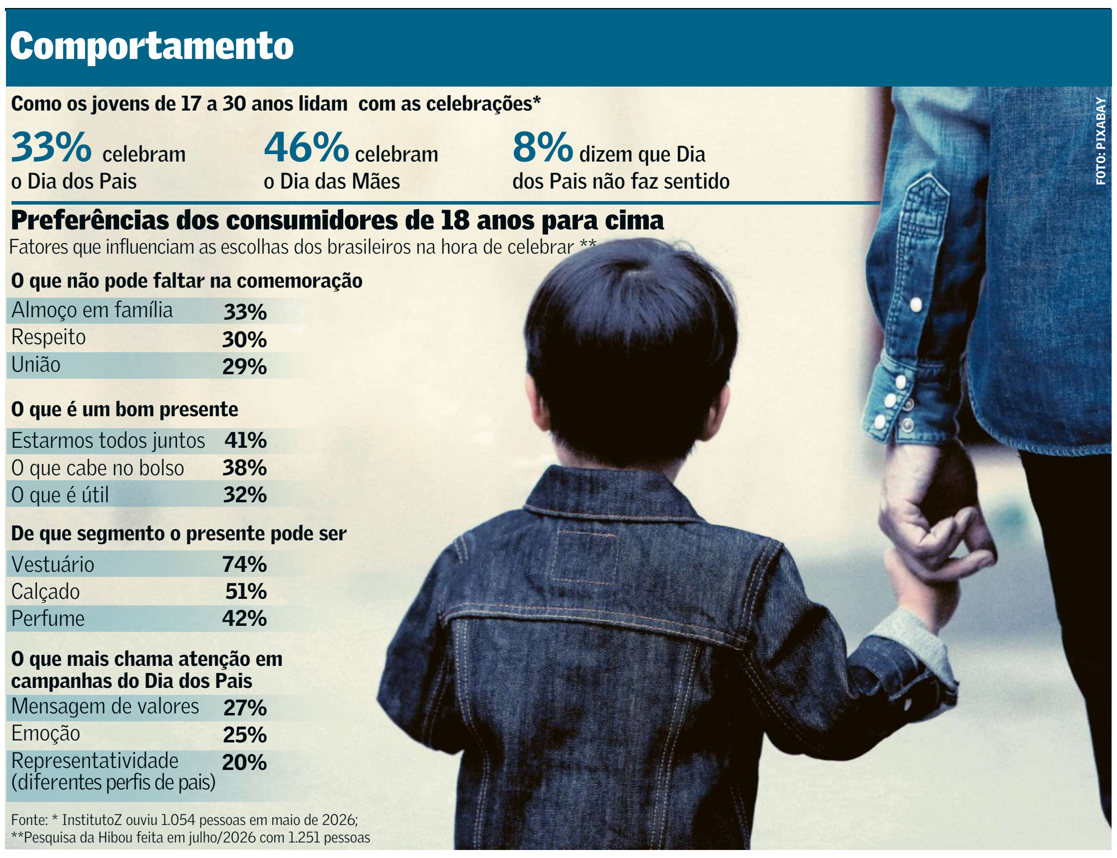
Os números reforçam essa relação. Entre os jovens que vivem apenas com o pai, 52% comemoram o Dia dos Pais; já entre aqueles que moram apenas com a mãe, o índice de celebração desse dia cai para 25%.

Esse movimento já aparece nas campanhas lançadas para a data. É o caso da Riachuelo, que ampliou a diversidade de famílias retratadas Sob o conceito "Ria com ele: Ria com quem te inspira", o anúncio reúne pais, padrastos e filhos em diferentes configurações familiares, com nomes como o do ator Murilo Benício e Pietro Antonelli, do surfista e campeão olímpico Italo Ferreira e o pai, além do também ator Nicolas Prattes ao lado do pai e do padrasto.

"Nosso objetivo foi mostrar que a moda também é uma forma de celebrar vínculos e criar identificação", afirma a diretora-executiva de marketing da Riachuelo, Cathyelle Schroeder, sem revelar o valor do investimento. A ação será veiculada na televisão, em redes sociais e em painéis dentro de shopping centers.

> "O presente não deixa de existir, mas passa a estar mais relacionado ao afeto"
> *Ligia Mello*

Comportamento



Como os jovens de 17 a 30 anos lidam com as celebrações*

33% celebram o Dia dos Pais

46% celebram o Dia das Mães

8% dizem que Dia dos Pais não faz sentido

Preferências dos consumidores de 18 anos para cima

Fatores que influenciam as escolhas dos brasileiros na hora de celebrar **

O que não pode faltar na comemoração	
Almoço em família	33%
Respeito	30%
União	29%

O que é um bom presente	
Estarmos todos juntos	41%
O que cabe no bolso	38%
O que é útil	32%

De que segmento o presente pode ser	
Vestuário	74%
Calçado	51%
Perfume	42%

O que mais chama atenção em campanhas do Dia dos Pais	
Mensagem de valores	27%
Emoção	25%
Representatividade (diferentes perfis de pais)	20%

Fonte: * InstitutoZ ouviu 1.054 pessoas em maio de 2026; **Pesquisa da Hibou feita em julho/2026 com 1.251 pessoas

FOTO: PIXABAY

Boa parte da população vai às lojas, claro, e a expectativa é que o Dia dos Pais movimente R$ 29,7 bilhões neste ano nas 27 capitais do país, um salto de 9,6% sobre a projeção de intenções de compra de 2025, segundo a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas. Na prática, isso significa que aproximadamente 104 milhões de pessoas devem ir às compras nos próximos dias, sendo que 36% pretendem gastar mais, 34% querem repetir o mesmo valor e 17% gostariam de desembolsar menos do que no ano passado. Os 13% restantes disseram não saber ou não decidiram ainda. A pesquisa aponta ainda que o valor médio dos presentes será em torno de R$ 286. Ao todo, foram ouvidos 978 entrevistados entre os dias 23 de junho e 1º de julho.

Na marca de moda masculina Oriba, o conceito da campanha parte da ideia de que a paternidade constrói um legado por meio da presença, do cuidado e dos vínculos. Para reforçar a narrativa, a empresa, que pertence à Shoulder, promoverá ações de personalização de roupas e acessórios nas lojas para transformar o presente em memória afetiva. "Não queremos falar apenas do momento comercial, queremos provocar uma reflexão sobre aquilo que permanece entre pais e filhos", diz o presidente e cofundador da Oriba, Rodrigo Ootani. O executivo diz que foi a campanha mais cara já feita pela empresa para a data, mas não revela o valor.

A valorização da presença não se restringe aos jovens e já começa a alterar a forma como os brasileiros celebram a data. Pesquisa da Hibou, feita em parceria com a Score Group em junho deste ano, com 1.251 pessoas acima de 18 anos, mostra que 41% dos consumidores consideram que estarem juntos é o maior presente do Dia dos Pais — um salto de 17 pontos percentuais em relação ao ano passado. Embora o tíquete médio permaneça semelhante ao de 2025, o presente deixa de ser o centro da comemoração.

"As pessoas estão transformando [para uma] data de carinho, de estar junto, e não apenas de comprar uma camisa. O presente não deixa de existir, mas passa a estar muito mais relacionado ao afeto", diz a sócia da Hibou, Ligia Mello.

Esse comportamento pode ser observado também no consumo. A intenção de compra de artigos esportivos passou de 9% para 27% dos entrevistados pela Hibou em um ano, impulsionada pela preocupação com a saúde e longevidade dos pais. Produtos de cuidados pessoais masculinos ganharam espaço, enquanto churrasco e bebidas perderam relevância.

Entre as marcas mais lembradas pelos consumidores, a Hering aparece no pódio, segundo a pesquisa da Hibou. A data é a segunda mais importante para a Hering no calendário comercial, atrás apenas do Natal. Neste ano, a marca retrata o primeiro Dia dos Pais do cantor Thiaguinho. A campanha "Tarde da Noite", criada pela agência AlmapBBDO, mostra como a chegada de um filho transforma a relação com o tempo e faz da convivência em família o momento mais valioso.

A Havaianas, marca da Alpargatas, deslocou o foco do presente para a convivência e reuniu o ator Marcello Novaes e os filhos, Pedro e Diogo, em vídeos gravados pela própria família, além de um conteúdo com o cantor João Gomes. "Neste ano, quisemos ir além da ideia do presente e celebrar também os momentos que tornam a data especial", afirma a diretora de marketing para a América Latina, Juliana Soncini.

"O Dia dos Pais representa um momento estratégico para fortalecer nossa conexão com os consumidores," diz o diretor-executivo das áreas criativas da Hering, do grupo Azzas 2154, Fernando Porto. A campanha será veiculada em TV aberta, redes sociais, mobiliário urbano e com influenciadores.

A marca de moda Reserva, também do Azzas, segue a mesma direção. O foco está na paternidade ativa e na corresponsabilidade pelo cuidado com os filhos. Para a diretora de marca da Reserva, Joana Bittencourt, a iniciativa busca ampliar uma conversa que vai além da data comercial e acompanha uma transformação no papel dos pais na sociedade. "Não estamos aqui para ensinar ninguém a ser pai, mas para amplificar essa conversa. Cuidar não é um papel, é um compromisso", afirma Bittencourt.

Como surge o Dia dos Pais

QUEM INVENTOU

História
De g1

O Dia dos Pais será comemorado em 9 de agosto no Brasil. Em outros países, a data varia dependendo de dias religiosos ou tradições comerciais.

No Brasil, nem sempre foi no segundo domingo do mês. O primeiro "Dia do Papai" ou "Dia do Pai" foi celebrado em 1953.

Depois, por conta do sucesso da campanha original criada para movimentar o comércio, a data "pegou" e se espalhou para o resto do país. E virou "Dia dos Pais".

A ideia original do "Dia do Papai" foi de Sylvio Bhering, que, na época, era diretor do jornal O Globo e da Rádio Globo no Rio, segundo o próprio O Globo.

O jornal veiculou a primeira menção à data em 1º de junho de 1953, para avisar que tinha uma nova data comemorativa para os pais, atendendo "aos pedidos dos leitores" que queriam uma festa similar ao Dia das Mães.

O dia escolhido foi 16 de agosto, que coincidia com o dia de São Joaquim, pai da Virgem Maria e considerado pela Igreja Católica como patriarca da família.

No dia 15 de agosto, o jornal adiantou em destaque na sua capa a saudação aos pais, com a mensagem de que "pela primeira vez os filhos, no enternecido reconhecimento que devem a quem lhes consagra energias e desvelos, preocupações e esperanças, manifestando aos pais toda a extensão do seu amor. Será a primeira vez e não será a última".

A data "pegou" e passou a ser celebrada em todo o país.

Para manter uma analogia com o Dia das Mães, no segundo domingo de maio, se tornou uma data fixa no segundo domingo de agosto.

'Quem não alimenta bem a IA não existe para o consumidor'

Estratégia

Andrea Assef
Para o Valor, de São Paulo

Ser grande no mundo e desconhecido em um mercado novo é um dos desafios mais complexos do marketing global. O diretor de marketing e produtos da Hisense no Brasil, Matheus Benatti, está na linha de frente desse desafio. A gigante chinesa de tecnologia e eletrodomésticos existe desde 1969, está presente em mais de 160 mercados e seu faturamento supera R$ 30 bilhões por ano.

Na área de esportes, patrocina a Copa do Mundo da Fifa desde 2018. Na edição de 2026, foi também patrocinadora do VAR (árbitro assistente de vídeo). Mesmo assim, ainda constrói seu nome junto ao consumidor brasileiro.

Para Benatti, a entrada em um mercado novo segue uma lógica de etapas: primeiro o esporte para ser visto, depois o conteúdo para ser entendido e, na sequência, o produto para que seja a marca escolhida. No meio de tudo isso, uma variável nova mudou as regras do jogo. A inteligência artificial está virando o cliente.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: *Para uma marca grande no mundo, mas novidade no Brasil, qual é o primeiro passo?*

Matheus Benatti: Quando uma marca consolidada globalmente chega a um novo mercado onde é desconhecida, o caminho costuma seguir uma lógica em etapas. A primeira é a construção de conhecimento, em geral ancorada em plataformas de grande visibilidade, como patrocínios esportivos globais. A segunda é contar a história da empresa, quais são seus diferenciais tecnológicos e a reputação construída em outros mercados. A terceira é aprofundar a comunicação de produto, ir aos pontos de contato do consumidor.

ROGÉRIO VIEIRA/VALOR

Matheus Benatti: "O grande desafio agora é como me conecto com o cliente"

Valor: *Por onde começar?*

Benatti: O ponto de partida, no entanto, costuma ser anterior a tudo isso. Muitas das marcas que chegaram ao Brasil com esse perfil percorreram um caminho longo antes de desenvolver a própria identidade, começando como fabricantes terceirizadas, produzindo para outras empresas até acumular conhecimento suficiente para apostar no próprio nome. Esse histórico, quando bem contado, é em si um argumento de credibilidade: não é uma marca nova, é uma marca nova para o Brasil.

Valor: *Por que o esporte se tornou o principal veículo de comunicação para marcas de tecnologia?*

Benatti: O esporte mexe com o sentimento da pessoa, com a emoção, com a recordação de eventos específicos e onde se consegue falar de forma massiva sobre a sua marca. Você tem momentos com seu pai, seu filho, seu irmão e se lembra onde estava quando assistiu a um momento marcante de um jogo. E, às vezes, a marca que você via naquele momento fica gravada com você por muito tempo.

Valor: *O esporte sozinho constrói marca?*

Benatti: O esporte é a porta de entrada. Sozinho, não faz nada. Por isso, no caso da Hisense, estamos indo para o próximo estágio no Brasil: já cresceu no nível de conhecimento de marca, agora é preciso contar quem ela é.

Valor: *Como fazer essa nova etapa na prática?*

Benatti: Acredito que seja preciso apostar muito na criação de conteúdos nativos. Hoje, não é mais só entrar no Google e procurar informação; é a busca nos chatbots de IA. Como eu influencio os algoritmos? Como criar conteúdos que expliquem meu produto a ponto de todas as plataformas de IA conseguirem dizer que eu tenho o melhor produto?

Valor: *Então, a IA está virando o cliente?*

Benatti: Com certeza já é um fator decisivo para definir a compra. Há alguns anos, 3% ou 4% das pesquisas on-line eram feitas por IA e o resto por pessoas. Hoje, 98% das pesquisas on-line têm a IA no processo. A IA deixou de ser ferramenta de busca para se tornar agente de decisão de compra. Quem não alimenta bem esses modelos simplesmente não existe para esse consumidor. O grande desafio do marketing agora é como me conecto com o cliente com essa nova variável no meio.

Valor: *E como se resolve isso?*

Benatti: Uma das apostas centrais é a geração de conteúdo por meio de especialistas: influenciadores, jornalistas e técnicos, com muito trabalho de relações públicas. Outra, bem mais poderosa, é quando alguém independente testa o produto e confirma que o que foi prometido é verdade. Nesse contexto, a imprensa terá um papel cada vez mais importante, pois ela funciona como instância de credibilidade para informações que, ditas pela marca, teriam outro peso.

Valor: *O consumidor brasileiro compra TV por tecnologia, preço ou imagem de marca?*

Benatti: O Brasil é o terceiro maior mercado de televisores do mundo, atrás de China e dos Estados Unidos. Praticamente todo lar tem pelo menos uma TV e o maior impulsionador de compra hoje é tecnologia e tamanho de tela.

> "Há poucos anos, 3% ou 4% das pesquisas on-line eram feitas por IA. Hoje, são 98%"

Valor: *Qual é o papel do ponto de venda numa era em que o consumidor pesquisa tudo on-line?*

Benatti: É onde ele vai ter a experimentação. É onde se consegue comparar com outros produtos, ter uma dimensão real do tamanho, do acabamento. E hoje os grandes varejos já são 'omnichannel'. O Brasil está muito evoluído. É no ponto de venda que você constrói recorrência.

Valor: *Qual a principal diferença entre o marketing na China e no Brasil?*

Benatti: É a cultura mais antiga do mundo. O chinês é um maratonista, não um velocista. Só que ele corre a maratona no ritmo dos 100 metros rasos. Planta com visão de longo prazo, constrói degrau por degrau. O consumidor chinês é mais orientado pelo benefício do produto. Entende a relação custo-benefício e não é enraizado em marcas. Por isso, marcas conseguem crescer mais rápido lá.

Valor: *O que é mais difícil explicar para os chineses sobre o Brasil?*

Benatti: Que o consumidor brasileiro é diferente para conquistar, criar confiança, entender que você será parceiro de longo prazo e que o produto precisa ser customizado. Temos três centros de pesquisa e desenvolvimento aqui estudando o que precisamos fazer para entregar o que o consumidor brasileiro quer.

Ines249

Clima Pacote com medidas para enfrentar efeitos do fenômeno não incluiu a política de gestão de risco

Seguro rural fica fora de debate sobre El Niño

Rafael Walendorff
De Brasília

O seguro rural, principal política de gestão de riscos climáticos para a agricultura, ficou fora do debate sobre medidas do governo para enfrentar possíveis efeitos de um El Niño muito forte neste ano. Com metade do orçamento de 2026 bloqueado, o programa de subvenção federal à contratação de apólices, gerido pelo Ministério da Agricultura, não foi sequer mencionado na reunião governamental no Palácio do Planalto na semana passada, segundo fontes.

Havia uma expectativa no mercado e no setor produtivo de que os recursos pudessem ser liberados, ainda mais com o alerta no governo para os impactos do clima na agropecuária e nos preços dos alimentos. O Executivo anunciou a aplicação de R$ 1,3 bilhão em um pacote de ações de enfrentamento ao El Niño, como a formação de estoques, combate a incêndios e distribuição de cestas básicas, mas sem anúncios para o seguro rural.

Sem a verba para a subvenção, que paga cerca de 30% da apólice, o acesso ao mecanismo de proteção das lavouras fica limitado. O trimestre de julho a setembro concentra a busca por financiamentos para plantio da safra de verão, momento de maior contratação dos seguros. De janeiro a maio, as contratações de seguro rural caíram 13,9% em relação ao mesmo período de 2025, segundo a Federação Nacional de Seguros Gerais (Fenseg).

R$ 461
milhões foi o valor bloqueado no PSR

O orçamento inicial do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) era de R$ 1,01 bilhão. Teve dois cancelamentos, de R$ 25,7 milhões e de R$ 56,3 milhões, e a verba caiu para R$ 935,5 milhões. Em junho, houve o bloqueio de R$ 461,7 milhões. Procurado, o Ministério da Agricultura não respondeu.

Na semana passada, o Ministério do Planejamento e Orçamento detalhou o desbloqueio de R$ 5,7 bilhões, mas o Ministério da Agricultura não foi contemplado e a verba do seguro rural segue retida.

"É preocupante que, em pleno debate sobre medidas contra o El Niño, não haja sinalização sobre o orçamento do PSR", afirmou Fábio Damasceno, vice-presidente da comissão de Seguro Rural da FenSeg.

WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO

Lucas Costa Beber, da Aprosoja

Dos R$ 473,8 milhões disponíveis, R$ 150 milhões foram usados na safra de inverno e outras culturas. A distribuição do restante dos recursos para aplicação no segundo semestre ainda não foi aprovada pelo Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural, pois não houve empenho dos recursos, disse uma fonte. O atraso trava a comercialização das apólices.

Se mantido o valor reduzido para a subvenção, a estimativa é que a área segurada possa cair para cerca de 2,7 milhões de hectares, menos de 3% da área agrícola nacional, projeta o Observatório do Crédito e do Seguro Rural do Centro de Estudos em Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Agro).

O Observatório defende o desbloqueio dos recursos e a abertura de um crédito suplementar para o orçamento total do PSR chegar a R$ 2,3 bilhões, recurso capaz de alcançar novamente o patamar de área segurada de 2021, de 13,5 milhões de hectares. "Manter menos de 3% da área agrícola coberta durante um El Niño potencialmente muito forte não é apenas insuficiência setorial, é risco produtivo, financeiro, fiscal e de segurança alimentar", disse Pedro Loyola, coordenador do Observatório.

Segundo uma fonte do governo, o seguro rural tem sido destacado como uma medida "eficaz" para o campo neste momento. Mesmo assim, não foi incluído nas medidas anunciadas semana passada.

Na visão do presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil), Lucas Costa Beber, é preciso colocar a gestão de risco no centro da política agrícola. "Sem previsibilidade orçamentária, o produtor não consegue incorporar o seguro na sua planilha de custos, e as seguradoras também não têm ambiente para ampliar a oferta de produtos", disse.

Com novidades, 'Melhores do Agronegócio' abre inscrições

Prêmio

Valor, de São Paulo

As empresas ligadas às diversas cadeias do agro têm até o dia 21 de agosto para fazer suas inscrições na 22ª edição do prêmio "Melhores do Agronegócio". A premiação, uma iniciativa da "Globo Rural", tem como parceira a Serasa Experian, responsável pela coleta, processamento e análise das informações das companhias. O anúncio das campeãs da edição de 2026 ocorrerá em um evento programado para novembro, em São Paulo.

Para apontar a melhor de cada segmento, a Serasa Experian avaliará 11 critérios contábeis e financeiros. As melhores nessa etapa serão avaliadas também por suas práticas socioambientais e de governança e poderão ter desconto na nota final caso adotem práticas que não estejam em conformidade com o regulamento do prêmio. Pelo segundo ano seguido, a análise das empresas ocorrerá preferencialmente por meio de suas demonstrações contábeis consolidadas. A atividade principal da companhia será o critério para definir a categoria da empresa na premiação.

O "Melhores" tem dado passos de evolução desde sua primeira edição, um movimento que ganhou força nas edições mais recentes. Em 2026, como parte dessas melhorias, o prêmio incluirá comparativos de lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) e também de alavancagem (dívida líquida sobre o Ebitda). Segundo os organizadores, a inclusão de Ebitda e do comparativo de alavancagem tornará ainda mais robusta a avaliação financeira.

As empresas que atingirem a maior pontuação em suas respectivas categorias concorrerão ao prêmio de melhor empresa do agro brasileiro. Das campeãs de cada segmento, as que tiverem as cinco pontuações mais altas passarão por avaliação de um comitê composto por especialistas do setor e por representantes da Serasa Experian e da Editora Globo. Dessa análise sairá a Campeã das Campeãs do prêmio em 2026.

No evento de premiação, a "Globo Rural" lançará o Anuário do Agronegócio, com o ranking das 500 maiores e reportagens sobre as campeãs de cada categoria. A participação no "Melhores" é gratuita, e todas as empresas que atuam em um dos segmentos do agronegócio podem se inscrever. O regulamento e o formulário de inscrições estão no link abaixo.

Inscrições: glo.bo/ig8hqqz

FLAVIO SANTANA

Os campeões do 'Melhores' em 2025: inscrições vão até o dia 21 de agosto

CBN Professional
11ª TEMPORADA

PARCERIA Valor ECONÔMICO

DE ESTAGIÁRIO AO NÚMERO UM DA COMPANHIA

FÁBIO LEITE
Presidente da DuPont na América Latina

Apresentado por:

STELA CAMPOS
VALOR ECONÔMICO

THIAGO BARBOSA
CBN

ACESSE AGORA
no site ou nas principais plataformas de streaming.
cbn.globo.com/professional

NOVOS EPISÓDIOS
toda segunda-feira

Ines249

Silvicultura Acordo ambiental firmado pelo governo estadual deve acelerar a expansão do cultivo para atender geração de energia em usinas de etanol de milho

Com demanda por biomassa, plantio de eucalipto atrai investidores em MT

Camila Souza Ramos
De São Paulo

A demanda crescente por biomassa em Mato Grosso para atender a necessidade de geração de energia de grandes agroindústrias, sobretudo as usinas de etanol de milho, tem atraído o interesse de produtores rurais, empresas e fundos de investimento para o plantio de eucalipto no Estado.

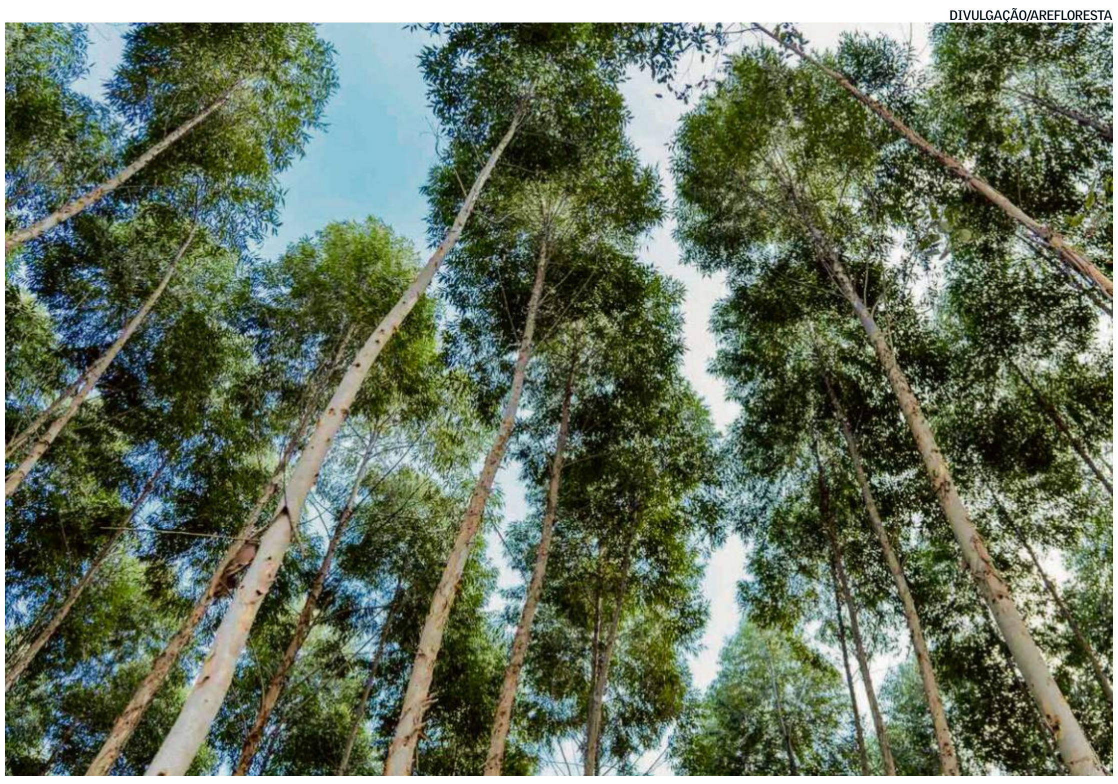
A atividade tem atraído neste ano interesse de fundos de investimento, agroindústrias, produtores rurais e empresas tradicionais de eucalipto, que passaram a mirar o mercado de biomassa, disse Fausto Takizawa, presidente do conselho de administração da Associação de Reflorestadores de Mato Grosso (Arefloresta) . "Todas essas alternativas já estão acontecendo", afirmou.

O movimento acompanha a demanda crescente criada pela indústria de etanol de milho, e que foi acelerada por um novo marco regulatório, que proíbe as grandes agroindústrias do Estado de utilizarem biomassa de vegetação nativa para abastecer suas plantas de cogeração de energia.

Em junho, o Ministério Público de Mato Grosso e o governo estadual assinaram um Termo de Compromisso Ambiental (TCA) que prevê acabar com a utilização de madeira de floresta nativa para uso como biomassa. O termo, aditado 11 dias após a primeira versão, define que, a partir de 2035, as grandes agroindústrias só poderão usar florestas plantadas.

Até o fim de 2025, o Estado tinha 165,62 mil hectares de eucalipto, segundo levantamento feito pelo Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária (Imea), a pedido do **Valor**. O governo estadual estabeleceu a meta de ampliar a área para 700 mil hectares até 2040. Isso implica mais do que quadruplicar o cultivo.

O aumento do cultivo vai demandar investimentos de R$ 8,5 bilhões, nas contas da Arefloresta — ou R$ 610 milhões todo ano, até o fim da próxima década.


DIVULGAÇÃO/AREFLORESTA

Cultivo de eucalipto em Jaciara (MT); Estado terá que quadruplicar área plantada para atender demanda crescente

R$ 8,5
bilhões deve ser o investimento para bater meta em 2040

O Imea contabilizou uma expansão de 22 mil hectares de eucalipto no Estado em 2025. Já uma expedição da Arefloresta identificou que, no ano passado, a expansão foi de 27 mil hectares, o que representa investimentos de R$ 450 milhões. "Se continuar em 27 mil hectares ao ano, o risco de abastecimento não sustentável é iminente", avaliou Takizawa.

Para o dirigente da Arefloresta, a tendência para 2026 é de "leve aumento" no ritmo de plantio em função do acordo ambiental, mas "talvez não aumente ainda na escala necessária".

A JFI Silvicultura, que presta serviço de plantio e cultivo de eucalipto para empresas, firmou contrato em junho com a Inpasa, maior produtora de etanol de milho do Brasil, para plantar, a partir de 2026, 3 mil hectares ao ano, por ao menos três anos. "E já há mais empresas que nos procuraram para conversar", afirmou o sócio José Carlos de Almeida.

Marcelo Schmid, sócio-diretor do Grupo Index, que presta consultoria para empresas na área florestal, disse que vem sendo procurado por várias companhias e investidores neste ano. "Os [investidores] que já estão no Brasil estão olhando para esse novo mercado de etanol. Mas ainda com certa desconfiança. Agora, vão ter que se aproximar de empresas pouco conhecidas no mundo florestal", afirmou. Para ele, o acordo ambiental acelerou o interesse pelo setor.

Em levantamento com clientes no Estado, ele estimou que mais de 60% da biomassa consumida por médias e grandes agroindústrias em Mato Grosso tenha origem em florestas nativas.

Para Almeida, da JFI Silvicultura o eucalipto pode avançar sobre áreas que foram ocupadas pela soja nos últimos anos, mas que não eram aptas à oleaginosa. "Quando a soja estava R$ 200 a saca, o pessoal pegava terra fraca e plantava. Mas agora, que caiu para R$ 100 a saca, não fecha a conta mais", afirmou.

Outra alternativa são as pastagens degradadas. Apenas os pastos com alto nível de degradação, na classificação da Embrapa, ocupam 5,2 milhão de hectares em Mato Grosso, observou Takizawa.

O desafio é o financiamento, já que há poucas linhas com condições adequadas. "Há uma carência de crédito para o plantio de silvicultura. E só dá receita depois de seis a sete anos", disse Schmid.

Os principais custos são concentrados nos primeiros anos, como plantio, irrigação e controle de formigas. Segundo Almeida, o custo do plantio ao corte é estimado em R$ 15 mil o hectare. Em Mato Grosso, a despesa é mais elevada pela maior necessidade de irrigação.

Para Schmid, o eucalipto poderia ser uma "ótima estratégia de diversificação" para os agricultores, mas a falta de crédito "afasta pequenos produtores e médios, que preferem ficar com a lavoura e o boi, que dão receita todo ano".

Uma opção pode ser o recurso da reposição florestal, previsto no Código Florestal, que obriga quem desmata a plantar o equivalente em metro cúbico — ou pagar a quem planta —, segundo Takizawa.

El Niño já puxou alta de cacau e café em julho

Cenários

Paulo Santos
De Campina Grande (PB)

Cada vez mais consolidado, o fenômeno climático El Niño já afeta as estimativas para a oferta de cacau e café no mundo e mexe com os preços das duas commodities. Com o movimento de investidores para se antecipar a possíveis perdas na produção, as cotações de ambos dispararam na Bolsa de Nova York em julho. Em Chicago, o destaque de alta no mês passado foi o trigo, que subiu devido a uma safra menor nos Estados Unidos e com a influência da escalada da guerra entre Rússia e Ucrânia, dois grandes produtores do cereal.

O cacau liderou a valorização das commodities agrícolas em Nova York. Os contratos de segunda posição subiram 29,5% na comparação mensal, para o preço médio de US$ 5.603 a tonelada, segundo cálculos do Valor Data.

Carolina França, analista de mercado da Hedgepoint Global Markets, diz que o El Niño é o principal risco avaliado pelos investidores na bolsa. "O preço do cacau reagiu, especialmente após a agência da OMM [Organização Meteorológica Mundial] apontar que o El Niño afetaria o padrão do clima com maior intensidade e de forma mais rápida a partir de julho. Essa notícia serviu como pano de fundo para a movimentação dos contratos futuros", afirma.

Segundo França, o fenômeno já levou à redução nas estimativas de colheita dos principais produtores mundiais de cacau na safra 2026/27. No maior deles, a Costa do Marfim, a colheita deve ser 9% menor que no ciclo atual. Em Gana, o órgão regulador de cacau no país projetou queda de 16%.

Os dados de moagem de cacau no segundo trimestre também contribuíram para a alta. "Apesar da queda no processamento na Europa, Ásia e América do Norte tiveram incrementos, mostrando uma demanda resiliente. Esse aumento de demanda também fica evidente quando analisamos os resultados das principais indústrias de chocolates", acrescenta França.

O El Niño também fez os preços dos contratos de segunda posição de café subirem 21,5%, para uma média de US$ 3,1751 a libra-peso em julho. O último mês foi marcado por excesso de chuvas nas principais áreas de café do Brasil, o maior produtor e exportador mundial de arábica. Para analistas, a umidade excessiva está relacionada aos efeitos do El Niño. Esse quadro, além de atrasar a colheita brasileira, prejudicou a qualidade dos grãos da safra 2026/27.

"Temos este ano uma quebra na qualidade do café, e não no volume que será colhido. O excesso de chuva afetou a oferta desses grãos de qualidade e trouxe reflexo para os preços, uma vez que os estoques certificados, que estão em níveis muito baixos, não contarão com essa oferta esperada inicialmente", destaca Haroldo Bonfá, diretor da Pharos Consultoria.

Também em Nova York, o açúcar fechou julho em alta de 8,8% na comparação mensal, a 15,71 centavos de dólar a libra-peso na média, enquanto o algodão avançou 4,4%, com média de 79,74 centavos de dólar a libra-peso. Nos dois casos, houve influência do aumento de 20% na cotação do petróleo.

A valorização do fóssil tende estimular a produção de etanol no Brasil e a reduzir a oferta de açúcar. O petróleo em alta ainda desestimula as indústrias têxteis a usarem fibras sintéticas, aumentando a demanda por fibras naturais.

Apenas o suco de laranja concentrado e congelado (FCOJ, na sigla em inglês), recuou entre as "soft commodities" em Nova York no último mês. O preço médio caiu 6,3%, a US$ 1,4978 a libra-peso.

Com alta de 10,1% em julho sobre o mês anterior, o trigo liderou a valorização dos grãos na bolsa de Chicago. Os contratos de segunda posição do cereal fecharam a US$ 6,6166 o bushel na média.

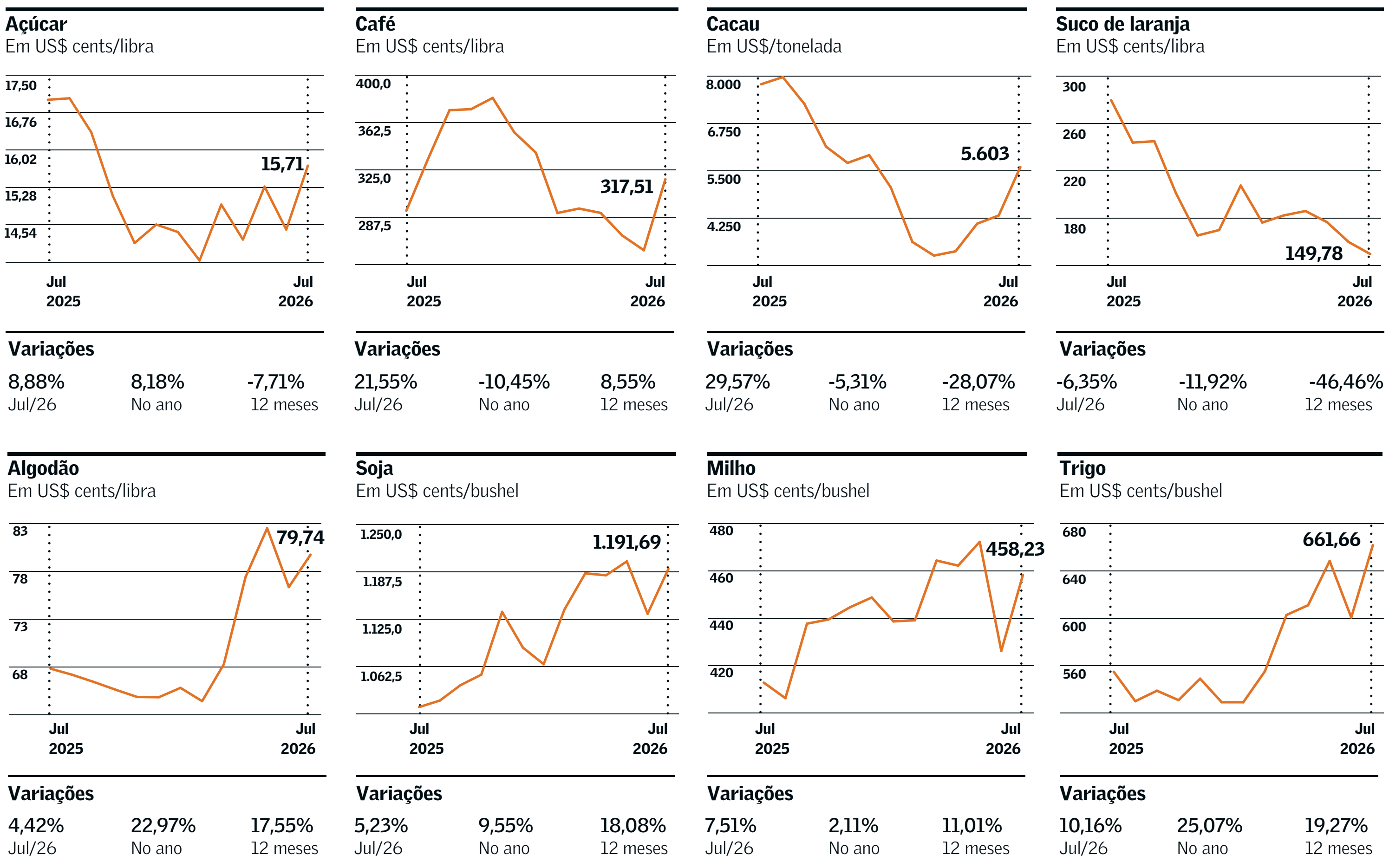
Fatores relacionados a oferta e geopolíticos fizeram o trigo atingir em julho o maior valor em dois anos em Chicago, diz Élcio Bento, analista da Safras & Mercado. "A produção nos EUA [na safra 2025/26] é a menor desde 1970, e ainda o país terá a menor área plantada de sua história", diz.

O recrudescimento da guerra entre Rússia e Ucrânia também colaborou para a valorização do trigo. Em julho, o conflito escalou, com notícias de destruição de navios graneleiros russos. "Os ataques no Mar Negro comprometem as exportações da principal região de escoamento de trigo no mundo", observa.

Os preços de soja e milho também subiram em Chicago, em parte, devido ao aumento das temperaturas nos EUA na fase crucial de desenvolvimento das plantas. A soja subiu 5,2%, para US$ 11,9169 o bushel. O milho teve alta de 7,5%, a US$ 4,5823 o bushel, na média.

> "OMM apontou que El Niño afetaria mais o clima a partir de julho"
> *Carolina França*

Commodities agrícolas
Cotações médias mensais* nas bolsas de Nova York e Chicago



Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * Mercado futuro, segunda posição

Políticas
Seguro rural ficou de fora de debate sobre medidas para conter efeitos do El Niño
B7

Ines249

Bolsa
Arakawa, do Mattos Filho, vê movimento mais intenso de multinacionais em torno de OPAs C5

Entrevista
Próximo ano será de corte de juros, diz Thiago Mendez, do Bahia Asset C2

Mercados
Pane em negociação na B3 ocorre em meio à chegada de concorrentes C3

Análise
IA desafia bancos centrais e pode redefinir política monetária do Fed C6

Finanças

Política monetária Dados de inflação e atividade ajudam e dão espaço para Copom reduzir taxa em 0,25 ponto percentual pela quarta reunião seguida

BC deve cortar Selic a 14% e deixar porta aberta a novos ajustes

INTRADAY

Gabriel Caldeira, Victor Rezende e Gabriel Roca
De São Paulo

A última rodada de indicadores de atividade econômica e inflação aumentou a confiança do mercado na continuidade do ciclo de cortes da Selic, e a expectativa de uma nova redução de 0,25 ponto percentual, levando a taxa básica de juros a 14%, é praticamente consenso entre 113 bancos, gestoras de recursos e consultorias ouvidos pelo **Valor**.

Além da coleta de projeções, a reportagem ouviu economistas de casas que figuraram no Top 5 do Boletim Focus de Selic no curto prazo referente ao segundo trimestre, o mais recente divulgado pelo Banco Central (BC). Embora a visão geral seja que os dados mais recentes e a comunicação do Comitê de Política Monetária (Copom) apontam para mais um corte na decisão da próxima quarta-feira, a convicção acerca da extensão do ciclo é menor, diante de riscos tanto no cenário doméstico quanto no externo.

Das 113 casas que relataram suas expectativas, apenas três não esperam um corte de 0,25 ponto nesta semana: Citi, Pantheon Macroeconomics e Suno Research.

Para além de agosto, 46 acreditam que o ciclo de flexibilização monetária será interrompido já na próxima reunião ou após o encontro do Copom deste mês, enquanto 64 esperam ao menos mais uma redução entre setembro e dezembro.

O economista-chefe para Brasil do Barclays, Roberto Secemski, espera há algum tempo uma redução de 0,25 ponto no juro básico na reunião desta semana e acredita que a evolução das variáveis econômicas desde o encontro de junho fortificou essa possibilidade. Isso porque, já na reunião de junho, Secemski avalia que a autoridade monetária revelou uma preferência por continuar o ciclo ao estender o horizonte relevante mais cedo do que a institucionalidade vigente sugeriria (18 meses) em virtude dos efeitos estimados do El Niño sobre os preços. Além disso, a sequência de indicadores de inflação e de atividade no último mês também joga a favor da continuidade da calibragem no tamanho da restrição monetária.

GABRIEL REIS/VALOR

"De fato, desde a última reunião, a maioria dos dados veio mais fraca que o esperado, ainda que não seja em um nível que sinalize que os riscos à convergência da inflação à meta desapareceram. Ainda estamos em um ambiente que inspira cuidados", enfatiza Secemski. O economista observa que a melhora na inflação corrente está muito ligada à reversão dos preços de alimentos no domicílio e que os núcleos têm tido um alívio muito baseado em itens específicos, ao passo que a inflação de serviços intensivos em mão de obra atingiu um pico de nove anos, ao subir 7,3% na comparação anual.

Quanto à comunicação, o economista do Barclays não espera que a autoridade monetária feche a porta para novos cortes nem que endosse abertamente outro movimento de 0,25 ponto. "Acredito que virá uma mensagem 'agnóstica' em relação ao futuro, o que quer dizer que o Copom continuará dependente de dados. Minha expectativa, porém, é a de que o balanço de riscos continue sendo assimétrico para cima, embora não esteja claro para mim se isso estará no comunicado ou se será dito somente na ata, como foi na reunião anterior."

O economista-chefe do banco BV, Roberto Padovani, também espera um comunicado sem qualquer indicação sobre as próximas decisões do BC, deixando a porta aberta para seguir cortando ou para uma pausa do ciclo de setembro em diante. "Como o ambiente está sendo de muito incerteza, o Copom seguirá sem se comprometer com os próximos passos. Essa tem sido uma postura dos bancos centrais de forma geral", diz.

Padovani também espera um corte adicional da Selic a 14%, e destaca não apenas a "preferência" do BC em seguir reduzindo os juros como também os dados recentes favoráveis para este cenário, em especial o IPCA-15 de julho, importante para mostrar que o processo de convergência da inflação à meta continua, ainda que de forma lenta, na sua visão. Além disso, há a expectativa por dados de crescimento mais fracos no curto prazo. "Com uma atividade mais fraca e a inflação convergindo, a calibração faz sentido na cabeça do BC. A política monetária seguirá apertada, mas a uma intensidade menor."

> "Acredito que virá uma mensagem 'agnóstica' em relação ao futuro, o que quer dizer que o Copom continuará dependente de dados"
> *Roberto Secemski*

O economista-chefe do Daycoval, Rafael Cardoso, também espera que o Copom corte a Selic em 0,25 ponto na quarta-feira e não forneça nenhum tipo de orientação para a próxima decisão, o que deve manter viva a possibilidade de um corte de juros na reunião de setembro.

"Quando atualizamos as premissas do modelo, as projeções de inflação no novo horizonte relevante (primeiro trimestre de 2028) devem mudar pouco em relação ao projetado anteriormente e ficar na casa dos 3,2%. Se isso é verdade e o modelo contempla a trajetória embutida no Focus, pode existir espaço para mais um corte de 0,25 ponto. Não é nosso cenário-base e as condições precisariam evoluir de modo benigno para essa redução acontecer, mas a probabilidade não é zero", aponta.

O cenário-base do Daycoval é que o BC interrompa os cortes de juros nos 14%. "A probabilidade de um novo corte em setembro ainda é minoritária, na nossa avaliação. Se a decisão trouxer alguma novidade, como uma projeção de inflação menor ou algum comentário que leve a entender que a chance de corte em setembro é majoritária, podemos revisar. Mas, a princípio, este seria o corte de pausa", diz.

Tendo figurado no Top 5 do Focus em algumas categorias nos últimos meses, o economista Ricardo Meirelles de Faria, da consultoria Linus Galena, tem visão mais otimista e avalia que o nível da taxa de juros no momento é excessivamente restritivo, ainda que a política fiscal seja bastante expansionista. "Eu, pessoalmente, acredito em cortes de 0,25 ponto nas próximas quatro reuniões, mesmo com o vaivém da guerra no Irã", afirma.

> "Como o ambiente está sendo de muito incerteza, o Copom seguirá sem se comprometer com os próximos passos"
> *Roberto Padovani*

O economista observa que a maior parte do mercado se frustrou com o Copom em junho, apesar de um corte nos juros estar amplamente precificado pelos agentes. Para ele, parte dessa rebelião está relacionada à comunicação "atabalhoada" da autoridade monetária. "Acredito que, agora, a comunicação será parecida no conteúdo, mas vejo o BC mais cuidadoso ao falar sobre a convergência da inflação à meta no horizonte relevante", diz Meirelles, para quem o colegiado pode deixar a porta aberta para mais uma redução nos juros na reunião de setembro.

"Quando vemos os resultados da atividade e do IPCA, há espaço para reduzir um pouco mais a Selic. O juro real ainda é muito grande e, nesse sentido, sei que estou um pouco fora do consenso", diz o economista, ao projetar uma taxa básica em 13,25% no fim do ano. "Logicamente, muita água vai rolar e precisaremos acompanhar as eleições, mas a sensação é de que algo já está nos preços do mercado."

O economista-chefe da Parcitas Investimentos, Vitor Martello, também espera um corte de 0,25 ponto percentual na reunião de quarta-feira e acredita que há uma probabilidade crescente de um novo corte de mesma magnitude em setembro. "Ele vai sinalizar alguma coisa para setembro? A gente acha que não. Esse BC não costuma tomar decisões antecipadas, principalmente em um ambiente de elevada incerteza. A estratégia deve continuar sendo acompanhar os dados sobre demanda agregada, atividade, inflação, especialmente a inflação subjacente e, a cada reunião, tomar a decisão considerada mais adequada. Na nossa visão, essa decisão seria cortar mais 25 pontos-base na semana que vem e parar em 14%", aponta.

"A nossa avaliação é que o BC está ganhando, e não perdendo, confiança no seu cenário-base. Aquele cenário de inflação ainda pressionada, mas convergindo gradualmente para a meta, com os juros elevados sendo transmitidos para a economia, está sendo corroborado pelos dados", afirma.

Para além de agosto, Padovani, do BV, acredita que o ideal é pausar o ciclo de cortes em meio a um quadro macroeconômico repleto de incertezas. "Acho que faz sentido uma pausa agora e, à medida que você conhece a dinâmica de preços, em algum momento de 2027 pode retomar o processo de corte de juros", argumenta.

Entre os fatores que carecem de maior clareza, o economista cita o comportamento do dólar até o fim do ano, os prováveis impactos do El Niño sobre a inflação de alimentos e a percepção do mercado sobre a política fiscal após as eleições presidenciais.

Mais um corte à vista

Projeções* para a taxa Selic (em % a.a.)

Instituições financeiras	ago/26	dez/26
Persevera	14,00	12,00
Ativa Investimentos	14,00	12,25
BRP	14,00	13,00
Eytse Estratégia	14,00	13,00
AZ Quest	14,00	13,25
Inter	14,00	13,25
Linus Galena	14,00	13,25
Opportunity	14,00	13,25
Pezco	14,00	13,25
Vivest	14,00	13,25
XP Asset Management	14,00	13,25
Banco Safra	14,00	13,50
Barra Peixe Investimentos	14,00	13,50
Lifetime Gestão de Recursos	14,00	13,50
Medley Advisors	14,00	13,50
Oxford Economics	14,00	13,50
Panamby Capital	14,00	13,50
PicPay	14,00	13,50
Rubik Capital	14,00	13,50
Troster & Associados	14,00	13,50
Veedha Investimentos	14,00	13,50
Ace Capital	14,00	13,75
Acrefi	14,00	13,75
Ágora Investimentos	14,00	13,75
ARX Investimentos	14,00	13,75
Asset 1	14,00	13,75
Austin Rating	14,00	13,75
B.Side Investimentos	14,00	13,75
Banco Bmg	14,00	13,75
Banco Fibra	14,00	13,75
Banco Pine	14,00	13,75
Bradesco	14,00	13,75
BTG Pactual	14,00	13,75
Capital Economics	14,00	13,75
EQI Asset	14,00	13,75
Exploritas	14,00	13,75
Galapagos Capital	14,00	13,75
Genial Investimentos	14,00	13,75
Itaú Asset Management	14,00	13,75
Itaú Unibanco	14,00	13,75
J.P. Morgan	14,00	13,75
JGP	14,00	13,75
Jubarte Capital	14,00	13,75
Oby Capital	14,00	13,75
Occam	14,00	13,75
Oriz Partners	14,00	13,75
Planner	14,00	13,75
Polo Capital	14,00	13,75
Porto Asset	14,00	13,75
Quantitas	14,00	13,75
Rio Bravo Investimentos	14,00	13,75
RPS Capital	14,00	13,75
Santander	14,00	13,75
Sicredi	14,00	13,75
Sicredi Asset	14,00	13,75
SM Managed Futures	14,00	13,75
Société Générale	14,00	13,75
Somma Investimentos	14,00	13,75
TS Lombard	14,00	13,75
Tullett Prebon Brasil	14,00	13,75
Vitor Vidal Consultoria	14,00	13,75
Way Investimentos	14,00	13,75
4intelligence	14,00	14,00
ABBC	14,00	14,00
ABC Brasil	14,00	14,00
Análise Econômica	14,00	14,00
Armor Capital	14,00	14,00
ASA	14,00	14,00
Bahia Asset Management	14,00	14,00
Banco BV	14,00	14,00
Banco do Brasil	14,00	14,00
Banco Mercantil	14,00	14,00
Bank of America	14,00	14,00
Banrisul	14,00	14,00
Barclays	14,00	14,00
BGC Liquidez	14,00	14,00
BNP Paribas	14,00	14,00
BOCOM BBM	14,00	14,00
Brasilprev	14,00	14,00
BRCG	14,00	14,00
C6 Bank	14,00	14,00
Caixa Asset Management	14,00	14,00
Canvas Capital	14,00	14,00
Daycoval	14,00	14,00
Deutsche Bank	14,00	14,00
E2+ Economia	14,00	14,00
FGV/Ibre	14,00	14,00
Franklin Templeton Brasil	14,00	14,00
G5 Partners	14,00	14,00
Goldman Sachs	14,00	14,00
HSBC	14,00	14,00
Journey Capital	14,00	14,00
MAG Investimentos	14,00	14,00
MB Associados	14,00	14,00
Morgan Stanley	14,00	14,00
Natixis	14,00	14,00
Neo Investimentos	14,00	14,00
Paraná Banco	14,00	14,00
Parcitas Investimentos	14,00	14,00
Principal Asset Management	14,00	14,00
Rabobank	14,00	14,00
Santander Asset Management	14,00	14,00
TAG Investimentos	14,00	14,00
Terra Investimentos	14,00	14,00
Travelex Bank	14,00	14,00
Warren Investimentos	14,00	14,00
XP	14,00	14,00
Adam Capital	14,00	N/D
SulAmérica Investimentos	14,00	N/D
UBS BB	14,00	N/D
Pantheon Macroeconomics	14,25	13,50
Suno Research	14,25	13,75
Citi	14,25	14,25

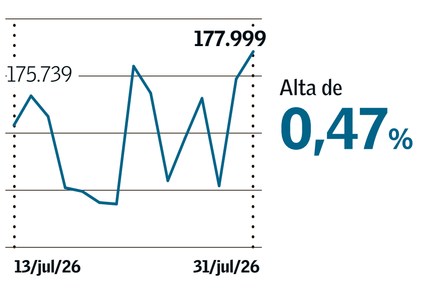
Mediana das projeções

	Selic dez/26	Selic dez/27	IPCA 2026	IPCA 2027
Em 12/jun	14,00%	12,00%	5,2%	4,2%
Em 31/jul	13,75%	12,00%	5,0%	4,2%

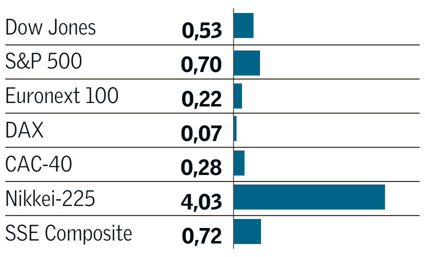
Fonte: Instituições financeiras e consultorias. Elaboração: Valor. *Projeções coletadas entre 28 e 31/jul/2026. N/D - não divulgado

Ines249

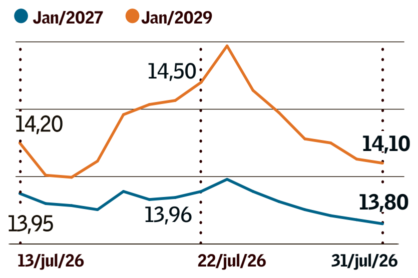
Ibovespa
Em pontos



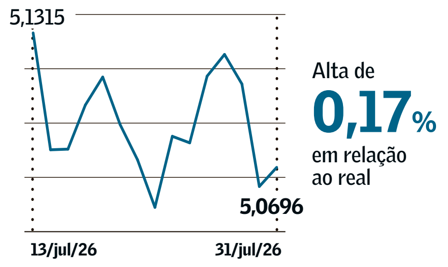
Bolsas internacionais
Variações no dia 31/jul/26 - em %



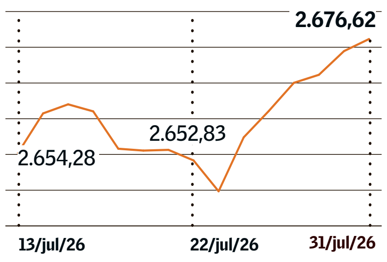
Juros
DI-Over futuro - em % ao ano



Dólar comercial
Cotação de venda - em R$/US$



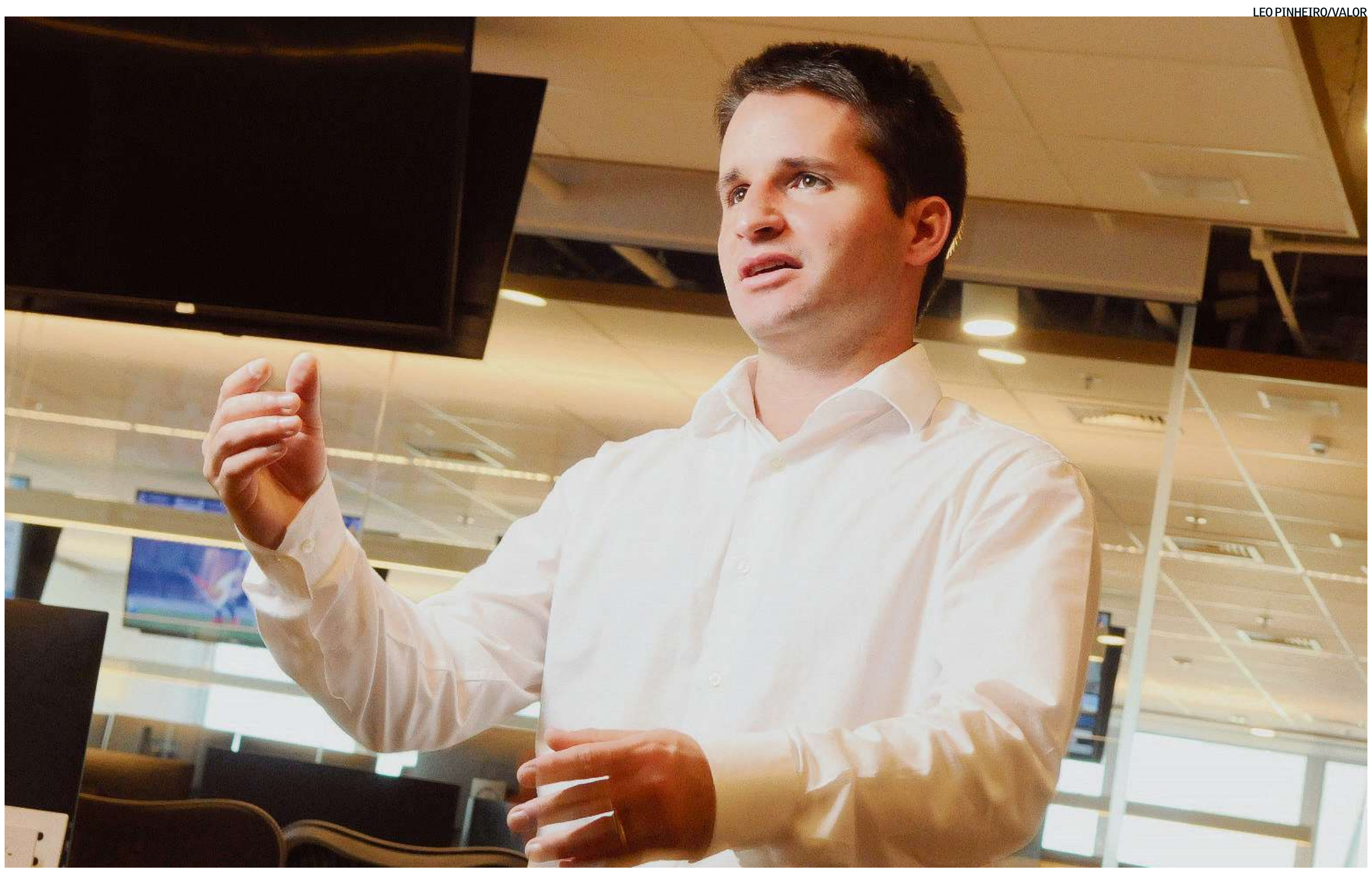
Índice de Renda Fixa Valor
Base = 100 em 31/12/99



Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Entrevista Para Thiago Mendez, do Bahia Asset, oportunidades no Brasil devem crescer adiante

‘Independente da eleição, 2027 será um ano de cortes de juros’


LEO PINHEIRO/VALOR

Mendez: expectativa de que taxa Selic seja reduzida até 14%, permaneça nesse nível por algum tempo e volte a cair somente no ano que vem

Gabriel Roca e Victor Rezende
De São Paulo

Independentemente de quem vencer a eleição presidencial de outubro, 2027 tende a marcar a retomada do ciclo de queda dos juros no Brasil. A visão é defendida pelo sócio responsável pelos fundos multimercado e de renda fixa do Bahia Asset Management, Thiago Mendez, para quem tanto uma eventual vitória da oposição quanto a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) têm potencial para abrir espaço para um novo ciclo de queda da Selic, ainda que por razões distintas. “Acho que o próximo ano será um ano de queda de juros no Brasil”, enfatiza.

Em entrevista ao **Intraday**, blog de mercados financeiros do **Valor**, Mendez avalia que uma eventual mudança de governo levaria o mercado a abraçar rapidamente a perspectiva de uma melhora fiscal. Já em um novo mandato de Lula, dificilmente haveria uma repetição do volume de estímulos observado em 2026, o que também favoreceria um ambiente de juros menores. Para ele, nesse cenário, haveria espaço para uma redução de prêmios na curva de juros, além de oportunidades nas NTN-Bs e em ações sensíveis aos juros.

Valor: *Como tem avaliado a política do Federal Reserve?*

Thiago Mendez: Desde que Kevin Warsh assumiu o Fed, surgiu a narrativa de que, por ter sido apontado por Donald Trump, ele não subiria os juros mesmo se fosse necessário. Diante disso, Warsh tentou conquistar credibilidade. Na primeira reunião, adotou um discurso bastante duro em relação à inflação, destacando que os EUA convivem com índices acima da meta há cinco anos. O mercado interpretou essa postura como um sinal de que o Fed poderia elevar os juros. Em um movimento bastante atípico, o mercado chegou a precificar cerca de 30% de probabilidade de alta dos juros antes da decisão [da semana passada].

Valor: *Qual a novidade nesse episódio mais recente?*

Mendez: Presidentes anteriores do Fed tinham uma preocupação muito grande em preparar o mercado para suas decisões. O dia da decisão era apenas uma confirmação. Warsh parece adotar uma postura diferente, deixando o mercado mais livre para formar suas expectativas. Só isso já aumenta a incerteza em torno das decisões. Nesse contexto, o mercado passou a se preparar para uma decisão mais “hawkish” [inclinada à alta de juros]. Houve compra de dólares, os juros reais nos EUA atingiram as máximas de vários anos e a inflação ‘implícita’ recuou... No fim, apesar de o mercado atribuir cerca de 30% de probabilidade a uma alta, os juros foram mantidos.

Valor: *E a reação do mercado foi bastante intensa...*

Mendez: Muitos investidores tiveram a impressão de que Warsh titubeou em alguns momentos na coletiva e não foi tão assertivo ao falar sobre a inflação. Na reunião de junho, na minha avaliação, o mercado exagerou. Warsh não sinalizou uma alta iminente dos juros. Também não acredito que o Fed vá para o extremo oposto nas próximas reuniões. Se for necessário, o banco central vai combater a inflação. Mas, olhando para frente e para as nossas projeções, não vemos urgência para elevar os juros.

Valor: *Por quê?*

Mendez: Uma eventual queda do petróleo pode permitir que a inflação volte a rodar mais próxima da meta. O mercado de trabalho está equilibrado. A economia foi forte no primeiro semestre, sustentada pelos investimentos em inteligência artificial e pelos cheques distribuídos pelo governo, que apoiaram o consumo. Daqui para frente, enxergamos uma leve desaceleração da economia [dos EUA], com crescimento entre 1,5% e 2%, mais impulsionado pelos investimentos do que pelo consumo. Por isso, não vemos urgência para o Fed subir os juros. A comunicação deve continuar firme em relação à inflação, mas não esperamos altas de juros neste ano.

Valor: *Possuem posições nos EUA neste momento?*

Mendez: Não estamos aplicados em juros, mas, perto da reunião do Fed, fomos vendedores de dólares. O mercado havia comprado muito dólar antes da decisão, o que criou uma assimetria favorável. Entendemos que fazia mais sentido montar essa posição no câmbio. Vendemos dólar contra o euro e o dólar australiano. Além disso, também estamos comprados de forma tática no S&P 500, que sofreu uma correção importante.

Valor: *A inclinação da curva de juros dos EUA o surpreendeu?*

Mendez: O movimento foi, principalmente, uma questão de posicionamento. Havia a expectativa de um Fed mais duro. Na minha avaliação, a alta da inflação “implícita” e a inclinação da curva de juros foram exageradas para um único dia. Dito isso, tenho uma preocupação estrutural com os juros longos no mundo.

Valor: *Por quê?*

Mendez: A política fiscal passou a ser um fator muito mais relevante. Hoje, praticamente não existe uma discussão séria sobre restrição fiscal. Nesse contexto, o que chamamos de “term premium” [prêmio pago para se carregar um título ao longo do tempo] precisa mesmo ser mais elevado. Há um volume muito grande de dívida para ser rolado e uma competição crescente por capital. Os juros dos títulos americanos de 30 anos estão nas máximas dos últimos 19 anos... Ao mesmo tempo, a economia segue relativamente resiliente, o governo continua emitindo dívida e as empresas ligadas à IA, principalmente as “hyperscalers” [as gigantes de computação em nuvem], também passaram a demandar muito capital. Essas empresas antes eram grandes geradoras de caixa e pouco intensivas em investimento. Agora, estão investindo pesadamente e se financiando tanto por dívida quanto por emissões de ações. Isso aumenta a demanda por capital e acaba pressionando os juros de longo prazo no mundo.

“Warsh não sinalizou uma alta iminente dos juros. Também não acredito que o Fed vá para o extremo oposto nas próximas reuniões”

Valor: *Esse grande volume de investimentos das “hyperscalers” o assusta?*

Mendez: Não tenho uma opinião sobre onde isso vai parar. Existe toda a discussão sobre quem serão os vencedores e os perdedores desse processo, mas, para nós, os investimentos em IA vão continuar acontecendo. A razão é simples: as empresas que não investirem correm o risco de ficar para trás. Se esses investimentos vão gerar o retorno esperado, é muito mais difícil responder. A cada temporada de balanços, as empresas continuam anunciando investimentos relevantes para os próximos anos. Isso cria um piso para a atividade econômica americana — e, em alguma medida, para a economia global.

Valor: *Você mencionou posições no câmbio e na bolsa. E nos juros?*

Mendez: Como os juros têm apresentado uma correlação muito alta com o petróleo, isso fez com que, de forma atípica para os nossos padrões, reduzíssemos nossa exposição ao mercado global de juros. Hoje, a relação entre essas duas variáveis está muito intensa. E, no Brasil, há um fator adicional importante: a eleição. Estamos vendo um Banco Central que parece tatear o ciclo de cortes de juros. Pela comunicação da autoridade monetária, nossa avaliação é a de que a Selic deve cair 0,25 ponto, mas sem que o BC feche a porta para novos cortes.

Valor: *Como tem visto a condução da política monetária por aqui?*

Mendez: A postura do BC parece refletir muito mais a incerteza em torno da inflação, da atividade econômica e da política econômica do que uma convicção genuína sobre o cenário. Quando o BC decide interromper um ciclo de afrouxamento, ele passa a mensagem de que acredita não haver mais espaço para reduzir os juros. Como a taxa ainda estaria em torno de 14%, ela continuaria em um nível restritivo. Por isso, a estratégia parece ser avançar gradualmente, avaliando os dados a cada reunião.

Valor: *O que faria o BC interromper o ciclo de calibração agora?*

Mendez: Uma deterioração adicional do cenário. Na nossa avaliação, estamos justamente no limiar. As projeções de inflação ainda não estão muito distantes da meta, o que preserva algum espaço para cortes, mas se as expectativas de inflação piorarem de forma relevante ou se os dados voltarem a surpreender para cima, o BC pode interromper o ciclo. Olhando para as nossas projeções, não vemos espaço para que a Selic caia além dos 14%, a menos que haja uma desaceleração mais forte da economia. Nossa expectativa é que a taxa seja reduzida até 14%, permaneça nesse nível por algum tempo e volte a cair apenas no ano que vem.

Valor: *E vocês estão posicionados para esse cenário nos juros?*

Mendez: Vemos assimetrias e, no nosso cenário, a Selic a 14% acaba sendo um teto do ciclo. Por isso, em termos de posicionamento, mantemos pequenas posições aplicadas, justamente porque entendemos que há risco de uma queda adicional dos juros. No momento, temos posições aplicadas nos juros nominais curtos e um pouco em NTN-Bs com prazo de dois anos.

Valor: *É um dos poucos que temos visto com posição em NTN-B...*

Mendez: Normalmente, é bom comprar NTN-B quando ninguém quer. Onde eu vejo uma discussão mais relevante é no período pós-eleição. Independentemente de haver troca de governo ou continuidade, acredito que haverá bastante volatilidade. Mas, resumindo a minha visão: acho que o próximo ano será um ano de queda de juros no Brasil. Se houver troca de governo, o mercado tende a comprar a tese de melhora da política fiscal. E, mesmo em um cenário de reeleição do atual governo, enxergo que o ciclo eleitoral que começa em 2027 pode ser mais parecido com o que normalmente acontece.

Valor: *Como assim?*

Mendez: No início de um novo mandato, tende a haver algum ajuste. Não acredito que em um eventual novo ciclo de governo iremos repetir o volume de estímulos fiscais e parafiscais que estamos vendo em 2026... Quando combinamos uma redução desses estímulos com outros fatores, isso tem potencial para gerar uma desaceleração da economia. Na ausência de um movimento de “risk-off”, esse cenário abre espaço para queda dos juros. Não necessariamente para levar a Selic a 8% ou 7%, o que necessita reformas mais profundas, mas mostra que não faz sentido imaginar que os juros permanecerão em 14% por muito tempo.

Valor: *Parece uma visão mais otimista do que a média do mercado...*

Mendez: É claro que não estou superaplicado, porque o caminho importa, e a eleição é um processo incerto. Nosso cenário-base é de muita incerteza: não sabemos quem vai ganhar e sabemos que haverá volatilidade. Por isso, não é necessariamente o momento de se posicionar diretamente para esse movimento. Estamos olhando mais para frente. O “timing” importa até mais do que a própria ideia de investimento. Pode ser cedo para montar algumas posições...

Valor: *Quais são as melhores oportunidades que vocês veem?*

Mendez: Na bolsa, enxergamos algumas ações que funcionam como “bond proxies”, ou seja, empresas com fluxo de caixa mais previsível. Conversando com o time de renda variável, vemos que, após a correção recente da bolsa, a taxa interna de retorno (TIR) dessas empresas ficou bastante elevada. É como se fosse uma forma de se expor a juros, mas com uma assimetria potencialmente melhor, por meio de uma cesta simples de ações. Em um cenário de sinalização de melhora fiscal ou de desaceleração da economia, o mercado de juros ainda tem espaço para andar.

Valor: *Por que as NTN-Bs têm tido desempenho tão negativo?*

Mendez: Esse movimento tem relação com o mercado global, em que existe muita dívida para ser rolada e um número menor de financiadores. No Brasil, há uma dinâmica específica: o governo poupa pouco e, ao mesmo tempo, temos um juro real corrente muito elevado. O BC, apesar das críticas, tem adotado uma postura cautelosa e tenta manter as expectativas de inflação ancoradas. Com a Selic em 14% e uma inflação rodando entre 4,5% e 5%, o juro real corrente fica muito alto, o que atrai capital para o overnight. Além disso, investimentos com prazo mais curto, como incentivadas de seis meses ou um ano e debêntures incentivadas mais curtas, conseguem entregar um juro real bastante elevado. Isso cria uma competição relevante com os títulos públicos.

“É bom comprar NTN-B quando ninguém quer. Onde eu vejo uma discussão mais relevante é no período pós-eleição”

Valor: *Ainda há compradores para as NTN-Bs?*

Mendez: Os participantes tradicionais do mercado de NTN-B, como os fundos de pensão, não estão crescendo muito e já fizeram suas alocações. Quando a NTN-B paga 8% de juro real, ninguém quer comprar. A 6,5% ou 7%, o mercado já está mais confortável... Todo mundo está com o tanque cheio e falta o comprador marginal para esses títulos. Na nossa visão, isso é também resultado de algumas distorções criadas pelo próprio governo, como as mudanças na tributação de fundos exclusivos e do VGBL, que tiveram implicações sobre a alocação dos investidores.

Valor: *E em relação ao real?*

Mendez: No preço atual, entre R$ 5 e R$ 5,10 por dólar, não temos posição. Entre os ativos brasileiros, o real tem operado desconsiderando parcialmente os fatores eleitorais. Isso acontece porque a moeda brasileira tem uma correlação relevante com o dólar global, que está mais lateralizado. Existem alguns vetores favoráveis ao real. O principal deles é o carrego, já que hoje é muito caro apostar contra a moeda brasileira.

Valor: *O real se manteve resiliente mesmo com a guerra...*

Mendez: Os termos de troca do Brasil estavam positivos e, com a guerra, melhoraram ainda mais. Vemos uma posição externa saudável, mesmo com uma economia aquecida, com importações elevadas. Além disso, os juros permanecem muito altos, o que transforma o real em uma moeda de “carry”. Isso ajuda a explicar a resiliência da moeda. Quando surge algum evento doméstico, o real costuma sofrer um “sell-off” de 3% a 5%. Mas, quando a volatilidade diminui, a moeda tende a voltar a se apreciar gradualmente. Esses fatores mais estruturais dão um suporte relevante ao real. Por isso, a estratégia tem sido vender dólar e comprar real nos momentos de alta da moeda americana. Aos preços atuais, porém, estamos mais neutros.

Valor: *Quando as eleições devem começar a fazer preço nos ativos?*

Mendez: Não estamos em uma dinâmica em que toda pesquisa eleitoral, por si só, faz preço. Mas acredito que a eleição, sim, está influenciando os mercados. Quando olhamos para os últimos quatro ou cinco meses, houve um movimento claro na curva de juros associado à percepção sobre a probabilidade de reeleição do governo atual, com aumento da inclinação. Se, em um mês, todas as pesquisas mostrarem um cenário de empate no segundo turno, isso vai fazer preço. O momento, agora, é de procurar assimetrias e posições convexas para a eleição. Temos feito esse trabalho.

Mercados Pane evidencia precariedade de serviços e gera críticas em meio à chegada de concorrentes

Falha na B3 ocorre em momento crucial para bolsa

Bruna Furlani e Daniele Camba
De São Paulo

O último pregão de julho não poderia ter sido mais caótico na bolsa brasileira. Após a abertura dos mercados locais na sexta-feira, investidores se depararam com uma situação atípica: vários ativos financeiros permaneciam em leilão e sem cotações, o que impedia a sua negociação. A B3 informou que uma "falha técnica e pontual" nas operações de pós-negociação levou a bolsa a postergar o início dos negócios em vários mercados, em alguns casos para mais de duas horas e meia depois do horário regular.

Segundo a B3, a decisão foi tomada para "preservar a integridade das informações, a segurança dos processos de pós-negociação e o adequado funcionamento da infraestrutura de mercado". A situação, no entanto, causou revolta entre agentes financeiros, especialmente por ter ocorrido no fim de mês, quando as casas costumam fazer ajustes nas carteiras — e por não ser nova. "Foi uma piada, para ser educado", ironizou um operador de um grande banco.

Em um dia que tende a ser de maior liquidez nos mercados devido à proximidade do fim do mês, o valor negociado pelos ativos perdeu força. No Ibovespa, o volume financeiro ficou em apenas R$ 13,6 bilhões. Da mesma forma, o giro financeiro na B3 foi de R$ 17,9 bilhões, bem abaixo dos R$ 21,7 bilhões registrados diariamente, em média, desde o início do ano. Ambos os montantes ficaram próximos dos observados em pregões em que há feriado nos EUA, quando a liquidez tende a cair bastante no mercado financeiro doméstico.

A razão é que, especialmente nos mercados futuros de câmbio e de juros, a maior parte do volume de operações se concentra no período da manhã.

Em virtude da formação da Ptax de fim de mês, a B3 pode ter optado por ter dado prioridade para abrir o mercado de câmbio primeiro. Em vez de iniciar às 9h (horário de Brasília), na sexta-feira as negociações dos futuros de dólar começaram às 9h35.

Já a negociação de outros ativos, como o contrato mini de dólar, futuros de juros e do Ibovespa, além do índice à vista, só foram abrir perto das 12h45.

Para operadores, o fato de os contratos maiores de dólar terem aberto ainda pela manhã, antes da formação da primeira Ptax, ajudou a fazer com que o impacto sobre o câmbio fosse mais contido. "O problema seria se houvesse um atraso muito maior, sem as negociações dos contratos grandes, porque poderia afetar a formação da Ptax. A pior coisa seria o Banco Central ter que mudar a regra por causa disso", diz um operador.

Procurada novamente no fim do dia, a B3 disse que já havia se pronunciado por meio de comunicados.

Embora seja difícil ter uma dimensão clara dos prejuízos, alguns participantes do mercado afirmam que é provável que cerca de 50% da receita do dia de algumas casas tenha sido perdida na sexta-feira. "A B3 teria que isentar cerca de metade de um dia de receita em termos de emolumentos com todo esse atraso. É difícil", afirma um profissional de uma grande corretora.

Outra fonte de um grande banco diz que não consegue mensurar com precisão o impacto financeiro, mas afirma que o problema técnico é bastante negativo para a imagem da B3. "Ainda mais agora que estão chegando novas bolsas no Brasil. Em teoria, perdemos cerca de um terço do dia já...", disse.

Outro operador afirma que um dos fatores que mais causaram indignação é que a situação não é nova. Ele afirma que, em encontros com representantes da bolsa, agentes financeiros têm cobrado constantemente a B3 por melhorias. "O que mais pega é o pós-negociação e clearing. Os problemas estão focados em capacidade, custos e atendimento", afirma.

> Episódio de atraso na negociação de ativos ocorreu no mês que marca o início de Christian Egan como novo presidente da B3

A pane ocorreu exatamente no mês que marca a entrada de Christian Egan como novo presidente da B3, no lugar de Gilson Finkelsztain, que foi designado como principal executivo do banco Santander no Brasil. Egan fez carreira no banco Itaú, onde ficou por mais de 15 anos. Antes da B3, o executivo trabalhou alguns meses no Santander, como chefe da área corporate e do banco de investimento no Brasil.

O anúncio de Egan como presidente da B3 surpreendeu parte do mercado, que dava como certo que Luiz Masagão, atual vice-presidente de produtos e clientes da bolsa, fosse assumir o cargo. Masagão trabalhou muitos anos com Finkelsztain na tesouraria do Santander, foi levado por ele para a bolsa e, segundo fontes, era o seu preferido para sucedê-lo na gestão da B3. Já Egan era o candidato encampado pelo presidente do conselho, Caio Ibrahim David. Egan e David trabalharam juntos por anos no Itaú.

Os problemas operacionais na bolsa ocorrem no mesmo momento em que há uma mudança de executivos na área de tecnologia. Egan acabou de trazer Eduardo Neves, vindo do Itaú no Chile, para ser o novo vice-presidente de tecnologia da B3, no lugar de Rodrigo Nardoni, que saiu da bolsa depois de 23 anos.

Várias fontes ouvidas pelo **Valor** afirmam que não é de hoje que a bolsa carece de investimentos mais parrudos em tecnologia. "Desde que abriu o capital, a B3 tem se preocupado em direcionar o seu lucro para o pagamento de dividendos aos acionistas e bônus enormes aos seus executivos", critica uma dessas fontes.

Egan assume no momento em que novas bolsas se preparam para estrear no mercado brasileiro e, assim, acabar com uma espécie de "monopólio" em que a B3 viveu até agora. Entre elas estão a A5X, que tem planos de começar a negociar derivativos entre o primeiro e o segundo trimestres de 2027, e a CSD BR, que já atua no registro, depósito e liquidação de ativos e também espera a autorização do Banco Central para trabalhar como uma bolsa. "A B3 é hoje uma bomba na mão do Egan e ele terá de desarmá-la", ilustra o executivo de um banco.

Mais de um século de disciplina e solidez, agora aplicado à IA.

No Safra, transformamos a relação entre risco e retorno em oportunidade. Uma estratégia que aplicamos à inteligência artificial.

O Safra identificou o potencial transformador da IA e criou o **Fundo Safra Inteligência Artificial.**

Mais do que investir, no Safra você tem um banco com **visão para identificar as próximas transformações.**

Quem investe em IA, sabe.
Quem sabe, Safra.

Abra sua conta e invista com o Safra

Safra
Quem **sabe,** Safra.

Autorregulação ANBIMA
Distribuição de Produtos de Investimento

Para mais informações sobre o fundo, acesse:
https://www.safra.com.br/external-files/documentos-externos/Fundo_Safra_IA.pdf.

Câmbio Moeda segue apoiada por taxas elevadas, ainda que bancos estrangeiros ampliem tom de cautela diante da proximidade das eleições presidenciais

Diferencial de juros ajuda a blindar real

Arthur Cagliari
De São Paulo

O real deixou de ser uma aposta totalmente confortável para o investidor estrangeiro, como era no início do ano. A proximidade das eleições passou a contaminar uma das operações mais populares dos últimos meses — o "carry-trade", estratégia de tomar dinheiro a uma taxa em um país e aplicá-lo em outro, onde os juros são maiores — e levou bancos internacionais a elevar o tom de cautela. Ainda assim, o elevado diferencial de juros e a percepção de que uma eventual reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já está um pouco refletida nos preços impedem uma debandada das posições e ajudam a manter o dólar ligeiramente acima de R$ 5.

Ao analisar as moedas mais populares do carry-trade, o Bank of America (BofA) diz que o real continua a se destacar. "Na América Latina, o peso colombiano oferece um 'carry' excepcionalmente elevado, mas é também a moeda mais sobrevalorizada, o que sugere que o real brasileiro pode representar uma oportunidade mais atraente", dizem em relatório os estrategistas do banco.

No acumulado do ano até julho, o dólar caiu 7,64% ante o real e recuou 16,02% contra o peso colombiano. Boa parte da valorização da moeda da Colômbia se deu após a vitória de Abelardo de la Espriella na eleição presidencial.

O estrategista Alvaro Vivanco, do Wells Fargo, reforça a leitura de que talvez a valorização do peso colombiano tenha sido forte demais e, por isso, o real estaria em melhor posição agora. Em maio, o banco encerrou a posição comprada em real contra o peso colombiano (aposta a favor do real e contra o peso colombiano). Segundo Vivanco, o cenário, neste momento, começa a mudar. "Acreditamos que as narrativas relativas entre os dois países foram longe demais e que os níveis atuais oferecem um excelente ponto de entrada para retomar uma posição."

Segundo Vivanco, o real acumulou queda de cerca de 19% frente ao peso colombiano e está bem abaixo de suas médias de longo prazo. "O 'carry' levemente positivo não é o principal motivo da operação — os fundamentos são —, e estar comprado em real também representa uma forma eficiente de ficar vendido em peso colombiano."

Além disso, o estrategista diz que a reeleição de Lula passou a ser o cenário-base, e acredita que grande parte do impacto negativo desse desfecho já foi incorporada aos preços do real. "Em comparação com a Colômbia, o ponto de partida dos fundamentos macroeconômicos do Brasil é mais favorável e não exige grandes ajustes. Além disso, as contas externas brasileiras permanecem em uma posição bastante sólida e devem continuar sendo beneficiadas pelos preços mais elevados do petróleo."

Parte do mercado, porém, ainda adota um tom mais cauteloso com a divisa doméstica. O estrategista de câmbio para América Latina do banco canadense RBC Capital Markets, Luis Estrada, afirma que encerrou a posição que segurava há seis meses comprada em real contra o dólar canadense e a posição aberta em junho em real contra o iene japonês. "Preferimos proteger nossos ganhos e esperar mais assimetrias para voltar a esses 'trades'."

"Estamos vendo ventos contrários no curto prazo", aponta Estrada, acrescentando que a relação risco-retorno das estratégias de carry está migrando para uma posição mais neutra. Nesse contexto, ele diz que o real permanece vulnerável à medida que a disputa pela Presidência se aproxima, mas pondera que "o equilíbrio entre medo e busca por lucro pode rapidamente voltar a favorecer o Brasil, mesmo com o risco de eventos permanecendo excepcionalmente elevado".

Entre os mais recentes comentários sobre o real, o mais cauteloso veio do HSBC. Em relatório detalhado sobre o ambiente eleitoral para o câmbio e para os juros, os profissionais do banco apontam que o cenário-base é o de uma reeleição de Lula. O banco vê três diferentes cenários: um de "status quo", em que o petista vence e mantém as políticas atuais, sem um ajuste fiscal significativo; um de reeleição de Lula com agenda fiscal expansionista; e um de vitória da oposição.

"Vemos o risco de que os investidores passem a atribuir maior probabilidade ao cenário 2 durante a campanha eleitoral, mesmo acreditando que o cenário 1 continue sendo o desfecho mais provável", dizem os estrategistas, que, pelos precedentes históricos e dinâmica das pesquisas eleitorais, veem razões para uma postura cautelosa.

R$ 5,07
foi o nível de fechamento do dólar na sexta-feira

Japão confirma intervenção com EUA para conter queda do iene

Bloomberg

O Japão confirmou sua primeira intervenção conjunta com os EUA nos mercados de câmbio em 15 anos, depois que o iene caiu, na semana passada, para o seu nível mais baixo em quatro décadas.

O Ministério das Finanças do Japão interveio no mercado na sexta-feira em coordenação com o Departamento do Tesouro dos EUA, segundo comunicado da ministra das Finanças, Satsuki Katayama, nesta segunda. A confirmação veio após dias de especulação, iniciada quando o iene registrou forte recuperação e cresceram os indícios de que Washington havia apoiado os esforços de Tóquio. A moeda se valorizou graças a uma combinação de intervenção direta, apelos de autoridades aos bancos que negociam o iene e declarações coordenadas de Katayama e do secretário do Tesouro dos EUA, Steve Bessent.

O presidente dos EUA, Donald Trump, disse que o país participou da intervenção como um gesto de amizade e que Washington espera obter benefício financeiro com isso.

Finanças Indicadores

IMA - Índices de Mercado Anbima

Em 31/07/26

Índice	Referência	Valor do índice	Var. no dia %	Var. no mês %	Var. no ano %
IRF-M	1	20.622,63	0,06	1,26	7,97
IRF-M	1+	24.735,34	0,13	0,70	5,20
IRF-M	Total	22.892,50	0,11	0,85	5,95
IMA-B	5	11.470,06	0,10	1,24	7,80
IMA-B	5+	12.469,66	0,63	0,75	2,98
IMA-B	Total	11.494,88	0,39	0,97	5,09
IMA-S	Total	8.805,67	0,05	1,23	8,26
IMA-Geral	Total	10.262,57	0,15	1,07	6,96

Fonte: Anbima. Elaboração: Valor Data

Crédito

Taxas - em % no período

Linhas - pessoa jurídica	17/07	16/07	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Capital de giro pré até 365 dias - a.a.	34,89	34,89	40,68	30,33	36,98	36,87
Capital de giro pré sup. 365 dias - a.a.	27,94	27,27	27,29	28,98	27,63	30,27
Conta garantida pré - a.a.	48,02	54,43	61,79	53,89	52,78	45,62
Desconto de duplicata pré - a.a.	22,28	22,45	23,20	22,28	22,27	24,94
Vendor pré - a.a.	20,35	19,70	19,95	19,77	21,56	20,56
Capital de giro flut. até 365 dias - a.a.	24,35	27,01	26,00	21,98	21,61	23,15
Capital de giro flut. sup. 365 dias - a.a.	19,11	19,07	21,56	19,30	19,48	20,17
Conta garantida pós - a.a.	26,66	28,04	28,47	27,88	28,42	27,24
ACC pós - a.a.	6,86	6,89	6,85	6,82	7,14	7,33
Factoring - a.m.	3,08	3,08	3,07	3,07	3,11	3,18

Fontes: Banco Central, Anfac e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Juros externos

Empréstimos - em % ao ano

	31/07/26	30/07/26	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
SOFR - empréstimos interbancários em dólar *						
Atual	-	3,6500	3,6400	3,6800	3,6600	4,3900
Média em 1 mês	-	3,6208	3,6167	3,6318	3,6335	4,3410
Média em 3 meses	-	3,6253	3,6259	3,6346	3,6349	4,3395
Média em 6 meses	-	3,6635	3,6640	3,6723	3,6713	4,3747
€STR - empréstimos interbancários em euro **						
Atual	-	2,1850	2,1860	2,1820	2,1830	1,9190
Média em 1 mês	-	2,1857	2,1849	2,0343	2,0495	1,9240
Média em 3 meses	-	2,0551	2,0383	1,9712	1,9743	2,0406
Média em 6 meses	-	2,0008	1,9922	1,9586	1,9602	2,2878
Média em 1 ano	-	1,9784	1,9740	1,9565	1,9572	2,8238
Euribor ***						
1 mês	-	2,206	2,198	2,201	2,192	1,886
3 meses	-	2,472	2,488	2,324	2,312	2,008
6 meses	-	2,681	2,723	2,568	2,554	2,075
1 ano	-	2,958	2,993	2,728	2,727	2,126
Taxas referenciais no mercado norte-americano						
Prime Rate	6,75	6,75	6,75	6,75	6,75	7,50
Federal Funds	3,75	3,75	3,75	3,75	3,75	4,50
Taxa de Desconto	3,75	3,75	3,75	3,75	3,75	4,50
T-Bill (1 mês)	3,68	3,67	3,75	3,68	3,62	4,34
T-Bill (3 meses)	3,78	3,77	3,89	3,83	3,80	4,34
T-Bill (6 meses)	3,95	3,95	4,05	3,99	3,97	4,28
T-Note (2 anos)	4,30	4,26	4,34	4,18	4,18	3,96
T-Note (5 anos)	4,45	4,40	4,43	4,23	4,24	3,97
T-Note (10 anos)	4,74	4,68	4,68	4,47	4,49	4,38
T-Bond (30 anos)	5,28	5,21	5,16	4,96	4,97	4,90

Fontes: ECB, EMMI, FRBNY e Valor PRO. Elaboração: Valor Data * Taxa baseada em transações de empréstimos overnight garantidos por títulos do Tesouro EUA. ** A taxa reflete os custos de empréstimos overnight sem garantia. ***Taxas da BBA e da Federação Bancária da União Europeia

Evolução das aplicações financeiras

Rentabilidade no período em %

Renda Fixa	jul/26	jun/26	Mês mai/26	abr/26	mar/26	fev/26	Acumulado Ano*	Acumulado 12 meses**
Selic	1,22	1,12	1,07	1,09	1,21	1,00	8,14	14,71
CDI	1,22	1,12	1,07	1,09	1,21	1,00	8,14	14,71
CDB (1)	0,72	0,72	0,71	0,73	1,01	1,01	6,06	11,54
Poupança (2)	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,62	4,75	8,32
Poupança (3)	0,67	0,67	0,67	0,67	0,67	0,62	4,75	8,32
IRF-M	0,85	0,69	0,68	1,24	-0,59	0,99	5,95	12,75
IMA-B	0,97	-1,04	0,31	1,81	0,17	1,79	5,09	10,19
IMA-S	1,23	1,12	1,09	1,09	1,27	1,01	8,26	14,90
Renda Variável								
Ibovespa	3,47	-1,01	-7,22	-0,08	-0,70	4,09	10,47	33,76
Índice Small Cap	-0,77	-3,28	-3,66	-3,16	-5,77	1,88	-5,31	4,54
IBrX 50	3,73	-1,28	-7,48	-0,06	-0,26	4,27	11,43	34,70
ISE	1,34	0,31	-8,10	-1,64	-2,39	3,72	2,24	18,83
IMOB	-8,05	1,79	-3,63	-3,78	-9,36	8,09	-4,58	20,38
IDIV	3,00	1,79	-7,62	-1,18	-0,23	4,38	10,19	29,82
IFIX	-0,32	-1,21	-1,33	1,53	-1,06	1,32	1,14	11,12
Dólar Ptax (BC)	-1,92	2,37	1,37	-4,42	1,36	-1,54	-7,73	-9,37
Dólar Comercial (mercado)	-1,81	2,39	1,83	-4,38	0,87	-2,16	-7,64	-9,48
Euro (BC) (4)	-1,04	0,08	0,94	-2,67	-1,12	-2,29	-9,59	-8,66
Euro Comercial (mercado) (4)	-0,91	0,30	1,20	-2,91	-1,37	-2,55	-9,35	-8,54
Ouro (BC)	-1,55	-9,71	0,33	-4,41	-10,73	2,72	-13,50	11,22
Inflação								
IPCA (5)	0,20	0,16	0,58	0,67	0,88	0,70	3,57	4,58
IGP-M	-1,16	-0,50	0,84	2,73	0,52	-0,73	2,08	2,76

Fontes: Anbima, Bacen, B3, Focus, FGV, IBGE e Valor PRO. Elaboração: Valor Data
* Rendimento até o dia 31/07/26. ** Até jul/26. (1) rendimento bruto do 1º dia útil do mês. (2) rentabilidade do 1º dia do mês (até 03/05/12). (3) rentabilidade do 1º dia do mês (a partir de 04/05/12). (4) Variação sobre o Real. (5) expectativa de 0,20% para o mês de julho

Fundos de Investimento

Análise diária da indústria - em 28/07/26

Categorias	Patrimônio líquido R$ milhões (1)	Rentabilidade nominal - % no dia	no mês	em 2026	em 12 meses	Estimativa da captação líquida - R$ milhões no dia	no mês	no ano	em 12 meses
Renda Fixa	4.814.956,45					7.265,54	22.118,27	145.276,12	109.895,51
RF Indexados (2)	128.695,15	0,02	0,96	6,87	12,66	-196,92	259,34	-3.202,04	-8.666,28
RF Duração Baixa Soberano (2)	829.093,74	0,05	0,97	7,35	13,57	3.594,20	8.482,38	47.120,52	-5.207,88
RF Duração Baixa Grau de Invest. (2)	1.054.923,02	0,05	1,07	7,97	14,66	1.866,53	4.659,67	-8.002,28	-50.415,64
RF Duração Média Grau de Invest. (2)	301.997,99	0,05	0,05	7,96	14,69	10,92	4.518,28	11.570,69	25.158,95
RF Duração Alta Grau de Invest. (2)	213.496,17	0,01	0,54	6,63	10,43	-136,63	-1.007,93	-2.767,38	3.495,72
RF Duração Livre Soberano (2)	290.639,48	0,04	0,90	7,36	13,04	-642,60	7.477,53	3.745,99	4.938,45
RF Duração Livre Grau de Invest. (2)	791.671,61	0,04	0,94	7,56	13,64	14,84	9.807,88	1.703,79	-25.997,98
RF Duração Livre Crédito Livre (2)	725.675,88	0,02	0,98	6,49	12,57	1.236,84	-10.909,72	11.309,38	108.137,62
Ações	678.419,46					-111,28	-1.170,45	-7.336,86	-7.987,00
Ações Indexados (2)	13.524,20	0,57	2,10	8,75	32,36	-70,67	-55,38	785,08	971,03
Ações Índice Ativo (2)	18.351,79	0,62	1,48	6,54	27,94	4,88	-74,97	-2.251,07	-4.816,27
Ações Livre	240.330,07	0,68	0,82	2,54	21,14	5,94	-1.678,28	-9.286,48	-9.566,03
Fechados de Ações	77.962,63	0,08	-0,60	-6,05	-4,12	0,05	-201,59	-5.494,65	-6.881,23
Multimercados	1.538.042,78					410,76	-5.281,99	-12.662,50	1.762,79
Multimercados Macro	97.202,07	-0,02	0,00	4,24	10,79	-55,71	-2.307,29	-8.521,67	-12.901,35
Multimercados Livre	563.788,35	0,01	0,54	5,44	13,35	134,51	-3.106,61	-13.087,36	-16.284,06
Multimercados Juros e Moedas	39.410,82	0,04	1,03	7,50	13,81	193,47	670,40	-2.067,20	-4.969,98
Multimercados Invest. no Exterior (2)	750.616,70	0,15	0,13	3,33	9,70	172,61	-312,10	9.791,72	36.634,85
Cambial	7.012,05	0,20	-0,59	-4,21	-3,98	-6,80	-680,64	177,19	113,40
Previdência	1.862.818,54					310,98	-665,42	-8.471,78	-24.643,58
ETF	119.986,14					-331,78	1.502,20	34.017,27	53.267,16
Demais Tipos	2.756.857,56					1.743,73	-1.221,23	85.457,96	45.397,82
Total Fundos de Investimentos	**9.021.235,42**					**7.537,42**	**15.821,97**	**150.999,44**	**132.408,29**
Total Fundos Estruturados (3)	**2.144.741,88**					**83,32**	**1.575,05**	**100.014,43**	**137.892,36**
Total Fundos Off Shore (4)	**51.548,75**					-	-	-	-
Total Geral	**11.217.526,05**					**7.620,73**	**17.397,02**	**251.013,87**	**270.300,66**

Fonte: ANBIMA. (1) PL e captação líquida de cada tipo exclui os Fundos em Cotas, evitando dupla contagem. (2) Para os tipos que iniciaram em 01/10/2015, as rentabilidades do ano e 12 meses foram estimadas com base na amostra atual de fundos. (3) FIDC, FII, FIP e FMIEE. (4) PL dos tipos imobiliários e Off-Shore referentes ao mês de junho de 2026 * Rentabilidade sem período completo.Obs.: Fundos de Investimentos regidos pela ICVM 555/14, ICVM 522/12, ICVM 409/04, ICVM 359/02 e ICVM 141/91. Dados sujeitos a retificação em razão da representatividade da amostra ou cadastramento de novos fundos. PL de cada tipo considera, adicionalmente, a estimativa dos fundos que não informaram o PL na data de emissão do relatório

Custo do dinheiro

Em % no período

Taxas referenciais	31/07/26	30/07/26	Há 1 semana	No fim de junho	Há 1 mês	Há 12 meses
Selic - meta ao ano	14,25	14,25	14,25	14,25	14,25	15,00
Selic - taxa over ao ano	14,15	14,15	14,15	14,15	14,15	14,90
Selic - taxa over ao mês	1,5759	1,5759	1,5759	1,5759	1,5759	1,6539
Selic - taxa efetiva ao ano	14,15	14,15	14,15	14,29	14,15	14,90
Selic - taxa efetiva ao mês	1,2152	1,2152	1,2152	1,1195	1,2152	1,2757
CDI - taxa over ao ano	14,15	14,15	14,15	14,15	14,15	14,90
CDI - taxa over ao mês	1,5759	1,5759	1,5759	1,5759	1,5759	1,6539
CDI - taxa efetiva ao ano	14,15	14,15	14,15	14,29	14,15	14,90
CDI - taxa efetiva ao mês	1,2152	1,2152	1,2152	1,1195	1,2152	1,2757
CDB Pré - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	-
CDB Pré - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	-
CDB Pós - taxa bruta ao ano	-	-	-	-	-	-
CDB Pós - taxa bruta ao mês	-	-	-	-	-	-
Taxa de juros de referência - B3						
TJ3 - 3 meses (em % ao ano)	13,84	13,85	13,95	14,03	14,03	14,92
TJ6 - 6 meses (em % ao ano)	13,81	13,83	13,98	13,99	14,03	14,92
Taxas referenciais de Swap - B3						
DI x Pré-30 - taxa efetiva ao ano	13,96	13,97	14,03	14,15	14,15	14,91
DI x Pré-60 - taxa efetiva ao ano	13,90	13,91	13,98	14,08	14,07	14,91
DI x Pré-90 - taxa efetiva ao ano	13,84	13,86	13,95	14,04	14,03	14,92
DI x Pré-120 - taxa efetiva ao ano	13,81	13,83	13,94	14,01	14,00	14,92
DI x Pré-180 - taxa efetiva ao ano	13,81	13,83	13,97	14,00	14,02	14,92
DI x Pré-360 - taxa efetiva ao ano	13,84	13,87	14,09	14,04	14,09	14,76

Fontes: Banco Central, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Mercado futuro

Em 31/07/26

DI de 1 dia	PU de ajuste	Taxa efetiva - em % ao ano	Contratos negociados	Cotação - em % ao ano Mínimo	Máximo	Último
Vencimento em ago/26	99.947,50	14,149	190.907	14,150	14,156	14,156
Vencimento em set/26	98.865,88	13,957	113.907	13,951	13,961	13,955
Vencimento em out/26	97.804,39	13,895	659.531	13,891	13,897	13,897
Vencimento em nov/26	96.761,57	13,840	24.788	13,835	13,850	13,840
Vencimento em dez/26	95.828,82	13,810	36.749	13,810	13,825	13,810
Vencimento em jan/27	94.756,84	13,798	142.420	13,790	13,820	13,810
Vencimento em fev/27	93.786,08	13,807	2.264	13,810	13,840	13,810
Vencimento em mar/27	92.919,50	13,816	283	13,815	13,860	13,815
Vencimento em abr/27	91.872,96	13,821	44.784	13,815	13,865	13,835
Vencimento em mai/27	90.884,80	13,825	10	13,825	13,825	13,825
Vencimento em jun/27	89.951,02	13,832	98	13,840	13,840	13,840
Dólar comercial	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/US$ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/26	5.077,30	0,10	7.385	5.062,50	5.084,50	5.077,00
Vencimento em set/26	5.110,80	0,05	237.425	5.097,50	5.125,00	5.117,00
Vencimento em out/26	5.145,04	0,05	25	5.127,50	5.132,50	5.127,50
Vencimento em nov/26	5.176,29	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em dez/26	5.206,05	-	0	0,00	0,00	0,00
Euro	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - R$/€ 1.000,00 Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/26	5.879,33	0,06	5	5.882,00	5.882,00	5.882,00
Vencimento em set/26	5.921,37	-	0	0,00	0,00	0,00
Vencimento em out/26	5.972,94	-	0	0,00	0,00	0,00
Ibovespa	**Ajuste do dia**	**Var. no dia em %**	**Contratos negociados**	**Cotação - pontos do índice Mínimo**	**Máximo**	**Último**
Vencimento em ago/26	178.845	0,47	20.670	177.105	179.485	178.650
Vencimento em out/26	182.562	-	0	0	0	0
Vencimento em dez/26	186.321	-	0	0	0	0

Fontes: B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Indicadores do mercado

Em 31/07/26

Indicador	Compra	Venda	No dia	Variações % No mês	No ano	12 meses
Dólar (Ptax - BC) - (R$/US$)	5,0767	5,0773	0,07	-1,92	-7,73	-9,37
Dólar Comercial (mercado) - (R$/US$)	5,0690	5,0696	0,17	-1,81	-7,64	-9,48
Dólar Turismo (R$/US$)	5,0977	5,2777	0,14	-1,78	-7,44	-9,40
Euro (BC) - (R$/€)	5,8473	5,8490	0,04	-1,04	-9,59	-8,66
Euro Comercial (mercado) - (R$/€)	5,8446	5,8452	0,17	-0,91	-9,35	-8,54
Euro Turismo (R$/€)	5,9191	6,0991	0,13	-0,86	-9,15	-8,63
Euro (BC) - (US$/€)	1,1518	1,1520	-0,03	0,89	-2,02	0,78
Ouro						
Banco Central (R$/g)	659,9974	660,0754	-1,60	-1,55	-13,50	11,22
Nova York (US$/onça troy)¹	-	4.043,34	-1,52	0,94	-6,51	22,96
Londres (US$/onça troy)¹	-	4.052,20	-0,23	0,88	-5,94	22,54

Fontes: Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. ¹ Última cotação

Índices de ações Valor-Coppead

Em pontos

Índice	31/07/26	30/07/26	No fim de jun/26	No fim de dez/25	Variação - em % dia	mês	Ano
Valor-Coppead Performance	174.858,02	174.168,38	169.363,20	187.981,61	0,40	3,24	-6,98
Valor-Coppead Mínima Variância	121.918,24	121.089,81	115.631,74	112.063,66	0,68	5,44	8,79

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Captações de recursos no exterior

Últimas operações realizadas no mercado internacional *

Emissor/Tomador	Data de liquidação	Data do vencimento	Prazo meses	Valor US$ milhões	Cupom/Custo em %	Retorno em %	Spread pontos-base **
JBS (1)	20/04/26	06/03/57	371	250	5,625	-	-
JBS (1)	20/04/26	06/03/57	371	250	6,4	-	-
República Federativa do Brasil (2)	23/04/26	23/04/30	48	2.360	4	4,24	145,0
República Federativa do Brasil (2)	23/04/26	23/04/33	84	1.770	4,875	5,031	210,0
República Federativa do Brasil (2)	23/04/26	23/04/36	120	1.770	5,5	5,627	255,0
Minerva	22/04/26	22/04/36	120	600	7,5	7,65	-
Rede D'Or	abr/26	abr/36	120	500	6,55	6,55	255,0

Fontes: Instituições e agências internacionais. Elaboração: Valor Data. * Atualizada em 31/07/26. ** Sobre o título do Tesouro americano de mesmo prazo. (1) Reabertura de operação. (2) Emissão em euros - spread sobre o Mid-swap

ADR - Índices

Em 31/07/26

Índice	31/07/26	30/07/26	Em 30/06/26	Em 31/12/25	Em 31/07/25	Variação - em % dia	mês	ano	12 meses
S&P BNY	270,36	270,96	273,67	236,21	203,00	-0,22	-1,21	14,45	33,18
S&P BNY Emergentes	591,26	588,27	634,48	520,39	445,62	0,51	-6,81	13,62	32,68
S&P BNY América Latina	281,15	280,73	270,61	237,47	199,60	0,15	3,90	18,39	40,86
S&P BNY Brasil	267,56	265,53	251,68	216,99	186,53	0,77	6,31	23,31	43,44
S&P BNY México	403,14	403,13	412,49	364,17	315,69	0,00	-2,27	10,70	27,70
S&P BNY Argentina	459,99	466,03	433,37	420,37	370,32	-1,29	6,14	9,43	24,21
S&P BNY Chile	235,54	239,90	241,89	228,03	159,43	-1,82	-2,63	3,29	47,74
S&P BNY Índia	2.424,33	2.436,53	2.443,84	3.194,82	3.334,73	-0,50	-0,80	-24,12	-27,30
S&P BNY Ásia	356,53	355,26	369,73	311,85	270,17	0,36	-3,57	14,33	31,97
S&P BNY China	371,05	361,19	315,85	436,07	397,64	2,73	17,48	-14,91	-6,68
S&P BNY África do Sul	395,55	406,37	391,17	497,42	295,16	-2,66	1,12	-20,48	34,01
S&P BNY Turquia	27,00	27,07	28,76	26,22	27,24	-0,29	-6,13	2,94	-0,89

Fonte: S&P BNY Mellon. Elaboração: Valor Data

TR, Poupança e TBF

Variações % no período

Período	TR	Poupança *	Poupança **	TBF
14/07 a 14/08	0,1730	0,6739	0,6739	1,1042
15/07 a 15/08	0,1730	0,6739	0,6739	1,1039
16/07 a 16/08	0,1712	0,6721	0,6721	1,0540
17/07 a 17/08	0,1694	0,6702	0,6702	1,0081
18/07 a 18/08	0,1694	0,6702	0,6702	1,0082
19/07 a 19/08	0,1712	0,6721	0,6721	1,0564
20/07 a 20/08	0,1731	0,6740	0,6740	1,1046
21/07 a 21/08	0,1732	0,6741	0,6741	1,1089
22/07 a 22/08	0,1732	0,6741	0,6741	1,1084
23/07 a 23/08	0,1714	0,6723	0,6723	1,0610
24/07 a 24/08	0,1695	0,6703	0,6703	1,0089
25/07 a 25/08	0,1695	0,6703	0,6703	1,0104
26/07 a 26/08	0,1713	0,6722	0,6722	1,0587
27/07 a 27/08	0,1732	0,6741	0,6741	1,1071
28/07 a 28/08	0,1730	0,6739	0,6739	1,1032
29/07 a 29/08	0,1729	-	-	1,1009
30/07 a 30/08	0,1710	-	-	1,0506

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. * Depósitos até 03/05/12 ** Depósitos a partir de 04/05/12; Lei nº 12.703/2012

B3 - Brasil, Bolsa, Balcão

Índices de ações em 31/07/26

	Índice	No dia	No mês	No ano	Em 12 meses
Variação % em reais					
Ibovespa	177.999	0,47	3,47	10,47	33,76
IBrX	75.068	0,49	3,42	10,37	33,39
IBrX 50	30.048	0,48	3,73	11,43	34,70
IEE	127.419	0,04	-0,52	3,55	31,83
SMLL	2.183	0,01	-0,77	-5,31	4,54
ISE	4.265	0,54	1,34	2,24	18,83
IMOB	1.256	-0,61	-8,05	-4,58	20,38
IDIV	12.656	0,36	3,00	10,19	29,82
IFIX	3.819	0,32	-0,32	1,14	11,12
Variação % em dólares					
Ibovespa	35.058	0,41	5,50	19,72	47,59
IBrX	14.785	0,42	5,44	19,61	47,18
IBrX 50	5.918	0,41	5,76	20,76	48,62
IEE	25.096	-0,03	1,42	12,22	45,46
SMLL	430	-0,05	1,17	2,62	15,35
ISE	840	0,47	3,33	10,80	31,11
IMOB	247	-0,68	-6,25	3,41	32,83
IDIV	2.493	0,29	5,01	19,42	43,24
IFIX	752	0,25	1,63	9,61	22,61

Fontes: B3, Banco Central e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Criptomoedas

Desempenho das criptos em 31/07/26*

Cripto	Cotação US$	Variações (%) dia	12 meses
Bitcoin	63.003,99	-3,06	-45,58
Ethereum	1.863,40	-3,51	-49,62
Solana	72,85	-2,66	-57,70
XRP	1,06	-2,32	-64,82
Cardano	0,17	-1,41	-77,23
Chainlink	8,17	-3,87	-51,71
Celestia (TIA)	0,32	-2,92	-81,02
Litecoin	44,47	-2,95	-58,04
Uniswap	4,31	-2,62	-53,96

Fontes: Binance e Valor PRO. Elaboração: Valor Data. * até o fechamento desta edição.

Reservas internacionais

Liquidez Internacional *, em US$ milhões

Fim de período		Diário	
nov/25	370.828	21/07/26	371.505
dez/25	372.984	22/07/26	371.653
jan/26	379.117	23/07/26	370.348
fev/26	382.824	24/07/26	370.899
mar/26	372.752	27/07/26	371.065
abr/26	376.713	28/07/26	371.310
mai/26	377.237	29/07/26	370.721
jun/26	371.608	30/07/26	372.386

Fonte: Banco Central. Elaboração: Valor Data. *Agrega, aos valores do conceito Caixa, haveres como títulos de exportação e outros de médio e longo prazos

Índice de Renda Fixa Valor

Base = 100 em 31/12/99

	31/07/26	30/07/26	29/07/26	28/07/26	27/07/26	24/07/26
Índice	2.676,62	2.674,25	2.669,61	2.668,03	2.662,51	2.657,35
Var. no dia	0,09%	0,17%	0,06%	0,21%	0,19%	0,40%
Var. no mês	1,08%	0,99%	0,82%	0,76%	0,55%	0,35%
Var. no ano	6,58%	6,49%	6,30%	6,24%	6,02%	5,81%

Fonte: Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Câmbio

Em 31/07/26

Moeda	Em US$ * Compra	Em US$ * Venda	Em R$ ** Compra	Em R$ ** Venda
Baht (Tailândia)	33,4200	33,4300	0,15190	0,15190
Balboa (Panamá)	1,0000	1,0000	5,0767	5,0773
Bolívar Soberano (Venezuela)	744,7631	746,6297	0,0068000	0,0068170
Boliviano (Bolívia)	11,8000	11,9500	0,4248	0,4303
Colon (Costa Rica)	448,4260	460,0000	0,011040	0,011320
Coroa (Dinamarca)	6,4893	6,4902	0,7822	0,7824
Coroa (Islândia)	123,3000	123,5800	0,04108	0,04118
Coroa (Noruega)	9,4783	9,4972	0,5345	0,5357
Coroa (Rep. Tcheca)	21,0190	21,0280	0,2414	0,2416
Coroa (Suécia)	9,5268	9,5289	0,5328	0,5329
Dinar (Argélia)	132,2730	133,5950	0,03800	0,03839
Dinar (Kuwait)	0,3077	0,3078	16,4935	16,5008
Dinar (Líbia)	6,3742	6,4019	0,7930	0,7965
Direitos Especiais de Saque ***	1,3637	1,3637	6,9231	6,9239
Dirham (Emirados Árabes Unidos)	3,6727	3,6729	1,3822	1,3824
Dirham (Marrocos)	9,3339	9,3419	0,5434	0,5440
Dólar (Austrália)***	0,7024	0,7026	3,5659	3,5673
Dólar (Bahamas)	1,0000	1,0000	5,0767	5,0773
Dólar (Belize)	2,0002	2,0222	2,5105	2,5384
Dólar (Canadá)	1,4026	1,4030	3,6185	3,6199
Dólar (Cayman)	0,8275	0,8350	6,0799	6,1357
Dólar (Cingapura)	1,2827	1,2835	3,9554	3,9583
Dólar (EUA)	1,0000	1,0000	5,0767	5,0773
Dólar (Hong Kong)	7,8414	7,8427	0,6473	0,6475
Dólar (Nova Zelândia)***	0,5875	0,5878	2,9826	2,9844
Dólar (Trinidad e Tobago)	6,7349	6,8260	0,7437	0,7539
Euro (Comunidade Européia)***	1,1518	1,1520	5,8473	5,8490
Florim (Aruba)	1,7800	1,8000	2,8204	2,8524
Franco (Suíça)	0,8080	0,8083	6,2807	6,2838
Guarani (Paraguai)	5939,0000	5980,0000	0,0008489	0,0008549
Hryvnia (Ucrânia)	44,6306	44,6989	0,1136	0,1138
Iene (Japão)	159,1400	159,1800	0,03189	0,03190
Libra (Egito)	51,1000	51,2000	0,0992	0,0994
Libra (Líbano)	89500,0000	89600,0000	0,000057	0,000057
Libra (Síria)	121,5000	122,5000	0,04144	0,04179
Libra Esterlina (Grã Bretanha)***	1,3466	1,3470	6,8363	6,8391
Naira (Nigéria)	1365,1300	1367,6300	0,00371	0,00372
Lira (Turquia)	47,5163	47,5263	0,1068	0,1069
Novo Dólar (Taiwan)	32,2750	32,3050	0,15710	0,15730
Novo Sol (Peru)	3,3933	3,3973	1,4943	1,4963
Peso (Argentina)	1488,5000	1489,5000	0,00341	0,00341
Peso (Chile)	927,2300	927,5000	0,005474	0,005476
Peso (Colômbia)	3143,1300	3151,1300	0,001611	0,001615
Peso (Cuba)	24,0000	24,0000	0,2115	0,2116
Peso (Filipinas)	61,1740	61,2210	0,08292	0,08300
Peso (México)	17,3283	17,3319	0,2929	0,2930
Peso (Rep. Dominicana)	58,1100	58,4900	0,08680	0,08737
Peso (Uruguai)	40,2000	40,2400	0,12620	0,12630
Rande (África do Sul)	16,5354	16,5410	0,3069	0,3071
Rial (Arábia Saudita)	3,7553	3,7557	1,3517	1,3520
Rial do Qatar (Qatar)	3,6383	3,6468	1,3921	1,3955
Rial (Irã)	1374955,0000	1375455,0000	0,0000037	0,0000037
Ringgit (Malásia)	4,0830	4,0900	1,2412	1,2435
Rublo (Rússia)	79,6000	79,6200	0,06376	0,06379
Rúpia (Índia)	95,3800	95,3900	0,05322	0,05323
Rúpia (Indonésia)	17990,0000	17998,0000	0,0002821	0,0002822
Rúpia (Paquistão)	277,5000	278,2600	0,01824	0,01830
Shekel (Israel)	3,0611	3,0619	1,6580	1,6587
Won (Coréia do Sul)	1437,2900	1437,7700	0,003531	0,003533
Yuan Renminbi (China)	6,7509	6,7517	0,7519	0,7521
Zloty (Polônia)	3,7405	3,7420	1,3567	1,3574

	Cotações Ouro Spot (2)	Cotações Paridade (3)	Em R$(1) Compra	Em R$(1) Venda
Dólar Ouro	4043,38	0,00769	659,9974	660,0754

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Valor Data
* Cotações em unidades monetárias por dólar. ** Cotações em reais por unidade monetária. *** Moedas do tipo B (cotadas em dólar por unidade monetária). (1) Por grama. (2) US$ por onça. (3) Grama por US$. Observações: As taxas acima deverão ser utilizadas somente para coberturas específicas de acordo com a legislação vigente. As contratações acima referidas devem ser realizadas junto às regionais de câmbio do Rio e de São Paulo. O lote mínimo operacional, exclusivamente para efeito das operações contratadas junto à mesa de operações do Banco Central em Brasília, foi fixado para hoje em US$ 1.000.000. Nota: em 29/03/10, o Banco Central do Brasil passou a divulgar, para a maior parte das moedas presentes na tabela, as cotações com até quatro casas decimais, padronizando-as aos parâmetros internacionais

Bolsas de valores internacionais

País	Cidade	Índice	31/07/26	30/07/26	No dia	Variações % No mês	No ano	Em 12 meses	Em 12 meses Menor índice	Em 12 meses Maior índice
Américas										
EUA	Nova York	Dow Jones	52.485,03	52.208,06	0,53	0,32	9,20	18,93	43.588,58	53.055,91
EUA	Nova York	Nasdaq-100	28.274,20	28.106,35	0,60	-6,61	11,98	21,78	22.763,31	30.660,60
EUA	Nova York	Nasdaq Composite	25.373,85	25.122,18	1,00	-3,20	9,17	20,13	20.650,13	27.093,90
EUA	Nova York	S&P 500	7.489,72	7.437,63	0,70	-0,13	9,41	18,15	6.238,01	7.609,78
Canadá	Toronto	S&P/TSX	35.226,14	35.505,84	-0,79	1,06	11,08	29,22	27.020,43	35.749,70
México	Cidade do México	IPC	66.936,99	67.290,40	-0,53	-0,04	4,09	16,62	56.650,26	71.601,35
Colômbia	Bogotá	COLCAP	2.392,10	2.342,44	2,12	5,42	15,67	34,93	1.751,56	2.521,54
Venezuela	Caracas	IBVC	5.134,46	5.110,92	0,46	-10,35	146,58	872,23	528,11	6.964,71
Chile	Santiago	IPSA	11.016,85	11.030,67	-0,13	1,63	5,11	34,58	8.161,33	11.627,58
Peru	Lima	S&P/BVL General	-	-	-	-	-	4,48	33.192,68	34.937,73
Argentina	Buenos Aires	Merval	3.291.322,63	3.304.917,79	-0,41	3,87	7,86	41,90	1.683.959,61	3.379.771,44
Europa, Oriente Médio e África										
Euro	-	Euronext 100	1.925,79	1.921,64	0,22	-0,02	11,92	21,72	4.087,82	5.056,38
Alemanha	Frankfurt	DAX	25.629,24	25.612,03	0,07	2,53	4,65	6,50	22.300,75	25.817,89
França	Paris	CAC-40	8.509,64	8.485,64	0,28	1,26	4,42	9,49	7.546,16	8.620,93
Itália	Milão	FTSE MIB	52.172,53	52.104,38	0,13	0,95	16,08	27,29	39.942,82	52.959,14
Bélgica	Bruxelas	BEL-20	5.685,82	5.655,00	0,55	-1,14	11,96	22,64	4.565,37	5.813,65
Dinamarca	Copenhague	OMX 20	1.598,75	1.649,67	-3,09	-0,02	-0,58	6,57	1.356,45	1.778,72
Espanha	Madri	IBEX-35	19.782,90	19.757,70	0,13	1,60	14,30	37,41	14.126,70	19.852,40
Grécia	Atenas	ASE General	2.569,75	2.571,90	-0,08	4,47	21,17	28,83	1.960,06	2.571,90
Holanda	Amsterdã	AEX	1.099,18	1.104,69	-0,50	1,76	15,55	21,85	883,89	1.104,69
Hungria	Budapeste	BUX	146.688,57	146.453,37	0,16	4,86	32,11	44,89	98.014,87	146.688,57
Polônia	Varsóvia	WIG	147.400,90	146.779,74	0,42	8,67	25,73	36,63	103.935,91	147.400,90
Portugal	Lisboa	PSI-20	9.116,04	9.145,86	-0,33	-0,18	10,31	18,21	7.626,71	9.484,93
Rússia	Moscou	RTS*	882,61	871,74	1,25	-6,61	-20,78	-17,64	786,94	1.185,76
Suécia	Estocolmo	OMX	3.246,92	3.233,44	0,42	1,36	12,62	25,85	2.533,59	3.247,03
Suíça	Zurique	SMI	14.346,14	14.392,49	-0,32	1,07	8,13	21,21	11.755,32	14.571,33
Turquia	Istambul	BIST 100	13.458,10	13.292,93	1,24	-4,70	19,51	25,27	10.208,76	15.133,54
Israel	Tel Aviv	TA-125	4.071,76	4.021,68	1,25	1,52	11,14	32,19	2.941,06	4.481,04
África do Sul	Joanesburgo	All Share	111.493,10	111.872,70	-0,34	1,07	-3,75	13,17	97.744,13	128.455,70
Ásia e Pacífico										
Japão	Tóquio	Nikkei-225	64.362,02	61.867,43	4,03	-8,14	27,86	56,71	40.290,70	72.366,34
Austrália	Sidney	All Ordinaries	9.137,00	9.122,70	0,16	1,68	1,31	1,53	8.552,60	9.435,60
China	Shenzhen	SZSE Composite	2.427,92	2.372,80	2,32	-14,53	-4,07	11,62	2.175,10	2.949,07
China	Xangai	SSE Composite	3.832,26	3.804,69	0,72	-6,40	-3,44	7,25	3.559,95	4.242,57
Coreia do Sul	Seul	KOSPI	6.595,45	5.593,56	17,91	-22,19	56,51	103,22	3.119,41	9.114,55
Hong Kong	Hong Kong	Hang Seng	25.884,43	25.858,88	0,10	13,13	0,99	4,49	22.671,86	27.968,09
Índia	Bombaim	S&P BSE Sensex	78.094,64	77.928,15	0,21	2,11	-8,36	-3,81	71.947,55	85.762,01
Indonésia	Jacarta	JCI	6.236,13	6.186,36	0,80	10,51	-27,88	-16,68	5.342,14	9.134,70
Tailândia	Bangcoc	SET	1.623,64	1.598,11	1,60	2,04	28,89	30,69	1.218,33	1.652,97
Taiwan	Taipé	TAIEX	43.119,75	39.933,30	7,98	-6,52	48,88	83,16	23.378,94	47.741,51

Fontes: Valor PRO, Bolsas de Bangcoc, Bogotá, Bombaim, Budapeste, Istambul, Jacarta, Joanesburgo, Lima, Madrid e Zurique. Elaboração: Valor Data
* Índice expresso em dólares

Ines249

Bolsa Santander é o mais recente a anunciar intenção de comprar ações em circulação de unidade brasileira; outros estudam possibilidade

Multinacionais reavaliam listagem de subsidiárias

MARCELO COELHO/DIVULGAÇÃO

Fernanda Guimarães
De São Paulo

A decisão do Santander de tentar comprar os cerca de 10% do capital que ainda não possui na unidade brasileira reforça uma tendência entre conglomerados estrangeiros de adquirir as participações minoritárias de subsidiárias listadas na B3. Grupos como Iberdrola, (dona da Neoenergia), EDP e Carrefour retiraram suas operações locais da B3 nos últimos anos e, segundo apurou o **Valor**, outras multinacionais avaliam lançar ofertas públicas de aquisição de ações (OPAs) de suas controladas brasileiras.

O movimento se dá em um ambiente de juros elevados, baixa liquidez e escassez de novas emissões de ações. Depois da onda de ofertas públicas iniciais (IPOs, pela sigla em inglês) de 2020 e 2021, a B3 passou a conviver com uma sequência de fechamentos de capital, incorporações e OPAs, sem que a entrada de novas empresas compensasse essas saídas.

Dados da B3 mostram que o número de companhias listadas caiu de 394 em 2022 para 344 conforme o levantamento mais recente, referente a junho. Há um ano, eram 361 empresas com capital aberto na bolsa.

"São dois anos seguidos em que tenho trabalhado com OPAs", afirma Jean Marcel Arakawa, sócio da área de mercado de capitais do escritório Mattos Filho. Segundo ele, controladores e potenciais adquirentes têm identificado uma diferença relevante entre a cotação das ações e o valor atribuído aos negócios.

"O que temos visto são casos em que o controlador ou até mesmo outros adquirentes enxergam um desconto entre o valor intrínseco da companhia e o valor de tela, e isso abre espaço para operações. Além disso, o momento é mais difícil para se pensar em liquidez adicional para o papel."

Uma fonte de um banco de investimento afirma, em conversa com o **Valor** , que outros grupos estrangeiros analisam operações semelhantes à anunciada pelo Santander. As avaliações estão em diferentes estágios e não necessariamente todas resultarão em ofertas, mas indicam que controladoras passaram a discutir se ainda é estratégico manter suas subsidiárias brasileiras listadas.

"Faz muito sentido esse movimento, principalmente se a ação está bem negociada lá fora", afirma a fonte, que falou na condição de anonimato. "Grosso modo, se a ação negocia a um múltiplo de P/E [relação entre o preço da ação e o lucro por ação] mais alto lá fora, faz sentido."

Isso significa que, quando a controladora negocia em seu mercado de origem a um múltiplo superior ao atribuído à subsidiária brasileira, pode usar suas ações como moeda para adquirir os papéis em circulação a um custo econômico relativamente menor e passar a capturar integralmente a geração de valor do negócio. Dentre as empresas listadas na B3 que são subsidiárias de grupos estrangeiros estão nomes como Telefônica Brasil, TIM e CPFL Energia, controlada pela chinesa State Grid (que tem planos de se listar na bolsa brasileira).

No caso do banco espanhol, a intenção é realizar uma oferta voluntária na qual os minoritários poderão trocar seus papéis por ações da matriz. A transação pode alcançar cerca de R$ 11 bilhões e representa um prêmio de 15% sobre a cotação de referência. Antes do anúncio, as units do Santander Brasil acumulavam desvalorização de aproximadamente 21% no ano na B3.

> "Um ambiente de juros elevados aumenta o custo de capital e torna o mercado de capitais menos competitivo"
> *Henrique Filizzola*

A operação, entretanto, não representa neste momento um fechamento de capital. A oferta não está condicionada a um nível mínimo de adesão, e os acionistas podem optar por permanecer na companhia. O Santander informou que pretende manter a subsidiária listada na B3.

Uma adesão elevada, contudo, reduziria significativamente o volume de ações em circulação e poderia facilitar uma eventual proposta de deslistagem no futuro, caso a matriz decida seguir esse caminho. Segundo pessoas próximas à operação, essa decisão não foi tomada, embora agentes do mercado considerem o fechamento de capital uma possibilidade após a conclusão da oferta.

Mais do que o caso específico do Santander, o episódio reforça uma mudança de percepção entre multinacionais que, durante muitos anos, enxergaram valor em manter suas operações brasileiras na bolsa. A listagem permitia acessar investidores locais, levantar recursos para financiar a expansão, usar ações como moeda em aquisições e atribuir uma avaliação própria aos negócios no país.

Essa lógica perdeu força à medida que as ações passaram a ser negociadas com descontos considerados elevados e a liquidez diminuiu. Com poucas perspectivas de novas ofertas de ações, algumas controladoras passaram a concluir que faz mais sentido adquirir as participações dos minoritários e concentrar o valor gerado pelas subsidiárias, afirma uma fonte de mercado.

> "São casos em que o controlador ou até outros adquirentes enxergam um desconto entre o valor intrínseco e o de tela"
> *Jean Marcel Arakawa*

A espanhola Iberdrola foi uma das mais recentes a seguir esse caminho. Depois de comprar a participação de 30,29% da Previ na Neoenergia, lançou uma oferta pelas ações remanescentes e elevou sua fatia para cerca de 98% do capital, abrindo caminho para a retirada da companhia da B3.

A operação não representou uma redução da importância do Brasil para o grupo. A Neoenergia permanece como uma das principais plataformas internacionais da Iberdrola, mas a concentração do capital deu à controladora maior flexibilidade para definir investimentos e estratégia.

Já a portuguesa EDP retirou sua subsidiária brasileira da bolsa em 2023. O grupo afirmou na ocasião que a simplificação societária fazia parte de sua estratégia para um mercado considerado prioritário. No varejo, outro exemplo. O Carrefour incorporou as ações remanescentes da operação brasileira em 2025 e passou a deter a totalidade do capital, e na época também frisou a importância da operação brasileira para a matriz. Nesse caso, a operação não foi feita por meio de OPA.

A tendência também alcança grupos brasileiros. A controladora do grupo Randon, ainda na semana passada, lançou uma OPA facultativa para adquirir ações da companhia de implementos rodoviários, utilizando como permuta ações de sua controlada Fras-le, mecanismo semelhante ao utilizado pelo Santander, como parte de uma reorganização societária. Mesmo não sendo um controlador estrangeiro, reforça o movimento de simplificação de estruturas, algo também apoiado no fato de a companhia ser avaliada na bolsa bem abaixo de sua controlada.

Há ainda operações de outra natureza, mas com efeito semelhante para o mercado. Depois de adquirirem o controle de empresas brasileiras, CMA CGM e MSC optaram por retirar, respectivamente, Santos Brasil e Wilson Sons da bolsa. Nesses casos, os novos controladores decidiram administrar os ativos como empresas fechadas.

Apesar das diferenças entre as transações, todas contribuíram para reduzir o universo de companhias disponíveis aos investidores brasileiros, justamente em um período marcado pela ausência de novas ofertas iniciais de ações.

Para Henrique Filizzola, sócio da área de mercado de capitais do Stocche Forbes Advogados, o fenômeno resulta da combinação de fatores estratégicos, condições macroeconômicas e características do mercado brasileiro. "Em muitos casos, o desconto recorrente entre o valor de negociação das ações e o valor intrínseco dos ativos, aliado à baixa liquidez do mercado, reduz as vantagens de manter a companhia listada", afirma.

O especialista também destaca o custo de capital e as despesas associadas à manutenção de uma companhia aberta. "Soma-se a isso um ambiente de juros elevados, que aumenta o custo de capital e torna o mercado de capitais menos competitivo como fonte de financiamento, enquanto os custos regulatórios e de governança inerentes à condição de companhia aberta permanecem elevados", afirma.

Na avaliação do advogado, a tendência não representa uma perda de confiança no Brasil, mas uma reavaliação sobre a estrutura societária mais eficiente para a alocação de capital e a gestão dos negócios. O avanço dessas operações, segundo ele, reforça a necessidade de ampliar a liquidez, expandir a base de investidores e fortalecer a capacidade do mercado brasileiro de precificar adequadamente empresas de qualidade.

Procurado, o Santander reforçou nota divulgada na semana passada em que destaca, dentre outros pontos, que a transação "reflete a confiança do Banco Santander no Brasil e no potencial de crescimento de seus negócios no país". As demais empresas não comentaram.

Curtas

Reuniões do Fed

O presidente do Federal Reserve (Fed), Kevin Warsh, levantou a possibilidade de alterar a frequência das reuniões regulares de política monetária do banco central dos EUA, segundo pessoas a par do assunto. Uma ideia apresentada por Warsh é que os formuladores de políticas do Fed se reúnam seis vezes ao ano para decidir sobre as taxas de juros e outras questões de política monetária, e duas vezes ao ano para discutir um tema econômico relevante, disse uma das pessoas. Nenhuma decisão foi tomada até o momento. Warsh abordou a revisão do cronograma de reuniões durante o encontro da semana passada do Comitê Federal de Mercado Aberto (Fomc), segundo as fontes. Composto por 12 membros, o Fomc reúne-se atualmente oito vezes ao ano para definir as taxas de juros, prática adotada desde a década de 1980. Uma redução no número de reuniões de política monetária representaria uma mudança significativa na forma de atuação do Fed. ***(Bloomberg)***

Durigan e bancos

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, reúne-se hoje com representantes da Febraban e de grandes bancos. A agenda prevê a participação de Felipe Prince, do BB; Carlos Vieira, da Caixa; André Esteves, do BTG; Gilson Finkelstain, CEO do Santander; Marcelo Noronha, do Bradesco; Milton Maluhy, do Itaú; e Isaac Sidney, da Febraban.

Por que Santander não fez OPA de fechamento?

Álvaro Campos
De São Paulo

O Santander Espanha anunciou na noite de quinta-feira uma oferta pública de aquisição (OPA) voluntária de permuta, na qual pagará aos acionistas do Santander Brasil com uma troca de ações. O grupo espanhol vai gastar até € 1,908 bilhão para comprar a fatia que ainda não possui na subsidiária brasileira. Mas por que a matriz optou por essa alternativa?

As OPAs voluntárias são iniciativas tomadas pela própria empresa ou por acionistas majoritários sem obrigatoriedade legal. Como o nome diz, o minoritário não é obrigado a aderir — ele aceita a proposta se quiser. Mesmo sendo voluntária, a oferta precisa ser registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Como a operação do Santander envolve permuta de ações, o pedido segue o rito ordinário, que prevê análise prévia da autarquia.

Já a OPA obrigatória é exigida por lei em situações específicas, com o objetivo de proteger os minoritários. Ela deve ocorrer quando há alienação de controle societário; cancelamento de registro de companhia aberta; ou o controlador adquire ações em circulação a ponto de reduzir sua proporção a menos de 15% de determinada classe. Nesse último caso, a regra busca proteger os minoritários remanescentes contra a perda de liquidez provocada pelo aumento da participação do controlador.

Embora o Santander já tenha menos de 15% das ações em circulação, novas compras feitas diretamente pelo controlador poderiam, em princípio, disparar a obrigação de uma OPA por aumento de participação. A própria Resolução CVM 215, porém, exclui desse gatilho as aquisições realizadas por meio de uma OPA. Como o Santander Espanha está comprando as ações dos minoritários por uma OPA voluntária dirigida ao mercado, essas aquisições não geram uma segunda OPA obrigatória por aumento de participação.

O Santander Espanha se propôs a comprar todas as ações em circulação — então, no limite, a subsidiária brasileira poderia ficar sem nenhum papel negociado em bolsa, mas ainda assim continuar como uma empresa de capital aberto.

Em uma OPA voluntária, não há necessidade de atingir um capital mínimo de adesão. Já na OPA obrigatória para fechamento de capital, é preciso conquistar a anuência de pelos menos dois terços das ações em circulação. Em ambas as ofertas, as compras são feitas em um leilão específico, e depois quem não aderiu ainda tem um período de 30 dias para mudar de ideia e vender suas ações.

Mesmo no caso de uma OPA de fechamento de capital que atinge o limite de dois terços, ainda assim quem não aderiu pode continuar com suas ações, embora elas não sejam mais negociadas em bolsa. Além disso, se sobrar menos de 5% das ações após a OPA, o controlador pode convocar uma assembleia e fazer um resgate compulsório dos papéis remanescentes, no chamado "squeeze out".

Guilherme Bertolini, sócio do Cascione Advogados, lembra que o Santander Espanha deixa claro no fato relevante que a unidade brasileira continuará como uma empresa de capital aberto. "Eles não são obrigados a fazer uma OPA de aumento de participação, porque já estão dirigindo essa oferta voluntária a todos os acionistas que quiserem aderir. Se mais para frente ele quiser fechar o capital, também não terá obrigatoriamente de fazer outra OPA, porque já está fazendo essa geral agora", explica.

Charles Nasrallah, do NCSS Advogados, lembra que as regras das OPAs são feitas para impedir os minoritários de serem prejudicados pelos controladores. "O Santander Espanha está fazendo uma oferta voluntária, um movimento pacífico. O objetivo deles é ter o controle total do Santander Brasil, mas eles não podem obrigar nenhum minoritário a aderir."

> "Se mais para frente ele [o controlador] quiser fechar capital, não terá de fazer obrigatoriamente outra OPA"
> *Guilherme Bertolini*

Um ponto que pode gerar embate é a questão do preço pago. Na proporção de troca oferecida pelo Santander Espanha, ele diz haver um prêmio de 15% sobre o valor de fechamento das ações da subsidiária brasileira na quinta-feira. O problema é que os papéis caíram quase 10% nos últimos dois pregões, em função dos resultados ruins divulgados pelo banco no segundo trimestre. O banco ainda não divulgou o edital da OPA, onde consta o laudo de avaliação usado para o cálculo do prêmio.

Normalmente em uma OPA obrigatória o valor de mercado das ações também é um fator considerado para a elaboração do laudo de avaliação, mas não é utilizada a cotação do pregão anterior, e sim uma média de um período mais longo.

Em uma OPA obrigatória, os minoritários podem questionar o preço oferecido pelo controlador. Isso aconteceu, por exemplo, com a Cielo, quando um grupo de investidores insatisfeitos tentou forçar a contratação de um segundo laudo, embora a iniciativa não tenha sido aprovada. Já em uma OPA voluntário, pelo fato de a adesão não ser obrigatória, não faz sentido questionar o preço oferecido.

Um outro advogado consultado pelo **Valor** diz que o Santander teve uma "boa sacada" com a OPA voluntária, mas que não há nenhuma irregularidade por parte do banco. "Pode ser que no futuro eles queiram fechar o capital mesmo do Santander Brasil, e se fizeram outra OPA em menos de um ano, não podem oferecer um valor inferior ao que está sendo oferecido agora. Pode ser que algum minoritário questione na CVM ou até na Justiça se eles não seriam obrigados a fazer uma OPA de fechamento de capital agora. Eu entendo os argumentos, mas acho que são frágeis. O Santander fez tudo que a lei manda, se blindou direitinho."

Apesar de não ser obrigado pela lei a fazer uma OPA para fechar o capital, o Santander pode enfrentar um obstáculo administrativo. O banco é listado no Nível 2 de governança da B3, que exige um "free float" mínimo de 20%. Com apenas 10% de ações negociadas em bolsa, ele já tem um "waiver" (uma espécie de exceção dada pela bolsa) para ficar abaixo do limite, porque mesmo com apenas 10% listados o volume diário negociado era alto. Agora, com a aquisição das ações que fará, seu free float, se restar, será ínfimo. Aí é preciso verificar se a B3 manterá o waiver ou exigirá alguma outra solução.

Ines249

Conjuntura Antes de talvez elevar produtividade, tecnologia exige aporte capaz de mover inflação

IA desafia BCs e pode redefinir a política monetária dos EUA

DAVID PAUL MORRIS/BLOOMBERG

Para Mary Daly, do Fed de São Francisco, não há evidências suficientes para concluir que IA já esteja produzindo ganhos permanentes de produtividade

Análise

Roberta Costa
De São Paulo

Por décadas, o Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA) aperfeiçoou sua política monetária com base em relações econômicas relativamente estáveis. Inflação, desemprego, produtividade, salários e investimento evoluíam de maneira que permitia aos formuladores de política calibrar os juros com razoável confiança.

A inteligência artificial (IA), porém, está colocando em xeque parte desse arcabouço. Mais do que uma inovação tecnológica, ela passou a ser tratada por bancos centrais como potencial fator de mudança estrutural da economia — e, consequentemente, da própria política monetária.

Essa discussão, que há poucos anos estava restrita ao ambiente acadêmico, ganhou espaço nas reuniões do Fed, nos relatórios do Banco de Compensações Internacionais (BIS), nos discursos do Banco Central Europeu (BCE), do Banco do Japão e nos estudos do Fundo Monetário Internacional (FMI). Também passou a ocupar economistas-chefes das maiores instituições financeiras do mundo, que divergem sobre uma questão fundamental: os ganhos de produtividade proporcionados pela IA chegarão a tempo de permitir juros mais baixos ou o ciclo atual de investimentos manterá a inflação elevada por mais tempo?

A pergunta pode definir o comportamento da política do Fed nos próximos anos.

A lógica econômica parece simples, mas suas implicações são profundas. A IA promete aumentar a produtividade das empresas, automatizar tarefas, reduzir custos e elevar o crescimento potencial da economia americana. Se isso ocorrer de forma ampla, os EUA poderão crescer mais sem pressionar a inflação, ampliando o espaço para uma política monetária menos restritiva.

O problema é que essa não é a realidade observada hoje.

Antes de reduzir custos, a IA exige investimentos gigantescos. Empresas de tecnologia estão destinando centenas de bilhões de dólares à construção de data centers, aquisição de semicondutores, expansão das redes elétricas e desenvolvimento de infraestrutura computacional. Esses investimentos aumentam a demanda por crédito, energia, equipamentos e mão de obra qualificada, impulsionando a atividade econômica exatamente quando o Fed tenta moderá-la.

Foi esse paradoxo que levou o BIS a alertar, em relatório econômico recente e em publicações técnicas subsequentes, que a IA pode "embaralhar" os sinais utilizados pelos bancos centrais para interpretar a inflação. Segundo a instituição, a tecnologia gera simultaneamente um choque de demanda — decorrente do ciclo de investimentos — e um choque positivo de oferta, que tende a aparecer apenas gradualmente na forma de ganhos de produtividade. Distinguir qual dessas forças prevalece tornou-se um dos principais desafios da política monetária.

Essa preocupação também aparece dentro do próprio Fed.

O Board do Fed publicou em 2024 uma nota apresentando indicadores para acompanhar a adoção da IA pelas empresas americanas. O objetivo é medir a velocidade de difusão da tecnologia, identificar os setores mais avançados e avaliar em que momento os investimentos começam efetivamente a elevar a produtividade agregada. O simples fato de o banco central dedicar recursos à criação desses indicadores demonstra que a IA deixou de ser um tema periférico e passou a integrar o conjunto de variáveis relevantes para a análise macroeconômica.

A cautela, entretanto, continua predominando entre dirigentes da instituição. A presidente do Fed de São Francisco, Mary Daly, afirmou que ainda não há evidências suficientes para concluir que a IA já esteja produzindo ganhos permanentes de produtividade capazes de alterar significativamente a condução da política monetária. A mensagem é clara: assumir prematuramente que a economia se tornou estruturalmente mais produtiva pode levar o Fed a afrouxar a política monetária antes da hora.

A posição de Daly encontra eco em outros dirigentes regionais do Fed, como Susan Collins (Boston) e Tom Barkin (Richmond), que também defenderam cautela ao discutir os efeitos econômicos da IA. Ambos reconhecem o enorme potencial transformador da tecnologia, mas sustentam que ainda é cedo para atribuir a ela a recente melhora de alguns indicadores de produtividade observados nos EUA. Para eles, parte relevante desse desempenho pode refletir fatores cíclicos, e não uma mudança estrutural da economia.

No Fed de Nova York, pesquisadores foram além. Um estudo recente argumenta que a IA não altera apenas o crescimento potencial, mas pode modificar o próprio mecanismo de transmissão da política monetária. Se empresas conseguirem ajustar preços, produção e decisões de investimento mais rapidamente graças ao uso intensivo de IA, os efeitos das decisões do Fed poderão se propagar de maneira diferente da observada nas últimas décadas. Isso exigiria uma revisão gradual dos modelos utilizados pelo banco central.

A discussão também ganhou força na Europa. O economista-chefe do BCE, Philip Lane, tem afirmado que a IA representa uma oportunidade para elevar a produtividade do continente, mas adverte que sua difusão será lenta, desigual e acompanhada por um intenso ciclo de investimentos. Segundo Lane, o processo de transição pode manter pressões inflacionárias por algum tempo antes que os benefícios sobre custos e eficiência se consolidem. Em outras palavras, a IA pode inicialmente dificultar — e não facilitar — o trabalho dos bancos centrais.

O FMI compartilha visão semelhante. Em publicações recentes, a instituição conclui que a IA tende a elevar o produto potencial mundial e melhorar a produtividade, mas ressalta que seus efeitos dependerão da velocidade de adoção pelas empresas, da qualificação da força de trabalho e da capacidade das economias de absorver a nova tecnologia. O FMI alerta ainda para possíveis impactos sobre estabilidade financeira, mercado de trabalho e distribuição de renda, temas que também interessam aos formuladores de política monetária.

Se entre os bancos centrais predomina a prudência, em Wall Street o debate é ainda mais diverso.

No Goldman Sachs, o economista-chefe Jan Hatzius surpreendeu parte do mercado ao afirmar que o impacto macroeconômico da IA sobre a economia americana em 2025 foi "basicamente zero". Segundo ele, embora os investimentos sejam expressivos, ainda não há evidências robustas de que tenham elevado a produtividade agregada ou alterado o crescimento potencial dos EUA. Hatzius argumenta que boa parte do investimento corresponde à compra de equipamentos importados, reduzindo seu efeito imediato sobre o PIB doméstico.

No J.P. Morgan Chase, o economista-chefe para EUA, Michael Feroli, vê outro risco. Em suas análises, Feroli argumenta que o "boom" de investimentos em IA pode prolongar o crescimento da demanda agregada e manter o mercado de trabalho aquecido, retardando o processo de desinflação. Nessa leitura, o efeito inicial da IA seria mais inflacionário do que desinflacionário, o que justificaria uma postura cautelosa do Fed.

O ex-economista do Fed e atual economista-chefe global do Morgan Stanley, Seth Carpenter, desenvolve raciocínio semelhante. Para ele, o desafio central dos formuladores de política será distinguir um aumento permanente do produto potencial de um ciclo temporário de investimentos. Caso o Fed interprete erroneamente essa dinâmica, poderá reduzir juros antes que a inflação esteja efetivamente controlada ou, no extremo oposto, manter condições monetárias excessivamente restritivas em uma economia que já se tornou mais produtiva.

Nas consultorias globais, as conclusões seguem a mesma linha de equilíbrio entre entusiasmo e prudência. Um exemplo é a opinião do economista-chefe global da Deloitte, Ira Kalish, que sustenta que a IA provavelmente elevará o crescimento potencial das economias avançadas, mas alerta que relações históricas entre desemprego, salários e inflação poderão tornar-se menos confiáveis. Isso exigirá novos modelos analíticos por parte dos bancos centrais. Já na Boston Consulting Group, o economista-chefe Philipp Carlsson-Szlezak chama atenção para um risco recorrente na história econômica: a tendência dos mercados de anteciparem ganhos estruturais muito antes de eles aparecerem nos indicadores agregados. Segundo ele, a experiência com outras revoluções tecnológicas (internet é o marco) mostra que os efeitos sobre a produtividade costumam levar vários anos para se refletir nas estatísticas nacionais.

Talvez o contraponto mais influente venha da academia. O economista Daron Acemoglu, do Massachusetts Institute of Technology (MIT) e vencedor do Prêmio Nobel de Economia, considera excessivamente otimistas muitas estimativas sobre o impacto econômico da IA. Em seus estudos, argumenta que apenas uma parcela relativamente pequena das tarefas atuais será transformada de forma suficientemente profunda para produzir grandes ganhos de produtividade na próxima década. Se essa avaliação estiver correta, bancos centrais não deveriam alterar suas estimativas de crescimento potencial apenas com base no entusiasmo em torno da tecnologia.

Apesar das diferenças de diagnóstico, há um ponto de convergência entre bancos centrais, instituições financeiras e pesquisadores: a IA passou a ser uma variável macroeconômica relevante. O debate já não é se ela transformará a economia, mas quando seus efeitos superarão o atual ciclo de investimentos e começarão a modificar de forma permanente a produtividade, a inflação e o crescimento potencial.

Para o Fed, essa talvez seja a questão econômica mais importante da segunda metade da década. A resposta poderá redefinir não apenas o ritmo dos próximos cortes de juros, mas também conceitos fundamentais da política monetária, como a taxa neutra de juros, o produto potencial e a própria interpretação dos indicadores econômicos que orientam as suas decisões.

Em um momento em que a IA promete remodelar empresas, mercados e cadeias produtivas, ela começa também a remodelar a forma como os bancos centrais enxergam a economia. E essa pode ser a transformação mais relevante de todas.

Para Seth Carpenter, do Morgan Stanley, desafio é distinguir alta permanente do produto potencial de um ciclo temporário de investimentos

Daron Acemoglu, do MIT, considera excessivamente otimistas muitas das estimativas atuais sobre o impacto econômico da IA

Como me proteger da inflação no longo prazo?

Consultório financeiro

Como saber se o patrimônio está realmente protegido contra os efeitos da inflação no longo prazo?

Ruta Savignac, CFP, responde:

O planejamento patrimonial envolve a identificação e mitigação de múltiplos riscos: mercado, liquidez, cambial, fiscal e concentração. A inflação integra esse conjunto como um dos fatores de desvalorização mais persistentes do valor patrimonial ao longo do tempo. Compreender de que forma a inflação impacta o patrimônio é uma das tarefas centrais do planejamento patrimonial.

Seria equivocado tratar a inflação como desafio exclusivo das economias emergentes. Conflitos geopolíticos, choques energéticos e expansão dos gastos públicos criaram pressões inflacionárias duradouras em economias desenvolvidas: a Zona do Euro registrou inflação de 3,2%, e os EUA, de 4,2% em maio de 2026. A pesquisa internacional global de family offices 2026, realizada com mais de 300 grandes gestoras de patrimônio, mostra que a inflação elevada figura entre os três principais riscos para os próximos cinco anos. Trata-se de um novo regime macroeconômico, e o planejamento patrimonial precisa refletir essa realidade.

Rentabilidade nominal é o retorno bruto de um investimento; rentabilidade real é o ganho efetivo após descontar inflação, tributos e custos, e é ela que determina se o patrimônio de fato cresceu. Na prática, calcular a rentabilidade real do patrimônio é mais complexo do que parece. Além da inflação e dos custos diretos, é importante considerar o custo de oportunidade e os riscos específicos de cada ativo, que impõem perdas potenciais invisíveis.

Os instrumentos indexados à inflação oferecem proteção, mas exigem monitoramento: alterações macroeconômicas podem transformar uma posição adequada em fonte de perdas. O mercado imobiliário carrega riscos de liquidez e inadimplência que a análise inflacionária isolada não captura. Além disso, preservar capital acima da inflação em moeda local e preservar poder aquisitivo global são objetivos distintos: a desvalorização estrutural do real tende a consumir parcela significativa do retorno acumulado em reais.

O IPCA encobre variações significativas entre os grupos de despesas. Em 2025, enquanto o índice oficial encerrou em 4,26%, grupos relevantes do orçamento familiar registraram variações superiores: habitação 6,79%, educação 6,22% e saúde e cuidados pessoais 5,59%. Um investidor com rentabilidade real de 5% pode ter preservado apenas parcialmente seu poder aquisitivo, se seus gastos se concentrarem nesses segmentos. Uma família que projeta seus passivos com base exclusivamente no IPCA pode estar subestimando o custo real do seu padrão de vida, e o patrimônio que parece suficiente hoje pode revelar-se insuficiente no longo prazo.

Diversificação patrimonial não está na escolha do ativo, mas na arquitetura do patrimônio: distribuir os ativos entre sistemas monetários, regimes jurídicos e mercados distintos reduz correlações e amplia oportunidades. A pesquisa internacional mostra que 60% das grandes gestoras planejam ajustar sua alocação estratégica nos próximos 12 meses, com destaque para diversificação regional e redução da exposição a uma única moeda. A bolsa brasileira representa menos de 1% da capitalização dos mercados globais. Assim, um portfólio predominantemente doméstico concentra todo o risco sistêmico brasileiro para acessar uma fração mínima das oportunidades globais.

Navegar nesse cenário exige um planejamento patrimonial com visão integrada de investimentos, proteção patrimonial e planejamento sucessório, alinhados aos objetivos reais da família. A proteção patrimonial real não começa na escolha do ativo, mas na construção de um planejamento robusto — porque, sem essa estrutura, as perdas ao longo das gerações podem superar qualquer oscilação desfavorável de mercado.

Ruta Savignac é planejadora financeira pessoal e possui a certificação CFP (Certified Financial Planner), concedida pela Planejar - Associação Brasileira de Planejamento Financeiro
E-mail:
ruta.savignac@millesimeprivate.com

As respostas refletem as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico ou da Planejar. O jornal e a Planejar não se responsabilizam pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso destas informações. Perguntas devem ser encaminhadas para:
consultoriofinanceiro@planejar.org.br

Ines249

Agenda do STF
Ministros julgam isenção de impostos de veículos para PcD e Funrural
valor.globo.com/legislacao

Opinião Jurídica
O custo tributário dos programas de fidelidade
E2

Trabalhista
MTE regulamenta trabalho em feriado no comércio
valor.globo.com/legislacao

Valor E
Sábado, domingo e segunda-feira, 1, 2 e 3
de agosto de 2026

Legislação & Tributos SP

Tributário Grupo de 37 empresas participantes passa a ter vantagem estratégica, dizem CFOs

Programa Confia facilita transição da reforma tributária

Laura Ignacio
De São Paulo

O programa Confia, da Receita Federal, virou permanente e passa a atrair um maior número de empresas. Entre as principais vantagens esperadas está uma transição para o novo sistema tributário, decorrente da reforma, com maior segurança jurídica. Quem possui o Selo Confia tem acesso rápido e direto aos auditores que vão fiscalizar o cumprimento das regras sobre a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a partir de janeiro.

Até agora, apenas um grupo seleto de 37 companhias conquistou o selo. Elas recolheram aproximadamente R$ 210 bilhões em tributos no ano de 2025, conforme dados da Receita. Isso corresponde a cerca de 7,5% da arrecadação brasileira — em 2024, elas declararam cerca de R$ 2,3 trilhões em receitas ao Fisco federal. Após a conclusão do ciclo inicial de certificações, a Receita Federal prevê novas admissões ao programa.

O Confia é um programa de conformidade criado no ano de 2021. A princípio algumas empresas foram convidadas para ajudar a construir o programa. Depois começou uma fase de testes e, em seguida, veio o programa-piloto, com 20 empresas classificadas por porte, grau de endividamento e nível de governança.

Na prática, cada empresa pode tirar dúvidas com um auditor denominado. Trata-se de um trabalho personalizado. "Os contribuintes admitidos no Confia têm prioridade em todos os serviços da Receita, inclusive direito creditório, como os créditos da reforma", afirma Flávio Vilela Campos, coordenador especial de maiores contribuintes da Receita e chefe do Centro Confia.

No caso de inconsistência, pode ser feita a autorregularização, com redução ou isenção de multa. Deu tão certo que o governo autorizou que o programa passasse a ser permanente. Ele também virou referência internacional, e países como Peru, Equador e Guatemala já deram os primeiros passos para desenvolver um programa semelhante.

Mas conquistar o selo não é nada fácil. "Abrimos inscrições para o Programa Confia permanente com um questionário de governança bem mais robusto", diz Campos. "Outros critérios foram mais de R$ 2 bilhões de receita bruta e declaração de mais de R$ 100 milhões em tributos, em 2025, além de grau de endividamento sobre a receita inferior a 30%".

Dos 51 inscritos, 43 foram validados, e, desses, 37 conseguiram a certificação. Campos explica que esse número vai caindo, muito por conta da comprovação de mecanismos de controle interno.

Agora, Fisco e os participantes do Confia começam a executar um plano de trabalho elaborado com questões do Fisco e dos contribuintes. Nesse plano, já há 234 assuntos fiscais a serem discutidos, por indício de inconsistência entre o entendimento do Fisco e o do contribuinte. "Dessas questões, 60% foram trazidas pelos próprios contribuintes, o que mostra que não há mais o receio, por parte das empresas, que havia no início do piloto", diz Campos.

Muitas dessas questões têm relação com a reforma tributária. Ao **Valor**, Campos apontou nove delas: créditos de IBS e CBS sobre benefícios trabalhistas e despesas corporativas; transição entre PIS/Cofins e CBS, com risco de dupla tributação; tratamento tributário de contratos de longa duração e operações financeiras; compensação de incentivos fiscais estaduais; ressarcimento de créditos tributários; split payment e novas obrigações acessórias; funcionalidades tecnológicas da plataforma da reforma tributária; participação em projetos-piloto e acesso à apuração assistida; e capacitação e governança para adaptação ao novo sistema tributário.

A empresa no Confia, diz Campos, terá uma assistência para esse processo de migração da reforma tributária porque vai trabalhar em tempo real com a Receita. "Mas quando a Receita entende que o problema de um determinado contribuinte é comum a vários outros, tanto pode melhorar a comunicação geral, por meio da publicação de um novo ADI [Ato Declaratório Interpretativo], por exemplo, como promover treinamentos internos a respeito", diz.

MARCELLO FERREIRA/DIVULGACAO

Thiago Agda: estar no Confia facilita a transição porque a empresa pode ter com o Fisco conversas rápidas e transparentes

O Confia ainda proporcionou que, este ano, a Receita criasse com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) a Norma Técnica 17301 de governança tributária. "Ela padroniza o modelo de governança que as empresas terão que ter para participar do Confia", diz Campos.

Uma das empresas com Selo Confia é a fabricante de produtos de limpeza Ypê. O CFO da companhia, Thiago Agda, lembra que, no passado, havia o pressuposto de que se um contribuinte tinha uma interpretação diferente do que a Receita esperava era má-fé. "No Confia podemos esclarecer nossas dúvidas e construir um plano de conformidade com a Receita, se for o caso, ou também podemos divergir, claro".

Para Agda, estar no Confia é estratégico por não serem abertas fiscalizações desnecessárias e por se prevenirem litígios inúteis, trazendo segurança jurídica para as operações. "Agora é só manter as boas práticas".

Sobre a reforma tributária, segundo Agda, "estar no Confia facilita a transição porque a empresa pode ter com o Fisco conversas rápidas e transparentes". Para ele, o maior desafio, até agora, foi preparar os parceiros de negócio para que eles estejam no mesmo estágio da Ypê, evitando qualquer futura ineficiência operacional.

Outra companhia com Selo Confia é a indústria de tecnologia Positivo. "Temos um regime tributário diferenciado e controles internos bem robustos, então ter esse canal de contato direto, estruturado, com a Receita foi uma decisão estratégica", diz Fabio Trierweiler, CFO da empresa.

Segundo o CFO, quando existem divergências interpretativas, no Confia é possível antecipar eventuais discussões, o que impacta o fluxo de caixa. "Operacionalmente, a gente toma decisões mais assertivas, precifica melhor. Por outro lado, o Selo Confia é importante para a reputação da companhia, especialmente por ser de capital aberto, demonstrando a maturidade tributária da empresa", diz.

> "Plano de trabalho do Confia tem 234 assuntos fiscais a serem discutidos"
> *Flávio Vilela Campos*

Com a coexistência de dois sistemas tributários durante o período de transição da reforma, estar no Confia ajuda muito, segundo Trierweiler. "Ao atualizar os sistemas, olhar fluxos, rever contratos, tendo esse diálogo aberto com a Receita, favorece demais", diz. "Tanto que em relação a notas fiscais já estamos numa situação bem avançada e já estimamos como vai ser o impacto da nova tributação, mesmo sem termos a alíquota final."

Tributaristas afirmam que há mais empresas considerando aderir ao Confia, sobretudo em razão da reforma tributária. "Há uma grande expectativa de que a relação Fisco-contribuinte pelo Confia se aprimore, além do diálogo facilitado", diz Priscila Faricelli, sócia do Demarest.

"Ter prioridade na monetização dos créditos acumulados, que serão migrados para o novo sistema, seria bastante interessante", afirma. "Muitos dos problemas enfrentados pelos contribuintes, hoje, decorrem de demora na aprovação de créditos e do processamento de declarações retificadoras".

Arrematante em leilão se livra de dívida condominial

Laura Ignacio
De São Paulo

Uma decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) garante que a dívida condominial não segue o imóvel arrematado em leilão. Mesmo que o valor do lance final seja insuficiente para a quitação do débito e o bem seja adquirido por parente do ex-proprietário. A 22ª Câmara de Direito Privado da Corte paulista reconheceu que eventual saldo remanescente deve ser exigido, exclusivamente, da devedora originária. A decisão assegurou a compra de uma casa de R$ 10 milhões de um condomínio de luxo no Guarujá (SP) por R$ 2 milhões.

A decisão é importante porque reforça a jurisprudência em prol da segurança de compradores de imóveis via leilão, um tipo de investimento cada vez mais comum. O imóvel é arrematado por um preço menor do que o de mercado, reformado e revendido por um preço competitivo.

No caso concreto, a ex-dona do imóvel tem uma dívida milionária a pagar e faz parte dela uma dívida condominial devida à Associação dos Proprietários do Iporanga (Sasip). A entidade entrou na Justiça com uma ação de cobrança (execução de título extrajudicial) e conseguiu o direito à penhora. Mas, quando o imóvel foi à leilão, a filha da dona do bem o arrematou. Como credores trabalhistas também tinham direito à penhora de bens da devedora, a associação não teve a dívida quitada e recorreu.

LUIS USHIROBIRA/VALOR

> "Decisão em sentido contrário afetaria inclusive o mercado de leilões"
> *Pedro Casquet*

A Sasip pediu a inclusão da filha da devedora na ação de cobrança para responsabilizá-la pela dívida condominial. Alegou que ela tinha conhecimento da existência dos inúmeros débitos da mãe e sabia que, em razão das inúmeras outras dívidas, a associação nada receberia.

O juiz da 4ª Vara Cível do Guarujá acatou o pedido de inclusão da arrematante do imóvel no polo passivo da execução. Também decidiu suspender o andamento do processo até que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decida, em recurso repetitivo, se dívida condominial segue o imóvel (Tema 1183).

O advogado Pedro Casquet, representante da filha da devedora, apresentou um agravo no processo. Pediu que ela não seja cobrada na execução contra a mãe e argumentou que o STJ já pacificou que débitos tributários anteriores não seguem o imóvel arrematado em leilão (Tema 1134). "Ainda que o STJ decida que dívida condominial segue o imóvel, não terá nada a ver com imóvel leiloado, o que já foi analisado pela Corte superior", diz o especialista. "Afetaria inclusive o mercado de leilões", diz.

Segundo Euclides Maraschi Júnior, leiloeiro oficial da plataforma Hasta Pública, e que trabalha na área desde o ano de 2003, realmente esse mercado está aquecido. "Porque é uma forma de venda rápida, com valor atrativo, condições de parcelamento e valores de até 50% da avaliação do imóvel, o que é bem lucrativo", diz.

Como desde a pandemia os leilões são eletrônicos, também ficou mais fácil participar, de acordo com ele. "Para não cair em golpe, o importante é encontrar a matrícula do leiloeiro e pesquisar na Junta Comercial do Estado, que tem todas as informações sobre o profissional", afirma Maraschi.

No acórdão do TJSP, o relator Núncio Theophilo Neto, da 22ª Câmara de Direito Privado, declarou que "o alegado conhecimento prévio das dívidas ou a relação de parentesco com a executada não são suficientes para caracterizar má-fé ou justificar a responsabilização da arrematante, ausente demonstração de fraude na arrematação". Ele também disse que "a responsabilização do adquirente por débitos pretéritos depende de previsão expressa no edital, o que não ocorreu".

O magistrado concluiu: "A eventual insuficiência do valor arrecadado não desloca o ônus ao arrematante, permanecendo o saldo devedor sob responsabilidade da executada, contra quem o credor poderá prosseguir na execução" (agravo de instrumento nº 2202630-40.2025.8.26.0000).

O escritório Luiz Carlos Damasceno e Advogados Associados, representante da Sasip, foi procurado pelo **Valor**, mas disse que irá se manifestar apenas pelos autos do processo.

Curta

Notas fiscais

Em ato conjunto, Receita Federal e Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS) divulgaram, na sexta-feira, o cronograma com as datas de início da obrigatoriedade da emissão dos documentos fiscais eletrônicos com discriminação das alíquotas (destaque) da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do IBS — os tributos da reforma tributária que vão substituir os atuais impostos que incidem sobre o consumo. A falta de previsibilidade sobre os prazos de exigência de cada documento e, em alguns casos, a falta de modelos (leiautes) eram fonte de preocupação dos contribuintes. A publicação do cronograma, porém, não foi suficiente para trazer tranquilidade ao setor privado, principalmente porque os prazos seguem apertados. Conforme antecipado pelo **Valor**, o cronograma estabelece quatro datas para a exigência dos documentos: 3 de agosto, 1º de outubro, 15 de novembro e 1º de dezembro. O cronograma também contempla a data de 1º de janeiro de 2027. Receita e Comitê Gestor pretendem divulgar os leiautes dos documentos ao menos 60 dias antes da data de exigência de sua apresentação. O ato conjunto nº 4 também informa que será divulgado, em até 30 dias, um programa de conformidade em relação à reforma tributária ***(Lu Aiko Otta e Jéssica Sant'Ana, de Brasília)***

O custo tributário dos programas de fidelidade

Opinião Jurídica

Heitor Cesar Ribeiro

A reforma está transformando os programas de fidelidade e impondo forte pressão financeira sobre as grandes empresas que os operam. Pela nova sistemática, o IBS/CBS passa a incidir já na emissão dos pontos, no instante em que o saldo entra na carteira do consumidor, ao passo que os valores dos resgates ou pontos expirados poderão ser deduzidos meses ou anos depois. Esse regime gera uma antecipação tributária que funciona, na prática, como um financiamento involuntário do programa ao Tesouro, com impacto direto sobre o fluxo de caixa das administradoras e reflexos sobre o capital de giro.

O efeito tributário atingirá programas variados, tais como os das companhias aéreas, redes de varejo, instituições financeiras e fornecedores do agronegócio, todos eles construídos, ao longo de mais de duas décadas, sob uma lógica fiscal estável que a reforma agora altera profundamente. Assim, a nova tributação terá influência suficiente para interferir no desenho do programa e na precificação dos pontos.

Historicamente, por ausência de regime legal específico, a atividade tem sido enquadrada como intermediação de negócios combinada com serviços tecnológicos. Sob esse enquadramento, o ISS e o PIS/Cofins incidem apenas sobre a taxa que a administradora cobra dos parceiros (a remuneração efetiva). Dessa maneira, os fluxos de emissão e resgate dos pontos recebem tratamento de simples movimentação financeira, na medida em que a administradora não os vende no sentido econômico, mas apenas opera o ciclo de aquisição e fruição, sem que haja ingresso definitivo de receita atribuível às próprias unidades de pontuação.

Esse cenário se transformará de modo significativo com a vigência da sistemática criada pelo artigo 219-A da Lei Complementar nº 214/2025, trazido pela Lei Complementar nº 227/2026. A nova regra prevê que a administração de programas de fidelização passa a ser tributada por IBS/CBS sobre o valor dos pontos emitidos a cada período de apuração. Haverá, contudo, dedução dos valores pagos no resgate e dos valores correspondentes a pontos não utilizados computados como receita.

Em essência, a tributação que antes recaía sobre a remuneração do serviço passará a ser apurada sobre o valor das próprias unidades de troca, dinâmica que será refletida e rastreada na nova Declaração de Recolhimento Específica (DeRE).

Dessa forma, o efeito dessa nova sistemática sobre a carga tributária total tende à neutralidade, ao menos no horizonte de médio prazo. Como os resgates e os pontos não utilizados são deduzidos da base, a equação de longo prazo se aproxima do zero, ou ao menos converge para uma base de cálculo compatível com a anterior. Por esse motivo, administradores com programas maduros, em que o ciclo de emissão e resgate se completa em poucos meses, estarão sujeitos a uma carga tributária efetiva próxima daquela que existia antes da reforma.

Esse aparente equilíbrio, entretanto, não se traduz em neutralidade financeira, na medida em que a defasagem temporal entre tributação e dedução dos pontos gera uma antecipação de caixa em programas das áreas de aviação e cartões de crédito, cujo ciclo de resgate ocorre em longo prazo. Além disso, em programas em expansão, a parcela dedutível jamais alcança a parcela emitida no período, de maneira que o efeito de antecipação se converte, na prática, em ativo tributário de longa maturação. É esse descompasso, e não o nível nominal da carga, que mais preocupa as áreas financeiras das companhias listadas.

Outro ponto, ainda mais delicado, é que o parágrafo único do artigo 219-A estende o novo regime aos programas próprios, em que os pontos são utilizados como contraprestação no fornecimento de bens e serviços pelo próprio emissor. Aqui a tributação parece ferir a estrutura essencial do IBS/CBS, porque esses tributos pressupõem uma operação entre prestador e tomador, com troca econômica identificável, na linha do desenho trazido pela Emenda Constitucional nº 132/2023.

Frise-se que, quando a empresa emite pontos para serem usados em suas próprias lojas, no abate de futuras compras de seus próprios produtos, prestador e tomador são a mesma pessoa. Assim, não há, na emissão, fato gerador identificável de uma operação de consumo, porque inexiste a alteridade que esses tributos pressupõem.

A operação econômica subjacente, quando ocorre, será a venda do próprio produto. Nesse momento, o IBS/CBS já incidirá integralmente sobre o valor total praticado, de tal maneira que tributar a emissão dos pontos parece criar uma camada tributária artificial, sem suporte na materialidade que justifica a existência desses tributos, o que poderá ser objeto de questionamento judicial.

A discussão, portanto, está apenas começando, na medida em que há matérias constitucionais a serem enfrentadas, em especial a aderência do novo regime ao perfil dos tributos sobre o consumo desenhado pela reforma. Há, ainda, matérias operacionais complexas, tais como a implementação da apuração na DeRE, o tratamento contábil, o regime de transição e o convívio com modalidades atípicas de resgate.

Por fim, as próximas regulamentações e os primeiros litígios administrativos dirão muito sobre o caminho que essa tributação tomará. Por enquanto, o que se pode afirmar é que o tema saiu, em definitivo, da zona de conforto da prática profissional consolidada e exige reanálise estruturada, com olhar atento tanto para a defesa das teses jurídicas pertinentes quanto para o redesenho de modelos operacionais.

Heitor Cesar Ribeiro é sócio da área Tributária do Gaia Silva Gaede Advogados, em São Paulo.

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

LEILÃO JUDICIAL ELETRÔNICO
A plataforma exclusiva para leilões judiciais

ID 7818 LOTE 1
Apartamento Cobertura — Espírito Santo do Pinhal/SP
Cobertura de 156 m² no Condomínio Edifício Mediterrâneo, com vaga de garagem e localização privilegiada no centro da cidade, a 9 minutos da Rodovia Eng. Marcello de Oliveira Borges.
~~1º Leilão 15/07 - 11:30hs~~ 2° Leilão 05/08 - 11:30hs
Avaliação R$ 681.114,80 Lances R$ 408.668,88
Juíza: Exma. Dra. Caroline Oliveira Dias
1ª Vara Cível de Espírito Santo do Pinhal/SP

ID 7815
Terreno Urbano — Bairro Vila Mirante/SP
Imóvel composto por terreno e construção totalizando 55.568 m² ideal para projetos comerciais ou logísticos. Excelente localização, a apenas 11 min. da Estação CPTM Vila Clarice e 12 min. da Rod. dos Bandeirantes.
~~1º Leilão 15/07 - 14:00hs~~ 2° Leilão 05/08 - 14:00hs
Avaliação R$ 78.142.188,17 Lances R$ 54.699.531,71
Juiz: Exmo. Dr. Cassio Pereira Brisola
1ª Vara Cível do Foro Regional XI – Pinheiros/SP

ID 7878 LOTE 1
Apartamento — Bairro Barra da Tijuca/RJ
Venda direta de imóvel alto padrão com 3 vagas de garagem, situado em localização privilegiada, a 4 min. da praia e a 12 min. do BarraShopping, reunindo conforto e excelente mobilidade.
~~1º Leilão 15/07 - 13:40hs~~ 2° Leilão 07/08 - 13:40hs
Avaliação R$ 4.500.000,00 Lances R$ 4.500.000,00
Juiz: Exmo. Dr. Igor Fonseca Rodrigues
TRT da 1ª Região do Rio de Janeiro/RJ

ID 7878 LOTE 7
Apartamento — Bairro Barra da Tijuca/RJ
Apartamento em venda direta, localizado na Av. Lúcio Costa, em frente à praia, um dos endereços mais valorizados da cidade.
~~1º Leilão 15/07 - 13:40hs~~ 2° Leilão 07/08 - 13:40hs
Avaliação R$ 900.000,00 Lances R$ 900.000,00
Juiz: Exmo. Dr. Igor Fonseca Rodrigues
TRT da 1ª Região do Rio de Janeiro/RJ

ID 7845
Galpão Comercial — Rio Claro/SP
Imóvel comercial com 590 m², composto por salão principal e sala de repouso. Localizado em região estratégica, a 5 minutos do centro da cidade e a 9 minutos do Shopping Rio Claro.
1° Leilão 13/08 - 10:30hs 2° Leilão 13/08 - 11:30hs
Avaliação R$ 1.326.978,54 Lances R$ 663.489,27
Juiz: Exmo. Dr. Claudio Luis Pavao
4ª Vara Cível de Rio Claro/SP

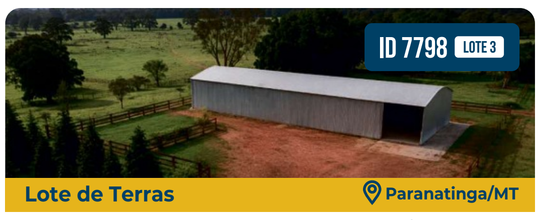
ID 7812
Gleba de Terras — Cardoso/SP
Gleba rural de 9,8315 hectares, denominada Chácara Santos Reis, localizada na Fazenda Cachoeira dos Tomazes, em Cardoso/SP. Área com vocação para atividades agropecuárias e potencial de valorização.
~~1º Leilão 28/07 - 14:00hs~~ 2° Leilão 13/08 - 14:00hs
Avaliação R$ 2.613.995,56 Lances R$ 1.568.397,33
Juiz: Exmo. Dr. Glariston Resende
3ª Vara Cível de São José do Rio Preto/SP

ID 7832
Gleba de Terras — Coxim/MS
Gleba de terras denominada Fazenda São Sebastião, com área total de 881,0906 hectares (8.810.906 m²), representando um ativo rural de expressiva dimensão, apto para múltiplas finalidades produtivas e de investimento.
1° Leilão 13/08 - 14:00hs 2° Leilão 03/09 - 14:00hs
Avaliação R$ 10.825.919,92 Lances R$ 6.495.551,95
Juiz: Exmo. Dr. Ângelo Márcio de Siqueira Pace
5ª Vara Cível de e São José do Rio Preto/SP

ID 7839
Área Rural — Roseira/SP
Gleba de terras com 96.800 m², desmembrada da Fazenda São Pedro, em localização estratégica às margens da Rodovia Presidente Dutra.
1° Leilão 13/08 - 14:30hs 2° Leilão 27/08 - 14:30hs
Avaliação R$ 3.026.752,19 Lances R$ 1.513.376,09
Juiz: Exmo. Dr. Paulo César Ribeiro Meireles
1ª Vara Cível de Guaratinguetá/SP

ID 7798 LOTE 1
Terreno e Barracões — Canoas/RS
Terreno com 16.356 m² de construção e área total de 55.778 m². Composto por complexo de 5 barracões industriais. Localizado a 7 min. da Rod. Gov. Leonel de Moura Brizola e a 10 min. do centro da cidade.
~~1º Leilão 30/07 - 15:00hs~~ 2° Leilão 13/08 - 15:00hs
Avaliação R$ 20.080.000,00 Lances R$ 10.040.000,00
Juiz: Exmo. Dr. Lincoln Antonio Andrade de Moura
10ª Vara Cível de Guarulhos/SP

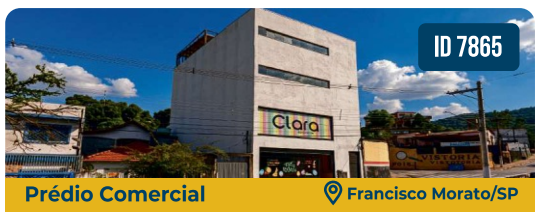
ID 7798 LOTE 2
Terreno e Construções Industriais — Goiânia/GO
Terreno com 12.129 m² de construções industriais e área total de 147.622 m². Localizado às margens da Av. Juscelino Kubitschek e a 23 min. do Aeroporto Internacional de Goiânia - Santa Genoveva.
~~1º Leilão 30/07 - 15:20hs~~ 2° Leilão 13/08 - 15:20hs
Avaliação R$ 16.995.000,00 Lances R$ 8.497.500,00
Juiz: Exmo. Dr. Lincoln Antonio Andrade de Moura
10ª Vara Cível de Guarulhos/SP


ID 7798 LOTE 3
Lote de Terras — Paranatinga/MT
Lote de terras com 1.146 hectares, em Paranatinga/MT. Localizado próximo à Av. Bandeirantes e do centro da cidade.
~~1º Leilão 30/07 - 15:21hs~~ 2° Leilão 13/08 - 15:21hs
Avaliação R$ 11.750.000,00 Lances R$ 5.875.000,00
Juiz: Exmo. Dr. Lincoln Antonio Andrade de Moura
10ª Vara Cível de Guarulhos/SP

ID 7798 LOTE 4
Terreno e Barracão — Caxias do Sul/RS
Terreno com área de 23.384 m² e edificação comercial/barracão de 2.978 m². Localizado a 2 min. da Rodovia ERS-122 e a 22 min. do Aeroporto Regional de Caxias do Sul / Hugo Cantergiani.
~~1º Leilão 30/07 - 15:21hs~~ 2° Leilão 13/08 - 15:21hs
Avaliação R$ 4.885.000,00 Lances R$ 2.442.500,00
Juiz: Exmo. Dr. Lincoln Antonio Andrade de Moura
10ª Vara Cível de Guarulhos/SP

ID 7798 LOTE 5
Terreno e Barracão — Canoas/RS
Terreno com área de 3.665,75 m² e edificação comercial/barracão de 2.144 m². Localizado às margens da Av. dos Estados e a 9 min. do Aeroporto Internacional Salgado Filho.
~~1º Leilão 30/07 - 15:22hs~~ 2° Leilão 13/08 - 15:22hs
Avaliação R$ 2.640.000,00 Lances R$ 1.320.000,00
Juiz: Exmo. Dr. Lincoln Antonio Andrade de Moura
10ª Vara Cível de Guarulhos/SP

ID 7798 LOTE 6
Terreno Urbano — Canoas/RS
Terreno com 889,35 m² e barracão com 375,73 m² de área construída. Localizado às margens da Av. dos Estados, a apenas 9 minutos do Aeroporto Internacional Salgado Filho.
~~1º Leilão 30/07 - 15:22hs~~ 2° Leilão 13/08 - 15:22hs
Avaliação R$ 1.121.000,00 Lances R$ 560.500,00
Juiz: Exmo. Dr. Lincoln Antonio Andrade de Moura
10ª Vara Cível de Guarulhos/SP


ID 7865
Prédio Comercial — Francisco Morato/SP
Edifício comercial de 4 pavimentos, com 16.356 m² de área construída em terreno de 55.778 m². Conta com elevador elétrico, acabamento de alto padrão e localização estratégica, a apenas 2 min. do Shopping Morato.
1° Leilão 13/08 - 15:00hs 2° Leilão 13/08 - 16:00hs
Avaliação R$ 6.142.308,20 Lances R$ 3.071.154,10
Juiz: Exmo. Dr. Adler Batista Oliveira Nobre
2ª Vara Judicial de Francisco Morato/SP

ID 7838
Apartamento — São Caetano do Sul/SP
Apartamento com 128 m² no Condomínio Pateo Catalunya, com vaga de garagem. Localizado em região estratégica, a 11 minutos da Estação CPTM Prefeito Saladino e a 16 minutos do Grand Plaza Shopping.
1° Leilão 13/08 - 15:00hs 2° Leilão 03/09 - 15:00hs
Avaliação R$ 1.234.209,07 Lances R$ 863.946,34
Juiz: Exmo. Dr. Paulo Henrique Ribeiro Garcia
1ª Vara Cível do Foro Regional XI – Pinheiros/SP

Reservamo-nos o direito à correção de possíveis erros de digitação. As informações aqui contidas não substituem o edital.

☎ 11 3969 1200 | 0800 789 1200 11 95577 1200 leje.com.br @lejeoficial Leilão Judicial Eletrônico

win leilões
LEILÃO DE LEVES E MOTOCICLETAS
04/08/2026 - 14h00 (11) 97864-3470
030951; 127876; 002479; 167903; 038908; 484909; 949741; 842565; 115988; 164453; 272767; 218620; 702352; 870984; 619444; 037101; 367064; 033798; 034647; 059484; 235338; 613601; 757097; 183268; 546229; 942875; 213346; 801923; 110747; 422810; 033022; 000021; B91019
Valparaíso - GO
Av. Marginal QD 31 lote 06
Bairro Esplanada III, Valparaíso - GO
CEP: 72876-319 - Ao lado do Shopping Sul
Venda somente no estado em que se encontram. Consulte a relação completa de lotes e o edital no site para obter detalhes. Cadastre-se antecipadamente na win para poder participar do leilão.
Veículos recuperados de financiamento - www.winleiloes.com.br - Email: atendimento@winleiloes.com.br
JORGE VINICIUS DE MOURA CORRÊA - LEILOEIRO OFICIAL - JUCEG nº 178/2025

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREMESP

CREMESP

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 0146/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 126/2026 - UASG: 926310

O CREMESP comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, no dia 18/08/2026, às 11h00, horário de Brasília, objetivando o registro de preços para contratação eventual de empresa especializada no fornecimento, instalação, montagem e eventual manutenção de divisórias em drywall com isolamento em lã de vidro e pintura premium, com fornecimento de materiais e mão de obra, atendendo eventual demanda para a Sede e Delegacias do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo - CREMESP, por 12 (doze) meses. O Edital poderá ser gratuitamente consultado no site do CREMESP - www.cremesp.org.br ou no site do Comprasgov - www.comprasgovernamentais.gov.br. Informações pelos telefones: (11) 3631-5241 ou e-mail: licitacao@cremesp.org.br.

São Paulo, 03 de agosto de 2026.
Angelo Vattimo
Presidente do CREMESP

AVISO DE LICITAÇÃO

A CDHU comunica às empresas interessadas a abertura da seguinte licitação:

SEI: 387.00004154/2026-01 – PG 10.51.033 – Licitação n.º 033/2026 – Contratação de empresa para execução de serviços técnicos de Paisagismo, em atendimento ao Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA n.º 23893/2009, no empreendimento Presidente Prudente "V", no município de Presidente Prudente/SP. O edital completo estará disponível para download no site www.cdhu.sp.gov.br/cdhu a partir das 00h00min do dia 04/08/2026 – Esclarecimentos e Impugnações até 18/08/2026 – Abertura: 25/08/2026 às 10h, na Rua Boa Vista, 170, Edifício CIDADE I – 1º andar bloco 05 – Sala de Licitações, Centro, São Paulo/SP.

CDHU
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação

Assine o Valor Econômico e tenha acesso completo às notícias, análises e dados.
Saiba mais em valor.globo.com/assine

AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.

CNPJ/MF nº 29.309.127/0001-79 - NIRE: 35.300.378.148

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE JULHO DE 2026

1. Hora, Data e Local: Às 14 horas do dia 31 de julho de 2026, na sede social da Amil Assistência Médica Internacional S.A. (“Companhia”), localizada na Avenida Doutor Chucri Zaidan, s/nº, Torre B, Empreendimento EZ Towers, 6º, 7º, 8º, 9º, 16º, 20º e 23º andar, Vila São Francisco, São Paulo, SP, CEP: 04711-130. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a publicação de Editais de Convocação, nos termos do artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), tendo em vista a presença da acionista única da Companhia – Med Par LLC., representando a totalidade do seu capital social. **3. Mesa**: Para presidir os trabalhos, a acionista indicou o Sr. Fabian Rocha, que convidou o Sr. Carlos Eduardo Lourenço para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** A acionista da Companhia realiza essa assembleia para deliberar sobre a: **(i)** redução do capital social da Companhia, a ser restituído à acionista, tendo em vista o capital social ser julgado excessivo; **(ii)** alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** consolidação do Estatuto Social da Companhia; e **(iv)** autorização para que a administração tome todas as providências necessárias para o fiel cumprimento das deliberações tomadas. **5. Deliberações:** Examinadas as matérias constantes da ordem do dia, a acionista da Companhia deliberou o quanto segue: 5.1. Aprovar a redução do capital social da Companhia no valor de R$ 1.040.507.465,41 (um bilhão, quarenta milhões, quinhentos e sete mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e quarenta e um centavos), tendo em vista o capital social ser julgado excessivo, a ser restituído à acionista da Companhia mediante contrapartida descrita no **Anexo I** à presente ata, pelo critério de valor patrimonial contábil (“Redução de Capital”), de modo que o Capital Social da Companhia passará **de** R$ 12.019.176.438,97 (doze bilhões, dezenove milhões, cento e setenta e seis mil, quatrocentos e trinta e oito reais e noventa e sete centavos), dividido em 14.610.180.953 (quatorze bilhões, seiscentas e dez milhões, cento e oitenta mil, novecentas e cinquenta e três) ações ordinárias **para** R$ 10.978.668.973,56 (dez bilhões, novecentos e setenta e oito milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, novecentos e setenta e três reais e cinquenta e seis centavos), dividido em 14.610.180.953 (quatorze bilhões, seiscentas e dez milhões, cento e oitenta mil, novecentas e cinquenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, permanecendo inalterada a quantidade de ações emitidas pela Companhia. A acionista da Companhia consignou a Redução de Capital, nos termos dos artigos 173 e 174 da Lei das Sociedades por Ações. 5.1.1. Em decorrência da Redução de Capital, a acionista da Companhia registrou que a eficácia da deliberação de Redução de Capital fica condicionada ao cumprimento das seguintes condições, cumulativamente: (i) Publicação da presente ata antes do seu respectivo registro perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), face ao disposto no art. 174 da Lei das Sociedades por Ações; e (ii) Decurso do prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação do extrato desta ata em jornal de grande circulação, sem que tenha sido apresentada pelos credores quirografários oposição à essa deliberação, ou, se tiver havido oposição, mediante a prova do pagamento e/ou depósito judicial, em face do disposto no art. 174, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações. 5.2. Face à redução de capital aprovada, uma vez cumpridas as condições suspensivas acima descritas, a redação do *caput* do **Artigo 5º** do Estatuto Social da Companhia é alterada e passa a vigorar com a seguinte redação: ***“Artigo 5°** - O capital social é de R$ 10.978.668.973,56 (dez bilhões, novecentos e setenta e oito milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, novecentos e setenta e três reais e cinquenta e seis centavos), dividido em 14.610.180.953 (quatorze bilhões, seiscentas e dez milhões, cento e oitenta mil, novecentas e cinquenta e três) ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal.”* 5.3. Tendo em vista as deliberações tomadas acima, a acionista aprova a consolidação do Estatuto Social da Companhia, na forma do **Anexo II** à presente ata. 5.4. Autorizar à administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações acima aprovadas, incluindo sem se limitar à publicação da presente ata em jornal de grande circulação, em observância ao disposto no art. 174, §2º da Lei das Sociedades por Ações. **6. Encerramento**: Autorizada a lavratura da presente ata na forma de sumário e sua publicação com omissão da assinatura da acionista, nos termos do §1° e §2° do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. Presença: Med Par LLC. *Certifico que a presente é a cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.* São Paulo, 31 de julho de 2026. **Fabian Rocha** - Presidente. **Carlos Eduardo Lourenço** - Secretário. **Anexo II. ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO DA AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.** CNPJ/MF nº 29.309.127/0001-79 - NIRE 35.300.378.148. **CAPÍTULO I. DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO. Artigo 1°** - AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações que se rege pelo presente Estatuto Social e pela Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”). **Artigo 2° -** A Companhia tem sede e domicílio legal na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutor Chucri Zaidan, s/nº, Torre B, Empreendimento EZ Towers, 6º, 7º, 8º, 9º, 16º, 20º e 23º andar, Vila São Francisco, São Paulo, SP, CEP: 04711-130, podendo, por deliberação da Diretoria, abrir e/ou encerrar filiais, depósitos, escritórios, representações e quaisquer outros estabelecimentos no País ou no exterior. **Artigo 3° -** A Companhia tem por objeto social: (i) operar planos privados de assistência à saúde através da cobertura de custos de assistência médica e odontológica de seus associados em todas as modalidades previstas pela legislação brasileira pertinente e (ii) participar, como sócia, acionista ou quotista, em outras sociedades simples ou empresárias que desempenhem funções relacionadas ao seu objeto social, no Brasil e no exterior. **Artigo 4º -** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **CAPÍTULO II. DO CAPITAL SOCIAL, DAS AÇÕES E DOS ACIONISTAS**. **Artigo 5°** - O capital social é de R$ 10.978.668.973,56 (dez bilhões, novecentos e setenta e oito milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, novecentos e setenta e três reais e cinquenta e seis centavos), dividido em 14.610.180.953 (quatorze bilhões, seiscentas e dez milhões, cento e oitenta mil, novecentas e cinquenta e três) ações ordinárias, todas nominativas sem valor nominal. **Parágrafo Único –** É proibida a emissão de partes beneficiárias. **Artigo 6º -** O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e a cada ação ordinária corresponderá a 01 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Artigo 7° -** A Companhia poderá manter todas as ações de sua emissão em contas de depósito, em nome de seus titulares, junto a instituições financeiras autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários. **Parágrafo Único -** Observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários, o custo de transferência e averbação, assim como o custo do serviço relativo às ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme definido em contrato de escrituração de ações. **Artigo 8° -** No caso de abertura de seu capital, a Companhia deverá aderir a segmento especial de bolsa de valores ou entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos no presente Estatuto Social. **CAPÍTULO III. DA ASSEMBLEIA GERAL. Artigo 9° -** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem, quando convocada nos termos da Lei das Sociedades por Ações ou deste Estatuto Social, sendo permitida a realização simultânea de Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária. **Parágrafo Primeiro -** As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos presentes, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações e observado o disposto neste Estatuto Social. **Parágrafo Segundo -** A Assembleia Geral só poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, os quais deverão constar do respectivo edital de convocação, que deverá ser publicado por no mínimo 03 (três) vezes, no respectivo órgão oficial de imprensa e em jornal de grande circulação, com no mínimo 8 (oito) dias de antecedência, devendo conter data, hora e local da Assembleia Geral. **Parágrafo Terceiro -** A Assembleia Geral será considerada validamente convocada e instalada, sem a entrega ou publicação de qualquer edital de convocação, se todos os acionistas nela estiverem presentes. **Artigo 10 -** A Assembleia Geral será convocada por qualquer Diretor e presidida pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência ou impedimento, por qualquer Diretor ou acionista indicado por escrito pelo Diretor Presidente. Caso o Diretor Presidente não realize tal indicação, o presidente da Assembleia Geral será escolhido por maioria de votos dos acionistas presentes. O presidente da Assembleia Geral indicará até 02 (dois) Secretários. **Artigo 11 –** Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei: I. eleger e destituir os Diretores da Companhia; II. fixar a remuneração global anual dos membros da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; III. tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; IV. aprovar a emissão de ações ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia, conforme aplicável, por um valor inferior ao valor justo de mercado; V. deliberar a respeito de reforma do Estatuto Social; VI. deliberar a respeito de qualquer aditamento ou alteração do objeto social da Companhia; VII. deliberar a respeito da criação de uma ou mais novas classes de ações ou da conversão de qualquer classe de ações existente da Companhia; VIII. deliberar sobre qualquer plano de dissolução, liquidação, autofalência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou dissolução da Companhia; IX. deliberar sobre qualquer reestruturação societária da Companhia, quer por incorporação, incorporação de ações, cisão, fusão, recapitalização, transformação ou qualquer outra forma; X. atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações; XI. aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores e empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia; XII. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; XIII. eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; XIV. deliberar sobre a emissão de debêntures, observado o disposto na Lei das Sociedades por Ações; XV. aprovar quaisquer transações a serem realizadas pela Companhia ou qualquer de suas subsidiárias com, ou envolvendo, quaisquer de seus acionistas ou qualquer afiliada de seus acionistas (exceto pela Companhia ou qualquer de suas subsidiárias) ou qualquer parte relacionada de qualquer acionista da Companhia, exceto por qualquer transação que esteja sujeita a disposições comutativas usuais no Brasil; XVI. autorizar a Companhia a prestar garantias a obrigações de terceiros que não sejam sociedades controladas pela Companhia, exceto quando se tratar de fiança locatícia para empregados da Companhia; XVII. aprovar qualquer alienação de bens ou direitos do ativo permanente cujo valor da alienação deste(s) seja igual ou superior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); e XVIII. aprovar a criação de ônus reais sobre os bens ou direitos da Companhia ou a outorga de garantias a terceiros, observado o disposto no inciso XVI acima. **CAPÍTULO IV**. **DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA. Seção I. Das Disposições Gerais. Artigo 12 -** A Companhia será administrada por uma Diretoria, de acordo com as disposições legais aplicáveis e o presente Estatuto. **Parágrafo Primeiro -** A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado no Livro de Atas de Reunião de Diretoria, assinado pelo Administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão, e está condicionada ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. **Parágrafo Segundo -** Os administradores, quando da investidura em seus cargos, deverão prestar as declarações exigidas pela regulamentação pertinente. **Parágrafo Terceiro –** A Assembleia Geral fixará uma verba global anual para a remuneração dos administradores e caberá à Assembleia Geral deliberar sobre a distribuição da verba individualmente, observado o disposto neste Estatuto. **Seção II. Da Diretoria. Artigo 13 -** A Diretoria será composta por no mínimo 2 (dois) e no máximo 4 (quatro) Diretores, dentre os cargos, conforme abaixo, sendo um deles, necessariamente, o Diretor Presidente: (i) 1 (um) Diretor Presidente; (ii) 1 (um) Diretor Financeiro; (iii) 1 (um) Diretor Jurídico; (iv) 1 (um) Diretor de Capital Humano. É permitida a cumulação de cargos. Todos com atribuições definidas na forma do art. 16 e parágrafos deste estatuto social. **Parágrafo Primeiro -** Os Diretores serão eleitos para mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos. **Parágrafo Segundo -** Os membros da Diretoria não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores. **Parágrafo Terceiro -** Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo de Diretor, a Assembleia Geral deverá ser imediatamente convocada para eleição de substituto. **Parágrafo Quarto -** A ausência ou impedimento de qualquer Diretor por período contínuo superior a 30 (trinta) dias, acarretará o término do respectivo mandato, aplicando-se o disposto no Parágrafo Terceiro deste artigo, exceto se de outra forma autorizado pela Assembleia Geral. **Parágrafo Quinto -** Um Diretor não poderá substituir, simultaneamente, mais do que um outro Diretor. **Artigo 14 -** A Diretoria reunir-se-á por convocação de seu Diretor Presidente ou por quaisquer 02 (dois) Diretores em conjunto, sempre que os interesses sociais assim exigirem. **Parágrafo Único -** Todas as deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no respectivo livro da Diretoria Executiva e assinadas pelos Diretores presentes. **Artigo 15 -** Compete aos Diretores: I. administrar e gerir os negócios da Companhia, podendo estabelecer Política de Delegação de Alçada própria; II. deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do Artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações; III. rever e atualizar as práticas de administração e gestão da Companhia, tendo em vista as necessidades de ampliação dos negócios, as modernas técnicas de administração e as conquistas da medicina; IV. aprovar a abertura e encerramento de filiais, escritórios, centros médicos e quaisquer outros estabelecimentos relacionados ao objeto social da Companhia, no País ou no exterior; V. cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral de Acionistas; VI. submeter, anualmente, à apreciação da Assembleia Geral, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior; VII. aprovar os resultados trimestrais das operações da Companhia e suas controladas; VIII. aprovar qualquer alienação de bens ou direitos do ativo permanente cujo valor da alienação deste(s) seja igual ou maior que R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) e inferior a R$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); IX. deliberar sobre qualquer reestruturação societária das subsidiárias da Companhia, quer por incorporação, incorporação de ações, cisão, fusão, recapitalização, transformação ou qualquer outra forma; X. deliberar sobre a prestação de fiança locatícia para empregados da Companhia. **Artigo 16 -** Além das funções, atribuições e poderes atribuídos pela Assembleia Geral, os Diretores terão as seguintes atribuições: **Parágrafo Primeiro -** Compete ao Diretor Presidente dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, coordenar e supervisionar as atividades de administração da Companhia, elaborar e apresentar à Assembleia Geral o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia, convocar e presidir as reuniões da Diretoria e representar a Companhia ativa e passivamente, em juízo ou fora dele. **Parágrafo Segundo -** Compete ao Diretor Financeiro propor alternativas de financiamento, empréstimo e concessão de garantias, aprovar condições financeiras dos negócios da Companhia, administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia, dirigir as áreas contábil, de planejamento financeiro e fiscal, representar a Companhia perante instituições financeiras e auxiliar o Diretor Presidente no que for necessário. **Parágrafo Terceiro -** Compete ao Diretor Jurídico coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área jurídica da Companhia, planejar, propor e implantar políticas e atuações da Companhia em questões jurídicas, supervisionar e coordenar os serviços jurídicos da Companhia, opinar sobre a contratação de advogados externos, representar a Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas, autoridades Federais, Estaduais e Municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista, entidades paraestatais, e entidades e sociedades privadas e auxiliar o Diretor Presidente no que for necessário. **Parágrafo Quarto -** Compete ao Diretor de Capital Humano gerir o quadro de pessoal da Companhia, tendo em vista assegurar a correspondência entre a composição e o perfil dos recursos humanos e as necessidades empresariais, elaborar, implementar e controlar as normas e diretrizes do plano de cargos e salários, de benefícios, de recrutamento e seleção de pessoal e auxiliar o Diretor Presidente no que for necessário. **Artigo 17 -** A Companhia será representada da seguinte forma: (a) Por quaisquer 2 (dois) Diretores, em conjunto; (b) Por qualquer Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos; (c) Por 2 (dois) procuradores com poderes específicos, em conjunto; e (d) Por 1 (um) procurador nos mandatos com cláusula “ad judicia”, bem como naqueles que demandem poderes específicos por exigência legal ou a critério da Companhia. **Parágrafo único –** As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia por quaisquer 2 (dois) Diretores, em conjunto. As procurações outorgadas pela Companhia mencionarão expressamente os poderes conferidos e deverão conter um período de validade limitado, não superior a 12 (doze) meses, com exceção daqueles para fins judiciais, que poderão ter prazo indeterminado. **Seção III. Do Conselho Fiscal. Artigo 18 -** O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente, com os poderes e atribuições a ele conferidos por lei, e somente será instalado por deliberação da Assembleia Geral, ou a pedido dos acionistas, nas hipóteses previstas em lei. **Parágrafo Primeiro -** O Conselho Fiscal da Companhia com as atribuições estabelecidas em lei será composto de 03 (três) a 05 (cinco) membros e igual número de suplentes. **Parágrafo Segundo -** Os membros do Conselho Fiscal terão o mandato unificado de 01 (um) ano, podendo ser reeleitos. **Parágrafo Terceiro -** Os membros do Conselho Fiscal, em sua primeira reunião, elegerão o seu Presidente. **Parágrafo Quarto -** A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado no Livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal da Companhia, assinado pelo membro do Conselho Fiscal empossado, condicionada ao atendimento dos requisitos legais aplicáveis. **Parágrafo Quinto -** Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos pelo respectivo suplente. **Parágrafo Sexto -** Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago. **Artigo 19 -** Quando instalado, o Conselho Fiscal se reunirá, nos termos da lei, sempre que necessário e analisará, ao menos trimestralmente, as demonstrações financeiras. **Parágrafo Primeiro -** Independentemente de quaisquer formalidades, será considerada regulamente convocada a reunião à qual comparecer a totalidade dos membros do Conselho Fiscal. **Parágrafo Segundo -** O Conselho Fiscal se manifesta por maioria absoluta de votos, presente a maioria dos seus membros. **Parágrafo Terceiro -** Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de Atas e Pareceres do Conselho Fiscal e assinadas pelos Conselheiros presentes. **Parágrafo Quarto -** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral Ordinária que os eleger, observado o Parágrafo Terceiro do Artigo 162 da Lei das Sociedades por Ações. **CAPÍTULO V. DAS RELAÇÕES COM OS ACIONISTAS E PARTES RELACIONADAS**. **Artigo 20 -** Todo e qualquer acordo de acionistas existente entre os acionistas da Companhia, bem como os contratos com partes relacionadas e programas de aquisição de ações e de outros títulos e valores mobiliários da Companhia, deverão ser arquivados na sede social da Companhia e disponibilizados aos acionistas da Companhia que desejem ter acesso ao seu conteúdo. **CAPÍTULO VI. DO EXERCÍCIO SOCIAL, DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DE RESULTADOS. Artigo 21 -** O exercício social se inicia em 1° de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano. **Parágrafo Único -** Ao fim de cada exercício social, a Diretoria elaborará as demonstrações financeiras da Companhia, com observância dos preceitos legais pertinentes, que deverão ser auditadas por auditores independentes devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários, observadas as normas então vigentes. **Artigo 22 -** Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, calculado após a dedução das participações referidas no Artigo 190 da Lei das Sociedades por Ações, ajustado para fins do cálculo de dividendos nos termos do Artigo 202 da mesma lei, observada a seguinte ordem de dedução: a) 5% (cinco por cento) serão aplicados antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o Parágrafo Primeiro do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; b) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; c) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas; d) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações; e) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações; e f) a Companhia manterá a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Expansão”, que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e cujo saldo, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do capital social subscrito da Companhia. **Parágrafo Primeiro -** Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. **Parágrafo Segundo -** A Assembleia Geral poderá atribuir aos membros da Diretoria uma participação nos lucros, desde que o seu total não ultrapasse a remuneração anual dos administradores nem 10% (dez por cento) dos lucros, prevalecendo o limite que for menor, nos casos, forma e limites legais. **Parágrafo Terceiro -** Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos aos acionistas. **Artigo 23 -** Por proposta da Diretoria, aprovada pela Assembleia Geral, poderá a Companhia pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro -** Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, os acionistas serão compensados com os dividendos a que têm direito, sendo-lhes assegurado o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente. **Parágrafo Segundo -** O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, se dará por deliberação da Assembleia Geral, no curso do exercício social ou no exercício seguinte, mas nunca após as datas de pagamento dos dividendos. **Artigo 24 -** A Companhia, por deliberação da Assembleia Geral, poderá: (a) distribuir dividendos com base nos lucros apurados nos balanços semestrais; (b) levantar balanços relativos a períodos inferiores a um semestre e distribuir dividendos com base nos lucros neles apurados, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o Artigo 182, Parágrafo 1º da Lei nº 6.404/1976; (c) distribuir dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; e (d) creditar ou pagar aos acionistas, na periodicidade que decidir, juros sobre o capital próprio, os quais serão imputados ao valor dos dividendos a serem distribuídos pela Companhia, passando a integrá-los para todos os efeitos legais. **Parágrafo Único -** A Companhia poderá, ainda, por deliberação da Assembleia Geral, declarar dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver. **Artigo 25 -** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 03 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia. **CAPÍTULO VII. DO JUÍZO ARBITRAL. Artigo 26 -** Qualquer discrepância, litígio, controvérsia ou demanda decorrentes ou relacionados a este estatuto, incluindo, dentre outros, assuntos relativos à sua validade, interpretação, cumprimento, implementação, rescisão ou qualquer violação (doravante denominado “Litígio”) deverá ser exclusiva e definitivamente resolvido, sem recurso à apelação, por meio de arbitragem definitiva e vinculativa. A arbitragem deverá ser instruída e conduzida na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, onde a sentença arbitral será proferida. A arbitragem será administrada pela Corte Internacional de Arbitragem da Câmara Internacional do Comércio (doravante denominada “ICC”) de acordo com as normas da ICC (“Câmara de Arbitragem” e “Normas de Arbitragem”). **Artigo 27 -** A arbitragem deverá ser conduzida em inglês, apesar de documentos e testemunho poderem ser apresentados em outros idiomas, juntamente com tradução. **Artigo 28 -** A Câmara de Arbitragem deverá ser formada por três árbitros. O primeiro árbitro deverá ser nomeado pela parte requerente. O segundo árbitro deverá ser nomeado pela parte demandada. O terceiro árbitro deverá ser nomeado pelos árbitros nomeados pelas duas partes em 15 (quinze) dias contados a partir da data de confirmação do árbitro nomeado pela segunda parte. Se qualquer uma das partes deixar de nomear um árbitro no período exigido, ou se os dois árbitros não conseguirem chegar a um acordo sobre o terceiro árbitro dentro dos prazos aplicáveis, a nomeação deverá ser feita pela ICC de acordo com as Normas de Arbitragem. Caso o Litígio envolva mais de uma parte requerente, essas partes requerentes deverão conjuntamente nomear o primeiro árbitro. Caso o Litígio envolva mais de uma parte requerida, essas partes requeridas deverão conjuntamente nomear o segundo árbitro. **Artigo 29 -** Os acionistas e a Companhia concordam com a consolidação das arbitragens iniciadas conforme os termos previstos neste estatuto ou no Acordo de Acionistas em vigor (“Acordo de Acionistas”) ou qualquer Acordo com Partes Relacionados (conforme definido no Acordo de Acionistas), conforme as Normas de Arbitragem. **Artigo 30 -** Qualquer decisão da Câmara de Arbitragem deverá ser apresentada por escrito e informar os motivos nos quais foi fundamentada (em cada caso, doravante denominada uma “Decisão Final”). A Decisão Final deverá ser definitiva e vinculativa às partes e seus sucessores, e uma sentença sobre tal Decisão Final poderá ser reconhecida e executada em qualquer tribunal competente. Os custos da arbitragem e outras despesas razoáveis e documentadas das partes vencedoras da arbitragem, incluindo os honorários advocatícios razoáveis, deverão ser arcados conforme determinado pela Câmara de Arbitragem. **Artigo 31 -** Assim que o processo tiver sido transmitido a ela, a Câmara de Arbitragem poderá, a pedido de uma parte, sentenciar qualquer medida provisória ou cautelar que julgar apropriada. A Câmara de Arbitragem poderá sujeitar a concessão de uma medida à apresentação de garantia apropriada pela parte requerente. Qualquer medida em questão deverá tomar a forma de uma ordem, apresentando os motivos, ou de uma decisão parcial, conforme a Câmara de Arbitragem julgar apropriado. Antes de o processo ser transmitido à Câmara de Arbitragem, e mesmo subsequentemente em circunstâncias adequadas, as partes poderão requerer a qualquer autoridade judicial competentes medidas provisórias ou cautelares. O requerimento de uma parte a qualquer autoridade judicial por tais medidas ou pela implementação de medidas ordenadas pela Câmara de Arbitragem não deverá ser considerada como uma infração ou renúncia ao acordo de arbitragem, tampouco deverá afetar os poderes necessários atribuídos à Câmara de Arbitragem. **Artigo 32 -** A promessa dos acionistas e da Companhia de resolver todos os Litígios conforme os termos aqui previstos são feitos em contraprestação de promessa similar da outra parte. Os acionistas e a Companhia concordam que a entrega de qualquer processo, citação, notificação ou documento nos respectivos endereços das partes previstos na cláusula 11.02 do Acordo de Acionistas deverá consistir uma entrega efetiva de citação no que se refere a qualquer ação, medida ou processo instaurado conforme os termos do presente estatuto. Os detalhes ou a existência de quaisquer Litígios, quaisquer processos e reuniões formais ou informais realizados conforme este estatuto, e qualquer descoberta feita em relação à arbitragem, deverão ser mantidos em sigilo absoluto e não poderão ser divulgados nem discutidos com terceiros (excluindo os advogados, contadores, seguradoras e outros agentes e representantes da parte pertinente, conforme razoavelmente exigido em relação a qualquer processo de solução de Litígio aqui previsto), salvo conforme de outro modo exigido por qualquer lei ou norma de bolsa de valores em que as ações de uma parte sejam negociadas, e conforme exigido nos processos judiciais para a execução ou desconsideração da decisão arbitral. **CAPÍTULO VIII. DA DISSOLUÇÃO OU DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA. Artigo 33 -** A Companhia será dissolvida ou entrará em liquidação nos casos determinados em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação e eleger o liquidante ou liquidantes, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, fixando seus poderes e estabelecendo suas remunerações, obedecidas as formalidades legais.

ABERTURA DE PREGÃO ELETRÔNICO

Encontra-se aberto no COMANDO DE AVIAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DE SÃO PAULO – “JOÃO NEGRÃO” (CAvPM) o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 180173-120/2026, PR-173/0018/26, do tipo MENOR PREÇO, PROCESSO Nº 057.00328895/2026-18, objetivando contratação de empresa especializada em serviços de construção civil e engenharia para realizar a manutenção predial nas dependências da Base de Aviação de Ribeirão Preto, com fornecimento total de material e mão de obra. A realização da sessão será no DIA 21/08/2026 às 10:00 horas, no endereço eletrônico: https\\compras.gov.br. O edital na íntegra está disponível para consulta nos endereços eletrônicos: https\\compras.gov.br ou https://pncp.gov.br/. Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas pelo e-mail cavpmlicitacoes@policiamilitar.sp.gov.br.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

AVISO DE REABERTURA E RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 14 /2026

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, situada na Av. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, torna público o Edital de ABERTURA de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃOELETRÔNICO-SRP **Nº 14/2026** através da plataforma COMPRASBR (**https://comprasbr.com.br/**) . Forma de julgamento: Menor preço por item. A **presente licitação tem por objeto: “AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE NOVA UNIÃO E DA MERENDA ESCOLAR DOS DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU-MT”.** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação, Regem a presente licitação a Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis. Abertura do dia **03 de agosto de 2026 às 09:00 horas**, até o **dia 13 de agosto de 2026 às 08:45 horas (HORÁRIO DE BRASÍLIA)**. O início da disputa ocorrerá no **dia 13 de agosto de 2026 às 09:00 horas (HORÁRIO DE BRASÍLIA).** O edital e seus anexos poderão ser solicitados pelos interessados de segunda a sexta-feira pelo e-mail **licitacao@cotriguacu.mt.gov.br** ou no site da Prefeitura **https://tcloud-cotriguacumt.i7sgp.app.br/dashboard/prefeitura-cotriguacu-mt/licitacoes** e **https://comprasbr.com.br/**

Cotriguaçu-MT, 31 de julho de 2026.
Vaneide Braz Ferreira
Pregoeira

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE SÃO PAULO METROPOLITANA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Comunicamos a todos que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, procura imóvel comercial e térreo na região do Aeroporto Internacional de Guarulhos, município de Guarulhos para locação, com vista a abrigar a Agência de Correios AC AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS.

O imóvel para a pretendida instalação deve apresentar as seguintes características: Aproximadamente 103,00 m², largura mínima de 6,0 metros, preferencialmente com vaga de estacionamento, acesso para carga e descarga, preferencialmente com laje, próximo aos comércios da região.

Para essa locação, a ECT relaciona as principais ruas e avenidas de interesse, a seguir: Rodovia HELIO SMIDT; e outras ruas dentro do perímetro que atendam o interesse comercial da ECT.

Informamos aos interessados que entrem em contato com Everaldo de Souza, e-mail everaldosc@correios.com.br telefone (11) 4313-8568, ou Valdir Paulo de Oliveira, e-mail valdirpaulo@correios.com.br , telefone (11) 4313-8536.

LILIAM BELLINI DEMARCHI
GERENTE REGIONAL DE ATENDIMENTO SE/SPM

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
SETASC - SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026/SETASC
SETASC-PRO-2025/09433

OBJETO: Aquisição de redes de descanso destinadas ao atendimento de comunidades indígenas e ribeirinhas do Estado de Mato Grosso que se encontram em situação de vulnerabilidade social, extrema pobreza ou que tenham sido afetadas por calamidades e emergências públicas.

A Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania do Estado de Mato Grosso – SETASC-MT, por intermédio de seu Pregoeiro Oficial, designado pela Portaria nº 159/2024/GAB-SETASC/MT, **comunica aos licitantes e demais interessados que a sessão pública do pregão em epígrafe**, que se encontrava suspensa para análise diligente dos atestados de capacidade técnica apresentados, **será reaberta**, na data e horário dispostos a seguir:

A reabertura terá como pauta a divulgação da decisão referente ao julgamento da habilitação e análise dos atestados de capacidade técnica e a abertura do prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso, nos termos da legislação vigente.

Ficam convocados todos os licitantes a acompanharem a sessão pública no sistema/local indicado.

- **Data da Reabertura:** 06 de agosto de 2026 (quinta-feira)
- **Horário:** 09h00min
- **Site de realização: https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/**

Para acesso ao certame, o licitante deverá acessar o link acima, ir no menu superior Fornecedores e em seguida, clicar no ícone Acesso ao Sistema SIAG ou acessar diretamente o link: **https://aquisicoes.seplag.mt.gov.br/sgc/faces/priv/comum/PrincipalAreaLicitante.jsp**

CONTATOS:

Informações sobre o pregão: (65) 98462-9666;

Suporte técnico ao SIAG: (65) 9 8432-0112 ou (65) 9 8432-0038 e e-mail: **fornecedores@seplag.mt.gov.br**

***Todos os horários deste aviso são referentes ao horário de Cuiabá-MT (-1 hora de Brasília)**

Cuiabá-MT, 31 de julho de 2026.
Marcos Alexandre Pereira Stocco
Pregoeiro

Informação de qualidade constrói decisões mais seguras.
Há 25 anos, o Valor acompanha os protagonistas
da economia brasileira.
Acesse valor.globo.com
Valor ECONÔMICO

Corpo de Bombeiros - 16º GRUPAMENTO DE BOMBEIROS - UGE 180214

Encontra-se aberta na UGE 180214- 16º Grupamento de Bombeiros – Rua Almirante Barroso, 249 – São Judas – Piracicaba – SP, a seguinte licitação: EDITAL DE LICITAÇÃO - Pregão 180214-5/2026. OBJETO: Contratação de empresa especializada em manutenção e reparo em compressores de ar respirável para o 16º Grupamento de Bombeiros, conforme termo de referência anexo ao edital. O presente Pregão será realizado às 09h00 do dia 25/08/2026, no endereço eletrônico www.compras.gov.br. O EDITAL encontra-se disponível no endereço eletrônico retro mencionado. Demais esclarecimentos, favor contatar o setor de Finanças do 16º Grupamento de Bombeiros de segunda à sexta-feira das 08h00 às 17h00 ou pelo e-mail 16gbuge@policiamilitar.sp.gov.br

---

Corpo de Bombeiros - Comando de Bombeiros do Interior 2 - 9º GB - UGE 180208

Encontra-se aberta na UGE 180208 - 9º Grupamento de Bombeiros – Rua do Professor, 1093 – Bosque das Juritis – Ribeirão Preto – SP, a seguinte licitação: EDITAL DE LICITAÇÃO - Pregão 90007/26. OBJETO: Equipamentos de Mergulho, conforme termo de referência anexo ao edital. O presente Pregão será realizado às 08h00 do dia 17/08/2026, no endereço eletrônico www.compras.gov.br. O EDITAL encontra-se disponível no endereço eletrônico retro mencionado. Demais esclarecimentos, favor contatar o setor de Finanças do 9º Grupamento de Bombeiros de segunda à sexta-feira das 08h00 às 17h00 ou pelo e-mail 9gbuge@policiamilitar.sp.gov.br.

Corpo de Bombeiros - 16º GRUPAMENTO DE BOMBEIROS - UGE 180214

Encontra-se aberta na UGE 180214- 16º Grupamento de Bombeiros – Rua Almirante Barroso, 249 – São Judas – Piracicaba – SP, a seguinte licitação: EDITAL DE LICITAÇÃO - Pregão 180214-6/2026. OBJETO: Contratação de empresa para manutenção em máscara Fullface para o 16º Grupamento de Bombeiros, conforme termo de referência anexo ao edital. O presente Pregão será realizado às 09h00 do dia 27/08/2026, no endereço eletrônico www.compras.gov.br. O EDITAL encontra-se disponível no endereço eletrônico retro mencionado. Demais esclarecimentos, favor contatar o setor de Finanças do 16º Grupamento de Bombeiros de segunda à sexta-feira das 08h00 às 17h00 ou pelo e-mail 16gbuge@policiamilitar.sp.gov.br

---

Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 33.709.114/0001-64 - NIRE 35.300.526.023

Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária Realizadas em 30 de Abril de 2026

Data, Hora e Local: No dia 30 de abril de 2026, às 10h00min, na sede social do Citigroup Global Markets Brasil, Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 14º andar - parte, Bela Vista, CEP 01311-920 (“Sociedade”). **Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Sociedade, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. **Ata das Assembleias:** A totalidade dos acionistas autoriza a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei de Sociedade Por Ações”). **Mesa:** Presidente: Adalberto Tripoli Barbosa; Secretário: Luis Felipe West Offa. **Ordem do Dia:** Deliberar em **Assembleia Geral Ordinária** sobre: (i) as contas da administração, os balanços e demais demonstrações financeiras da Sociedade, bem como o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; (ii) a destinação do resultado do exercício; (iii) eleição do **Jose Alberto Paggianella Benamor** como Diretor da Sociedade; e (iv) a reeleição de membros da Diretoria da Sociedade. Em **Assembleia Geral Extraordinária** sobre: (i) a definição da verba global e anual para remuneração dos Diretores; e (ii) a não instalação do Conselho Fiscal da Sociedade para o exercício. **Deliberações Unânimes:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas resolveram, por unanimidade de votos e sem ressalvas: **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Aprovar as contas da administração, os balanços e demais demonstrações financeiras da Sociedade, bem como o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, os quais foram publicados em 31 de março de 2026 no Jornal Valor Econômico, nas páginas G15 a G18, e cuja íntegra dos documentos publicados foi divulgada simultaneamente na página do mesmo jornal na internet, nos termos do art. 289, inciso I, da Lei de Sociedade Por Ações, apresentando resultado líquido negativo (prejuízo) correspondente a R$33.207.850,50 (trinta e três milhões, duzentos e sete mil, oitocentos e cinquenta reais e cinquenta centavos). 2. Ratificar a compensação da totalidade do prejuízo do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, mencionado no item (1) acima, pelo saldo da conta das Reservas Estatutárias - “Reserva para Equalização de Dividendos” e “Reserva para Reforço do Capital de Giro”, conforme deliberado em assembleia geral extraordinária, realizada em 23 de janeiro de 2026, da Sociedade, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, em sessão realizada em 01 de abril de 2026, sob o nº 151.880/26-8. 3. Aprovar a eleição do Sr. **Jose Alberto Paggianella Benamor,** brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 08.508.041-4 expedida pelo Instituto Félix Pacheco do Rio de Janeiro (“IFP/RJ”) e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (“CPF/MF”) sob o nº 908.147.627-00, residente na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, Bela Vista, CEP 01311-920, para o cargo vago de Diretor da Sociedade, e com mandato até a data da realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2026. 4. Aprovar, em cumprimento ao artigo 8º do Estatuto Social da Sociedade, a reeleição dos seguintes membros da Diretoria da Sociedade, com mandato até a data da realização da próxima Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2026, **(A)** como Diretor Presidente: o Sr. **Victor Frias de Oliveira Alge,** brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 44.940.511 Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (“SSP/SP”) e inscrito no CPF/MF sob o nº 337.570.728-20; e **(B)** como Diretores: os Srs. (i) **Adalberto Tripoli Barbosa,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 19.316.347-0 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 103.938.288-67; (ii) **Adriano Marques Milani,** brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG nº 23.168.802-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 278.299.078-03; (iii) **Aline Corrêa De Meo Ferreira,** brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 28.581.979-3, expedida pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 264.331.308-95; (iv) **Andre Del Bel Cury,** brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 29.001.909 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 277.612.468-66; (v) **Eduardo Miszputen,** brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 9.945.524 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 148.400.198-27; (vi) **Frederico Leonel Barbosa da Silva,** brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 50.940.320-7 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 265.229.618-30; (vii) **Glauco Sato Barbosa,** brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 20.026.052-2, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 250.714.058-57; (viii) **Luis Felipe West Offa,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 25.364.727-7, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 260.247.068-63, também responsável por assuntos financeiros; (ix) **Marcelo Millen,** brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 17.695.949-X SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 135.190.298-98; (x) **Marcelo Trevizani Marangon,** brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 11.073.350-2 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 136.793.918-62; (xi) **Martin Jose German Garcia,** venezuelano, casado, bancário, portador do RNE nº V889695-N, expedida pelo CGPI/DIREX/DPF, e inscrito no CPF/MF sob o nº 236.110.878-07; (xii) **Miguel Facó Queen,** brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 10.138.994-8 IFP/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 796.055.087-53; (xiii) **Raphael Dogani de Araújo,** brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 35.470.653, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 230.459.048-90; (xiv) **Ricardo Meister Martins,** brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 43.484.212-6 e inscrito no CPF/MF sob o nº 362.048.068-07; e (xv) **Ronaldo Gouvea Cunha,** brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 21.395.368 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 079.102.498-96; todos residentes e domiciliados no Estado de São Paulo, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, Bela Vista, CEP 01311-920. 5. Declarar que os Diretores ora eleitos ou reeleitos, conforme aplicável, preenchem todas as condições previstas na Resolução BCB nº 519, de 10 de novembro de 2025, e que possuem amplo conhecimento dos preceitos contidos em referida Resolução e no artigo 147 da Lei nº 6.404/76 e, ainda, deixar consignado que tomarão posse de seus respectivos cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrados no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria e que suas declarações de desimpedimento legal para o exercício do cargo de diretor encontram-se devidamente arquivadas na sede da Sociedade. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Fixar em até R$13.689.503,20 (treze milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, quinhentos e três reais e vinte centavos), a previsão de verba global e anual para remuneração dos Diretores da Sociedade, considerando as suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. O valor foi apurado com base em critérios próprios definidos pelo Comitê de Remuneração, nos termos da Resolução BCB nº 432, de 13 de novembro de 2024, e na Política de Remuneração aplicável à Sociedade. 2. Aprovar a não instalação do Conselho Fiscal neste exercício. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata que, aprovada pelos presentes, foi por todos assinada. São Paulo/SP, 30 de abril de 2026. (Ass.) Presidente: Adalberto Tripoli Barbosa. Secretário: Luis Felipe West Offa. Acionistas: Citigroup Financial Products Inc., por Adalberto Tripoli Barbosa; e Citi Participações e Investimentos Ltda., por Adalberto Tripoli Barbosa e Luis Felipe West Offa. A presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Sociedade. São Paulo/SP, 30 de abril de 2026. **Luis Felipe West Offa -** Secretário. **JUCESP** nº 250.724/26-1 em 29/07/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Informações que impulsionam decisões.
Acesse valor.globo.com

CIAVAL Administradora de Bens e Direitos SPE S.A. - Em Liquidação

CNPJ/MF nº 29.270.070/0001-41 - NIRE 35.3.0051139-5

Edital de Convocação - 01ª Chamada - Assembleia Geral Extraordinária

Convocamos os acionistas da CIAVAL Administradora de Bens e Direitos SPE S.A. - Em Liquidação (“Companhia”), para participarem, no dia 11 de agosto de 2026, às 10 horas, da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia a ser realizada de forma exclusivamente digital, sendo, considerada, nos moldes do artigo 5º, §3º da Resolução CVM nº 81/22, conforme alterada, realizada a Assembleia em sua sede social, localizada à Avenida São Luís, 50, conjunto 32-E, República, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01046-926, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Homologar o novo laudo de avaliação dos ativos da Companhia; e b) Aprovar a Terceira Emissão Debêntures Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária, para Colocação Privada, da CIAVAL Administração de Bens e Direitos SPE S.A. - Em Liquidação. **Informações Gerais:** Nos termos do artigo 126 da Lei 6.404/76, para participar da Assembleia Geral, os acionistas ou seus representantes, deverão apresentar à Companhia: (i) quando se tratar de pessoa física: (a) original, cópia simples ou autenticada do documento de identidade (RG ou RNE e CPF) do acionista; (b) original, cópia simples ou autenticada (mecânica ou digitalmente por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora vinculada ao ICP-Brasil) do instrumento de outorga de poderes de representação com reconhecimento de firma do outorgante ou com assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora vinculada ao ICP-Brasil, como alternativa ao reconhecimento de firma; (ii) quando se tratar de pessoa jurídica: (a) original, cópia simples ou autenticada (mecânica ou digitalmente por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora vinculada ao ICP-Brasil) dos atos societários que comprovem a representação legal do acionista; (b) original, cópia simples ou autenticada (mecânica ou digitalmente por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora vinculada ao ICP-Brasil) da última consolidação do Contrato/Estatuto Social do acionista; (c) original, cópia simples ou autenticada do documento de identidade (RG ou RNE e CPF) dos representantes legais do acionista; (d) original, cópia simples ou autenticada (mecânica ou digitalmente por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora vinculada ao ICP-Brasil) da certidão simplificada da Junta Comercial do Estado sede do acionista; e (e) original, cópia simples ou autenticada (mecânica ou digitalmente por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora vinculada ao ICP-Brasil) do instrumento de outorga de poderes de representação com reconhecimento de firma do outorgante ou com assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridade certificadora vinculada ao ICP-Brasil, como alternativa ao reconhecimento de firma; (iii) em qualquer caso, quando representado por procurador: (i) apresentar, além dos documentos acima (a) original, cópia simples ou autenticada do documento de identidade (RG ou RNE e CPF) do procurador; e (ii) observar que (a) a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 01 (um) ano, nos termos do artigo 126, §1º, da Lei 6.404/76; (b) a procuração deverá conter a indicação do lugar onde foi passada, a qualificação completa do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos, nos termos do artigo 654, §1º e §2º da Lei 10.406/2002; (b) as pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, conforme previsto no artigo 126, §1º, da Lei 6.404/76; (c) as pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão se fazer representar por procurador constituído na forma dos seus documentos societários, conforme definido no processo CVM RJ2014/3578, julgado em 2014.11.04; (iv) quando se tratar de acionista estrangeiro: (a) tradução juramentada para português dos documentos tratados acima, sendo dispensado o reconhecimento de firma dos signatários por Tabelião Público, o apostilamento ou a legalização em Consulado Brasileiro caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila); e (v) em todos os casos, seja informado e-mail do acionista para recebimento do link para participação da Assembleia Geral. A Companhia solicita que os documentos tratados acima lhe sejam direcionados com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia Geral, aos cuidados do Sr. Liquidante - Lucas Saulo Pinheiro França, com cópia obrigatória para o Liquidante Auxiliar da Companhia, Dr. Leonardo Luiz de Campos Machado Filho, com escritório profissional sito à Rua Correia de Melo, 92, sala 809-A, Chácara Santo Antônio, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04726-220 e endereço eletrônico leonardo.machado@camposmachado.adv.br, a fim de serem conferidos e, estando em conformidade, haja a habilitação do acionista na Assembleia Geral, ou, conforme o caso, seja solicitada a complementariedade dos documentos apresentados. A Companhia, tendo em vista a adoção da Assembleia Geral na modalidade exclusivamente eletrônica, encaminhará para todos os acionistas devidamente habilitados, link para acessar acompanhamento da Assembleia Geral com antecedência de 02 (duas) horas à 01 (uma) hora da realização da Assembleia. Sem prejuízo do disposto nesse Edital, os Acionistas ainda poderão se fazer presente mediante exercício de voto por Boletim de Voto a Distância, que o pode ser obtido diretamente no site da Companhia (www.ciaval.com.br) ou com os advogados da Companhia, por meio do endereço de e-mail leonardo.machado@camposmachado.adv.br. Os Boletins de Voto a Distância, para sua validade em Assembleia Geral, devem ser encaminhados diretamente à Companhia aos cuidados do Sr. Liquidante - Lucas Saulo Pinheiro França, com cópia obrigatória para o advogado da Companhia, Dr. Leonardo Luiz de Campos Machado Filho, com escritório profissional sito à Rua Correia de Melo, 92, sala 809-A, Chácara Santo Antônio, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04726-220 e endereço eletrônico leonardo.machado@camposmachado.adv.br até 24 (vinte e quatro) horas antes da realização da Assembleia Geral. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos acionistas na sede e no site da Companhia.

Lucas Saulo Pinheiro França - Liquidante

OPEA SECURITIZADORA S.A.

CNPJ nº 02.773.542/0001-22

EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 160ª SÉRIE DA 1ª EMISSÃO (IF 17F0035000) DA OPEA SECURITIZADORA S.A. A SER REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 2026 EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os Srs. titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 160ª Série da 1ª Emissão da Opea Securitizadora S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 02.773.542/0001-22 (“Titulares dos CRI”, “CRI” e “Emissora”, respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, (“Termo de Securitização”), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI (“Assembleia”), a realizar-se, em 2ª (segunda) convocação no dia **13 de agosto de 2026,** às **10:00 horas,** de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“Resolução CVM 60”), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: (i) As demonstrações financeiras do Patrimônio Separado e o respectivo relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2025, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas em seu website (www.opea.com.br), as quais foram emitidas sem ressalvas e opinião modificada, nos termos do artigo 25, inciso I e artigo 50 da Resolução CVM 60. A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma *Microsoft Teams* e, quando instalada, seu conteúdo será gravado pela Emissora. O acesso à plataforma será disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI que enviarem à Emissora e ao Agente Fiduciário, por correio eletrônico para df.assembleias@opea.com.br, assembleias@pentagonotrustee.com.br, identificando no título do e-mail a operação (CRI 160ª Série da 1ª Emissão –(IF 17F0035000) a confirmação de sua participação na Assembleia, acompanhada dos Documentos de Representação (conforme abaixo definidos), preferencialmente até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia. Para os fins da Assembleia, considera-se “Documentos de Representação”: a) **participante pessoa física**: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador; e **b) demais participantes**: cópia digitalizada do estatuto/contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular dos CRI (i.e. ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador. Para o caso de envio de procuração acompanhada de manifestação de voto, será de responsabilidade exclusiva do outorgado a manifestação de voto de acordo com as instruções do outorgante. Não havendo margem para a Emissora ou o Agente Fiduciário interpretar o sentido do voto em caso de divergência entre a redação da ordem do dia do edital e da manifestação de voto. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer seu direito de voto, sem a necessidade de ingressar na videoconferência, enviando à Emissora e ao Agente Fiduciário a correspondente manifestação de voto à distância, nos correios eletrônicos df.assembleias@opea.com.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Manifestação de Voto à Distância anexo à Proposta da Administração, disponibilizada pela Emissora na mesma data de divulgação deste Edital de Convocação em seu website (www.opea.com.br) e no website da CVM. A manifestação de voto deverá estar devidamente preenchida e assinada pelo Titular dos CRI ou por seu procurador, conforme aplicável e acompanhada dos Documentos de Representação, bem como de declaração a respeito da existência ou não de conflito de interesse entre o Titular dos CRI com as matérias das Ordens do Dia, demais partes da operação e entre partes relacionadas, conforme definição prevista na legislação pertinente, em especial a Resolução CVM 94/2022 - Pronunciamento Técnico CPC 05. A ausência da declaração inviabilizará o respectivo cômputo do voto. Os votos recebidos até o início da Assembleia por meio da Manifestação de Voto à Distância serão computados como presença para fins de apuração de quórum e as deliberações serão tomadas pelos votos dos presentes na plataforma digital, observados os quóruns previstos no Termo de Securitização. Contudo, em caso de envio da manifestação de voto de forma prévia pelo Titular dos CRI ou por seu procurador com a posterior participação na Assembleia via acesso à plataforma, o Titular dos CRI, caso queira, poderá votar na Assembleia, caso em que o voto anteriormente enviado deverá ser desconsiderado. Os termos ora utilizados iniciados em letras maiúsculas que não estiverem aqui definidos têm o significado que lhes foi atribuído nos Documentos da Operação. Conforme Resolução CVM nº 60, a Emissora disponibilizará acesso simultâneo a eventuais documentos apresentados durante a Assembleia que não tenham sido apresentados anteriormente e, quando instalada, a Assembleia será integralmente gravada.

São Paulo, 03 de agosto de 2026

OPEA SECURITIZADORA S.A. Nome: Flávia Palacios Mendonça Bailune - Cargo: Diretora de Relações com Investidores

Banco Citibank S.A.

CNPJ/MF nº 33.479.023/0001-80 - NIRE 35.300.028.716

Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária
Realizadas em 30 de Abril de 2026

Data, Hora e Local: No dia 30 de abril de 2026, às 09h00min, na sede social do Banco Citibank S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar - parte, Bela Vista, CEP 01311-920 ("Sociedade"). **Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Sociedade, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. **Ata das Assembleias:** A totalidade dos acionistas autoriza a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei de Sociedade Por Ações"). **Mesa:** Presidente: Adalberto Tripoli Barbosa; Secretário: Luis Felipe West Offa. **Ordem do Dia:** Deliberar em **Assembleia Geral Ordinária** sobre: (i) as contas da administração, os balanços e demais demonstrações financeiras da Sociedade, bem como o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; (ii) a destinação do resultado do exercício; (iii) rerratificar a distribuição de dividendos deliberada em 23 de dezembro de 2025 pagos à conta do lucro do exercício; (iv) a eleição do Sr. **Jose Alberto Paggianella Benamor** como Diretor Executivo da Sociedade; e (v) a reeleição de membros da Diretoria da Sociedade. Em **Assembleia Geral Extraordinária** sobre: (i) a definição da verba global e anual para remuneração dos Diretores; e (ii) a não instalação do Conselho Fiscal da Sociedade para o exercício. **Deliberações Unânimes:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas resolveram, por unanimidade de votos e sem ressalvas: **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Aprovar as contas da administração, os balanços e demais demonstrações financeiras da Sociedade, bem como o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, os quais foram publicados em 31 de março de 2026 no Jornal Valor Econômico, nas páginas G1 a G6, e cuja íntegra dos documentos publicados foi divulgada simultaneamente na página do mesmo jornal na internet, nos termos do art. 289, inciso I, da Lei de Sociedade Por Ações, apresentando resultado líquido positivo correspondente a R$2.037.142.986,35 (dois bilhões, trinta e sete milhões, cento e quarenta e dois mil, novecentos e oitenta e seis reais e trinta e cinco centavos). 2. Em decorrência dos efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 e da Resolução CMN nº 4.975/2021, incluindo ajustes de mensuração, reconhecimento e provisão aplicáveis aos ativos e passivos financeiros da Sociedade, foram reconhecidos os seguintes impactos contábeis: (i) impacto contábil negativo de R$243.020.344,48 (duzentos e quarenta e três milhões, vinte mil, trezentos e quarenta e quatro reais e quarenta e oito centavos), referente ao ajuste inicial na adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, o qual será compensado pelo lucro líquido do exercício; e (ii) impacto contábil positivo de R$56.007,91 (cinquenta e seis mil, sete reais e noventa e um centavos), referente ao ajuste inicial na adoção da Resolução CMN nº 4.975/2021, cujos efeitos já se encontram devidamente refletidos e contabilizados na conta de Lucros Acumulados. 3. Após os respectivos efeitos de adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021 e Resolução CMN nº 4.975/2021, mencionados no item (2) acima, totalizou-se o montante passível de distribuição de R$1.794.178.649,78 (um bilhão, setecentos e noventa e quatro milhões, cento e setenta e oito mil, seiscentos e quarenta e nove reais e setenta e oito centavos). 4. Aprovar e/ou ratificar, conforme aplicável, a destinação do montante mencionados no item (3) acima, o qual compreende o lucro líquido do exercício, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, e os ajustes iniciais na adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021 e da Resolução CMN nº 4.975/2021, conforme segue: (a) R$407.000.000,00 (quatrocentos e sete milhões de reais), a título de juros sobre o capital próprio, pagos à acionista Citigroup Asia Pacif Holding LLC, em 29 de dezembro de 2025, conforme deliberado em assembleia geral extraordinária, realizada em 26 de dezembro de 2025, da Sociedade, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, em sessão realizada em 21 de janeiro de 2026, sob o nº 38.990/26-0; e (b) R$1.387.178.649,78 (um bilhão, trezentos e oitenta e sete milhões, cento e setenta e oito mil, seiscentos e quarenta e nove reais e setenta e oito centavos), a título de dividendos, pagos à acionista Citigroup Asia Pacif Holding LLC, em 29 de dezembro de 2025, conforme deliberado inicialmente em assembleia geral extraordinária, realizada em 26 de dezembro de 2025, da Sociedade, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, em sessão realizada em 21 de janeiro de 2026, sob o nº 38.990/26-0 e rerratificada abaixo. 5. Os acionistas consignam que, em assembleia geral extraordinária, realizada em 26 de dezembro de 2025, da Sociedade, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, em sessão realizada em 21 de janeiro de 2026, sob o nº 38.990/26-0, foi deliberada a distribuição de dividendos no montante de R$ 1.450.000.000,00 (um bilhão, quatrocentos e cinquenta milhões de reais), à conta do lucro do exercício social de 2025. 5.1. Contudo, em razão da conclusão do fechamento contábil e da apuração definitiva das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, verificou-se que o lucro do exercício apurado se mostrou inferior ao montante originalmente distribuído. 5.2. Diante disso, os acionistas deliberam rerratificar a distribuição de dividendos realizada, com a respectiva reclassificação contábil dos valores pagos, de forma que: (i) R$1.387.178.649,78 (um bilhão, trezentos e oitenta e sete milhões, cento e setenta e oito mil, seiscentos e quarenta e nove reais e setenta e oito centavos) permanece imputado ao lucro líquido do exercício de 2025 (conforme ratificado no item (4) acima); (ii) R$0,60 (sessenta centavos) será imputado à Reserva Estatutária - Reserva para Equalização de Dividendos; e (iii) R$0,26 (vinte e seus centavos) será imputado à conta contábil de Dividendo Adicional Proposto, totalizando, assim, um pagamento a título de dividendos de R$ 1.387.178.650,64 (um bilhão, trezentos e oitenta e sete milhões, cento e setenta e oito mil, seiscentos e cinquenta reais e sessenta e quatro centavos). 5.3. Ainda, os acionistas registram que o montante de R$ R$62.821.349,36 (sessenta e dois milhões, oitocentos e vinte e um mil, trezentos e quarenta e nove reais e trinta e seis centavos), pagos à acionista Citigroup Asia Pacif Holding LLC, a título de dividendos e inicialmente debitados à conta do lucro do exercício, revelou-se como parcela excedente após apuração definitiva das demonstrações financeiras do exercício, bem como que os saldos existentes nas contas de lucros acumulados ou reservas de lucros eram insuficientes para suportar a imputação integral do referido pagamento. 5.3.1. Em razão disso, delibera-se pela reclassificação do referido montante excedente para fins tributários, reconhecendo-se a incidência do imposto de renda na fonte à alíquota de 35% (trinta e cinco por cento), nos termos do art. 61 da Lei nº 8.981/95 e art. 238 da Normativa RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017, autorizando a administração da Sociedade a adotar todas as providências necessárias para o recolhimento do tributo e demais ajustes contábeis e fiscais aplicáveis. 6. Aprovar a eleição do Sr. **Jose Alberto Paggianella Benamor,** brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 08.508.041-4 expedida pelo Instituto Félix Pacheco do Rio de Janeiro ("IFP/RJ") e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 908.147.627-00, residente na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, Bela Vista, CEP 01311-920, para o cargo vago de Diretor Executivo da Sociedade, e com mandato até a data da realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2026. 7. Aprovar, em cumprimento ao artigo 8º do Estatuto Social da Sociedade, a reeleição dos seguintes membros da Diretoria da Sociedade, com mandato até a data da realização da próxima Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2026, conforme segue: **(A)** como Diretor Presidente: o Sr. **Andre Del Bel Cury,** brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 29.001.909-6, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo ("SSP/SP"), e inscrito no CPF/MF sob o nº 277.612.468-66; e **(B)** como Diretores Executivos: os Srs. (i) **Adalberto Tripoli Barbosa**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 19.316.347-0, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 103.938.288-67; (ii) **Adriano Marques Milani**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG nº 23.168.802-7, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 278.299.078-03; (iii) **Alexandre Pereira Rodrigues de Sa Castanheira**, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 22.345.866-1, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 176.430.958-84; (iv) **Aline Corrêa De Meo Ferreira**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 28.581.979-3, expedida pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 264.331.308-95; (v) **Carlos Roberto Ferrari Junior**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG nº 33.355.566-1, expedida SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 325.020.438-24; (vi) **Davi Ximenes de Genaro**, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 27.775.355-7, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 323.294.598-82; (vii) **Eduardo Miszputen**, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 9.945.524, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 148.400.198-27; (viii) **Frederico Leonel Barbosa da Silva**, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 50.940.320-7, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 265.229.618-30; (ix) **Glauco Sato Barbosa**, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 20.026.052-2, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 250.714.058-57; (x) **Luis Felipe West Offa**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 25.364.727-7, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 260.247.068-63, também responsável por assuntos financeiros; (xi) **Marcelo Trevizani Marangon**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 11.073.350-2, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 136.793.918-62; (xii) **Martin Jose German Garcia,** venezuelano, casado, bancário, portador do RNE nº V889695-N, expedida pelo CGPI/DIREX/DPF, e inscrito no CPF/MF sob o nº 236.110.878-07; (xiii) **Miguel Faco Queen**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 10.138.994-8, expedida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 796.055.087-53; (xiv) **Osmar de Carvalho Santos Junior**, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 13.031.402-X, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 174.229.968-70; (xv) **Raphael Dogani de Araújo,** brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 35.470.653, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 230.459.048-90; (xvi) **Ricardo Meister Martins**, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 43.484.212-6, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 362.048.068-07; (xvii) **Ronaldo Gouvea Cunha**, brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 21.395.368, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 079.102.498-96; e (xviii) **Victor Frias de Oliveira Alge**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 44.940.511, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 337.570.728-20, todos residentes e domiciliados no Estado de São Paulo, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, Bela Vista, CEP 01311-920. 8. Declarar que os Diretores ora eleito ou reeleitos, conforme aplicável, preenchem todas as condições previstas na Resolução CMN nº 4.970, de 25 de novembro de 2021, e que possuem amplo conhecimento dos preceitos contidos em referida Resolução e no artigo 147 da Lei nº 6.404/76 e, ainda, deixar consignado que tomarão posse de seus respectivos cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrados no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria e que suas declarações de desimpedimento legal para o exercício do cargo de diretor encontram-se devidamente arquivadas na sede da Sociedade. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Fixar em até R$ 141.995.559,76 (cento e quarenta e um milhões, novecentos e noventa e cinto mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e setenta e seis centavos), a previsão de verba global e anual para remuneração dos Diretores da Sociedade, considerando as suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. O valor foi apurado com base em critérios próprios definidos pelo Comitê de Remuneração, nos termos da Resolução CMN nº 5.177, de 26 de setembro de 2024, e na Política de Remuneração aplicável à Sociedade. 2. Aprovar a não instalação do Conselho Fiscal neste exercício. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata que, aprovada pelos presentes, foi por todos assinada. São Paulo/SP, 30 de abril de 2026. (Ass.) Presidente: Adalberto Tripoli Barbosa. Secretário: Luis Felipe West Offa. Acionistas: Citigroup Asia Pacific Holding LLC, por Adalberto Tripoli Barbosa; e Citi Pagamentos e Tecnologia Ltda., por Adalberto Tripoli Barbosa e Luis Felipe West Offa. A presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Sociedade. São Paulo/SP, 30 de abril de 2026. **Luis Felipe West Offa -** Secretário. **JUCESP** nº 250.571/26-2 em 22/07/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 33.868.597/0001-40 - NIRE 35.300.525.604

Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária Realizadas em 30 de Abril de 2026

Data, Hora e Local: No dia 30 de abril de 2026, às 09h30min, na sede social do Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, 2º andar - parte, Bela Vista, CEP 01311-920 ("Sociedade"). **Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Sociedade, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas. **Ata das Assembleias:** A totalidade dos acionistas autoriza a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei de Sociedade Por Ações"). **Mesa:** Presidente: Adalberto Tripoli Barbosa; Secretário: Luis Felipe West Offa. **Ordem do Dia:** Deliberar em **Assembleia Geral Ordinária** sobre: (i) as contas da administração, os balanços e demais demonstrações financeiras da Sociedade, bem como o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; (ii) a destinação do resultado do exercício; (iii) rerratificar a distribuição de dividendos deliberada em 23 de dezembro de 2025 pagos à conta do lucro do exercício; (iv) a eleição do Sr. **Jose Alberto Paggianella Benamor** como Diretor da Sociedade; e (v) a reeleição de membros da Diretoria da Sociedade. Em **Assembleia Geral Extraordinária** sobre: (i) a definição da verba global e anual para remuneração dos Diretores; e (ii) a não instalação do Conselho Fiscal da Sociedade para o exercício. **Deliberações Unânimes:** Após análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas resolveram, por unanimidade de votos e sem ressalvas: **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1. Aprovar as contas da administração, os balanços e demais demonstrações financeiras da Sociedade, bem como o parecer dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, os quais foram publicados em 31 de março de 2026 no Jornal Valor Econômico, nas páginas G11 a G14 e cuja íntegra dos documentos publicados foi divulgada simultaneamente na página do mesmo jornal na internet, nos termos do art. 289, inciso I, da Lei de Sociedade Por Ações, apresentando resultado líquido positivo correspondente a R$ 46.955.051,14 (quarenta e seis milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil, cinquenta e um reais e quatorze centavos). 2. Em decorrência dos efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021, incluindo ajustes de mensuração, reconhecimento e provisão aplicáveis aos ativos e passivos financeiros da Sociedade, foi reconhecido o impacto contábil negativo de R$882.276,50 (oitocentos e oitenta e dois mil, duzentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos), o qual será compensado pelo lucro líquido do exercício. 3. Após os respectivos efeitos de adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/2021, mencionados no item (2) acima, totalizou-se o montante passível de distribuição de R$46.072.774,64 (quarenta e seis milhões, setenta e dois mil, setecentos e setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos). 4. Aprovar e/ou ratificar, conforme aplicável, a destinação do montante mencionados no item (3) acima, o qual compreende o lucro líquido do exercício, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, e os ajustes iniciais na adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, conforme segue: (a) R$1.064.355,14 (um milhão, sessenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e quatorze centavos), são destinados para a "Reserva Estatutária - Reserva para Equalização de Dividendos" já constituída; (b) R$118.261,68 (cento e dezoito mil, duzentos e sessenta e um reais e sessenta e oito centavos), são destinados para a "Reserva Estatutária - Reserva para Reforço de Capital de Giro" já constituída; e (c) R$44.890.157,82 (quarenta e quatro milhões, oitocentos e noventa mil, cento e cinquenta e sete reais e oitenta e dois centavos), a título de dividendos, pagos ao acionista Banco Citibank S.A., em 26 de dezembro de 2025, conforme deliberado inicialmente em assembleia geral extraordinária, realizada em 26 de dezembro de 2025, da Sociedade, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, em sessão realizada em 23 de fevereiro de 2026, sob o nº 115.432/26-7 e rerratificado abaixo. 5. Os acionistas consignam que, em assembleia geral extraordinária, realizada em 26 de dezembro de 2025, da Sociedade, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, em sessão realizada em 23 de fevereiro de 2026, sob o nº 115.432/26-7, foi deliberada a distribuição de dividendos no montante de R$53.054.301,53 (cinquenta e três milhões, cinquenta e quatro mil, trezentos e um reais e cinquenta e três centavos), à conta do lucro do exercício social de 2025. 5.1. Contudo, em razão da conclusão do fechamento contábil e da apuração definitiva das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, verificou-se que o lucro do exercício apurado se mostrou inferior ao montante originalmente distribuído. 5.2. Diante disso, os acionistas deliberam rerratificar a distribuição de dividendos realizada, com a respectiva reclassificação contábil dos valores pagos, de forma que: (i) R$44.890.157,82 (quarenta e quatro milhões, oitocentos e noventa mil, cento e cinquenta e sete reais e oitenta e dois centavos) permanece imputado ao lucro líquido do exercício de 2025 (conforme ratificado no item (4) acima); e (ii) R$8.164.143,71 (oito milhões, cento e sessenta mil, cento e quarenta e três reais e setenta e um centavos) será imputado à conta contábil - Conta de Lucros Acumulados. 6. Aprovar a eleição do Sr. **Jose Alberto Paggianella Benamor,** brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 08.508.041-4 expedida pelo Instituto Félix Pacheco do Rio de Janeiro ("IFP/RJ") e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda ("CPF/MF") sob o nº 908.147.627-00, residente na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, Bela Vista, CEP 01311-920, para o cargo vago de Diretor da Sociedade, e com mandato até a data da realização da Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2026. 7. Aprovar, em cumprimento ao artigo 8º do Estatuto Social da Sociedade, a reeleição dos seguintes membros da Diretoria da Sociedade, com mandato até a data da realização da próxima Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2026, conforme segue: **(A)** como Diretor Presidente: o Sr. **Andre Del Bel Cury,** brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 29.001.909-6, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo ("SSP/SP"), e inscrito no CPF/MF sob o nº 277.612.468-66; e **(B)** como Diretores: os Srs. (i) **Adalberto Tripoli Barbosa,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 19.316.347-0, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 103.938.288-67; (ii) **Adriano Marques Milani,** brasileiro, casado, engenheiro mecânico, portador da cédula de identidade RG nº 23.168.802-7, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 278.299.078-03; (iii) **Aline Corrêa De Meo Ferreira**, brasileira, casada, advogada, portadora da cédula de identidade RG nº 28.581.979-3, expedida pela SSP/SP, e inscrita no CPF/MF sob o nº 264.331.308-95; (iv) **Eduardo Miszputen,** brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 9.945.524, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 148.400.198-27; (v) **Frederico Leonel Barbosa da Silva,** brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 50.940.320-7, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 265.229.618-30; (vi) **Glauco Sato Barbosa,** brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 20.026.052-2, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 250.714.058-57; (vii) **Luis Felipe West Offa,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 25.364.727-7, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 260.247.068-63, também responsável por assuntos financeiros; (viii) **Marcelo Trevizani Marangon,** brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade RG nº 11.073.350-2, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 136.793.918-62; (ix) **Martin Jose German Garcia,** venezuelano, casado, bancário, portador do RNE nº V889695-N, expedida pelo CGPI/DIREX/DPF, e inscrito no CPF/MF sob o nº 236.110.878-07; (x) **Miguel Faco Queen,** brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 10.138.994-8, expedida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o nº 796.055.087-53; (xi) **Raphael Dogani de Araújo,** brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 35.470.653, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 230.459.048-90; (xii) **Ricardo Meister Martins,** brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 43.484.212-6, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 362.048.068-07; (xiii) **Ronaldo Gouvea Cunha,** brasileiro, casado, bancário, portador da cédula de identidade RG nº 21.395.368, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 079.102.498-96; e (xiv) **Victor Frias de Oliveira Alge,** brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG nº 44.940.511, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 337.570.728-20, todos residentes e domiciliados no Estado de São Paulo, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 1.111, Bela Vista, CEP 01311-920. 8. Declarar que os Diretores ora eleito ou reeleitos, conforme aplicável, preenchem todas as condições previstas na Resolução BCB nº 519, de 10 de novembro de 2025, e que possuem amplo conhecimento dos preceitos contidos em referida Resolução e no artigo 147 da Lei nº 6.404/76 e, ainda, deixar consignado que tomarão posse de seus respectivos cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse lavrados no Livro de Atas das Reuniões da Diretoria e que suas declarações de desimpedimento legal para o exercício do cargo de diretor encontram-se devidamente arquivadas na sede da Sociedade. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** 1. Fixar em até R$2.068.561,32 (dois milhões, sessenta e oito mil, quinhentos e sessenta e um reais e trinta e dois centavos), a previsão de verba global e anual para remuneração dos Diretores da Sociedade, considerando as suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. O valor foi apurado com base em critérios próprios definidos pelo Comitê de Remuneração, nos termos da Resolução BCB nº 432, de 13 de novembro de 2024, e na Política de Remuneração aplicável à Sociedade. 2. Aprovar a não instalação do Conselho Fiscal neste exercício. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata que, aprovada pelos presentes, foi por todos assinada. São Paulo/SP, 30 de abril de 2026. (Ass.) Presidente: Adalberto Tripoli Barbosa. Secretário: Luis Felipe West Offa. Acionistas: Banco Citibank S.A., por Adalberto Tripoli Barbosa e Luis Felipe West Offa; e Citi Pagamentos e Tecnologia Ltda., por Adalberto Tripoli Barbosa e Luis Felipe West Offa. A presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Assembleias Gerais da Sociedade. São Paulo/SP, 30 de abril de 2026. **Luis Felipe West Offa -** Secretário. **JUCESP** nº 250.725/26-5 em 29/07/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Cadastre-se nas **newsletters do Valor e receba**, diretamente no seu e-mail, **as notícias mais relevantes do dia.**

Valor ECONÔMICO

valor.globo.com/newsletters

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

CONSULTE NOSSA AGENDA DE LEILÕES NO SITE:
WWW.FREITASLEILOEIRO.COM.BR
Central de informações: (11) 3117.1000

Acesse nossas mídias sociais:
YOUTUBE.COM/FREITASLEILOEIRO
INSTAGRAM.COM/FREITASLEILOEIRO
FACEBOOK.COM/FREITASLEILOEIRO

ATENÇÃO: PARA A COMPRA EM LEILÃO O ARREMATANTE PRECISA ESTAR EM REGULARIDADE FISCAL PERANTE A RECEITA FEDERAL.

LEILÃO DE VEÍCULOS - 235 LOTES - DIA: 04.08.2026 - 10h00 - 3ª FEIRA - PRESENCIAL E ON-LINE

AV. DOS ESTADOS, 584 - PORTÃO 2 - UTINGA - SANTO ANDRÉ/SP | VISITAÇÃO: 04.08.2026, a partir das 08h00 - verificar informações no site

CHASSIS: 9BGEB76H0NB195713 - 9BHCU51AARP484377 - 3GNCJ8CZ7HL207543 - 9BWAG5R17ST029950 - 93Y4SRT55RJ625263 - 9BFZH54LXL8380185 - 9BFZH54L4L8437612 - 9BWAG45U6MT050463 - 3N1BC1CDXBL455998 - 93YRBB000KJ703463 - 9BWAB05Z2C4136655 - 8ADUEFC23PG570936 - 93YBSR8VACJ171263 - 93Y4SRT55PJ444770 - 93Y4SRD04FJ778339 - KNABK514BBT102749 - 9BFZH55L4F8190921 - 93HES15506Z109532 - 9C6DG3340S0045491 - 9BD5781FFHY158639 - 9BWKB45U4FP174438 - 9539B8TJ2NR202695 - 9362NKFWX9B049734 - 9BGRZ08F0BG252920 - 9BFZF55A7A8021473 - 9BD195102E0535516 - 8AWPB05Z4AA021079 - 9BFZE55H1C8722738 - 9BWCA05WX8P142100 - 93Y4SRF84JJ195127 - 9BWAA45U6GP067505 - KMHDC51EBBU304292 - 9BGJE6920JB250912 - 9BHCP51DAMP105162 - 9BGEA69H0MG118962 - 9C6RH1140L0014596 - 9C2RC7710KR005731 - 9C2JC4830KR435196 - 9C2KC2200PR111764 - 9C2MC4400KR006602 - 9BD17106G95311379REM - 9BHBG51DAEP205431 - 9BD195A4ZM0916397 - 93YRBB006LJ088158 - 8AD2MKFWXCG019459 - 93Y4SRD04FJ728175 - 9BD341A7XHY464922 - 9BD17306C54134736REM - 93YBSR7RHCJ345261 - 9BD15844AA6320259 - 9BWAG45U8PT049500 - 9BGPB68M0CB324010 - 93YRBB007LJ992858 - 9BD281BKPT9943603 - 8ADUEFC23PG524589 - 9BHBG41DBKP022133 - 9362PN6AXAB049206 - 9BGRZ08F0BG171838 - 8AD4DRFJWCG027154 - 9BWDA05UXBT277823 - 9BFZD55P1JB616512 - 8AGSU1920GR126613 - 9BD135019B2169576 - 93YRBB004JJ268011 - 935SLYFY1FB529288 - 9BD195152E0590548 - 935SLYFY1GB511182 - 9BFZH55L6J8093602 - 9BFZF55A7E8045388 - 9BFZH55L8J8000532 - 93Y4SRD04GJ972897 - 9BRK19BT7E2032689 - 9BGKR48G0GG150980 - 9BWAB05Z3B4053590 - 9BFZH54JXJ8071652 - 9UK64ED52F0086788 - 9BFZH54S4K8238999 - 9BWDB45UXNT027944 - 9BFZH54L1L8437986 - 9BHBG51CAKP084710 - 9BFZH54J9J8448603 - WVGSV65N7CW567109 - 9BGKL48U0KB216914 - 9BWDB45U8MT060505 - 9BHBG51CAKP031192 - 9BD195152E0531855 - 95V1J1C5PRM000116 - 9C2KF2200HR100993 - 9C2KF4300PR009743 - 9C2KC2200TR402903 - 9C6DG3340S0038926 - 9C2KC2210TR054874 - 99HJF1150SS001202 - 9C2KC2210RR120624 - 99KTCJ7ZJRM403441 - 9C2KC2500RR001890 - 99HJTS125SS036593 - 9C2KC2200TR431052 - 9C6RG3150L0021606 - 99HR1C125TS001610 - 9C2KC2200RR623624 - 9324LE2J4CD416586 - 9CDCF4FAJKM204910 - 9C2KC2200NR215690 - 9C2KC2200PR057337 - 9C6RG5020R0076927 - 9C6RG5020P0042589 - 9C2PC4920RR000082REM - 9C2KF5220TR011418 - 8AGSA19908R333136 - 9BGRX48908G270060 - 93YLB26156J653725 - 9BFZF12C048169533 - 9BWKB05Z344003053 - 9BHBG51CAKP960848 - 9BFZF55A5B8121430 - 93YBSR6RHBJ773534 - 9BD17206LA3502040 - 9BFZF54P4B8077927 - 9BD195152D0348109 - 9BWAA05U5DP152372 - 8AP17164LD3043376 - 3N1DK3CD7CL236599 - 8AGCB48X0BR185176 - 93YBSR76HEJ735824 - 3GNALHEVXAS509934 - 93Y5SRD04FJ460216 - 9BFZH55L9F8179171 - SALFA24A59H147668 - 935SLYFYYDB533494 - 9BWAB45U3GT041271 - 3GNFL7EY9BS563589 - KNAJT814BC7394713 - WVGSV65N6AW501292 - 94DBFAN17HB102059 - 9BHBG51DBEP200852 - 3CZRE18308G500175 - 93HFA6670AZ106952 - 9BD358A4NLYJ86751 - 9BGKS48U0KG175732 - 94DBCAN17JB200984 - 9BHCP51AAMP124270 - 9BD17164LE5905415 - 935SLYFY1GB514072 - 3VWDJ2169CM034935 - 9BD27855MC7476722 - 936ZBXMMBC2081457 - WV1DD42H0DA065629 - 9BMMF33E94A056350 - WV1DB42H4DA035197 - 9BD372110E4045909 - 9BGSA19X05B119548 - 9BD17203753156189 - 9BWKA05Z264098145 - 9BD15822786151846 - 9BD110545A1523346 - 93YBSR6RHBJ639177 - 9BFZK53A2DB444550 - 9BWAA05W9CP092001 - 9BD17140A85209219 - 93YRBB006JJ986532 - 9BD195152F0662235 - 9BD196263C2024354 - 8AD4D5FMYEG000665 - 3N1CN7AD7EK394270 - 3G1J85CD4ES530313 - 9BD341A5XHY465294 - 9BD17301A84221806 - 9BHBG51CAGP530214 - 93YHSR6P5DJ594271 - 9BFZB55PXF8962357 - 9BD341ACZPY874724 - WAUAFC8K5DA107679 - SALLAAAF4CA605601 - 9BHBG51CAFP493278 - 9BGEY69H0RG250461 - 9BD17164LA5589750 - 95PJN81EPEB064023 - 94DBFAN17GB101647 - 9BD341ACZRY941770 - WDDSJ4DWXEN081312 - 9BHBG51DBJP837166 - 9BRBLWHE9G0027784 - 9BFZF26P888244956 - 9BGSU19F0DB121812 - 9BWKB45U0DP220649 - 9C2KC2500KR056771 - 9C6RH1150P0020041 - 9BWAA05U59P005444 - 9BD135613A2146010 - 93HGD17407Z122939 - 9BD195152E0594176 - 9BD135019C2199840 - 9BWHB09N48P026461 - 93YRBB008JJ155470 - 9BD119405A1064542 - 9BFZH55L4H8372363 - 9BD195A4NH0781497 - 9BWAA45Z4E4036635 - 8A1LZLH0TGL193725 - 93Y4SRT55PJ467646REM - 9BRK29BT5J0130445 - 98861110XKK232368 - 98822611XJKB51841 - 9BD255049C8923019 - 9BWJL45U8LP006841 - 93HRV2850HZ230019 - 8AJBA3CDXL1641238REM - 9BSP6X200S4105074.

ADENDO: Na relação do leilão que ocorreu em 31/07/2026 e foi publicada neste jornal no dia 30/07/2026, deixou de constar os chassis que seguem: 9BWLB45U9BP078013 - 9BFZB55H8E8867044 - 9C2KC2500NR086209 - 936CLHMZ1JB037453 - 9BD17164LB5706804 - 9BWAA05W4DP072174 - 9BD195A4ZM0901873 - 9BWDB45U4KT039681 - 9BFZH55L5L8466681 - 9C2KC2220PR008674 - 9BWAA05UXDT016973 - KMHFC41DP9A340159 - 9BM9582079B656373. ***ESTA PUBLICAÇÃO COMPLEMENTA A OCORRIDA NO DIA 30/07/2026.***

SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - Leiloeiro Oficial - JUCESP 316

•**Condições de venda e pagamento dos leilões:** Cheque no valor total da arrematação, que deverá ser trocado por TED à favor do Leiloeiro, em até 24 horas após o leilão + Cheque de 5% de comissão do Leiloeiro, acrescido das despesas administrativas constantes no catálogo do leilão. Os veículos serão vendidos no estado, sem garantias. Multas, inclusive de averbação; débitos; IPVA's, pré-existentes ou decorrentes da regularização, por conta do arrematante. A procedência e evicção de direitos dos veículos deste leilão são de inteira e exclusiva responsabilidade dos Comitentes Vendedores. Demais condições constam no catálogo distribuído no leilão.

GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

COMUNICADO

Acha-se aberta na Secretaria de Estado da Saúde, Coordenadoria Geral de Administração, a CONCORRÊNCIA CGA Nº 283/2026, eletrônica, critério de julgamento por menor preço, com lances, modo de disputa fechado e aberto, referente ao Processo SEI nº 024.00072639/2026-57, objetivando Contratação de Empresa para Construção e Instalação da Unidade Ambulatório Médico de Especialidade - AME São Carlos, Rua Rotary Club, s/nº, São Carlos, SP. O encerramento dar-se-á às 10:00 horas do dia 16/09/2026. O edital poderá ser obtido gratuitamente no endereço eletrônico http://www.doe.sp.gov.br e no PNCP Portal Nacional de Contratações Públicas https://pncp.gov.br. A versão completa contendo as especificações e demais documentos técnicos relacionados à licitação poderá ser obtida, no prazo de até (03) dias úteis igualmente de forma gratuita, por meio eletrônico, no site https://saude.sp.gov.br/ses/perfil/cidadao/licitacoes-cgaobras/relacao-de-licitacoes/.

SOCIEDADE HARMONIA DE TÊNIS

Edital de Convocação

Ilmo(a). Sr(a).
DD. Membro do Conselho Deliberativo da Sociedade Harmonia de Tênis
Prezado(a) Conselheiro(a),

De acordo com o disposto no Artigo 56 do Estatuto Social, convocamos os membros efetivos do Conselho Deliberativo da Sociedade Harmonia de Tênis a comparecerem à reunião ordinária e extraordinária que será realizada na Rua Canadá, 658 – São Paulo – SP, no próximo dia 17 de agosto, segunda-feira, às 18h30, em primeira convocação com a presença de, no mínimo, 41 Conselheiros na reunião ordinária e 54 Conselheiros na extraordinária entre os quais 14 e 18 Veteranos, respectivamente. Não havendo "quórum", fica feita, desde já, a segunda convocação para o mesmo dia e local, às 19h30 horas, com a presença de, no mínimo, 27 Conselheiros na reunião ordinária e 54 Conselheiros na reunião extraordinária, entre os quais 9 e 18 Veteranos, respectivamente.

São as seguintes as respectivas ordens do dia:

Reunião Ordinária:
1º- Exposição da Diretoria sobre as atividades do 1º semestre;
2º- Outros assuntos.

Reunião Extraordinária
1ª - Apresentação e deliberação sobre a alienação de potencial construtivo pela Sociedade Harmonia de Tênis.

Marcelo Bandeira de Mello
Presidente do Conselho Deliberativo
São Paulo, 3 de agosto de 2026.

SOCIEDADE HARMONIA DE TÊNIS

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.

O GLOBO
Valor
EXTRA
GLAMOUR
EDITORA GLOBO

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL | BancoDaycoval

LEILÃO SOMENTE ON-LINE DE 29 IMÓVEIS

Fechamento do Leilão: 20/08/2026, a partir das 12h

APARTAMENTOS • CASAS • IMÓVEIS COMERCIAIS • TERRENOS | **MG • MS • MT • PR • RJ • RS • SC • SP**

LOTE 04 - SÃO PAULO/SP - CASA
Rua da Estação, nº 207, Vila Campanela - **ITAQUERA**
Área Construída estimada: 275,00m²
Área Terreno: 189,00m²
Lance Inicial: R$ 531.900,00
DESOCUPADA

LOTE 13 - SÃO PAULO/SP - APARTAMENTO nº 151 (DUPLEX) E BOXES DE GARAGEM nºs 15 e 15-A
15º andar do Edifício Maison de Frontignan
Rua Barão do Triunfo, nº 763 - **BROOKLIN PAULISTA**
Áreas Privativas: 319,42m² (apto) e 65,61m² (boxes)
Áreas Totais: 515,193m² (apto) e 93,89m² (boxes)
Lance Inicial: R$ 2.750.000,00

LOTE 14 - SÃO PAULO/SP - APARTAMENTO nº 92 C/ 02 VAGAS DE GARAGEM
9º andar do Ed. Maristela
Rua David Eid, nº 849 - **VILA CASTELO**
Área Privativa: 73,82m² | Área Total: 143,33m²
Lance Inicial: R$ 260.000,00
DESOCUPADO

LOTE 17 - SÃO PAULO/SP
CASA C/ 03 PAVIMENTOS
Rua Vicente Franco Tolentino, nº 196,
parte do Lote 17 da Quadra 04 - **PARQUE SANTA MADALENA**
Área Construída estimada: 208,00m²
Área Terreno: 77,50m²
Lance Inicial: R$ 325.000,00

LOTE 21 - SÃO PAULO/SP
IMÓVEL COMERCIAL
Rua James Watt, nº 77 e 82 - **JARDIM EDITH**
Área Construída: 310,00m²
Área Terreno: 250,00m²
Lance Inicial: R$ 2.250.000,00

LOTE 29 - SÃO PAULO/SP
CASA
Rua Vicente Fernandes Pinto, nº 52 - **ÁGUA FUNDA**
Área Construída estimada: 170,00m²
Área Terreno: 96,27m²
Lance Inicial: R$ 320.000,00

FORMAS DE PAGAMENTO: À VISTA, SEM DESCONTO OU PARCELAMENTO DIRETO COM O BANCO DAYCOVAL

Lances "on-line", edital completo, fotos e demais condições de venda e pagamento, consulte: www.freitasleiloeiro.com.br

SAC@FREITASLEILOEIRO.COM.BR • SERGIO VILLA NOVA DE FREITAS - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 316 • ☎ (11) 3117.1001

EU&

Cultura, comportamento e tendências atuais para quem quer ir além da economia.

Acesse valor.com.br/eu-e

EU&
Ainda estamos aqui

AQUI, SEU ANÚNCIO ENCONTRA O PÚBLICO CERTO. ANUNCIE!

ACESSE EDITORAGLOBONEGOCIOS.COM.BR E SAIBA MAIS.

EDITORA GLOBO